

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Gabriela Tosta Goulart

RELAÇÕES DE PODER, ELITES POLÍTICAS E
IMPrensa NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL
(1950-1967)

Passo Fundo

2019

Gabriela Tosta Goulart

RELAÇÕES DE PODER, ELITES POLÍTICAS E
IMPrensa NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL
(1950-1967)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do título de Doutora, sob a orientação da Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2019

CIP – Catalogação na Publicação

G694r Goulart, Gabriela Tosta
Relações de poder, elites políticas e imprensa no norte
do Rio Grande do Sul (1950-1967) / Gabriela Tosta
Goulart. – 2019.
174 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.
Tese (Doutorado em História) – Universidade de
Passo Fundo, 2019.

1. Poder (Ciências sociais). 2. Imprensa. 3. Elites
(Ciências sociais) – Passo Fundo (RS). 4. Relações sociais.
I. Reckziegel, Ana Luiza Setti, orientadora. II. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Para minha família, que me incentivou e me encorajou.

Agradeço por partilharem os meus sonhos, trilhando comigo esta caminhada minada de desafios e intempéries.

Agradecimentos

A Fundação Universidade de Passo Fundo, que concedeu a bolsa de estudos.

As orientadoras Marlise Meyrer, que iniciou comigo esta jornada e, sobretudo, Ana Luiza Setti Reckziegel, que trilhou o caminho comigo a partir da banca de qualificação.

Ao Arquivo Histórico Regional, coordenado pela Profa. Dra. Gizele Zanotto, em especial aos colaboradores Márcio Francisco Gerhardt e Sandra Mara Benvegnú.

Ao jornal *Diário da Manhã*, pela disponibilidade dos arquivos do período de recorte pesquisado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), em especial à Jênifer de Brum Palmeiras, pela constante paciência dedicada em todos os momentos que precisei de algum auxílio ou orientação sobre os procedimentos do PPGH.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar e compreender as disputas políticas entre a elite passo-fundense no período que se estende de 1950 a 1967, elegendo como eixo de análise o debate relacionado ao estabelecimento de uma instituição de ensino superior. Como fonte de pesquisa, a imprensa local constituiu o principal *corpus* documental. Os dois jornais locais *Diário da Manhã* (DM) e *O Nacional* (ON) representaram uma espécie de tribuna na qual eram expostas as ideias que moviam o debate sobre a questão do ensino superior. Localizou-se, no ano de 1950, as primeiras manifestações noticiadas nessa imprensa que diziam respeito às iniciativas de fundação do ensino superior, como o Instituto da Liberdade de Conhecer (ILC) e a Sociedade Pró-Universidade (SPU), acompanhando o *Modus Operandi*, as relações de poder e as disputas políticas dessa elite local até a concretização do projeto da instituição de ensino superior, em 1967, com a consolidação da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF). Aproximações e desencontros contribuíram para moldar o perfil de uma geração política que poderia ser associada às novas ideias, em contraponto com outra que se mantinha atrelada aos grupos tradicionais, em um momento no qual se posicionavam politicamente os recém-criados partidos, PTB e PSD, e, a partir de 1949, o MTR. Isso posto, esta proposta é analisar como a instalação do ensino superior mobilizou a política em uma disputa que se deu através do debate na imprensa, procurando responder à questão: de que maneira o debate sobre a instalação do ensino superior evidenciou um movimento de diferenciação entre os grupos de poder tradicionais e os novos grupos em ascensão? Como metodologia, utilizou-se a análise de conteúdo com base nas variáveis de inferências apoiada em Laurence Bardin e a análise do discurso, a partir dos estudos de Patrick Charaudeau, voltados a compreender como as mídias são levadas a tomar posicionamentos sobre as informações emitidas. No suporte conceitual, utilizou-se Vilfredo Pareto para definição do conceito de elite política; John Thompson para análise dos fatos comunicacionais, ideologia e formas simbólicas; Pierre Rosanvallon para conceito do político.

Palavras-chave: Imprensa. Poder local. Relações de poder.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze and understand the political disputes among the elite of the step-fundense period from 1950 to 1967, electing as the axis of analysis the debate related to the establishment of a higher education institution. As a source of research, the local press was the main documentary corpus. The two local newspapers, *Diário da Manhã* (DM) and *O Nacional* (ON), represented a kind of gallery in which were exposed the ideas that moved the debate on the issue of higher education. In 1950, we located the first manifestations reported in this press concerning the founding initiatives of higher education, such as the Instituto da Liberdade de Conhecer (ILC) and the Sociedade Pró-Universidade (SPU), accompanying the *Modus Operandi*, the power relations and political disputes of this local elite until the completion of the project of the higher education institution in 1967, with the consolidation of the Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF). Approximations and mismatches helped shape the profile of a political generation that could be associated with new ideas, as opposed to one that remained tied to traditional groups, at a time when the newly created parties, PTB and PSD, were politically positioned, and from 1949 onwards the MTR. That said, our proposal is to analyze how the establishment of higher education mobilized politics in a dispute that took place through the debate in the press, trying to answer the question: how did the debate about the installation of higher education evidenced a movement of differentiation between the traditional power groups and the new rising groups? As a methodology, we used the content analysis based on the inferences variables supported by Laurence Bardin and the discourse analysis, based on the studies by Patrick Charaudeau, aimed at understanding how the media are led to take positions on the emitted information. In our conceptual support, we use Vilfredo Pareto to define the concept of political elite; John Thompson for analysis of communicational facts, ideology and symbolic forms; and Pierre Rosanvallon for the concept of the politician

Keywords: Press. Local power. Power relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Resultado das eleições de 1959 para gestão iniciada em 1960	23
Figura 2: Capa do jornal Diário da Manhã	33
Figura 3: Cabeçalho da contra capa do jornal Diário da Manhã	34
Figura 4: Cabeçalho da contracapa do Jornal O Nacional.....	37
Figura 5: Capa do jornal O Nacional.....	38
Figura 6: Representação dos grupos políticos locais (1917 – 1957)	43
Figura 7: Representação dos grupos políticos locais (1958 – 1964)	47
Figura 8: Representação dos grupos políticos locais (1964-1967).....	49
Figura 9: Temas defendidos por esta elite	67
Figura 10: Representação das categorias	69
Figura 11: Britadeira Municipal e Asfaltamento Gal. Neto	80
Figura 12: Terraplenagem no Bairro Boqueirão.....	80
Figura 13: Capa do Estatuto da Academia Passo-Fundense de.....	123
Figura 14: Capa do Estatuto do Instituto da Liberdade de Conhecer	126
Figura 15: Capa do Estatuto da Sociedade Pró-Universidade.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Contagem de matérias e percentual de citações.....	39
Tabela 2: Representação política dos selecionados no período do recorte.....	41
Tabela 3: Representação da origem pessoal e partidária	50
Tabela 4: Temas divulgados pela elite política na imprensa	66
Tabela 5: Segmentação partidária sob a legenda de cores.....	70
Tabela 6: Grupos de atuação de coexistência dos sujeitos	121

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA – Aliança da Renovação Nacional
COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CUC – Consórcio Universitário Católico
DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem
DM – Diário da Manhã
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE – Instituto Educacional
ILC – Instituto da Liberdade de Conhecer
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MRT – Movimento Renovador Trabalhista
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
ON – O Nacional
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Liberal
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência
SPU – Sociedade Pró-Universidade
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: POLÍTICA E IMPRENSA PASSO-FUNDENSE	20
1.1 A fonte impressa na abordagem de pesquisa	27
1.2 A imprensa escrita em Passo Fundo	30
1.2.1 <i>Diário da Manhã</i> : “Independência equidistante dos partidos em luta”	31
1.2.2 <i>O Nacional</i> : “Independente, não neutro”	35
1.2.3 Analisando os jornais em seu conteúdo	39
CAPÍTULO 2: A POLÍTICA PASSO-FUNDENSE E SEUS SUJEITOS (1947-1967) ...	41
2.1 Elites locais e vinculações partidárias	50
2.2 De que fala a elite política?	65
2.3 Poder ou ideias: o que é novo, afinal?	69
CAPÍTULO 3: ATUAÇÃO POLÍTICA LOCAL	74
3.1 Desenvolvimento urbano	74
3.2 Indústrias	93
3.3 Saúde Pública	97
3.4 Educação	101
CAPÍTULO 4: ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO DA ELITE POLÍTICA	120
4.1 Academia Passo-Fundense de Letras	122
4.2 O Instituto da Liberdade de Conhecer	125
4.3 Consórcio Universitário Católico	130
4.4 Sociedade Pró-Universidade	135
4.5 A articulação do poder na imprensa	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	157
ANEXOS	163
ANEXO I – CONVÊNIO FIRMADO ENTRE SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE E CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO	164
ANEXO II - NOTA DO DELEGADO REGIONAL JUSTIFICANDO AÇÃO DE APOIO PARA O JUIZ DE CARAZINHO	165
ANEXO III - NOTA OFICIAL DO PREFEITO MUNICIPAL CONTRA A INVASÃO DOS IRMÃOS SANTOS NA SPU	167
ANEXO IV – NOTA OFICIAL DO DELEGADO DE POLÍCIA EM CONCORDÂNCIA COM O PREFEITO	168

ANEXO IV – CARTA DE ARY CALDEIRA EM APOIO AO PREFEITO MENEGAZ CONTRA TÚLIO FONTOURA E CÉSAR SANTOS.....	169
ANEXO V – NOTA DO PREFEITO MÁRIO MENEGAZ SOBRE A VISITA AO GOVERNADOR PRÓ INTERVENÇÃO SPU	170
ANEXO VI – MANIFESTO DOS PREFEITOS DA REGIÃO EM FAVOR DE MENEGAZ NO CASO DA SPU	171

INTRODUÇÃO

Em meados de 1950, teve início o processo de interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul, período permeado por uma série de mobilizações nacionais, rupturas e formações partidárias que reposicionaram velhos nomes da política e possibilitaram, principalmente, o surgimento de novos indivíduos no cenário político local e estadual. Em Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul, após a efervescência partidária de reorganização das forças políticas com a formação de partidos políticos nacionais, datadas no recorte de 1945 a 1964, podemos destacar três partidos que estiveram ativos no processo de interiorização do ensino superior, por meio de seus representantes locais: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

É importante mencionar que Passo Fundo, nessa época, destacava-se pela produção agrícola e industrial, possuía um significativo intercâmbio comercial e enquadrava-se entre as dez cidades mais importantes do Estado. Em 1955, conforme o censo demográfico do IBGE¹, a população do município era de 76.880 habitantes, dos quais 27.350 estavam concentrados no meio urbano. Passo Fundo era o centro regional para o qual afluía a população, agregando nove distritos – Água Santa, Ametista, Ciríaco, Coxilha, Ernestina, Marau, Sertão e Trinta e Cinco – e concentrando um total populacional de 104.230 habitantes. Podemos perceber essa posição de destaque ao compararmos com outros grandes centros estaduais, como Santa Maria e Caxias do Sul, que contavam com um volume populacional entre 50 e 100 mil habitantes e, ainda, Porto Alegre, isoladamente, que atingia um marco de 394.151 habitantes, de acordo com os dados do IBGE².

Estes aspectos ressaltados sobre a cidade são apenas alguns dos argumentos que tornavam Passo Fundo adequada para implantação do primeiro núcleo de ensino superior da região norte do Estado. Ou seja, uma *metrópole* no Planalto Médio, capaz de concentrar fluxo de pessoas e serviços, a exemplo do centro de saúde, núcleo industrial, agrícola e, a partir de 1956, também, um núcleo de ensino superior.

Para a problemática, elencamos as seguintes variáveis de análise: o que despertou o ensejo por implantar o ensino superior em Passo Fundo? Como funcionou a articulação da

¹ Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>>. IBGE, Censo Demográfico, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. (1) População presente. Acesso em 21 jun. 2019.

² Idem anterior.

elite política com a imprensa local durante essa discussão? Qual foi o papel dos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, enquanto tribunas de debate e articuladores nesse jogo de poder? O que as pautas jornalísticas sobre o ensino superior podem esclarecer sobre ideias novas e tradicionais na condução da política local?

O jogo de ideias expresso na imprensa compõe ideologias marcadas por experiências partidárias que se constituíram ao longo da vida dos indivíduos. Conhecer as ideias expressas por esses sujeitos nos leva à reflexão crítica das relações de poder e dominação desse grupo, conforme John B. Thompson na obra *Ideologia e Cultura Moderna* (1995). O autor teoriza uma crítica sobre os meios de comunicação, interpretando processos pelos quais permeiam as ações simbólicas das mídias, em nosso caso, os jornais impressos expressando um viés ideológico, em que podemos constatar como ocorrem as formas de dominação desses meios por um sistema de ideias propagadas a serviço de algum poder. Poder esse que vislumbramos através da articulação entre a política e a imprensa.

Quanto ao político, respaldamo-nos no conceito apresentado por Pierre Rosanvallon, em “Por uma história do político” (2010), que define o político como um segmento que é operado pela mobilização de mecanismos simbólicos de representação. Acompanhamos também a perspectiva de René Rémond em “Por uma história política” (2003, p. 30), o qual percebe a noção de representação como o lugar da reflexão política, ressignificando os acontecimentos. Conforme o autor, a história política tem relação com os aspectos da vida coletiva, trazendo o aspecto político a um referencial da prática social.

No campo da História Política, a imprensa se constitui em possibilidade de fonte para análise das relações de poder. Para Lucca (2011), a reconstituição da história também pode ser feita através da pesquisa em fontes de imprensa. É nesse meio em que temos a percepção de que essas elites que se estabeleceram sob as bandeiras partidárias do PSD, PTB e MTR expuseram as ideias em que convergiram e divergiram, utilizando-a como o meio da prática social para constituir um complexo quadro de disputa pelo poder local.

Sobre a elite analisada, respaldamo-nos no conceito de Vilfredo Pareto em “*Sociological Writings*” (1966). Na perspectiva desse autor, existem dois fatores que contribuem para o surgimento das elites: o sistema democrático e a desigualdade entre os indivíduos. Ambos fatores favorecem para que as elites exerçam seu papel de dominação e, sobretudo, lutem entre si para o exercício da dominação e sucessão política. Para compreender esses fatores que distinguem a elite política na articulação do poder local, analisamos as ideias expressas por esse grupo na imprensa local.

Dessa forma, iniciamos pela análise de conteúdo alicerçada em Laurence Bardin. Trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, conforme descrito em seu livro “Análise de Conteúdo” (1977, p. 31). Optamos por esse método devido às possibilidades de inferências de conhecimentos que a sistemática permite, relacionando as condições de produção dos conteúdos desses jornais. Para utilização desse método, é necessário compreender que existem modelos estruturados por trás de cada mensagem emitida por nossas fontes, sendo necessária a divisão da análise em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na primeira etapa, coletamos os conteúdos necessários para o desenvolvimento da pesquisa registrando todas as edições publicadas e disponíveis do jornal *O Nacional* e do jornal *Diário da Manhã*, atendendo ao critério de exaustividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade. O *corpus* documental é constituído por 5.049 edições de *O Nacional* e 4.709 edições do *Diário da Manhã*.

Na segunda etapa, identificamos e planilhamos os dados, segmentamos as informações e categorizamos os temas localizados na imprensa. Analisamos 100% das edições coletadas, buscando identificar quem eram os sujeitos mais referenciados pelos jornais na exposição de ideias, fossem como sujeitos ativos ou passivos, criticados ou ovacionados. Dessa seleção proveio o nome de nove sujeitos vinculados à elite política local.

Posteriormente, analisamos quais foram as pautas mais recorrentes, tendo por orientação metodológica a análise de *amostra por convenção* e suas possibilidades de comparação, conforme Bardin (1977, p. 82). Na análise das pautas mais recorrentes, chegamos a 17 temas que foram posteriormente categorizados. Essa opção se justifica do ponto de vista de que as pautas não permaneceram no campo das ideias, pois evoluíram para o campo da prática política, fator que nos levou à categorização de tais itens situados nos discursos expressos nessas mídias. Ao analisarmos essa categorização a partir das relações de poder local, fomos conduzidos à ênfase de um tema que mobilizou os grupos políticos e foi objeto de longo debate: a instalação do ensino superior.

Por fim, quanto à análise do conteúdo, chegamos ao tratamento dos resultados utilizando-nos do cruzamento com outras fontes para compreensão do contexto vigente e interpretação dos dados. Para tal, aprofundamo-nos na análise do discurso dessa imprensa, utilizando a diretriz de Patrick Charaudeau em “Discurso das Mídias” (2009), em que observamos cada edição citada, considerando suas especificidades, restrições, modo de organização e as inferências que estão além do conteúdo. Nesse sentido, percebemos a

comunicação midiática pela perspectiva da articulação de um sistema de signos e valores implícitos. Observamos que existem pontos que expressam a estratégia do discurso da informação destacada no emissor e em sua pretensão. A perspectiva de Charaudeau (2009) leva a questionamento a posição de imparcialidade das mídias não como um ato intencional, mas como quem se posiciona e sabe seu papel no jogo de poder.

Para aplicabilidade dos métodos supracitados em consonância com nossa proposta de pesquisa, é necessário compreender o cenário vigente durante o processo de instituição das primeiras faculdades em Passo Fundo, durante as décadas de 1950 e 1960, reestabelecendo o alinhamento das lideranças passo-fundenses em 1945, no início das referidas formações partidárias. Esse alinhamento é necessário devido ao objetivo de compreender as lutas políticas em prol da interiorização do ensino superior, o que requer atenta análise dos indivíduos que compuseram esses grupos, acompanhando sua atuação no âmbito local e também como no caso daqueles que tiveram representação no Legislativo em nível estadual e até nacional. Como fontes para desenvolvimento deste estudo, buscamos a reconstituição das disputas a respeito da interiorização do ensino superior e da criação de uma futura universidade, em que elegemos notícias que circularam na imprensa local – jornal *Diário da Manhã* e jornal *O Nacional* – de 1947 a 1964.

Utilizamos essa imprensa para estudar esse período por entendermos que os jornais também são um meio de manifestação da política, considerando que não são neutros. Esse aspecto pode ser percebido pela motivação de fundação de cada um desses jornais e, ainda, por sua identidade partidária. A imparcialidade é um requisito para o jornalismo, mas a aplicabilidade do termo imparcial à imprensa passo-fundense dessa época é incongruente. O *Diário da Manhã*, por exemplo, direcionava seus conteúdos às ideias pessedistas até meados de 1956, pois seu proprietário pertencia ao PSD, posteriormente rompendo com esse mesmo partido e migrando seu apoio para o PTB e, mais em específico, ao líder executivo do grupo. Declarando-se “independente, não neutro”, *O Nacional* instituiu-se primeiramente no apoio à política do PTB e, posteriormente, em 1958, ao MTR.

Ao contrário da grande imprensa nacional, que se profissionalizava e se tornava empresa, o que, conforme Lucca (2011, p. 137-138), significava a modernização dos métodos de impressão, agilidade na entrega e, sobretudo, produtividade e lucro. Essa migração, de acordo com a autora, não extinguiu o caráter opinativo dos jornais e, assim, também se perceberam as mesmas diretrizes no *ON* e no *DM*, que guardavam resquícios de uma imprensa de opinião engajada nas próprias ideias partidárias, mesmo não representando

oficialmente os respectivos partidos citados anteriormente. Tanto no *Diário da Manhã* quanto em *O Nacional*, as influências sofridas estavam aportadas no jogo de relações políticas de seus proprietários que estabeleceram vínculos com nomes expoentes da política local, explicitando-os nos conteúdos analisados. No entanto, em boa parte das vezes, nem sempre tais influências são claras. Tânia Regina de Lucca (2011, p. 116), no capítulo intitulado “História dos, nos e por meio dos periódicos”³, denomina-as como “influências ocultas”, sejam elas instituídas por vínculo partidário de seus editores ou proprietários, sejam pela necessidade de captar a publicidade paga para se manter ou mesmo por pressão do governo.

O estudo dessas elites políticas locais demonstra as articulações ante um contexto nacional, o que nos guia à luz da História Regional, eixo de pesquisa concentrado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo. Alguns conceitos são fundamentais quando se trabalha pelo prisma da história regional, a exemplo de espaço, território e região. No caso desta pesquisa, o conceito mais aplicável é o de região que, de acordo com Reckziegel (2016, p. 114), “constitui um conceito que ganha sentido quando associado à historicidade presente no processo de sua formação. [...] a partir de uma dupla acepção: como categoria de análise e como fenômeno concreto.” Nossa perspectiva sobre região situa-se no norte do estado do Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, no recorte de 1947 até meados de 1967, justificando-se pelo contexto político vigente e pelas relações de poder expressas em torno da pauta da instalação de um núcleo de ensino superior em Passo Fundo.

Na configuração do poder político local, desde meados da instalação da República, percebemos duas vertentes políticas vinculadas a um determinado grupo político, que demarcou a primeira etapa do poder político passo-fundense no período republicano. Abordamos a segunda etapa de poder local passo-fundense, bem como sua linha condutora até meados de 1967, percebemos a atuação desse grupo proveniente dos Annes como uma classe política, de acordo com Mosca (1939), ou elite dirigente, segundo Pareto (1966). Utilizamos o conceito de elite dirigente para esse grupo responsável por articular a dinâmica social do poder local passo-fundense durante o recorte que analisamos.

Optamos pelo conceito de elite desenvolvido por Pareto (1966), no qual o autor percebe a particularidade dessas elites por um preceito histórico de sucessão para o exercício da política de dominação, alocando-os no prisma de uma elite política, seja ele atuante como dirigente, seja apenas representativo socialmente. Essa elite é percebida pelo autor como uma

³ In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.

classe dominante que pode vir a recrutar por hereditariedade ou cooptação, perspectiva que se demonstra nessa elite política estudada quando demonstramos e analisamos a influência que tais sujeitos receberam para o ingresso na vida política. Essa elite parte de um grupo minoritário que atua destacadamente frente a cenários específicos, podendo vir a ser nominada como elite política, elite econômica, elite religiosa, entre outras. Sobretudo, nessa análise, traçamos a perspectiva de uma elite política vinculada a partidos e ideologias, maneira sobre a qual ocorre a circulação dessas elites.

Pelo posicionamento político partidário constatado nos jornais analisados, levando em conta a filiação dos seus proprietários, constituiu-se a necessidade de apreciá-los enquanto fontes da pesquisa histórica, para reflexão sobre como cobriam as pautas acerca do ensino superior, fossem provindas de políticos aliados ou adversários. Também pudemos perceber que, apesar de essa imprensa declarar-se independente de verbas partidárias, posicionava-se como uma arena de disputas de poder para os grupos políticos locais, deixando explícito inclusive o apoio a alguns integrantes dos partidos aos quais também eram filiados. Tanto o DM quanto o ON eram de propriedade de ativos políticos locais, os quais, inclusive, declaravam-se pertencentes a grupos políticos e, em algum momento, foram candidatos a funções públicas entre 1947 e 1964. Esse é o motivo pelo qual recorreremos a essa imprensa como fonte capaz de nos revelar de que forma e em qual grau se deu o debate sobre a instalação do ensino superior em Passo Fundo, que, sem nenhuma dúvida, foi um divisor de águas na feição da cidade, particularizando-a como centro de desenvolvimento socioeconômico e cultural regional. A partir do conteúdo pesquisado em ambos os impressos, chegamos aos integrantes de uma elite política e, nesse limiar, detivemo-nos em estabelecer os vínculos interpessoais, partidários e ideológicos entre tais sujeitos.

Para fins de estrutura da exposição, dividimos a tese em quatro capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Política e Imprensa Passo-Fundense”, apresentamos o contexto histórico em que se insere o tema, além de abordarmos as fontes responsáveis por fundamentar esta pesquisa: os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*. Nesse capítulo, apresentamos as fontes pela perspectiva de sua estrutura, aspectos gráficos, características e equipe diretiva. Nessa abordagem, também inserimos a análise do conteúdo desses impressos, conforme já explicitado em Bardin (1966), para compreendermos as inferências contidas nos documentos por meio das citações de políticos proeminentes, numerando a quantidade dessas citações e justificando a seleção dos indivíduos estudados.

No segundo capítulo “A política passo-fundense e seus sujeitos (1947-1967)”, elaboramos quadros demonstrativos dos indivíduos que compuseram a elite política que debateu a pauta do ensino superior. Além disso, analisamos a formação partidária dessa elite, o que nos levou à compreensão de que suas origens e linha sucessória os colocavam na posição de uma elite política. Ainda aqui, nesse capítulo, também selecionamos as pautas mais defendidas por esses sujeitos na imprensa local utilizada como fonte, bem como as ideias que convergiam ou divergiam o modelo político passo-fundense.

No terceiro capítulo nominado “A atuação política local”, partimos do resultado nominal dos indivíduos que estiveram mencionados pela imprensa, configurando os grupos em disputa a partir do critério de vinculação, partidária ou familiar, com gerações que anteriormente haviam constituído a elite política local ou de desvinculação com os velhos poderes. Embora apresentados como adversários político-partidários, constatamos que esse grupo pode ter convergido em algumas situações; nesse caso, analisadas através da seleção das categorias apresentadas nas análises de notícias, citadas no levantamento quantitativo do segundo capítulo.

No quarto capítulo, intitulado “Espaços de articulação da elite política”, abordamos os outros espaços de poder em que esses sujeitos atuavam, a exemplo do Instituto da Liberdade de Conhecer (ILC), Consórcio Universitário Católico (CUC) e a Sociedade Pró-Universidade (SPU), bem como a operacionalização na imprensa, utilizada como um espaço de articulação dessa elite. Analisamos, ainda, como esse grupo ganhava espaço para divulgar suas pautas e jogar o jogo do poder na imprensa, na SPU e no ILC, como o *modus operandi* para realizar seus objetivos, a exemplo da instituição do ensino superior, visando à base para a futura universidade e o controle desse núcleo. Outro aspecto abordado nesse capítulo é como foi percebida a articulação desse jogo de poder na imprensa, na SPU e na ILC até o desfecho de unificação da SPU e do Consórcio Universitário Católico (CUC) que determinou apenas um dono para a entidade administradora das faculdades locais.

Com essa análise estruturada em quatro capítulos, propomos analisar como essa elite política se mobilizou com relação a determinados temas, sobretudo quanto à instalação do ensino superior, em uma disputa que utilizou a imprensa como arena de debates. Estima-se que, dessa forma, esta pesquisa contribuirá para compreendermos de que maneira o debate sobre a instalação do ensino superior evidenciou um movimento de diferenciação entre as elites políticas tradicionais de poder e os novos grupos em ascensão.

CAPÍTULO 1: POLÍTICA E IMPRENSA PASSO-FUNDENSE

Em Passo Fundo, em 1947, assim como no restante do Brasil, já havia ocorrido a efervescência partidária de uma nova configuração com a criação de partidos nacionais. Dentre eles, encontravam-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), grupos esses de maior representatividade na cidade de Passo Fundo e, a partir de 1958, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), também ganhou destaque. Para compreender o cenário político vigente em nosso recorte de 1950 a 1967, precisamos reestabelecer o alinhamento das lideranças passo-fundenses em 1945, com as organizações partidárias nacionais que moldaram o período em questão.

O ano de 1946 foi um ano de transição nos governos municipais e estaduais, se saía de uma ditadura controlada por Getúlio Vargas, que nomeava interventores para corroborarem com o sistema de governo centralizado e entrava-se na organização partidária para preparação das eleições vindouras. Em Passo Fundo, quando os partidos começaram a organizar-se em bases locais no ano de 1945, estava à frente da prefeitura o interventor Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Foi nesse cenário que se formou o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro.

O PTB, particularmente, teve sua ascensão quando integrantes queremistas, dissidentes do PSD e sindicalistas uniram-se à velha guarda política passo-fundense para sua formação. Entre as lideranças mais proeminentes do PTB passo-fundense, estavam Urbano e César Ribas, Guilherme Knack e Antônio Nunes Figueiredo, Waldir Cecconi, Maturino Rabelo, Paulo Totti, João Freitas, Arthur Canfield, Augusto Trein, Romeu Martinelli, Mário Menegaz, Benoni Rosado, Rodolfo Rodrigues de Lara, Aquelino Translatti, Wilson Garay, Theomiro Branco, Wolmar Salton, Meireles Duarte, Ernesto Scortegagna. O PTB possuía uma precária sustentação, sem liderança organizada localmente, ao contrário do PSD, que possuía vínculos com figuras estaduais e locais e era “detentor de uma base eleitoral regional consolidada há vários anos, através de sucessivas vitórias pela sigla do PRR⁴” (BENVEGNÚ, 2007, p. 285).

Em 1946, o presidente do PSD estadual, Arthur Ferreira Filho, foi nomeado interventor em Passo Fundo. Era a terceira vez na carreira política de Ferreira Filho que este assumia a gestão do município como interventor. Ferreira Filho permaneceu como interventor até início de 1947 quando passou o compromisso para Ivo Pio Brum, que permaneceu até as

⁴ Partido Republicano Riograndense.

eleições que ocorreram no final do ano. No processo eleitoral, de 1947, quando Armando Annes saiu à frente pelo PTB, sendo eleito prefeito municipal e Daniel Dipp como seu vice, houve apoio, sobretudo, da União Democrática Nacional (UDN), uma chapa improvável e impensável em nível nacional, em que os respectivos partidos eram adversários tradicionais. Essa aliança foi defendida por Armando Annes como uma “candidatura popular”, o que o fez ser visto como um homem “apolítico e apartidário” pela imprensa local. Contudo, essa escolha trouxe a rejeição dos integrantes do PSD que acabaram travando intensas batalhas ideológicas nos jornais locais.

Ferreira Filho era favorável ao apoio do PSD à candidatura de Armando Annes e foi com essa finalidade que veio a Passo Fundo situando-se como “uma cabeça de ponta”, na tentativa dessa possibilidade que chegou até a surgir. Denominado de “histórico acordo”, o encontro entre Vergueiro (PSD), Cesar Santos (PTB) e Júlio Mendes pela UDN, inviabilizado pela intransigência das partes, não se efetivou. Mesmo sem o apoio formal dos partidos de oposição, a candidatura de Armando Annes, pela expressividade que representava, recebeu a adesão de grupos ‘de todos os credos políticos e religiosos’, [...] ‘que, acima de questões partidárias’, viam em sua figura, ‘um homem experiente, de comprovada capacidade e indiscutível probidade’. O PSD lançou a candidatura do madeireiro Dionísio Lângaro e de Elpídio Fialho para a prefeitura e vice-prefeitura, este último, liderança expressiva do PSD da localidade de Marau. O PRP e o PL se uniram na denominada “Coligação Democrática Cristã” contando com o apoio de uma dissidência do PSD na liderança de Bittencourt Azambuja e Mauro Machado; outra do PTB liderada pelo capitão Telmo Azambuja e pelo clero, tendo por candidato o jurista Carlos Galves, portanto já em oposição formada. (BENVEGNÚ, 2007, p. 288).

A oposição inesperada do PSD a Armando Annes reavivou os embates com seu principal adversário político: Nicolau de Araújo Vergueiro. Durante a década de 1920, Nicolau Vergueiro e Armando Annes protagonizaram efervescentes debates na imprensa local, então representada pelos jornais *O Nacional* e *A Voz da Serra*. Ao final da década de 1940, o velho hábito de ataques pessoais foi retomado, agora através dos jornais *Diário da Manhã*, como porta voz de Vergueiro, e *O Nacional*, de Armando Annes, marcado pelas eleições de 1947 tendo PTB vencido por apenas 166 votos.

Esse acontecimento pode ser percebido como o estopim da ascensão do PTB em Passo Fundo, pois, a partir daí, o partido venceu sucessivamente nas eleições de 1951, com Daniel Dipp e Mário Menegaz; em 1955, com Wolmar Salton e Benoni Rosado; em 1959, com Benoni Rosado e Silval Bernardon do PSP. Passo Fundo foi um reflexo da força representativa eleitoral que o PTB ganhou no cenário nacional. O crescimento foi gradativo, “de cinco vereadores eleitos em 1947, passou para sete em 1951, oito em 1955, nove em 1959” (BENVEGNÚ, 2007, p. 288). Múcio de Castro, proprietário do jornal *O Nacional*,

também veio a integrar o grupo petebista um pouco depois, elegendo-se, inclusive, deputado estadual em 1954. Em âmbito estadual, representaram o PTB César Santos, Daniel Dipp e Múcio de Castro.

A ascensão do PTB contribuiu à eleição de César Santos para deputado estadual em 1947, impactando inclusive no resultado das eleições locais nesse mesmo ano. Armando Annes elegeu-se prefeito em 1947, tendo Daniel Dipp como seu vice, que permaneceram na gestão do município até as eleições de 1952. Daniel Dipp venceu as eleições de 1952 para gerir o município, tendo Mário Menegaz como vice-prefeito, mas foi Menegaz que chegou até o final da gestão como prefeito, pois Dipp optou por concorrer para deputado estadual sendo, posteriormente, eleito. Esse foi o marco do ingresso de Daniel Dipp no cenário estadual e o de Menegaz como figura proeminente nas articulações do poder político local.

Wolmar Salton foi o prefeito eleito de 1956, contando com Benoni Rosado como vice. Benoni Rosado foi eleito em 1960 para gerir o município, tendo como vice Sinval Bernardon do mesmo partido. Salton demarcou uma gestão pacífica à frente do município e de poucas críticas pela imprensa local, bem ao contrário do resultado das gestões de Armando Annes, Daniel Dipp, Mário Menegaz e Benoni Rosado. Na eleição de 1960, quando Benoni Rosado se elegeu, Mário Menegaz também concorreu as eleições, já compondo chapa pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). As atividades de campanha foram intensas e disputadas, mas o resultado geral deu uma boa margem para a chapa do PTB, elegendo prefeito e vice do respectivo partido e deixando o PTN à margem no resultado das urnas:

Figura 1: Resultado das eleições de 1959 para gestão iniciada em 1960⁵

7) - A votação obtida foi a seguinte:

- PARA PREFEITO -		
BENONI ROSADO.....	(PTB)	9.504 votos
MÁRIO MENEGAZ.....	(PTN)	6.930
ANTÔNIO DE BITTENCOURT.....	{ Coligação de mo (exaltica Passo-fundo)	2.661
AZAVOLTA.....	{ dissol -D.D.N.-P.L.-P.J.D.-
- Em branco		513
- Nulos		713
TOTAL DOS VOTANTES		20.321
- PARA VICE-PREFEITO -		
SIMVAL BERNARDON.....	(PTB)	8.437 votos
ANILDO JOSÉ SARTURI.....	(C.D.P. FUNENSE)	5.896
DANIEL RIPP.....	(PTN)	4.292
.....	()
- Em branco		1.074
- Nulos		622
TOTAL DOS VOTANTES		20.321

Fonte: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-passo-fundo>>.

A diferença entre o candidato pelo PTB, Benoni Rosado, e o dissidente petebista, Mário Menegaz, pela legenda do PTN, foi bastante considerável, marcando 2.574 votos a mais para o petebista, conforme indicado na figura 1. A hegemonia petebista somente foi rompida nas eleições de 1963, quando Mário Menegaz e João Adolfo Floriani uniram-se à “Coligação Popular Passo-Fundense” (CPP) para barrar o poder do PTB na região. A CPP formou-se pela união do PSD-PL-UDN-PRP-PSP, além do MTR e PDC, mesmo com menor representatividade na região.

As campanhas eleitorais que se travavam em Passo Fundo contavam com a presença de lideranças expressivas do cenário político nacional. Como pólo regional e base eleitoral consistente, a cidade se constituía em ponto convergente das candidaturas majoritárias. Aqui estiveram, por exemplo, Getúlio Vargas, João Goulart, Jânio Quadros, Adhemar de Barros, Juscelino Kubitschek, Fernando Ferrari, Luiz Carlos Prestes, entre outros. Em ruidosos comícios-monstro, eram também recepcionadas lideranças que se enfrentavam em âmbito estadual como Walter Jobim, Alberto Pasqualini, Ernesto Dornelles, Cilon Rosa, Egidio Michaelsen, Loureiro da Silva, Wilson Vargas, Ildo Meneghetti, Perachi Barcellos, Leonel Brizola, esse último, figura presente e marcante de apoio ao trabalhismo local. (BENVEGNÚ, 2007, p. 288).

⁵ TER. Resultados Eleições Municipais 1959. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-passo-fundo>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

Se voltarmos a atenção ao MTR, podemos perceber que seu processo de formação foi um pouco mais tardio – se analisarmos comparativamente com o PSD e PTB. Esse partido funcionou como um ponto de apoio dos petebistas dissidentes a partir de 1958, a exemplo de “Daniel Dipp, Mário Menegaz, Theomiro Branco, Arthur Canfield, Nelson Petry, Augusto Trein, Romeu Martinelli Nagippe Kraidd, Afonso Simões Pires Neto, Floro José da Silveira e Trajano Salinet” (BENVEGNÚ, 2007, p. 283). Os motivos que levaram essa ala rebelde à dissidência foram divulgados pela imprensa do período, de forma que era tratada como justificada pelo jornal *O Nacional* e contraposta como absurda pelo jornal *Diário da Manhã*.

Essa jornada eleitoral de 1947 a 1963 demonstra que a gradativa expansão do PTB trouxe junto disputas internas das quais podemos destacar, principalmente, a ocorrida entre Daniel Dipp e César Santos, que levaram a uma ruptura da chamada “Ala Rebelde” liderada por Dipp. O reflexo do desacordo impactou inclusive nas eleições para deputado estadual, em 1958, quando Múcio de Castro aparecia como a escolha óbvia para a reeleição, mas teve sua candidatura contraposta pela de Romeu Martinelli. O desacordo por parte de Dipp foi efetivamente exposto pelo jornal local *O Nacional*⁶.

“Encontrei, por toda parte, o rastro da traição e a marca dos traidores”
O DEP. DANIEL DIPP INTERVEM NOS ACONTECIMENTOS CRIADOS PELA
DIREÇÃO DO PTB LOCAL

[...] Em convenção partidária, aqui realizada em meados de outubro do ano findo, quando ainda me encontrava no exterior integrando a representação parlamentar brasileira, foi o meu modesto nome escolhido e indicado à reeleição pelo município de Passo Fundo. Não fui previamente ouvido nem consultado, da mesma forma como, depois de meu regresso a Passo Fundo, não fui consultado e nem ouvido, oficialmente, pela Executiva Municipal do meu Partido. [...]

E aqui chegando, repito, encontrei tudo consumado. Consumada estava a convenção partidária e consumadas estavam também, as dissensões internas do Partido. [...]

Enquanto minha presença aqui era ignorada, alguns membros da direção partidária, por sinal dos mais responsáveis categorizados, mas que, felizmente, não representavam nem representam a maioria da Executiva e muito menos do Diretório, assoalhavam aos quatro ventos, a princípio através de interpostos e conhecidos elementos, alguns dos quais da reputação moral e política duvidosa, que eu não era nem seria candidato, e que se deveria votar em fulano e beltrano, porque estes eram os candidatos que tem dinheiro para dar ao Partido.

A questão das candidaturas, principalmente na que se reflete em Múcio de Castro, ganhou a pauta de *O Nacional*, relatando o telegrama enviado por Wilson Vargas, deputado estadual, ao presidente nacional do partido João Goulart. O pedido a favor da candidatura de Múcio de Castro partia de seus aliados partidários que consideravam grande injustiça à indicação de Menna Barreto apenas pela condição financeira que proporcionava ao PTB local.

⁶ *O Nacional*, 16 jul. 1958, p. 4. Título: “Encontrei, por toda parte, o rastro da traição e a marca dos traidores”.

Bancada do PTB insiste na candidatura Múcio de Castro
P.ALEGRE, 21 (ON)

Ontem a bancada do PTB, tendo como primeiro signatário o deputado Wilson Vargas, dirigiu o seguinte telegrama ao sr. João Goulart, presidente nacional do Partido Trabalhista:

<<Os deputados abaixo assinados, respeitosamente, apelam para V. Exia. , ratificando solicitação já feita pela Executiva Estadual e pela totalidade da nossa representação nesta Assembléia, no sentido de ser incluído na relação de candidatos à Assembléia Legislativa, como imperativo de justiça e considerando o alto interesse partidário, o nome do valoroso colega deputado Múcio de Castro. Certos de que seremos merecedores da consideração que sempre nos dispensou V. Ex., enviamos Saudações Trabalhistas>.

Executiva não resolveu – O deputado João Caruso, presidente da Executiva Estadual do PTB, dirigiu ontem ao presidente nacional do PTB telegrama considerando <<impotente o diretório estadual para resolver o caso de Passo Fundo>>, o que motivou aquela manifestação da bancada estadual. O candidato oficial da bancada daquele município é o sr. Ney Menna Barreto, que conta com cerrada oposição entre seus companheiros de diretório. (O NACIONAL, 21 ago. 1958).

O argumento do jornal *O Nacional* para informar sobre a ala rebelde parte dessas considerações realizadas por Dipp, de que havia uma parte do PTB tomando decisões sem consultar a maior parte do diretório, levando em conta apenas a contribuição financeira que o indivíduo poderia vir a proporcionar ao partido. Ainda no argumento desse jornal, estava a desconsideração da acirrada disputa interna que certos candidatos inspiravam, como era o caso de Menna Barreto. Já no *Diário da Manhã*, durante o mês de agosto, não há qualquer menção aos desentendimentos internos do PTB, apenas informações sobre novos comitês abertos e viagens de Daniel Dipp para abertura de tais comitês. O manifesto de Múcio de Castro, no próprio jornal, declarava conformidade em não concorrer mais por preferir voltar-se aos ofícios de empresário e jornalista, mas demonstrava decepção, assim como Dipp, com relação à ala executiva do partido:

[...] Posso informar que, infelizmente, as controvérsias e dissensões no seio do meu partido, em Passo Fundo, tomaram tal profundidade que não é mais possível nesta altura, harmonizar os bandos que ali se digladiam. Isto porém, poderia ter sido contornado em tempo, não fosse ter o atual presidente da Executiva, sr. João Caruso Scuderi, se desinteressado completamente pelo rumo dos acontecimentos; se não tivesse ele negligenciado, indo há meses a Passo Fundo ou determinado a ida até de lá de um enviado especial para dirimir as questões internas que surgiram no âmbito partidário municipal, S.s. somente visitou esta cidade há alguns dias passados, tarde demais, limitando-se – e isso o mais grave – a ouvir pronunciamentos de um dos grupos, se sequer visitar ou convocar, para reuniões em separado, companheiros seus, componentes das facções em lutas, dos grupos em atrito, há quase um ano. [...] (O NACIONAL, 23 set. 1958, p. 2).

Com a explosão da ala rebelde, o cenário representado pela imprensa passou a ser peculiar: Múcio de Castro integrou a ala rebelde, exonerando-se do PTB junto com os partidários rebeldes, posicionando seu jornal como porta voz do grupo; por parte de Túlio Fontoura, do *Diário da Manhã*, mesmo sendo vinculado oficialmente ao PSD, passou a apoiar especificamente a figura do petebista César Santos, pertencente à ala executiva. Túlio Fontoura também percebeu que essa seria uma oportunidade de afrontar-se com Múcio de Castro n’*O Nacional*, seu antigo desafeto. Múcio de Castro e Túlio Fontoura disputavam as atenções locais pela adversidade de seus periódicos que se afrontavam sempre que uma oportunidade surgia. Ambos possuíam posicionamento e vinculação partidária, o que gerava constantes farpas entre eles. Com os posicionamentos de defesa bem claros, as eleições de 1959 foram o palco do enfrentamento entre a ala rebelde que lançou para prefeito Mário Menegaz e para vice-prefeito Daniel Dipp. Já a ala executiva do PTB aliou-se com o PSP e lançou Benoni Rosado para prefeito e Sinval Bernardon para vice-prefeito. No período, supunha-se que a iniciativa dos rebeldes foi motivada pelo apoio do PTB à candidatura de Leonel Brizola para governador do estado, por isso a tentativa de Brizola em apaziguar a disputa não fez a menor diferença.

Brizola decidiu interceder na política local vindo a Passo Fundo e declarando-se apoiador de Benoni Rosado. Com o apoio explícito de Brizola, a ala rebelde achou suporte em outra legenda: PTN. Brizola declarou publicamente a expulsão dos integrantes rebeldes, dentre os mais proeminentes estavam Daniel Dipp e Mário Menegaz. Após a derrota nas urnas, o rumo dos rebeldes se reconfigurou novamente, pois desligaram-se do PTN e aderiram ao MTR, partido nacional fundado por Fernando Ferrari, também dissidente trabalhista. Essa foi a única maneira, em Passo Fundo, de impulsionar o enfraquecimento do PTB local liderado por César Santos.

Pelo desfecho, percebemos que a luta pelo poder local e as novas ideias eram aquelas ligadas à esquerda petebista, mas essa vinculação com Brizola e a interferência direta ao candidato apoiado por César Santos colocou-o em uma perspectiva de trabalhismo negativo pelo extremismo de Brizola e as suspeitas comunistas do período. Pela contrariedade à Brizola e a saída da ala rebelde do partido, a vinculação de Mário Menegaz, Daniel Dipp e Múcio de Castro foi demarcada como um trabalhismo positivo pela diretriz da imprensa da época.

Essa divisão foi enfraquecendo gradativamente o PTB, mas somente em 1964 percebia-se claramente a perda de hegemonia do PTB em Passo Fundo, situação muito similar

a que ocorria nos cenários estadual e nacional. Com o golpe civil-militar, tanto o governador do estado quanto Mário Menegaz, prefeito eleito da época, apoiavam o regime. O golpe consumado em nível nacional exilou e retirou os direitos políticos de João Goulart, Jânio Quadros e Leonel Brizola. Em Passo Fundo, da elite política, temos os nomes de Benoni Rosado como preso político enviado para Porto Alegre, onde permaneceu até segunda ordem. César Santos também estava na lista, não fossem suas dedicações científicas que o guiaram para outros lugares anteriormente ao fato.

Com essa nova articulação de apoio ao regime vigente, marcou-se como explícito o posicionamento de Menegaz para atrapalhar efetivamente os planos de César Santos na articulação do poder local por meio da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Menegaz abriu uma denúncia n' *O Nacional* responsabilizando César Santos e seu irmão por falcatruas à frente da administração da SPU. Nesse período, Menegaz conseguiu que a instituição ficasse sob a alçada de um interventor. O nome escolhido pelo governo do Estado foi o de Murilo Annes, filho de Herculano Araújo Annes – primeiro sociofundador do jornal *O Nacional* –, sobrinho de Armando Araújo Annes e neto de Gervásio Lucas Annes, que marcou a primeira etapa de poder em Passo Fundo pelo PRR.

O conflito só foi amenizado quando, em 1967, César Santos deixou definitivamente a presidência da Sociedade Pró-Universidade. Essas disputas partidárias e intrapartidárias marcaram profundamente o período selecionado para estudo, justificando, inclusive, a seleção dos membros mais citados do período, conforme demonstramos na análise, tendo como fonte a imprensa local. Foi nesse panorama de adversidade política e partidária, de uma elite política em busca do poder local, que essa pesquisa se instituiu.

Neste primeiro capítulo, apresentamos o contexto histórico da política e da imprensa passo-fundense. Na seção 1.1 – A fonte impressa na abordagem de pesquisa –, tratamos do aporte da fonte impressa como um meio de reconstituir os fatos históricos do nosso recorte de pesquisa, bem como o jogo político na imprensa. No item 1.2 – A imprensa escrita em Passo Fundo –, adentramos as fontes, os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, que expuseram a base dos embates abordados nesta tese, bem como as características desses materiais. Outra análise realizada foi a do conteúdo desses jornais, presente na seção 1.3.

1.1 A fonte impressa na abordagem de pesquisa

A perspectiva atual da história política nos permite compreender os fenômenos a partir do cruzamento de estudos interdisciplinares e renovação das fontes: “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.” (RÉMOND, 2003, p. 29). Essa relação é percebida no uso da imprensa como fonte possível de ser utilizada para a reconstrução dos eventos históricos.

O político enquanto variante da prática social utiliza-se de arenas de articulação, a exemplo da imprensa. A imprensa, por sua vez, enquanto meio da prática política, precisa “trazer à luz o acontecido”, perspectiva que se tornou significativa com a terceira geração dos *Annales*, mas que antes eram vistas como “enciclopédias do cotidiano” que continham uma gama de “interesses, compromissos e paixões”; por isso, eram consideradas, de acordo com Lucca (2011, p. 112), como inadequadas para “recuperar o passado”, pois “forneciam imagens parciais distorcidas e subjetivas”.

As imagens parciais podem ser percebidas nas fontes de pesquisa, jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*. O primeiro jornal citado foi fundado por Túlio Fontoura, amigo próximo do político Nicolau Araujo Vergueiro líder do PSD local. Já no segundo jornal, *O Nacional*, de propriedade de Múcio de Castro, sua parcialidade instituiu-se primeiramente no apoio à política do PTB e, posteriormente, a 1958, ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Percebemos que as influências sofridas pelos impressos nem sempre são claras. Por esse motivo, Lucca (2011, p. 116) as denomina como “influências ocultas”, sejam elas instituídas por vínculo partidário de seus editores ou proprietários, seja pela necessidade de captar a publicidade paga para se manter ou mesmo por pressão do governo. No caso dos jornais que utilizamos, constatamos o vínculo partidário existente entre os proprietários e a rede política na qual estavam inseridos: *Diário da Manhã* aliado aos tradicionais políticos que se instauraram no PSD e *O Nacional*, aliado aos políticos que primeiramente faziam parte do PTB e, posteriormente, romperam tarjados como rebeldes e instituíram-se no MTR.

Pelo posicionamento verificado nos jornais analisados e pela percepção da história “por meio da imprensa”, aprofundarmo-nos na reflexão sobre a percepção da imprensa sobre os sujeitos políticos atuantes do período recortado.

Estudos dessa natureza, que exigem larga pesquisa, domínio de ampla bibliografia e rigor conceitual são fundamentais não só pelos dados que inventariam e organizam,

mas pelo muito que sugerem e ensinam acerca dos procedimentos teórico-metodológicos adotados no tratamento das fontes. (LUCCA, 2011, p. 122).

Um dos aspectos observados no *Diário da Manhã* e no *O Nacional* ligava-se à publicidade – elemento recorrente nas páginas desses periódicos, mas percebemos que, no caso das fontes, os recursos majoritários ainda provinham das assinaturas que eram anunciadas com frequência nas contracapas. Não havia restrição por princípios partidários na publicidade desses impressos. Por exemplo, Nicolau Vergueiro (PSD) e César Santos (PTB) anunciavam seus consultórios em ambos, quase diariamente, bem como seus anúncios constituídos como informe de ausência com contagem para retorno do atendimento.

Apesar de esta imprensa declarar-se independente de verbas partidárias em seus editoriais na primeira edição publicada de cada um, eram espaços acessíveis para as elites políticas como estratégia para ser visto “na arena do poder”. Como elites políticas, compreendemos a classe dirigente do panorama político vigente, conforme Pareto (1966)⁷, que frequentemente utilizava a imprensa como importante recurso de articulação. Antes de adentrarmos especificamente na análise dos jornais, enquanto espaços de articulação política, pensamos ser interessante expor algo sobre seu formato. A observação à “materialidade” caracteriza os primeiros esforços da análise desses impressos, possibilita a percepção do formato, do tipo de papel utilizado, da qualidade da impressão, das cores, do uso das imagens, fotos ou ilustrações. As variações desse material permitem a percepção do “lugar social” ocupado pelos impressos analisados.

[...] nas páginas dos exemplares inscreve-se a própria história da indústria gráfica, dos prelos simples às velozes rotativas até a impressão eletrônica. [...] Páginas amarelcidas que também trazem as marcas do processo de trabalho que juntou máquinas, tintas, papel, texto e iconografia, fruto da paciente ordenação do paginador e da composição manual e caprichosa de cada linha do texto pelo tipógrafo, passando pelos ágeis operadores das linotipos e, agora, pelos meios digitais. É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. [...] (LUCA, 2011, p. 132).

A imprensa passo-fundense não contava com o mais moderno parque gráfico, mas seus recursos eram adequados para a produção que a região demandava. Em muitas edições, podemos verificar um padrão de qualidade superior na impressão *d'O Nacional*, pois

⁷ Para Pareto (1966), A elite política e a elite econômica são as mais importantes e é a desigualdade que contribui para o domínio dessas elites. Outro aspecto destacado pelo autor é de que, além das elites competirem entre si, elas se sucedem quando se trata do exercício da dominação política. Por essa perspectiva que utilizamos a definição relativa à elite política de Vilfredo Pareto para fins desta tese.

difícilmente continha manchas ou falhas na impressão, detalhe subjugado no *Diário da Manhã*, especialmente quando se iniciam os testes com impressões coloridas no final de 1950. É a atenção a esses aspectos que, para Lucca (2011), significa “historicizar” as fontes, permitindo-nos a constatação dos recursos disponíveis na época e o porquê da escolha de tais recursos.

Nas décadas de 1940 e 1950, havia uma tendência da profissionalização nos impressos, que caminhava a passos lentos em Passo Fundo, onde ainda se emitia um caráter opinativo e conotava constante intervenção na vida pública e a passos lentos também andava o processo de modernização das máquinas de produção dos impressos. Tendo uma referência à parte nesse fator opinativo, a estruturação dos impressos *DM* e *ON* alteravam-se de acordo com a tendência nacional, pois “ao lado das reportagens, entrevistas e inquéritos, adensavam-se as seções dedicadas a assuntos policiais, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária.” (LUCCA, 2011, p. 138).

Tanto o *Diário da Manhã* quanto *O Nacional* possuíam proprietários ativos na vida política. Túlio Fontoura e Múcio de Castro, respectivamente, possuíam preferências partidárias e foram candidatos a funções públicas em algum momento da análise entre 1947 a 1964. Teriam essas preferências influenciado as coberturas jornalísticas de ambos? Para tentar responder a essa questão, que reporta a outra mais ampla, a qual seja a relação da imprensa com a política, nas próximas seções, procedemos a uma breve retrospectiva histórica de ambos os jornais.

1.2 A imprensa escrita em Passo Fundo

A imprensa em Passo Fundo⁸ teve seu princípio vinculado às bandeiras partidárias e, até meados de 1920, era financiada pelos mantenedores políticos e instituía as suas diretrizes editoriais de forma que permanecessem regidas por normas ligadas à doutrina partidária à qual se ligava. Esse cenário começou a mudar a partir da fundação do jornal *O Nacional* (ON), que surgiu pelas mãos de Herculano Araújo Annes em 1925 e, posteriormente, com o jornal *Diário da Manhã* (DM), em 1935, fundado por Túlio Fontoura. Tanto o *ON* quanto o *DM*, desde que foram criados, eram mantidos com vendas de anúncios e

⁸ Ver mais referências em: GOULART, Gabriela Tosta. “*Independente, não neutro*”: Poder e Imprensa no Norte do RS (1916-1930). (Dissertação) Passo Fundo: PPGH-UPF, 2013.

assinaturas, deixando para trás o estigma de serem mantidos por verbas partidárias e mantenedores políticos.

Apesar de os dois jornais não estarem vinculados formalmente a partidos políticos, ambos possuíam vínculos com figuras políticas locais atuantes, tanto em nível regional quanto estadual. Além disso, adotavam um posicionamento direto quanto aos acontecimentos locais, criticando constantemente problemas públicos e sociais de forma que demonstravam se estavam a favor ou não do governo vigente. Em certos momentos, percebemos que o posicionamento de ambos declarava demarcar, de forma ambiciosa, a conotação de senso comum mediante os leitores. Por tantas variáveis possíveis, para entender o contexto no qual ambos se inseriam em nosso recorte, torna-se necessário o aprofundamento na história de fundação e linha editorial das fontes.

Para tal perspectiva, salientamos o método indicado por Lucca (2011, p. 142), no qual observamos as fontes selecionadas, buscamos conhecer a história dessa imprensa mediante o contexto político local em vigência; atentamo-nos para as características físicas e técnicas do material; percebemos a forma de organização do conteúdo, a caracterização do objeto e as opções estéticas expressas nas publicações; pesquisamos sobre o grupo responsável pela publicação; identificamos os principais colaboradores, o público leitor a que se destinava, as fontes de receita que mantinham os jornais e a postura dos editores do material com relação à temática política que instituímos na linha de pesquisa.

1.2.1 *Diário da Manhã*: “Independência equidistante dos partidos em luta”

Em 1935, Túlio Fontoura fundou o *Diário da Manhã* declarando, em cunho pessoal, o intuito de dar voz às reivindicações partidárias do amigo Nicolau de Araújo Vergueiro, nas páginas desse impresso. Túlio demonstrou em vários momentos em seu jornal que também se inseriu nos projetos partidários que veementemente defendia, tradicionalmente voltados ao PSD. Para a fundação do jornal *Diário da Manhã*, segundo a narrativa⁹ de um suplemento especial do *DM*, publicado 46 anos depois de sua fundação, fez isso com apenas “20 mil réis no bolso” apoiado por amigos como Nicolau de Araújo Vergueiro, João de Cesaro, Aparício Lângaro e Ernesto Formigheri, que contribuíram ativamente nos primeiros anos do jornal. Dentre as preferências políticas demonstradas por Túlio Fontoura nas páginas de seu jornal,

⁹ Suplemento *Diário da Manhã*, 17 set. 1981. p. 4.

estava o apoio a nomes como Nicolau de Araújo Vergueiro (PSD) e César Santos (PTB). Foi declaradamente contra o governo de Getúlio Vargas, mas sempre pertenceu ao diretório do PSD local.

Para análise, constituímos uma série de 4.709 edições do *DM*, com ausência de edições apenas em 1954. Nesse ano, o impresso sofreu uma represália por parte da população local adepta de Vargas e perdeu as edições já publicadas naquele ano. Com a notícia da morte de Getúlio Vargas e a revelação do conteúdo da carta testamento, as inimizades expressas a Vargas foram imediatamente alvos da população enfurecida, em muitos lugares do país. A Brigada Militar intercedeu para que o estrago maior fosse evitado, mas, até que a Brigada chegasse ao local, um grupo de amigos nominados como “Turma dos 10” apoiou Túlio Fontoura no controle da situação.

A Turma era composta por: Salvador de Felippo, Armando de Felippo, Simão de Felippo, Guilherme Amatus Boor, Gaspar Pires, Antônio Mello, Alady Berlese de Lima, Onésil Subtil de Oliveira, Osvaldo Venturini e Ernani Coitinho. Ao longo da história de Túlio Fontoura, muitos nomes da elite política se tornaram amigos íntimos. Dentre os nomes mais proeminentes e mais citados, estão Celso da Cunha Fiori, João de Cesaro, Ernesto Formigheri, Aparício Lângaro, Henrique Scarpellini Ghezzi, Nicolau de Araújo Vergueiro, Arthur Ferreira Filho, Ney Menna Barreto, César Santos, Gervásio Araújo Annes, Odalgiro Corrêa, Ildo Meneghetti, entre outros.

O *Diário da Manhã* era um periódico matutino, impresso em papel jornal, com o uso apenas de tinta preta. Os testes com impressão, parcialmente colorida, vieram apenas em meados da década de 1960. As fotos eram raras, sendo mais usuais fotos de figuras da elite política local e nacional do que qualquer outro tipo de imagem. Eventualmente, percebeu-se o uso de ilustrações em anúncios, mas a publicidade estava em todas as páginas. Era quatro o número médio de páginas por edição, mas, conforme a necessidade, poderia chegar a seis páginas. O impresso mantinha-se financeiramente através de assinaturas e publicidade. Na primeira página, Túlio Fontoura assinava como diretor e, ao menos no primeiro ano de edição, não houve outro nome inserido no impresso para nomear qualquer outra função caso houvesse apoio em matérias, tal procedimento era feito no anonimato.

A primeira página geralmente dedicava seu espaço a notícias internacionais e publicidade. Na segunda página, concentravam-se o “Carnet Social”, os “Agradecimentos”, os informes públicos da prefeitura ou do estado e mais a publicidade. Na terceira página, encontravam-se felicitações, notícias nacionais e, novamente, mais publicidade. Na quarta

página, a política ganhava destaque junto a mais e mais publicidade. Quando havia a necessidade de exceder o número de páginas, as seções das páginas 3 e 4 eram transferidas para 5 e 6, por exemplo. A única constante em todas as páginas eram os anúncios diversos, que ganhavam destaque conforme instituído pelo proprietário do jornal. Essas seções se mantiveram assim no período de 1947 a 1967.

Figura 2: Capa do jornal Diário da Manhã



Fonte: Diário da Manhã, 1 jan. 1947. Edição 3303, capa.

O jornal, demonstrado na figura 2, era voltado a assinantes, com distribuição limitada, possuía a possibilidade de ser adquirido através de assinatura anual, semestral, no dia ou, ainda, atrasado. Possuía valor estabelecido para cada situação, conforme demonstrado a seguir na figura 3.

Figura 3: Cabeçalho da contracapa do jornal *Diário da Manhã*



Fonte: *Diário da Manhã*, 1 jan. 1947. Edição 3303, cabeçalho contracapa.

De cunho opinativo, o primeiro editorial do *DM*, em 1935, já traçava sua diretriz como um “órgão de severa independência equidistante dos partidos em luta, alheio as contendas religiosas, intenso a extremismos, qualquer que seja a sua forma e modalidade, procurará, invariavelmente, auscultar os anseios e desejos da coletividade [...]”¹⁰. Tendo por base as inferências contidas nesse discurso, percebemos a ausência da independência afirmada em um momento específico, retratado na contagem, notamos a ausência da “equidistância” com a relação aos sujeitos políticos pesquisados, pois, com frequência, declarava aberta sua estima às amizades próximas, como Nicolau Vergueiro e César Santos.

Contudo, atestava sua independência nas escolhas pessoais, a exemplo do ano de 1963, quando Fontoura teve seu mais intenso atrito com o PSD – partido com o qual a relação já estava sob juízo desde o falecimento do amigo Nicolau Araújo Vergueiro em 1956 –, gerando manifesto de repúdio em seu jornal à nota veiculada na rádio municipal de Passo Fundo, propagada pela direção do PSD local. A informação foi levada a conhecimento de Túlio Fontoura por leitores que, segundo ele, foram ao jornal expressar a rejeição contra o ato do partido. O tal ato que o afastou definitivamente do PSD o uniu ainda mais a César Santos, a quem exerceu apoio em sistema de cooperação mútua, até o falecimento de César Santos.

¹⁰ *Diário da Manhã*, 28 nov. 1935, editorial.

1.2.2 *O Nacional*: “Independente, não neutro”

Herculano Araújo Annes foi o fundador do jornal *O Nacional* no ano de 1925. Naquela época, já se posicionava de forma conflituosa com a figura de Nicolau Araújo Vergueiro devido a situações de desagrado que esse último tivera com Armando Araújo Annes. Em 1939, o jornal foi adquirido por Múcio de Castro, que direcionou o veículo de forma que prezasse seus valores e interesses, mas manteve críticas ferrenhas a Nicolau de Araújo Vergueiro e seus aliados. Desde sua fundação, em 1925 pelas mãos dos Annes, declarava-se “Independente”. Armando Annes foi “coproprietário” do jornal *O Nacional*, juntamente com o irmão Herculano Araújo Annes. Contudo, o principal nome à frente desse jornal até 1940 era Herculano Araújo Annes; a partir daí, Múcio de Castro assumiu a direção dessa folha.

Os Annes, desde o princípio, demonstravam objeção à política de Nicolau Vergueiro como uma contra ação às críticas de Vergueiro a Armando Annes durante a década de 1930. Herculano e Armando Annes eram primos de Nicolau Vergueiro e Gervásio Lucas Annes, pai de ambos, era tio e mentor político de Nicolau Vergueiro. Enquanto Herculano Annes era proprietário do jornal, era um vespertino, mas, quando a propriedade do jornal passou para Múcio de Castro, tornou-se matutino.

De distintas ideologias partidárias e inimigos de longa data, seus proprietários Múcio de Castro e Túlio Fontoura, viram nas disputas eleitorais e nas dissensões petebistas a oportunidade para reavivar antigas diferenças, contribuindo sobremaneira para o acirramento do quadro político do período. [...] Túlio Fontoura, por sua vez, embora pertencesse ao PSD, defendia a Executiva Municipal liderada por César Santos, não somente por laços de amizade, mas também como forma de atingir Múcio de Castro. (BENVEGNÚ, 2007, p. 289-290).

A transição do jornal para as mãos de Múcio de Castro não alterou a diretriz de atuação estabelecida por Herculano Araújo Annes no ano de fundação, as preferências e diretrizes permaneceram no círculo de relacionamento político dos Annes. Essa opção estabelecida pode ser percebida como um indicativo quando se discutia no próprio jornal sobre a sucessão municipal que ocorreria em 1959.

Candidatura Daniel Dipp
 Declarações do sr. Múcio de Castro, em Porto Alegre
 Porto Alegre, 20 (ON) – Publica hoje o “Diário de Notícias desta capital”:
 “O Jornalista Múcio de Castro, ex-deputado estadual pela legenda do PTB e destacado líder trabalhista na região serrana, informou à reportagem que já começou,

em Passo Fundo, a luta pela sucessão municipal devendo, em breve, ser realizada a convenção do seu partido, para a escolha dos candidatos à prefeitura, vice-prefeitura e câmara de vereadores.

Adiantou ainda, o sr. Múcio de Castro, que será candidato do PTB daquele próspero município o deputado federal Daniel Dipp, um dos expoentes do trabalhismo gaúcho, que discorda dos métodos que a executiva do PTB daquela zona vem, há algum tempo adotando. (O NACIONAL, 21 fev. 1959, p. 1).

Esse exemplo foi recorrente no impresso durante o processo de ruptura interna do PTB entre os anos de 1958 e 1959. Constatamos que o jornal *O Nacional*, sob a gestão de Múcio de Castro, inseriu-se em outros grupos de renovação política após a ruptura, mas sem deixar para trás o cunho da bandeira trabalhista lançada por Getúlio Vargas. Em seu jornal, era um ferrenho crítico da política realizada pelo PTB e suas hostes, também era repreensor quanto à política conservadora exercida pelo líder local do PTB, César Santos. Eram frequentes as matérias em prol da nominada ala rebelde, liderada por Daniel Dipp. Dentre as figuras mais proeminentes apoiadas pelo *O Nacional*, além de Dipp, estavam Mário Menegaz e Wolmar Salton.

O *ON* era um periódico vespertino de 1925 a 1939, enquanto esteve nas mãos dos Annes e passou a ser matutino a partir da transição de direção para Múcio de Castro, em 1940. Era impresso em papel jornal, com o uso apenas de tinta preta. As fotos eram recorrentes e as publicações possuíam, inclusive, ilustrações. A publicidade marcava presença em todas as páginas. O impresso tinha em média quatro páginas por edição, mas eventualmente poderia chegar a seis páginas ou até mesmo oito páginas conforme o número de notícias.

O jornal mantinha-se financeiramente através de assinaturas mensais e anuais e, também, de publicidade. Na primeira página, de 2 de janeiro de 1947, referente à edição 5535, Múcio de Castro assinava como diretor no cabeçalho da capa enquanto outros nomes que eram apresentados para nomear qualquer outra função como apoiadores apareciam apenas no cabeçalho da última página.

A primeira página, geralmente, dedicava seu espaço às pautas relativas à política nacional e local, mas também continha uma breve chamada para notícias internacionais e para alguns anúncios. Na segunda página, destacavam-se os anúncios na maior parte, mas também continha informações sobre as sessões do cinema local e os filmes vigentes e, ainda, notícias consideradas de menor relevância pelo jornal. Na página 3, tínhamos a coluna política nominada “Tiro ao Alvo”, as novidades da sociedade na seção intitulada “Vida social” e, claro, alguns anúncios. Na página 4, além das notícias políticas e partidárias, encontramos a “Coluna Social”, que anunciava os aniversariantes, os doentes e os lares que estavam em festa

no dia da publicação. Nessa última página, constava o nome dos demais componentes do corpo editorial do jornal, era no cabeçalho da referida página que se encontravam os nomes de Arlindo Luis Osório como gerente e de Emílio da Silva Quadros como redator, mantendo-se, assim, durante o período do recorte.

Figura 4: Cabeçalho da contracapa do Jornal *O Nacional*



Fonte: *O Nacional*, 2 jan. 1947, contracapa.

Quanto à questão relacionada à forma como o jornal *ON* se mantinha economicamente, percebemos a utilização da publicidade através dos anúncios e a venda de assinaturas com opção de pacote anual ou semestral. Os preços das assinaturas constavam no mesmo cabeçalho (Figura 4), bem como as opções de assinatura.

Ao compararmos os dois jornais, temos a percepção de ênfase em notícias políticas de forma mais explícita no jornal *O Nacional* do que no jornal *Diário da Manhã*. Apesar da vertente preferível por certos partidos e figuras políticas, a pauta principal n' *O Nacional* era a política local, ao contrário do jornal adversário, administrado por Túlio Fontoura, que enfocava com frequência a política internacional e nacional como prioridade em relação às notícias relativas à política local.

A seguir, na figura 5, destacamos a primeira edição analisada, para a pesquisa.

1.2.3 Analisando os jornais em seu conteúdo

Quanto ao uso dos jornais como fonte para o levantamento da elite política local no período 1947-1964, iniciamos procurando nas fontes os sujeitos mais citados em ambos os jornais, considerando o total de edições, o número de matérias e o percentual de citações. A técnica de análise de conteúdo por meio da exploração quantitativa, conforme fundamenta Bardin (1977), permitiu-nos analisar o número de vezes em que os sujeitos políticos aparecem nesses impressos. Fomos além nesse processo e percebemos que podíamos analisar a diferença com base na porcentagem de citações em que cada sujeito era citado.

Constatamos critério da exaustividade, por considerarmos o número absoluto desse *corpus* documental, que nove nomes foram mais recorrentes nas 5.049 edições analisadas de *O Nacional* e nas 4.079 edições do *Diário da Manhã*. A partir desse levantamento quantitativo, de exploração do material para seleção dos sujeitos políticos mais citados nessa imprensa, obtivemos o resultado exposto na Tabela 1.

Tabela 1: Contagem de matérias e percentual de citações

Sujeitos políticos	ON	DM	ON	DM
	Nº de matérias em 5049 Edições	Nº de matérias em 4709 Edições	% de citações	% de citações
1.Armando Araújo Annes (PTB)	315	301	53%	47%
2.Benoni Rosado (PTB)	111	260	32%	68%
3.César José Santos (PTB)	254	248	46%	54%
4.Daniel Dipp (PTB/MTR)	878	227	80%	20%
5.Mário Menegaz (PTB/MTR)	676	79	90%	10%
6.Múcio de Castro (PTB/MTR)	519	0	100%	0%
7.Nicolau de Araújo Vergueiro (PSD)	66	237	12%	88%
8.Túlio Fontoura (PSD)	3	325	0,5%	99,5%
9.Wolmar Salton (PTB)	553	194	75%	25%

Fonte: autora, com base nos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

A diferença de recorrência em um jornal e outro fica perceptível quando observamos os nomes de Benoni Rosado, Daniel Dipp, Mário Menegaz, Múcio de Castro, Nicolau Araújo Vergueiro, Túlio Fontoura e Wolmar Salton. Ela é equilibrada em termos do número de citações apenas quando se trata de Armando Araújo Annes e César José Santos. As razões

dessa diferença podem ser justificadas na origem partidária dos sujeitos e nas vinculações partidárias dos proprietários dos jornais pesquisados. Tais razões serão esclarecidas no próximo capítulo intitulado “A política passo-fundense e seus sujeitos”, pois são partes necessárias da análise para compreendermos o papel desses sujeitos e o *Modus Operandi* desse grupo.

CAPÍTULO 2: A POLÍTICA PASSO-FUNDENSE E SEUS SUJEITOS (1947-1967)

Neste capítulo, buscamos compreender como essa elite política passo-fundense se inseriu no cenário político e qual a trajetória desses sujeitos no campo político. Reiteramos que os sujeitos da elite política destacados nas páginas dos impressos selecionados, cujos nomes foram mais citados, são: Nicolau de Araújo Vergueiro, César José Santos, Daniel Dipp, Múcio de Castro, Armando Araújo Annes, Benoni Rosado, Mário Menegaz, Wolmar Salton e Túlio Fontoura. Constatamos que a maior parte desses sujeitos teve destacada representação política ao longo do recorte selecionado, exceto Armando Annes e Nicolau Vergueiro, que já estavam próximos do afastamento da carreira política – o primeiro por aposentadoria e o segundo por falecimento.

A Tabela 2 demonstra a função exercida por cada sujeito durante o período de recorte selecionado. Para a datação, consideramos o ano do início da gestão nas funções para as quais foram eleitos, não o ano de disputa eleitoral.

Tabela 2: Representação política dos selecionados no período do recorte

	Armando Araújo Annes	Nicolau Araújo Vergueiro	César José Santos	Daniel Dipp	Benoni Rosado	Wolmar Salton	Mário Menegaz	Túlio Fontoura	Múcio de Castro
1947	Prefeito		Dep. Estadual	Vice-prefeito		Vereador			
1950		Suplente Dep. Federal	Dep. Federal						
1951				Dep. Estadual		Vereador	Vice- Prefeito	Candidato Vereador	
1952				Prefeito					
1954				Deputado Federal					
1955							Prefeito		Dep. Estadual
1956					Vice- Prefeito	Prefeito			
1958				Deputado Federal					
1960				Candidato Vice-Pref.	Prefeito		Candidato Prefeito		
1963				Suplente Dep. Fed.					
1964							Prefeito		

Fonte: desenvolvido pela autora.

Podemos destacar que todos concorreram, em algum momento, do período de 1947 a 1964, a alguma função pública. Contudo, alguns obtiveram posição de vitória mais recorrente

em eleições, por exemplo, Daniel Dipp, Wolmar Salton e Mário Menegaz; já outros participaram ativamente por uma curta sequência de candidaturas, como é o caso de Benoni Rosado e Múcio de Castro. Sobretudo, ainda podemos destacar a situação de César Santos, que esteve na direção do PTB local e dos grandes embates da política. Armando Annes e Nicolau Vergueiro tiveram suas passagens abreviadas por motivos distintos, mas Túlio Fontoura foi o único que se manteve nos bastidores da política sem conseguir eleger-se para nenhuma das funções a que se candidatou.

Ao centramos na análise avaliativa, que consiste em analisar os conteúdos em temas ou eixos estabelecidos em torno do que emite cada sujeito, estabelecida por Bardin (1977, p. 106) como uma maneira de analisar a imprensa política, constatamos a perspectiva representacional dos sujeitos. Por esse meio, percebemos duas linhas políticas herdeiras do coronel Gervásio Lucas Annes¹¹, que, na historiografia local, é considerado representante da primeira etapa do poder político passo-fundense na Primeira República (1889-1930). São sucessores de Gervásio Annes: Armando Araújo Annes e Nicolau Araújo Vergueiro. Armando Annes era filho de Gervásio, Vergueiro era sobrinho e sucessor político reconhecido pelo coronel. De 1917 a 1945, a carreira política de Vergueiro ascendeu do regional para estadual e nacional, sofrendo constantes críticas do jornal *O Nacional*¹², que utilizou seus esforços para analisar sobre cada aspecto da atuação de Vergueiro como político.

Contudo, ainda hoje, existem discordâncias sobre o verdadeiro herdeiro político de Gervásio Lucas Annes. Diehl (1998, p. 116), por exemplo, apresenta Armando Annes como o herdeiro político do distinto chefe do Partido Republicano. No entanto, Nicolau Vergueiro também se percebia como sucessor natural e o jornal *A Voz da Serra* (1915¹³) concordava com essa posição embasando-se inclusive em discursos de Gervásio Annes em prol de Vergueiro como um futuro líder local por suas visões à frente dos homens de seu tempo.

Não nos preocupa aqui determinar quem era o legítimo herdeiro político de Gervásio Lucas Annes. Cabe a nós nos utilizarmos dos aspectos que circundam essa disputa para verificarmos como será possível identificar os nove sujeitos elencados pela pesquisa em

¹¹ Gervásio Lucas Annes representou a primeira etapa de poder local em Passo Fundo, de 1889 a 1917, recebe destaque por nossa abordagem a partir da constituição da República Brasileira (1889). Houve outros marcos de poder local no período monárquico, quando a cidade foi fundada, mas não ingressos nesse viés. Vamos nos deter na primeira etapa de poder local a partir da constituição da República. Ver mais em: GOULART, Gabriela Tosta. *“Independente, não neutro”*: Poder e Imprensa no Norte do RS (1916-1930). Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2015.

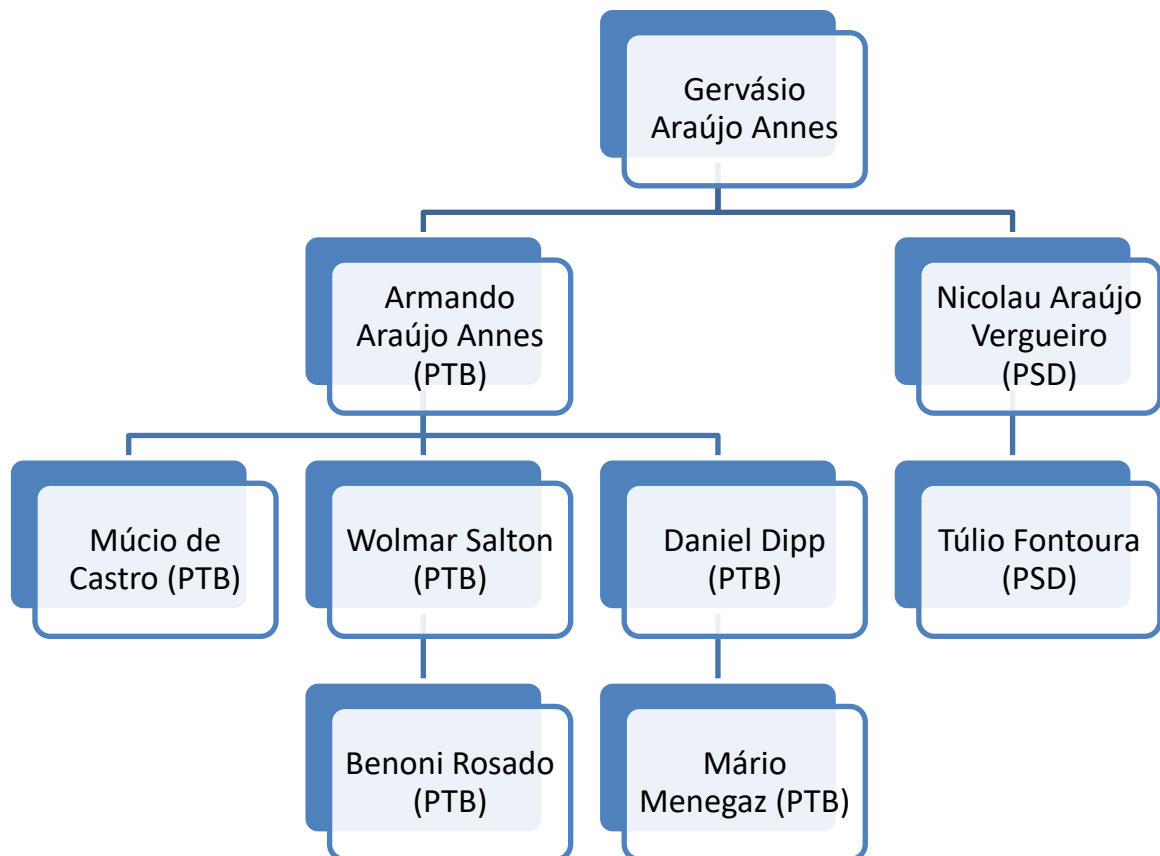
¹² A argumentação do jornal trata de uma contrapartida com relação às críticas que Vergueiro emitiu sobre a gestão de Armando Annes no governo municipal em 1924.

¹³ Não há data de encerramento do jornal, mas há registros que *A Voz da Serra* se tornou um jornal erexinense que permanece em atividade até os dias de hoje.

relação à liderança dos antecessores, Nicolau Araújo Vergueiro e Armando Araújo Annes. Cabe elucidar o que compreendemos por inferência, “por exemplo, na análise da imprensa, a superfície dos artigos, o tamanho dos títulos ou a frequência dos acontecimentos descritos, talvez sejam três modos de codificação e de enumeração aptos para elucidar a mesma realidade” (BARDIN, 1977, p. 113). Nesse sentido, interpretamos como esses sujeitos se articularam e como estavam posicionados na estrutura de poder local.

Nossa primeira representação considera o momento em que Gervásio Lucas Annes se ausenta do cenário político até 1957, conforme demonstramos na figura 6, quando Armando Annes se aposenta da política e Vergueiro se ausenta do cenário por motivo de falecimento. Também consideramos na estrutura seguinte os sujeitos que ingressaram no cenário político local elencando-os por uma linha de influência.

Figura 6: Representação dos grupos políticos locais (1917-1957)



Fonte: desenvolvido pela autora.

Podemos observar que, dos nove nomes elencados na Tabela 1, oito estavam vinculados ao ingresso na política por sucessão de herdeiros políticos de Gervásio Lucas

Annes. Armando Annes teve influência no ingresso de 5 dos nove citados e Nicolau Vergueiro teve influência em apenas um dos citados. Nota-se que o único fora dessa relação é César Santos, pois seu ingresso na política se deu um pouco diferente dos demais e longe da vertente dos Annes. César Santos ingressou na vida política em 1940, agindo a favor da permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República. Foi estimulado pela fidelidade a Vargas que César Santos fundou o PTB¹⁴ em Passo Fundo em 1945, partido no qual permaneceu como presidente por 15 anos. O médico César Santos Ingressou no cenário estadual em 1947, como deputado¹⁵, participando inclusive da Constituinte nesse ano. Dentre os projetos de maior atuação, está a inserção da obrigatoriedade da vacina BCG, inclusa na Constituição do estado do Rio Grande do Sul – no artigo 43 –, colocando o Rio Grande do Sul como pioneiro na medida referida. Como reconhecimento, recebeu da Fundação da Liga Paulista contra a Tuberculose, em 1949, um Diploma de Honra ao Mérito.

A partir de 1956, com o falecimento de Nicolau Araújo Vergueiro, um viés do organograma do poder local foi alterado. Em seu lugar, assume a condição de liderança César Santos, que recebe o apoio de Túlio Fontoura. No outro grupo, a aposentadoria de Armando Annes consagrou a liderança de Daniel Dipp sobre seus integrantes: Wolmar Salton, Benoni Rosado, Mário Menegaz e Múcio de Castro.

Outra mudança no cenário do poder local foi decorrente de uma ruptura interna no PTB, ocorrida em 1958. Essa cisão deu origem a dois grupos internos no PTB: um, sob a liderança de César Santos, representando a ala executiva do partido; o outro, denominado como ala rebelde, liderado por Daniel Dipp. Restou à ala dirigida por Dipp convidar Fernando Ferrari para impulsionar a campanha municipal em prol da ala rebelde. Dipp declarava: “Fomos expulsos porque não pactuamos com os desmandos e roubalheiras”¹⁶. Depois de se integrar ao Movimento de Renovação Trabalhista, montou o quadriênio administrativo junto a Menegaz voltando-se para “Trabalho – Industrialização – Agricultura”¹⁷. Outra alegação¹⁸ por

¹⁴ A sede do partido estava localizada na avenida Brasil n. 15 e, mais tarde, na rua Independência, entre a avenida General Netto e a rua Coronel Chicuta.

¹⁵ Faziam parte do Parlamento: Edgar Luiz Schneider, Helmut Closs, Leonel Brizola, Achyles Mincarone, Alvaro Ribeiro Pereira, Ataliba Paz, Afonso Assumpção Viana, César Santos, Celeste Gobato, Egydio Michaelen, Fernando Ferrari, Floriano Neves da Fontoura, Guido Giacomazzi, Guilherme Mariante, Humberto Gobbi, José Diogo Brocado da Rocha, João Nunes de Campos, João Goulart, João Lino Braum, Germano Sperb, Odílio Martins de Araújo, Paulo da Silva Couto, Rodrigo Magalhães dos Santos, Raylundo Fiorello Zanin, Unírio Machado, Antonio Maria da Silva, Carlos de Brito Velho, Henrique Fonseca de Araújo, Mem de Sá, Bruno Born, Daniel Krieger, Osvaldo Bastos, Vitor Graeff, Carlos M. Werlang, Luiz A. Campangoni, Wolfram Metzler, Antônio Pinheiro Machado Neto, Júlio Teixeira, Manoel Jover Telles.

¹⁶ *O Nacional*, 15 out. 1959, p.1. Título: “Fomos expulsos porque não compactuamos com os desmandos e roubalheiras”.

¹⁷ *O Nacional*, 31 out. 1959, p. 4. Título: Movimento de Renovação Trabalhista.

parte da ala rebelde era a de que a ala executiva estava em acordo com os comunistas locais, fator que levou inclusive Cafruni, o jornalista, a declarar apoio n' *O Nacional*¹⁹ em prol²⁰ de Dipp e Menegaz.

Um marco importante e, de certa forma, intrigante para quem conhece o relacionamento político entre César Santos e Daniel Dipp, foi em 1971, quando o Hospital Municipal passou a ser nominado Hospital Beneficente Dr. César Santos, pois a obra havia sido constituída por verba reivindicada por Dipp enquanto atuou como deputado. Embora se reconheça o esforço de ambos para concretização do referido Hospital, a nomeação como César Santos soou um tanto ousada levando-se em conta o relacionamento de ambos posteriormente ao rompimento partidário em 1958 e as constantes farpas trocadas em meados de 1960 por conta da disputa pela SPU.

Dipp, segundo as críticas do *Diário da Manhã*, era inflexível, intolerante e insubordinado ideologicamente, o que gerou o confronto com a ala executiva liderada por César Santos. Tal disputa foi nominada por Benvegnú (2006) de “A luta de dois califas”, ocorrido que ganhou um capítulo especial na dissertação de mestrado da autora. A pesquisadora também se utilizou de uma categorização das elites, inserindo Dipp na elite de letrados. A área trabalhista estava dividida em três correntes distintas, conforme Benvegnú (2006): sindicalistas, doutrinário-reformistas e pragmáticos. A visão de Benvegnú (2006) sobre as correntes existentes dentro do PTB são bem delimitadas por Bodea (1992), a corrente sindicalista abrangia as lideranças sindicais, a doutrinária era formada por bacharéis e profissionais liberais e a pragmática era composta por políticos profissionais. A liderança do PTB em Passo Fundo foi alcançada inicialmente apenas pela área doutrinária, foco do conflito entre a ala executiva liderada por César Santos e a posteriormente formada ala rebelde sob a liderança de Daniel Dipp.

O desfecho do pleito eleitoral de 1958, que trouxe a vitória a Daniel Dipp, se constituiu num ponto de apoio, num baluarte, numa bandeira de lutas da ala rebelde para investidas futuras. Por outro lado, a derrota sofrida por Menna Barreto, candidato da Executiva à Assembléia Estadual, foi atribuída a Daniel Dipp, que em vez de prestigiar seu companheiro de representação, alinhou-se em campanha, à reeleição de Lamaison Porto do PSP, concorrente de Menna Barreto. (BENVEGNÚ, 2006, p. 129).

¹⁸ *O Nacional*, 7 nov. 1959, p. 1. Título: Executiva do PTB – Comunistas e integralistas unidos!

¹⁹ *O Nacional*, 11 nov. 1959, p. 4. Título: Ineditoriais - Avante, Rebeldes de Passo Fundo!

²⁰ *O Nacional*, 14 nov. 1959, p. 4. Título: Ineditoriais – A derrota de Passo Fundo.

De acordo com Benvegnú (2006), foi o resultado desse conflito entre lideranças tão distintas que gerou a cisão interna do PTB, pois, com a vitória do candidato apoiado por Daniel Dipp, uma nova diretriz acabava de nascer. Segundo a autora, e conforme contatado na imprensa local²¹, Dipp passou a desconsiderar a autoridade do chefe local César Santos e intitulou-se o reorganizador do partido com base na percepção de “desorganização” das eleições ocorridas em 1958, quando indicaram Mena Barreto no lugar de Múcio de Castro para concorrer na reeleição à deputação estadual. As eleições de 1959, segundo a autora, foram o “ápice” da disputa entre Santos e Dipp. Dipp estava disposto a concorrer à sucessão de Wolmar Salton na prefeitura do município, contasse ou não com o apoio do partido. Por isso, antecipou-se em lançar-se candidato antes mesmo de ser ou não aprovado pelo PTB.

A permanência de Dipp e seus aliados no PTB foi avaliada por uma comissão, representando um desagrado geral para o grupo, conforme publicação em *O Nacional*²² sob o título “Dipp pronunciar-se-á publicamente, lançando sensacional manifesto”. Próximo ao texto referido no parágrafo anterior, os amigos de Dipp, Arthur Canfield, Augusto Trein e Romeu Martinelli, à mercê da mesma causa, manifestam-se contra a prepotência da parcialidade desse “tribunal” guiado pelo líder executivo do partido. Segundo os declarantes, o grupo da ala executiva buscava “minar” as possibilidades de reeleição de Daniel Dipp perseguindo também seus apoiadores. Dipp percebia essa ação como se fosse um ato em que a minoria pretendia “subjugar a maioria” e os vencidos pretendiam “tripudiar sobre os vencedores”. Com o veredito da expulsão, Dipp e seus companheiros buscaram apoio primeiramente no PTN e, por fim, no MTR.

Enquanto prefeito interino, em 1950, por ausência de Armando Annes ao levar em conta questões de saúde, Dipp era constantemente elogiado pelo *O Nacional*²³, por ser fiel à comuna, cumprir os interesses públicos e dar sequência “à obra patriótica” do ausente prefeito. Os elogios foram dados sob a alegação de que nem todos os governos agem dessa forma, em prol do bem comum e deixando em segundo plano os interesses privados. Por isso, encerraram questionando se venceria a causa pública ou a privada, tendo em vista os demais envolvidos na política passo-fundense. Porém, a administração foi considerada um fracasso pelo *Diário da Manhã*. Um fato, duas notícias veiculadas de maneiras opostas, com total percepção de posicionamento político de ambas as partes.

²¹ *O Nacional*, 30 out. 1958.

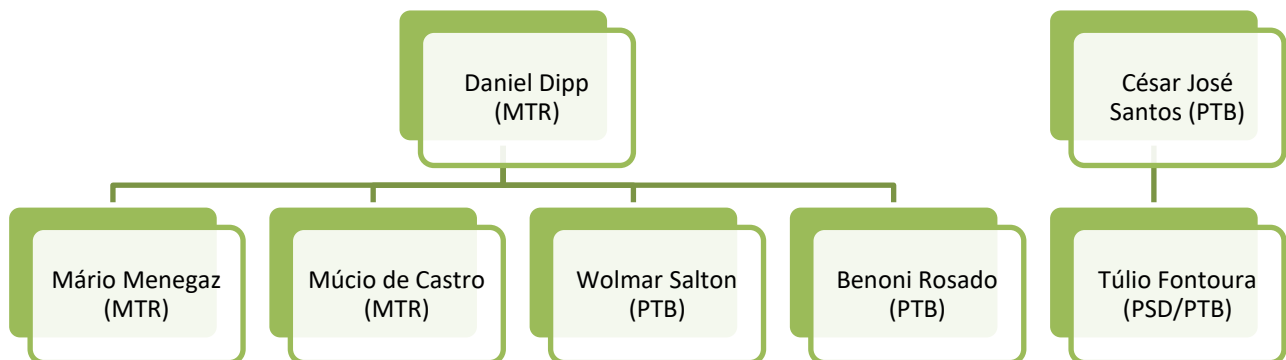
²² *O Nacional*, 24 dez. 1958.

²³ *O Nacional* 9 fev. 1950, p. 3.

Túlio Fontoura do *Diário da Manhã* esteve vinculado ao PSD enquanto Vergueiro ainda fazia parte do cenário político local, após a ausência de Vergueiro e por alguns descontentamentos com o partido, desvinculou-se do PSD e adotou a defesa política favorável a César Santos. Após o enfrentamento das alas internas do PTB, Túlio Fontoura não aderiu diretamente à causa trabalhista, mas fixou-se ao lado de César Santos. Esse ato do proprietário do *DM* demonstrou-se, também, como uma oportunidade de afrontar-se com Múcio de Castro n’*O Nacional*, seu antigo desafeto.

Nessa reconfiguração do poder local a partir de 1958, demonstrada na figura 7, o quadro político apresentou-se da seguinte maneira:

Figura 7: Representação dos grupos políticos locais (1958-1964)



Fonte: desenvolvido pela autora.

Em que pese o desenho político estar assim em 1958, houve até a data limite dessa pesquisa, 1967, mudanças constantes no que concerne às alianças e aos afastamentos dessa que consideramos a elite política local. Ora refletindo o cenário político nacional e sendo por ele influenciada, ora demonstrando uma posição particular, a cena política passo-fundense encontrou um vetor em torno do qual se organizaria e disputaria a preeminência: a instalação do ensino superior na cidade, discussão que se alongou das primeiras incursões, em 1950, até a conquista definitiva, em 1967.

Pensemos em quanto o país mudou politicamente nesse intervalo de dezessete anos e poderemos avaliar que a escala local não ficou imune aos acontecimentos que se

desenrolaram nacional e internacionalmente, inclusive. Quando Menegaz ingressou na prefeitura em 1964, o município de Passo Fundo provinha de quatro mandatos consecutivos pelas mãos do PTB. Na época, Menegaz foi o único que contou com a presença do governador do estado em sua posse na prefeitura. Em vista desse apoio intimista, Zardo (2010, p. 54) levanta o questionamento sobre a possibilidade de Passo Fundo, nessa época, já ser parte do plano golpista do governador Ildo Meneghetti nos primeiros dias de abril de 1964. Quando o governo provisório instaurou-se em Passo Fundo, Menegaz foi o principal apoio para guiar as bases do governo em segurança nessa região.

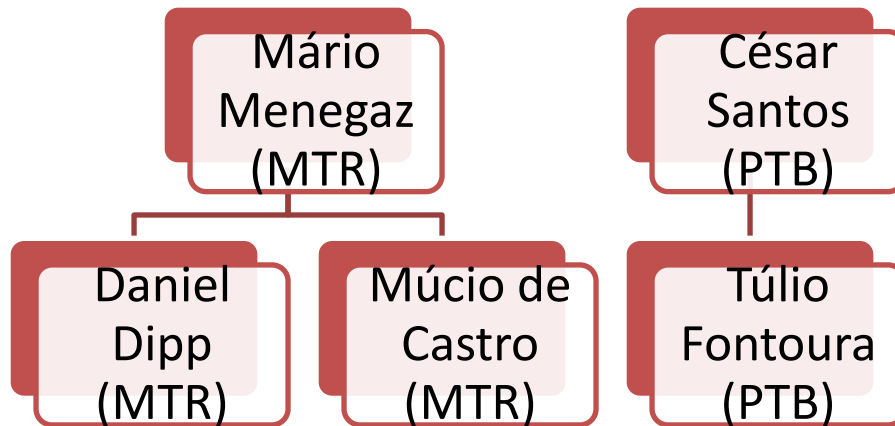
Pouco ou quase nada se encontra sobre Mário Menegaz na imprensa ou em livros como os “vultos”²⁴ de Passo Fundo. O grande número de denúncias realizadas por Menegaz em 1964 afastou-o ainda mais dos grandes nomes locais contados pelas gerações seguintes. Sobre esse ato, o jornal *Diário da Manhã*²⁵ se expressou apenas em 1981, mas narrou como foi a representação feita à Justiça Militar pelo prefeito da época, Mário Menegaz. Segundo o jornal, a acusação “infundada” sobre Túlio Fontoura era ato de vingança pelas constantes críticas feitas ao prefeito sobre sua administração acusando-o de “corrupção administrativa” frente à prefeitura. Benoni Rosado também foi alvo de acusação de Mário Menegaz nesse período, tendo de prestar contas na capital do Estado e, também, não houve provas de infração à Lei de Segurança Nacional como fora acusado. O *Diário da Manhã* declarou que César Santos só escapou de ser intimado a prestar contas junto aos demais por estar em uma conferência médica bem longe de Passo Fundo. Ficaram livres das denúncias apenas os aliados políticos de Mário Menegaz, pois a maior parte dos que cruzaram seu caminho político local e que provocaram algum desgaste nessa trajetória foram enquadrados na lista de denunciados entregues ao Estado no ano de 1964.

A fim de expor ao leitor o novo desenho do poder local, a partir do golpe militar de 1964, chamamos a atenção para o encolhimento do grupo inicial, constituindo-se de nove sujeitos em 1947, passando a sete, em 1956, reduzindo-se a cinco, em 1964. Limitamos o cronograma até a data da instituição do bipartidarismo em 1966, pois, a partir dessa data, a estrutura do poder local é realocada novamente, conforme demonstramos na figura 8.

²⁴ O livro é de autoria de Welcy Nascimento (1995).

²⁵ Suplemento *Diário da Manhã*, 17 set. 1981, p. 5.

Figura 8: Representação dos grupos políticos locais (1964-1966)



Fonte: desenvolvido pela autora.

Mário Menegaz passou a ser a liderança principal do MTR por estar à frente da gestão municipal e em constante articulação com o governo estadual, que também apoiava o regime militar instituído em 1964. Como forma de retaliação aos adversários políticos, Menegaz entregou uma lista com os nomes dos possíveis políticos que não só estariam contra o governo vigente, como, de alguma forma, demonstraram-se corruptos ou favoráveis ao comunismo. Dentre os nomes listados, estavam o de Benoni Rosado, Túlio Fontoura e César Santos. Contra Benoni não havia provas, portanto foi solto logo após prestar depoimento na capital do estado. César Santos encontrava-se em viagem e, apesar de estar na lista de denunciados, escapou do depoimento e da prisão a que alguns dos listados foram impetrados. Já Túlio Fontoura necessitou articular com seus velhos amigos da política estadual – Ildo Meneghetti e Arthur Ferreira Filho. Somente com o apoio e o testemunho de ambos, livrou-se da acusação de conspiração com o trabalhismo, considerada infundada pelo grupo.

Um pouco após o ocorrido, Benoni Rosado mudou-se para a cidade de Santa Maria e afastou-se da vida política definitivamente. Já César Santos permaneceu em atuação no cenário, disputando o poder da Sociedade Pró-Universidade (SPU), administradora das faculdades locais, mas a forma pela qual se livrou das impetrações da lista posterior ao seu retorno permanece uma incógnita. Wolmar Salton está ausente dessa estrutura, pois não participou mais dos embates conflituosos a partir desse período, mantendo-se o mais neutro possível nas relações de poder local. A partir do período referenciado na Figura 8, a articulação política demonstrou suas forças na disputa da direção das faculdades, o que colocou novamente um herdeiro dos Annes, Murilo Coutinho Annes, à frente do poder local, como abordaremos logo mais. Novamente, alterava-se o organograma do poder elitário local.

2.1 Elites locais e vinculações partidárias

Nesta seção, propomo-nos a analisar os vínculos político-partidários, pois essa etapa consiste em um primeiro passo para compreender a inserção desses sujeitos enquanto elite política. Para tal, alinhamos informações básicas relativas à origem desses sujeitos, o partido pelo qual ingressaram na política e, caso tenha havido, a migração partidária ao longo do período analisado. Com base nos dados coletados, estabelecemos uma “análise das relações” (BARDIN, 1977, p. 197) desses sujeitos e elaboramos a Tabela 3.

Tabela 3: Representação da origem pessoal e partidária

	Armando Annes	Benoni Rosado	César Santos	Daniel Dipp	Mário Menegaz	Múcio de Castro	Nicolau Vergueiro	Túlio Fontoura	Wolmar Salton
Data Nasc.	13/02/1881	14/04/1924	30/03/1904	05/02/1915	21/09/1915	08/05/1915	07/03/1892	22/02/1905	26/04/1911
Cidade de Origem	Passo Fundo	Soledade	Soledade	Passo Fundo	São Francisco de Paula	Passo Fundo	Passo Fundo	Santana do Livramento	Bento Gonçalves
Formação Acadêmica	Sem formação	Guarda Livros e Direito	Farmácia e Medicina	Direito	Ginásial Completo	Sem formação	Farmácia e Medicina	Superior incompleto em Engenharia	Guarda Livros
Partido de Origem	Sem informação	PTB	PTB	PTB	PTB	PTB	PL	PRR	PTB
Partido de migração	UDN/PTB	PTB	PTB	MRT	MTR	MRT	PSD	PSD	PTB
Ano de Falec.	1967	1990	1970	1987	1970	1981	1956	1980	1984

Fonte: desenvolvido pela autora.

A formação acadêmica do grupo é bem variada, alguns sequer possuíam ensino superior. Para compreendermos a representação apresentada na Tabela 3, optamos por seguir o detalhamento iniciando por Nicolau Araújo Vergueiro, pertencente à velha guarda da política e herdeiro político de Gervásio Annes. Nicolau de Araújo Vergueiro, filho de Carolina de Araújo Vergueiro e João Vergueiro, sobre o qual Gehm (1984) relata provir de origem luso-brasileira estabelecida na região paulista e atuante na política, exercendo função de presidente na Câmara de vereadores local em 1878, pelo Partido Liberal (PL). A autora comenta que os estudos primários de Vergueiro foram realizados em Passo Fundo pelo professor Eduardo de Brito, em 1893, que ingressou no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo e, em 1896, na Escola Brasileira, em Porto Alegre. Antes de seu ingresso na

Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, em 1900, frequentou o Colégio Particular do Professor Emilio Mayer, também de Porto Alegre, onde realizou os cursos preparatórios. “Em 1903 terminava o Curso de Farmácia e, em 1905, o de Medicina. Sua tese de formatura versou sobre: Anestesia Geral, que foi aprovada com distinção” (GEHM, 1984, p. 153).

Vergueiro não atuou no período de 1947 a 1967 por completo, pois faleceu em 1956, mas os nove anos de atuação que fazem parte desse recorte foram de intensa interferência na política local, pois, quando perdeu a vida, ainda estava à frente da presidência do partido. Seus atos políticos em prol da educação local contribuíram para o impulsionamento da interiorização do ensino superior no estado do Rio Grande do Sul. Tal fator foi a semente para a formação da Sociedade Pró-Universidade. Uma base muito importante de apoio para Vergueiro foi Túlio Fontoura, pela oferta de espaço constante no jornal *Diário da Manhã*.

Outro nome nessa sequência é Armando Araújo Annes, filho de Gervásio Lucas Annes e Etelvina Araújo Annes. Armando Annes cursou a educação básica em São Leopoldo, no Colégio Nossa Senhora da Conceição e, posteriormente, em Porto Alegre, na Escola do Professor Montanha. Teve a primeira casa comercial em meados de 1904, aos 23 anos, em Porto Alegre, mas seis anos após deixou tudo para trás para residir na Europa por dois anos. Ao regressar para o Brasil, estabeleceu-se em Passo Fundo, abrindo uma casa bancária nominada “Casa Bancária Armando Annes”. Seu ingresso na política se deu em 1924, quando fora eleito Intendente Municipal. Não há informação sobre o partido em que ingressou na política, mas, independentemente da vinculação partidária, a pesquisadora Gehm (1984, p. 160) destaca que, na gestão de Armando Annes, muitas melhorias foram realizadas no município, como o calçamento da cidade, formação e revitalização de praças, aterro sanitário e estímulo à cultura do trigo deixando Passo Fundo em 2º lugar no estado.

Além de ter sido o precursor do calçamento na cidade, Armando Annes também foi o precursor no asfaltamento. Na questão educacional, investiu em cursos de horticultura para escolas de primeiro grau e também tornou obrigatório o ensino de trabalhos manuais para meninas, incentivou a reciclagem de professores para o magistério municipal, conseguindo também ampliar a verba recebida para o município investir em educação. Apesar de ter realizado diversas obras, o caixa do município foi repassado sem dívidas e com saldo em caixa para o gestor municipal que o sucedeu. De 1932 a 1935, Armando Annes cumpriu o papel de interventor nomeado por Flores da Cunha, de quem Gehm (1984) afirma que Annes era amigo.

Quando o Estado Novo foi instaurado, Armando Annes se manteve ausente do cenário político, retornando somente em 1946 com a democratização, vinculando-se ao PTB e formando uma coligação com a União Democrática Nacional (UDN) para as eleições municipais daquele ano. Na genealogia da família Annes, há informações que vinculavam Armando Annes ao PTB em 1947; contudo, no *site* da prefeitura de Passo Fundo, Armando Annes estava vinculado à UDN que, por sua vez, havia formado uma aliança com o PTB através de Daniel Dipp como seu vice. Armando Annes também foi “coproprietário” do jornal *O Nacional*, juntamente com o irmão Herculano Araújo Annes, quando este foi fundado em 1925 até 1939 quando Múcio de Castro comprou o jornal. Foi também sócio da firma H. Annes e Cia., empresa formada pelos irmãos Herculano Araújo Annes, Armando Araújo Annes e Gervásio Araújo Annes.

Dentre os projetos mais conhecidos de Armando Annes (ANNES, 2012, p. 218) estão: a quitação da dívida do primeiro gerador hidroelétrico e da rede de iluminação municipal; aquisição de um novo grupo hidrelétrico para a usina municipal; pioneiro no calçamento da cidade; loteamento de terrenos para venda apenas a operários e trabalhadores e, por fim, auxiliou com recursos pessoais a construção do Centro Espírita Bezerra de Menezes. Armando Annes era reconhecido por assumir o município em delicadas situações financeiras e devolvê-lo com margem em caixa para a administração seguinte. *O Nacional* anunciou, ao final de dezembro de 1951, a aposentadoria de Armando Annes da política através do humor da sessão “Uma por dia”²⁶: O “seu” Armando vai deixar a prefeitura no dia 31... – Justamente, mas leva para casa a ... bengala...”. O jornal também reforçou as obras realizadas, a exemplo da duplicação do sistema de energia elétrica do município, construção de pontes e pontilhões, arruamentos, calçando e asfaltando as ruas da cidade, ainda deixando “A magnífica situação financeira de Passo Fundo”²⁷:

Espelho do panorama administrativo que, neste município, o prefeito Armando Araújo Annes inaugurou com raro senso de zelo do poder público. Como se apresentam os movimentos – da secretaria, sub-prefeitura, diretoria da instrução pública, secção de luz, secção de obras e viação, tesouro – finanças O acervo do ativo legado pela administração Armando Annes atinge a respeitável cifra de 4 milhões 230 mil 730 cruzeiros.

Pelo histórico de atuação como gestor municipal, Armando Annes foi destacado como bom administrador, mas recebia crítica constante dos adversários partidários por não ser um

²⁶ *O Nacional*, 28 dez. 1951, p. 1. Título: Uma por dia.

²⁷ *O Nacional*, 5 jan. 1951, p. 2. Título: A magnífica situação financeira de Passo Fundo.

bom político, ou um articulador partidário. Quanto à vida pessoal, Armando Annes era casado com Doralina Mader, com quem teve três filhos. A filha do casal, Helena, casou-se com Wolmar Salton, outro nome que compôs essa elite política passo-fundense, como já apontado anteriormente.

Na eleição de 1955 para prefeitura municipal, em vista da candidatura do irmão Gervásio Araújo Annes que opôs a do genro Wolmar Salton, absteve-se de votar. De acordo com Annes (2012, p. 219), preferiu pagar a multa por não votar do que se posicionar entre ambos na política local. Sobre o ocorrido, *O Nacional* publicou na sessão “Uma por dia” um sarcasmo sobre a eleição de um dos vinculados a Armando Annes: “Em quem vais votar: no Salton ou no Gervásio? Não sei ainda em qual deles. Estou certo que será naquele que for parente do Sr. Armando Annes”²⁸.

Na sequência, abordamos a pequena biografia de Benoni Rosado, o terceiro nome na sequência. Filho de Euclides Rosado e Georgina Dreyer Rosado, Benoni Rosado realizou seus estudos no Instituto Educacional (IE), formando-se em contabilidade, casou-se com Déa Gudolle em 1948, com quem teve 10 filhos. Coursou o ensino superior tardiamente, concluindo o curso de Direito em 1972 (Nascimento e Dal Paz, 2013). Paralelamente à carreira política, Benoni Rosado foi fiscal do ICMS, carreira na qual se aposentou. Em 1956, Benoni foi eleito vice-prefeito na chapa de Wolmar Salton, pelo PTB; já em 1960, foi eleito prefeito municipal. Sua gestão foi marcada pela instalação de várias indústrias que revigoraram a economia de Passo Fundo. Além disso, uma das formas que encontrou para buscar recursos para investimento local foi criando, no mesmo ano, o Conselho de Desenvolvimento Econômico. O Conselho trouxe como resultado a “instalação da laticínios Passo-Fundense, da fábrica de refrigerantes Sul Rio-Grandense, duas importantes organizações em vidros e a instalação de um curtume.” (NASCIMENTO; DAL PAZ, 2013, p. 57-58).

Na parte de obras públicas, destaca-se o empenho de Rosado na construção de casas populares, restauração da Praça Tochetto e conclusão da obra do Hospital Municipal. Foi um dos fundadores e, também, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da futura Universidade de Passo Fundo, lecionando também em Santa Maria. Na plataforma administrativa²⁹ de Benoni, durante sua gestão (1960-1963) na prefeitura municipal, havia diversos objetivos de estímulo à iniciativa privada, em prol do desenvolvimento agrícola e industrial, urbanismo, saneamento, eletrificação rural, reforma agrária e construção de casas

²⁸ *O Nacional*, 31 ago. 1955, p. 1. Título: Uma por dia.

²⁹ *Diário da Manhã*, 28 nov. 1961, p. 3. Título: Administração Municipal está pelo desenvolvimento econômico de Passo Fundo.

populares. Durante a gestão de Rosado, o Hospital Municipal e a Rádio Municipal foram integrados ao patrimônio da Sociedade Pró-Universidade (SPU), o que gerou extensa polêmica na imprensa, pois, nesse período, a SPU estava sob gestão dos irmãos César Santos e Reyssoli Santos, que eram acusados de gestão fraudulenta por seus adversários.

Durante seu período na gestão administrativa do município, a oposição tentou, por diversas vezes, reverter a doação do Hospital Municipal³⁰. Contudo, conforme Benoni, a reversão seria prejudicial ao município naquele período. Foi esse ato de doação do Hospital Municipal e da Rádio Municipal à SPU que colocaram Benoni Rosado às margens da política nos anos seguintes e na lista de denunciados por Mário Menegaz ao regime militar, em 1964. A reorganização da estrutura de poder vigente foi reconfigurada sem Rosado como aliado de Menegaz, Daniel Dipp e Múcio de Castro.

Diferentemente de Armando Annes e Benoni Rosado, em termos de atuação profissional, o currículo de César Santos era mais extenso. Era médico, político, cientista e professor. De acordo com Costamilan³¹ (2005), a atuação de César Santos foi mais marcante enquanto “político do trabalhismo” e sua habilidade de articulador influenciou a formação do PTB em Passo Fundo.

Era filho de um libanês, Youssef Antoun Mass Aide, e de uma soledadense, Maria dos Santos Vaz, sendo o mais velho de cinco irmãos, todos nascidos em Soledade. As séries iniciais foram cursadas em Soledade mesmo, já os estudos subsequentes foram no Instituto Gymnasial em Passo Fundo³². O pai Youssef era comerciante e pecuarista, o que proporcionou condições de uma carreira acadêmica para César e Reissoly Santos na capital do estado. Dos irmãos, apenas Reissoly constituiu carreira profissional como a de César Santos na medicina, embora voltada para a área jurídica.

César Santos cursou Farmácia e Medicina, concluindo em 1932 e 1933, respectivamente. Enquanto cursava a faculdade, também lecionava no Colégio Cruzeiro do Sul. Costamilan (2005) destacou que César Santos ministrou aulas em disciplinas como História das Civilizações, Física, Química, História Natural e Filosofia, o que pode ser avaliado no sentido de uma formação interdisciplinar. César Santos era registrado no Sindicato dos Professores Particulares, o que provavelmente tenha facilitado o exercício de professor do ensino superior a partir de 1934. Na carreira acadêmica, ministrou aulas em

³⁰ *O Nacional*, 4 dez. 1963, p. 1. Título: Prefeito vetou o projeto de reversão do Hospital Municipal.

³¹ A autora possui ciência de sua parcialidade ao descrever a vida e obra de César Santos, mas cabe sua utilização para confrontarmos com uma visão externa da que membros do PTB como Costamilan³¹ possuem sobre a figura de César Santos.

³² Hoje se chama Instituto Educacional (IE).

diversos cursos: “foi titular, entre tantas disciplinas que ministrou, em Radiologia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre e de Medicina Legal nas Faculdades de Direito e Odontologia da Universidade de Passo Fundo.” (COSTAMILAN, 2005, p. 11).

Em 1945, casou-se com Rosa Maria Sarmiento, professora, nascida em São Sebastião do Caí. Rosa também havia estudado no Colégio Cruzeiro do Sul em 1940, onde também iniciaram o relacionamento. Desse relacionamento nasceram dois filhos: Radiá e César. Ainda em 1945, estabeleceu-se em Passo Fundo, abrindo um consultório e intensificando seus estudos na área radiológica, e em tratamentos para a tuberculose e câncer, tendo estudos e resultados apresentados em congressos da área médica, nacionais e internacionais.

A Clínica de Passo Fundo, fundada em 1945, foi considerada pioneira na sua estrutura organizacional e funcional. Chegou a ser considerada uma das melhores da América Latina. Era formada por quatro institutos: Instituto Radiodiagnóstico, dotado de quatro aparelhos de raio X e abreugrafia; Instituto de Radioterapia, contando com radioterapia profunda, por contato e radium em agulhas, tubos e placas; Instituto de Eletrocardiografia, dispoendo de quatro eletrocardiógrafos; Instituto de Eletroencefalografia, equipado com moderno aparelho eletroencefalógrafo Schwarzer para doze canais. (COSTAMILAN, 2005, p. 21).

No que diz respeito aos gostos pessoais, escrevia contos e lia livros de gêneros diversos, possuía um extenso acervo literário que hoje se encontra à disposição na Sala César Santos, junto à Biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo. Dedicava-se à filatelia, sendo membro do Clube Filatélico do Brasil. Em 1950, fundou a Sociedade Filatélica da Serra em Passo Fundo. Foi, em 1961, o primeiro presidente do Instituto da Liberdade de Conhecer, sociedade que atuava em prol dos cursos superiores em Passo Fundo. Dentre a elite local, integravam esse Instituto Benoni Rosado, Túlio Fontoura e Wolmar Salton.

Conforme consta nos Estatutos, este instituto tinha como fins “criar um movimento de ideias favoráveis à ampla difusão do ensino em todos os graus, especialmente no de nível superior; proporcionar oportunidade de aprender; incrementar a descentralização do ensino superior, manter intercâmbio com instituições, incrementar com organismos internacionais de caráter oficial; trabalhar pela adesão aos ideais do instituto”. (COSTAMILAN, 2005, p. 32).

O ingresso na política se deu em 1940 e, estimulado pela fidelidade que possuía pelo então presidente Getúlio Vargas, César Santos fundou o PTB³³ em 1945, partido no qual permaneceu como presidente por 15 anos (COSTAMILAN, 2005). Ingressou na política

³³ A sede do partido estava localizada na avenida Brasil n. 15 e, mais tarde, na rua Independência, entre a avenida General Netto e a rua Coronel Chicuta.

estadual em 1947, como deputado³⁴, participando inclusive da Constituinte estadual. Dentre os projetos de maior atuação, estão a inserção da obrigatoriedade da vacina BCG, inclusa na Constituição estadual no artigo 43, o que tornou o Rio Grande do Sul pioneiro nessa área. Como reconhecimento, recebeu da Fundação da Liga Paulista contra a Tuberculose, em 1949, um Diploma de Honra ao Mérito.

No cenário federal, ingressou em 1951 como deputado e foi responsável pela proposição de projetos de interesse público, como o projeto n. 1386/1951, instituindo o ensino da Deontologia Médica em todas as faculdades de medicina do país; projeto n. 550/1951, reconhecendo de utilidade pública o Colégio Brasileiro de Radiologia; projeto n. 230/1951, criando o Instituto de Vacinação Antituberculose; projeto n. 1892/1952, autorizando a abertura de crédito especial do Ministério da Educação e da Saúde para a conclusão de alvenaria no Hospital de Caridade de Passo Fundo; projeto 866/1951, autorizando o Poder Executivo a emitir selos postais destinados à propaganda contra a tuberculose e contra o câncer; projeto 579/1951, permitindo o exercício da medicina aos médicos estrangeiros radicados no país (COSTAMILAN, 2005).

Também houve o controverso projeto do deputado Nelson Carneiro (PSD) que propunha uma emenda à Constituição para inclusão da cláusula do divórcio, o qual foi assinado também por César Santos. Questionado pelos passo-fundenses, negava veementemente: “Não subscrevi, nem autorizei a incluir meu nome”³⁵. Em entrevista ao jornal *O Nacional*³⁶, declarou que, se fosse favorável, teria assinado, mas não era e não o fez. Os esclarecimentos se faziam necessários, pois a maior parte de seu eleitorado era de orientação católica; portanto, contrária ao divórcio. Fato comprovado, a assinatura de César Santos constava a no projeto.

O próximo político a ser identificado é Daniel Dipp. Filho dos sírio-libaneses Salima Dipp e Iza Dipp, nasceu em Passo Fundo no ano de 1915. Casou-se com Helena Lângaro, com quem teve três filhos: Gilson, Amilton e Airton. Sobre sua educação secundária não há maiores informações, mas, quanto ao ensino superior, consta que cursou a Faculdade de

³⁴ Faziam parte do Parlamento: Edgar Luiz Schneider, Helmut Closs, Leonel Brizola, Achyles Mincarone, Alvaro Ribeiro Pereira, Ataliba Paz, Afonso Assumpção Viana, César Santos, Celeste Gobato, Egydio Michaelsen, Fernando Ferrari, Floriano Neves da Fontoura, Guido Giacomazzi, Guilherme Mariante, Humberto Gobbi, José Diogo Brocado da Rocha, João Nunes de Campos, João Goulart, João Lino Braum, Germano Sperb, Odílio Martins de Araújo, Paulo da Silva Couto, Rodrigo Magalhães dos Santos, Raylundo Fiorello Zanin, Unírio Machado, Antonio Maria da Silva, Carlos de Brito Velho, Henrique Fonseca de Araújo, Mem de Sá, Bruno Born, Daniel Krieger, Osvaldo Bastos, Vitor Graeff, Carlos M. Werlang, Luiz A. Campangoni, Wolfram Metzler, Antônio Pinheiro Machado Neto, Júlio Teixeira, Manoel Jover Telles.

³⁵ *O Nacional*, 19 jan. 1952, p. 1. Título: “Não subscrevi, nem autorizei a incluir meu nome”.

³⁶ *O Nacional*, 31 jan. 1952, p. 1. Título: Reafirma o deputado César Santos em entrevista a *O Nacional*.

Direito em Porto Alegre, na então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Somente em 1947 ingressou na carreira política, sendo eleito já em sua primeira candidatura a vice-prefeito e, no final do mandato, em 1950, foi eleito prefeito de Passo Fundo. Dipp permaneceu no mandato até 1952, quando foi eleito deputado federal sendo reeleito em 1954 e 1958, pelo PTB.

Além de político, exercia a advocacia e também era jornalista, sociofundador da Cooperativa Agropastoril de Tapejara, titular da cadeira de Direito Administrativo na Universidade de Passo Fundo, membro da Academia Passo-Fundense de Letras (NASCIMENTO; DAL PAZ, 2013). Seu ingresso na política deu-se nas eleições municipais de 1947, quando concorreu a vice-prefeito, junto de Armando Annes como candidato a prefeito. Em 1951, o *Diário da Manhã* detectava a crise no PTB local alegando que “Daniel Dipp lançou-se como candidato do PTB à prefeitura municipal sem consultar a direção do partido”³⁷. Embora contrariando a hierarquia do partido, não foi esse o motivo de seu impeditivo eleitoral, mas sim uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por modificação de jurisprudência.

Assim pois, em face da modificação da jurisprudência do Tribunal Regional Eleitoral, obediente à orientação do Superior Tribunal Eleitoral, os vice-prefeitos que tenham exercido o cargo de Prefeito em qualquer tempo, no período imediatamente anterior, não podem ser candidatos a prefeito. [...]

Vê-se que é surpreendente a abnegação dos homens do PTB, pois o Dr. César Santos, deputado federal com os subsídios de Cr\$ 24.000,00, renuncia a este posto para disputar a Prefeitura de Passo Fundo com apenas Cr\$ 5.000,00 de subsídios. [...]

A propósito da jurisprudência recém formada no caso específico, o Dr. César Dias Fialho, Juiz Eleitoral de Passo Fundo despachou bem fundamentado parecer. O despacho desse magistrado é longo e baseia-se na disposição da Constituição Federal, cuja interpretação analisa à luz de critérios científicos e jurídicos, concluindo pela consideração da inelegibilidade, visto que atualmente o deputado Daniel Dipp é vice-prefeito este município e esteve neste período imediatamente anterior ao pleito, no exercício da Prefeitura no começo de 1950. [...] (O NACIONAL, 11 out. 1951, p. 1).

Em meio à crise, a primeira opção do PTB foi indicar César Santos como candidato a prefeito³⁸. Enquanto o recurso era julgado, o PTB antecipava-se homologando³⁹, na convenção trabalhista, a candidatura de Santos, para não deixar o PTB sem candidato. Ney Menna Barreto, Carlos Galvez e Verdi de César foram os advogados responsáveis por

³⁷ *Diário da Manhã*, 12 ago. 1951, p. 2. Título: A crise que envolve o PTB.

³⁸ *O Nacional*, 11 out. 1951, p. 1. Título: Última hora! César Santos candidato a prefeito!

³⁹ *O Nacional*, 12 out. 1951, p. 1. Título: Homologada pelo PTB a candidatura do deputado César Santos.

elaborarem a defesa⁴⁰ de Daniel Dipp e recorrerem ao juiz eleitoral da 33ª zona que negou o registro do candidato ao cargo de prefeito. Nessa reivindicação, o Partido Trabalhista foi vitorioso, Barreto, Galvez e César conquistaram⁴¹ a sufragação interina do juiz eleitoral. Daniel Dipp lançou-se efetivamente à candidatura, agora com autorização do juiz, com uma plataforma administrativa ampla, ligada a propostas voltadas para estradas de rodagens, incentivo à indústria, projetos nas colônias agrícolas, mobilidade administrativa, abastecimento da cidade, mercado público, problemas urbanos, urbanização das sedes distritais, defesa rural, obras públicas e instrução pública⁴².

Eleito prefeito em 10 de setembro de 1952, a gestão de Daniel Dipp⁴³ foi marcada pelo início da construção do Hospital Municipal e pelo polêmico caso do arrendamento do matadouro municipal⁴⁴, importante fonte de recursos. Em 1955, Dipp renuncia e deixa a prefeitura nas mãos do vice-prefeito, Mário Menegaz. O ato é bastante elogiado pelo ex-prefeito e partidário Armando Annes⁴⁵, mas bastante criticado pelo *Diário da Manhã*⁴⁶ que o julgou por uma administração ruim⁴⁷ considerando os elementos que compõem o PTB, e por

⁴⁰ *O Nacional*, 13 out. 1951, p. 1. Título: Recurso contra a decisão do juiz eleitoral da 33ª zona!

⁴¹ *O Nacional*, 18 out. 1951, p. 1. Título: “A decisão do Tribunal Regional Eleitoral foi uma grande vitória do Partido Trabalhista”.

⁴² *O Nacional*, 11 out. 1951, p. 3. Título: A Frente Democrática e a plataforma administrativa de seus candidatos”.

⁴³ Dipp também sentiu reflexos negativos dos acordos firmados na administração Ferreira Filho em 1938, a exemplo do contrato de arrendamento do matadouro municipal, fato que tirou das mãos do executivo o controle dos preços da carne verde. O contrato fechado por Ferreira Filho naquele ano tinha vigência programada até 1953: “Em virtude desse arrendamento, o preço da carne saiu da jurisdição municipal para entrar no domínio da COFAP, que estabeleceu preços que vigorarão para todo o estado incisivas declarações do prefeito Daniel Dipp à ‘*O Nacional*’”. Fonte: *O Nacional*, 25 jul. 1952, p. 1. Título: Continuam os efeitos desastrosos da administração Ferreira Filho.

⁴⁴ Com a extinção do contrato de arrendamento, em 1953, Dipp iniciou a tentativa de liberar o comércio de carne verde na cidade, apresentou um projeto de lei para tal fim. O desagrado para o *Diário da Manhã* com relação ao projeto estava na estimativa de que se daria como certo o aumento no preço da carne, caso fosse aprovado. O assunto não teve sua consumação enquanto Dipp esteve à frente da prefeitura, pois, em 1955, ele renunciou para ingressar no cenário federal e deixou a gestão do município nas mãos do vice Mário Menegaz. Fonte: *Diário da Manhã*, 18 nov. 1953, p. 2. Título: O problema da carne.

⁴⁵ *Diário da Manhã*, 16 jan. 1955, p. 6. Título: O discurso do ex-prefeito.

⁴⁶ A acusação reservada a Dipp era a de um discípulo getulista, acusando-o de infringir a lei orgânica municipal durante sua gestão, além de realocação indevida de verba para fins que não atendiam à coletividade, como no caso da rádio, projeto declaradamente não palatável à oposição. Outras acusações pesaram contra Dipp nas páginas do *Diário da Manhã*, politicagem no interior do município, dispensa de professores sob a alegação de voto em adversários, benefício de eleitores e correligionários, faltas de verba e inexistência de prestação de contas para transferir a gestão ao vice. Fonte: *Diário da Manhã*, 21 jan. 1955, p. 2. Título: As investidas do ex-prefeito.

⁴⁷ Enfim, Dipp estava sendo acusado de abandonar a prefeitura e o questionamento girava em torno da aceitação da Câmara de Vereadores e do próprio Dipp quanto à alegada negligência ao processo legal de transição. O cenário apresentado pelo *O Nacional* foi exatamente o oposto, indo ao encontro dos elogios que Armando Annes dedicara a Dipp. A justificativa dada pela situação dos cofres públicos era de que se encontrava estável e de que se ajustaria com a quitação dos impostos no início de 1956, regularizando naturalmente a situação julgada como caótica pelo *Diário da Manhã*. Fonte: *Diário da Manhã*, 25 jan. 1955, p. 2. Título: As arremetidas do ex-prefeito.

Dipp. Em 1957⁴⁸, Dipp demitiu-se da Comissão Executiva e do Diretório Municipal do PTB, mas somente em 1959⁴⁹, com o movimento de pacificação iniciado por ele, outros 41 membros⁵⁰ do diretório municipal renunciaram⁵¹. Dessa forma, a crise no PTB irrompeu⁵², afastando as alas⁵³.

Um apoiador declarado de Daniel Dipp foi Mário Menegaz – industrial, produtor rural, político e ativista em prol da Sociedade Pró Universidade de Passo Fundo –, proveniente de família italiana, filho de João Menegaz, casou-se com Amélia Danna. Mário Menegaz pertenceu ao PTB e integrou-se à ala rebelde apoiando Daniel Dipp e migrando para o MTR. Essa lógica de atuação ocasionou a ruptura do PTB local, tendo de um lado o ortodoxo⁵⁴ César Santos e, de outro, Daniel Dipp na ala rebelde⁵⁵, em que Menegaz foi vice-prefeito em 1951. Em 1955, assumiu a prefeitura enquanto Dipp lançava-se candidato a deputado federal e, de acordo com o *Diário da Manhã*⁵⁶, recebeu o município com dívida de alguns milhões de cruzeiros, em difícil situação financeira. Em 1958, foi candidato a prefeito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Dipp a vice-prefeito, porém não venceram, tendo permanecido o PTB no poder. A passagem de ambos pelo PTN foi rápida, sendo que os dois candidatos ingressaram no MTR, em 1960.

Foi pelo MTR que Menegaz lançou-se à prefeitura em 1963, com o apoio de todos os partidos legalizados, fato que provocou o isolamento do PTB local. Durante a campanha,

⁴⁸ *O Nacional*, 15 jan. 1957, p. 1. Título: Política – Demitiu-se da Comissão Executiva e do Diretório Municipal do PTB, o dep. Daniel Dipp.

⁴⁹ *O Nacional*, 3 mar. 1959, p. 4. Título: Política – A pacificação do PTB local, 41 membros do diretório municipal renunciaram – Mário Menegaz, Verdi de César, e Rui Rache entre os que renunciaram.

⁵⁰ Verdi de César foi o primeiro que se pronunciou alegando que “A executiva estadual optou... e optando, dividiu em vez de unir” e declarou que o ato de dissidência era irrevogável. Fonte: *O Nacional*, 4 abr. 1959, p. 1. Título: “A executiva estadual optou... e optando, dividiu, em vez de unir”.

⁵¹ Arthur Canfield declarou que os dissidentes interpretaram que, conforme o estatuto do partido, com as renúncias, o diretório municipal dissolvia-se automaticamente, obrigando a executiva estadual a sair da inercia e reorganizar o diretório que deixava de existir. Fonte: *O Nacional*, 5 abr. 1959, p. 3. Título: Política – “Diante do dispositivo estatutário, o diretório municipal estava automaticamente dissolvido”.

⁵² *O Nacional*, 7 abr. 1959, p. 1. Título: A crise irrompida no PTB de Passo Fundo.

⁵³ Romeu Martinelli recusava-se a sujeitar-se à imposição de candidaturas, enquanto líder da Câmara Municipal, criticou energicamente as atitudes da ala executiva do partido. Por parte da direção estadual, a notícia era de que o referido grupo havia sido expulso do PTB, contradizendo o abandono voluntário do grupo. Das notícias divulgadas na época, constatamos que o único que de fato não fora expulso foi Múcio de Castro, saindo voluntariamente para acompanhar os demais. Fonte: *O Nacional*, 10 abr. 1959, p. 1. Título: Câmara Municipal - Acerbas críticas do líder do PTB às atitudes da executiva municipal dessa agremiação

⁵⁴ Ortodoxo nessa conjuntura estava ligado a manter-se na bandeira ideológica tradicional do partido, mantendo as decisões em nível diretivo do partido.

⁵⁵ Rebelde nesse contexto estava vinculado a uma maneira mais libertária de lidar com os conflitos internos, angariando a opinião das bases que compunham o partido, descentralizando as decisões.

⁵⁶ *Diário da Manhã*, 8 set. 1955, p. 4. Título: O prefeito Mário Menegaz.

Menegaz conferenciou⁵⁷ com o governador do estado, Ildo Meneghetti, debatendo os problemas que afligiam Passo Fundo. Após as eleições de outubro, enquanto aguardava a posse, solicitou ao prefeito Benoni Rosado “inteirar-se da situação do município”⁵⁸ nomeando uma espécie de comissão de transição, o qual aquiesceu.

Personagem seguinte do grupo é Múcio de Castro, jornalista e político, conhecido por dirigir o jornal *O Nacional*, palco de notícias e ideologias políticas conflitantes ao concorrente *Diário da Manhã*. Múcio era filho de Leão Nunes Cavalheiro de Castro e Magdalena Martins de Castro, natural de Passo Fundo. O pai era natural do Uruguai, mas, ainda na juventude, foi naturalizado brasileiro. Em 1940, casou-se com Ada Maria Postal, natural de Guaporé, com quem teve cinco filhos⁵⁹.

A aquisição do jornal ocorreu em 1939, muito antes de seu ingresso na política em 1954, no PTB. A jornada de Múcio de Castro em *O Nacional* começou anteriormente à sua aquisição em 1939, quando, com 15 anos, mais precisamente em 1931, ingressou no setor de expedição da empresa que, na época, pertencia a Herculano Araújo Annes. Passou por diversas funções, chegando a editor-chefe e diretor de redação.

Sobre a educação secundária de Múcio, nada se localizou. Não cursou ensino superior, pois, de acordo com os registros de sua história, ingressou no trabalho muito cedo, para auxiliar nas despesas familiares. Quando teve a oportunidade, tornou-se empresário, comprando o jornal *O Nacional*, investimento que fez com o apoio do pai, pagando em suaves prestações possibilitadas por Herculano Annes. De acordo com a declaração de Augusto Trein na edição especial do centenário de Múcio de Castro: “O jornal *O Nacional* era o veículo que abrigava os políticos e as ideias renovadoras da época”⁶⁰. Na pesquisa, constatamos que era ligado à família Annes e vinculou-se ao PTB.

Múcio de Castro foi atuante também na Sociedade Pró-Universidade, constituindo-se em opositor de César Santos, que era acusado de irregularidades na administração do núcleo das faculdades. Na vida política, iniciou no PTB, juntamente com seu círculo de amigos composto por Romeu Martinelli, Daniel Dipp, Arthur Canfield, Ney Menna Barreto, Mário Menegaz e Augusto Trein. Foi pelo PTB que teve seu primeiro mandato como deputado estadual, em 1954, mas não pôde se recandidatar quatro anos depois, pois foi substituído, por

⁵⁷ *Diário da Manhã*, 20 nov. 1963, p. 1. Título: Prefeito eleito Menegaz desmentiu notícias improcedentes e chegou hoje de Porto Alegre.

⁵⁸ *O Nacional*, 26 nov. 1963, p. 1. Título: Prefeito Mário Menegaz quer inteirar-se da situação do município.

⁵⁹ Entre eles, Tarso de Castro, que se tornou um dos jornalistas mais conhecidos do país pelo seu trabalho em *O Pasquim*.

⁶⁰ *O Nacional*, 8 maio 2015, p. 3.

influência de César Santos, por Ney Menna Barreto. Essa crise provocou sua saída do partido e posterior ingresso no Movimento Trabalhista Renovador (MTR), sob a liderança do ex-petebista Fernando Ferrari e, por sugestão de Múcio de Castro, foi renomeado como Movimento Renovador Trabalhista (MRT). Em 1962, candidatou-se a deputado estadual pelo novo partido, mas ficou na suplência.

“A vida e a obra”, sobre Túlio Fontoura, foi uma matéria publicada em um suplemento especial do jornal *Diário da Manhã*, quando completou um ano de seu falecimento, contando o início da vida, a carreira, a família, os amigos, suas ideias e projetos. Aos 17 anos, Túlio Fontoura mudou-se com os pais, Waldenck Moreira da Fontoura e Laura Moura da Fontoura, para Porto Alegre, onde ingressou na faculdade de Engenharia, faculdade que não conseguiu concluir por falta de recursos. Seu primeiro trabalho como jornalista foi no jornal *A Manhã*, posteriormente em *A Federação*, quando ingressou no PRR. Aos 21 anos, decidiu estabelecer-se em Passo Fundo, dirigiu *A Gazeta* em 1926, fundou *A Luta* em 1931, que seria fechada em 1932. No suplemento, a descrição feita de *A Luta* retrata-o como um jornal “político, social, comercial, industrial, pecuário, esportivo, literário e religioso”.

Em 1935, fundou o *Diário da Manhã*. Segundo a narrativa, fez isso com apenas “20 mil réis no bolso” apoiado por amigos como Nicolau de Araújo Vergueiro, João de Cesaro, Aparício Lângaro e Ernesto Formigheri, que contribuíram ativamente com os primeiros anos do jornal. No mesmo ano de fundação do jornal, Túlio Fontoura casou-se com Lucilla de Lima Mello, proveniente de Sarandi, com quem teve uma filha, Clélia, casada com Dyogenes Pinto, sucessor de Túlio na direção do jornal e então responsável pelo suplemento de homenagem ao qual referimos.

Dentre as preferências políticas demonstradas nas páginas de seu jornal, estava o apoio a nomes como Nicolau de Araújo Vergueiro, César Santos e Henrique Scarpellini Ghezzi. Foi contra a ditadura getulista e sempre pertenceu ao diretório do PSD local. Em 1947, candidatou-se a vereador, foi eleito, mas deixou o mandato para assumir a função de gestor da Diretoria do Ensino Municipal a pedido de Arthur Ferreira Filho, interventor de Passo Fundo na época e também amigo próximo de Fontoura.

O *Diário da Manhã* foi invadido por populares, provavelmente em retaliação às posições anti-petebistas do proprietário, o que lhe rendeu a perda de todos os exemplares já publicados naquele ano e a depredação do prédio. Em 5 de agosto de 1954, dias após o suicídio do presidente Vargas, o jornal narrou o evento nesses termos:

A morte de Getúlio Vargas ecoou por todos os recantos do Brasil, causando um grande impacto emocional, irrompendo violentas manifestações getulistas, essencialmente entre a comunidade gaúcha, em Porto Alegre e Passo Fundo. E foi quando uma multidão exaltada, a pretexto de desagravo à memória do ex-ditador, atacou o ‘Diário da Manhã’, partindo para a depredação e o tiroteio. (SUPLEMENTO DIÁRIO DA MANHÃ, 17 set. 1981, p. 6).

Na ocasião, a Brigada Militar intercedeu, mas, até que chegasse ao local, um grupo de amigos nominado como “Turma dos 10”⁶¹ apoiou Túlio Fontoura⁶² no controle da situação. Ao longo da história de Túlio Fontoura, muitos se tornaram amigos íntimos, dentre os nomes mais proeminentes e citados estão Celso da Cunha Fiori, João de Cesaro, Ernesto Formigheri, Aparício Lângaro, Henrique Scarpellini Ghezzi, Nicolau de Araújo Vergueiro, Arthur Ferreira Filho, Ney Menna Barreto, César Santos, Gervásio Araújo Annes, Odalgiro Corrêa, Ildo Meneghetti, entre outros. Candidatou-se duas vezes a deputado estadual, mas não foi eleito, conseguiu chegar à suplência, mas novamente deixou a função para dirigir a Imprensa Oficial do Estado a pedido do governador Ildo Meneghetti. Expandida a atuação na imprensa escrita para a radiofônica, dirigiu de 1962 a 1964, a pedido de César e Reissoly Santos, a rádio universitária.

Chegamos ao final dessas pequenas biografias políticas com Wolmar Salton. Salton era filho de italiano que migrou ainda criança para o sul do Brasil com a família e se instalou na cidade de Bento Gonçalves. O pai de Wolmar Salton, João Salton, foi o fundador da Vinhos Salton e a família mudou-se para Passo Fundo, quando Wolmar tinha 13 anos passando a atuar no ramo madeireiro. Foi ensinado pelo professor Stigler⁶³, formou-se Guarda-Livros – profissão que hoje conhecemos por contabilista – em Santa Maria, apesar de seu desejo ter sido o de exercer a advocacia. Ao retornar, prestou serviço militar no tiro de guerra. Salton era casado com Irma Helena Mader Annes, filha do político Armando Annes, com quem teve quatro filhos.

⁶¹ Salvador de Felippo, Armando de Felippo, Simão de Felippo, Guilherme Amatus Boor, Gaspar Pires, Antônio Mello, Alady Berlese de Lima, Onésil Subtil de Oliveira, Osvaldo Venturini e Ernani Coitinho.

⁶² As acusações ferrenhas de corrupção contra Mário Menegaz lhe renderam um processo movido pelos militares em 1964, o qual contou com a defesa de Arthur Ferreira Filho e do coronel Ariovaldo Maciel de Vargas, Comandante Geral da Brigada Militar do Estado, fato que evitou que fosse enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Em 1963, Fontoura teve seu mais intenso atrito com o PSD, gerando manifesto de repúdio em seu jornal à nota veiculada na rádio municipal de Passo Fundo, propagada pela direção do PSD local. A informação foi levada a conhecimento de Túlio Fontoura por leitores que, segundo ele, foram ao jornal “expressar repúdio contra o ato”. O ato que o afastou do PSD o uniu ainda mais ao amigo César Santos, a quem exerceu apoio de forma leal em sistema de cooperação mútua, até o falecimento de César Santos.

⁶³ Segundo Hexsel e Gárate (2002, p. 312), o curso desse professor originou a escola dos Irmãos Maristas de Passo Fundo.

Em 1928, Salton fundou uma empresa de caixas e aplainados para embalagens, João Salton & Cia. Ltda., em sociedade com João de César e Ampério Pan. O sócio Ampério Pan retirou-se da sociedade apenas um ano após a fundação da empresa e, após o falecimento de João de César, na década de 1950, os filhos herdaram a sociedade. Verdi de César ficou na direção da empresa de 1956 a 1960, quando optou por vender sua parte, deixando a empresa apenas nas mãos da família Salton. João Antonio Salton, filho de Wolmar Salton, seguiu na direção da empresa nas décadas seguintes. Outro empreendimento de Wolmar Salton foi a laminadora de madeira, a primeira da região, com quase 100 funcionários, porém um incêndio ocasionou a perda do empreendimento, pois Passo Fundo não contava com um corpo de bombeiros nessa época. O terreno da Vidraçaria Salton, segundo Hexsel e Gárate (2002), foi adquirido de Nicolau Vergueiro em 1951, Wolmar possuía negócio de casas pré-fabricadas e era engajado na Associação Comercial de Passo Fundo.

Na política, Salton destacou-se duas vezes como vereador pelo PTB, em 1943 e 1947, foi eleito prefeito em 1955, tendo Benoni Rosado como vice. Quando eleito em 1947, Nascimento e Dal Paz (2013) destacam como seu feito a instalação do distrito industrial de Passo Fundo e o impulsionamento do desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário em 1957.

Industrialização, dedicação aos bairros e vilas, difusão do ensino, estradas, colaboração com a Universidade, entrelaçamento com as entidades da indústria, comércio e produção, entrosamento de trabalhadores e patrões, ampliação do Hospital Beneficente Dr. César Santos, Festa tradicionalista de caráter nacional, criação de parques e praças, pavimentação das ruas, intensificação do apoio aos agricultores, intensificação de cursos de aprendizagem em vários setores, organização de exposições agro-pecuárias, construção de novas casas populares, colaboração com o problema do menor, reunião de lideranças da comunidade para debates [...] (BARBOSA, 1977, p. 22).

Quando Salton assumiu a prefeitura em 1956, teve seu perfil comparado ao de Armando Annes e Gervásio Lucas Annes, pois declarou que analisaria as possibilidades de ações a *posteriori*, somente quando houvesse a real noção das condições financeiras do município. A história trazia Gervásio Lucas Annes como o reorganizador administrativo da cidade pós-revolução de 1893 e associar essa referência a Wolmar Salton produzia a expectativa de administração equilibrada, lastreada pela longa carreira de vereador que possuía. *O Nacional* publicou em 1959 o seguinte: “Melhor do que qualquer comentário vão

dizê-lo as suas obras. Aliás, é com os melhores prognósticos de todos os passo-fundenses, sem distinção de partidos, que o sr. Wolmar Salton inicia seu governo”⁶⁴.

Não tardou muitos anos, em 1962, Salton apresentou sua renúncia ao PTB, incomodado pelos inúmeros atritos internos gerados em relação a um segundo mandato. Justificou sua saída declarando, “já agora como mero candidato a candidato registram-se discussões e atritos entre companheiros”⁶⁵. Na sessão “Uma por dia”, de *O Nacional*, comentou-se: “A meu ver, o seu Wolmar só tem dois caminhos a seguir (...) ou aceita (...) ou não aceita sua candidatura”⁶⁶. Na carreira política, Salton ainda foi eleito em 1976 pelo MDB – com a maior votação individual da história de Passo Fundo até o período – e, ainda, em 1977 com apoio popular, mas não pôde finalizar o mandato por agravo na saúde, restando ao vice, Firmino Duro, completar seu mandato.

Até aqui compreendemos como esse grupo ingressou no cenário do poder local, mas precisamos compreender o universo de ideias abrangidas por esse grupo nas fontes impressas. Cabe-nos compreender com isso quais eram essas ideias e, ainda, se possuíam convergência ou divergência entre os sujeitos dessa elite política.

Ao final dessas explicações biográficas⁶⁷, que tiveram o objetivo de situar o leitor em relação à trajetória pessoal, profissional e política desses sujeitos, constatamos como pontos em comum: quatro deles nasceram em Passo Fundo, dois em Soledade e três em outras cidades mais distantes do interior gaúcho; quanto à formação, temos dois médicos, dois guarda-livros (contador), um advogado e os demais sem formação superior; seis deles iniciaram a carreira política no PTB; três romperam e migraram para o MTR posteriormente; seis deles nasceram entre 1904 e 1915. Quanto à principal diferença, podemos destacar duas que nasceram no final do século XIX e uma em 1924; há ainda uma diferenciação de formação cultural nesse grupo que se trata de Armando Annes, que residiu no exterior por dois anos antes de regressar ao Brasil e ingressar na administração pública.

Na próxima seção, tratamos dos temas abordados por essa elite política na imprensa local e, ainda, em quais temas esses sujeitos convergiram ou divergiram. Posteriormente, analisamos se o que é novo realmente são as ideias propagadas ou as relações de poder vigentes entre essa elite.

⁶⁴ *O Nacional*, 25 jan. 1956, p. 3. Título: Tiro ao alvo – Administração equilibrada.

⁶⁵ *O Nacional*, 4 maio 1962, p. 4. Título: “Não serei pomo de discórdias”!

⁶⁶ *O Nacional*, 10 maio 1962, p. 1. Título: Uma por dia.

⁶⁷ Não nos referimos ao uso do método prosopográficos, visto sua complexidade, que foge ao objetivo da tese, mas sim pequenas biografias políticas desse grupo que acompanhamos.

2.2 De que fala a elite política?

Embora possamos nominar esse grupo como adversários político-partidários, constatamos que temas defendidos por esses sujeitos na imprensa podem ter convergido em objetivos em comum, não se tratava apenas de um mundo de divergências. Os assuntos abordados podem nos levar à compreensão de que a imprensa construiu uma percepção com relação a esses sujeitos, muitas vezes direcionadas por suas bases de apoio. Afinal, os conteúdos divulgados na imprensa são, fundamentalmente, um jogo de ideias que compõem ideologias marcadas por experiências partidárias e que se constituíram ao longo da vida dos indivíduos.

A aspiração em conhecer as ideias expressas por esses sujeitos nos leva à compreensão das “formas e práticas simbólicas” que acabam por gerar mobilização e legitimação do poder, seja ele político, social, cultural, podem ser previamente estabelecidas segundo a análise dos discursos divulgados por esses sujeitos. A fim de interpretar o texto jornalístico que constitui a fonte, utilizamos a análise de conteúdo e adotamos a técnica específica de “análise categorial”. De acordo com Laurence Bardin, análise categorial consiste em:

[...] tomar em consideração a totalidade de um <<texto>>, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir o primeiro passo, obedecendo ao princípio de objectividade e racionalizando através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das *categorias*, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É portanto um método taxionômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente. (BARDIN, 1966, p. 36-37).

Nosso levantamento identificou que, na cobertura que a imprensa fazia sobre essa elite política, considerando todo o período da análise, 1947-1967, houve recorrência de 17 temas. Organizamos a Tabela 4 de acordo com esses temas e com os sujeitos aos quais a imprensa local, *O Nacional* e *Diário da Manhã*, atribuía a manifestação sobre tais assuntos.

Tabela 4: Temas divulgados pela elite política na imprensa

Temas \ Nomes	Armando Annes	Benoni Rosado	César Santos	Daniel Dipp	Mário Menegaz	Múcio de Castro	Nicolau Vergueiro	Túlio Fontoura	Wolmar Salton
1. Ações Sociais	•		•	•				•	•
2. Agricultura	•			•	•	•			•
3. Comércio	•			•	•				•
4. Contra Encampação Elétrica	•		•	•				•	•
5. Criação do Museu									•
6. Des. Urbano (obras públicas)	•	•	•	•	•	•	•		•
7. Desporto / Cultura			•		•				
8. Ferrovias				•			•	•	•
9. Indústria (Parque Industrial)	•	•		•	•				•
10. Instituto histórico	•						•		
11. Instrução Pública (Alfabetização e construção de escolas)	•	•	•	•	•	•	•	•	•
12. Pregação de administração menos política	•			•	•				
13. Rádio Municipal	•	•		•					
14. Rádio e Hospital p/ SPU		•	•					•	
15. Saúde Pública (Centro de Saúde e Hospitais)	•		•	•		•	•		•
16. Segurança Pública	•								
17. Sociedade Pró Universidade		•	•	•	•	•			•

Fonte: desenvolvido pela Autora.

Para chegarmos aos temas citados, analisamos todas as edições do período de recorte de 1947 a 1964 e, sobretudo, consideramos a citação da elite política selecionada como um sujeito ativo ou passivo na matéria do jornal. A partir disso, montamos tal planilha considerando a recorrência de citações diante de cada tema, compondo os 17 assuntos mais citados na Tabela 4.

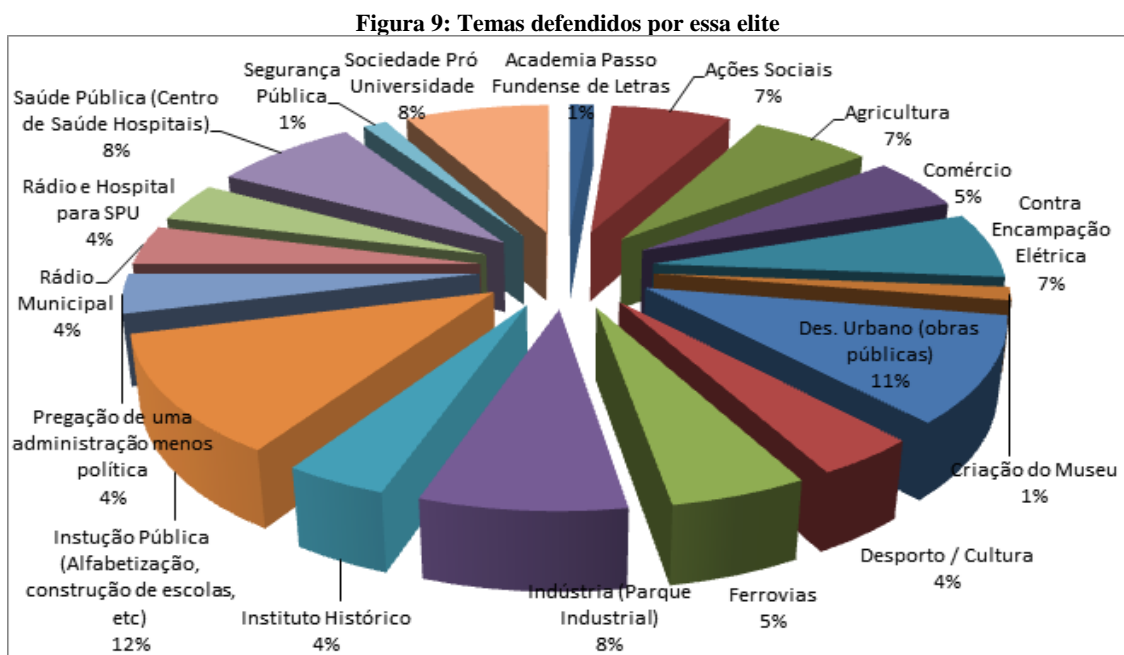
Armando Annes, Daniel Dipp e Wolmar Salton foram os que se engajaram no maior número de temas citados. Armando Annes e Daniel Dipp foram ativos em doze, Wolmar Salton em onze dos dezessete temas. No meio termo, encontram-se César Santos e Mário Menegaz, que apoiaram oito dos dezessete temas localizados nos impressos. Em menor escala, encontram-se Benoni Rosado com seis e Múcio de Castro, Nicolau Vergueiro e Túlio Fontoura empatados com cinco dos dezessete temas.

Quanto aos temas mais reincidentes entre essa elite, podemos destacar o número 9, “Instrução pública” – englobando discussões relativas à alfabetização e construção de escolas –, que conta com a unanimidade desse grupo; em segundo lugar, temos o tema 6,

“Desenvolvimento Urbano” – considerando apenas o relativo a obras públicas –, que aparece no discurso de oito sujeitos; por fim, com empate, os temas 15 e 17, “Saúde Pública” – abrangendo centro de saúde e hospitais – e “Sociedade Pró-Universidade”, respectivamente. Nesses temas mais recorrentes, Túlio Fontoura foi o menos representativo, apenas a pauta “Instrução Pública” fez parte de seu discurso. Por outro lado, César Santos, Daniel Dipp e Múcio de Castro possuem os quatro temas em seus discursos.

Outro destaque oportuno é com relação aos temas secundarizados pelo grupo, a exemplo de Segurança Pública, defendido apenas por Armando Annes; Criação do museu, defendido somente por Wolmar Salton; Desporto/Cultura, em pauta apenas para César Santos e Mário Menegaz; Instituto Histórico presente apenas no discurso de Armando Annes e Nicolau Vergueiro.

A análise por temas nos leva ao conhecimento dos discursos recorrentes para cada sujeito que compõe essa elite política. Por isso, é necessário demonstrar o que essas preferências representam na dimensão do conjunto de matérias pesquisadas nesses jornais. Na Figura 9, tentamos fazer uma representação dos temas associados à elite política e os respectivos percentuais considerando as matérias que englobaram esses 17 temas em um universo de 100% de todas as edições dos dois jornais, considerando o recorte pesquisado de 1947-1964.



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora.

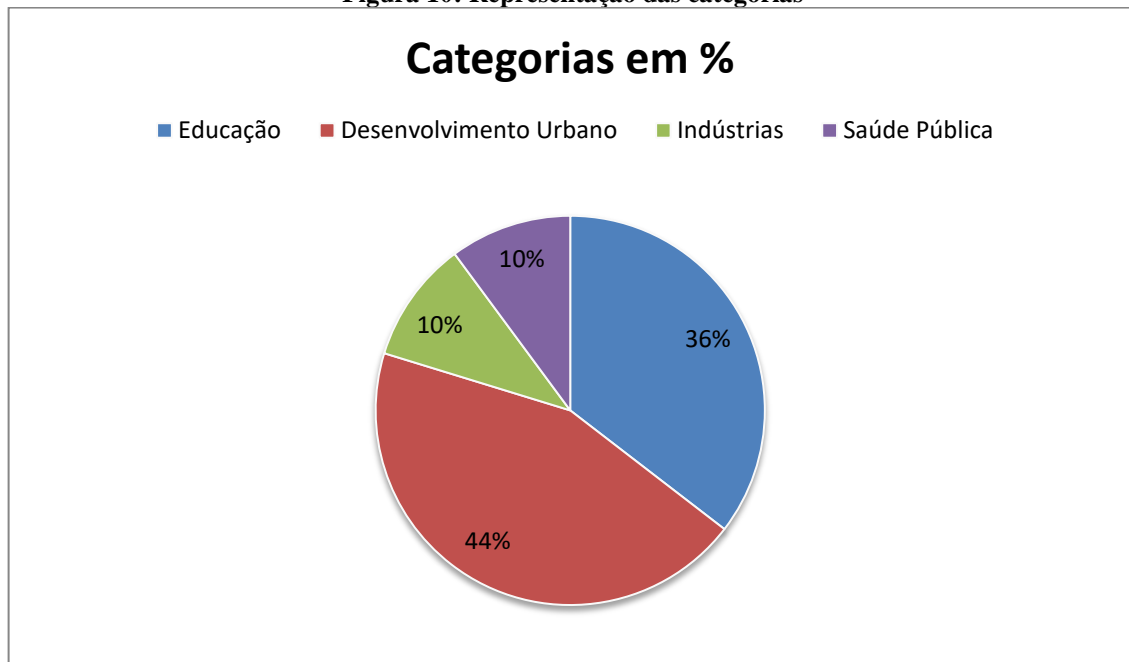
Alguns temas listados podem conotar o que Bardin (1966, p. 36) denomina de “ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados”. Por isso, integramos em categorias, o que nos facilita a compreensão desses itens em seu contexto. Como metodologia de análise, englobamos esses 17 temas em cinco categorias: desenvolvimento urbano (obras públicas), indústria, instrução pública, saúde pública e sociedade pró-universidade.

Na categoria desenvolvimento urbano, alocamos temas ligados às obras públicas, encampação elétrica, ferrovias, comércio e agricultura; na categoria indústria, permaneceu apenas com o tema indústria; na categoria saúde pública, alocamos centro de saúde e hospital municipal; por fim, na categoria educação, agrupamos os temas alfabetização e construção de escolas, sociedade pró-universidade e a rádio municipal (processo de doação para SPU e tentativas de reversão para o município). Por outro lado, alguns temas foram suprimidos pela escassez de representatividade no todo como: criação Museu, desporto/cultura, Instituto Histórico, administração menos política, segurança pública, ações sociais e Academia Passo-Fundense de Letras. Os temas suprimidos totalizam 22%.

Fizemos outra opção de integração das categorias instrução pública e sociedade pró-universidade, denominamos de Educação, pois apenas as duas totalizam 20% do total de notícias selecionadas referentes aos temas listados como defendidos. Ainda, junto a essa categoria, inserimos as discussões referentes à doação do hospital municipal e da rádio municipal à sociedade pró-universidade, totalizando 28% de representatividade. Os outros 50% ficaram divididos entre as outras três categorias criadas: desenvolvimento urbano com 35%, indústrias com 8% e saúde pública com 8%.

Com essa nova subdivisão, temos o seguinte gráfico, representado na figura 10:

Figura 10: Representação das categorias



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora.

Para compreendermos como essas categorias são tão convergentes para esse grupo, discutiremos, na próxima seção, como esse grupo se divide por sua origem partidária e se essa origem é capaz de nortear os discursos que compuseram essa organização.

2.3 Poder ou ideias: o que é novo, afinal?

Ao nos questionarmos sobre a convergência de ideias desses sujeitos, podemos imaginar que há vinculação entre a origem partidária desse grupo; portanto, optamos por tornar visual essa representação na Tabela 5, apresentando a segmentação partidária dessa elite política em contraposto às ideias. É importante destacarmos que, nessa tabela, em caráter de exceção, optamos por detalhar cinco categorias para compreensão dos posicionamentos político-partidários, separando instrução pública de sociedade pró-universidade. Contudo, a partir do próximo capítulo, manteremos apenas quatro categorizações, deixando as duas supracitadas como a categoria única em Educação, conforme explicitado na seção 2.2.

Fizemos a representação sob a seguinte legenda de cores:

→ Vermelho PTB.

→ Rosa Ala rebelde do PTB que migrou para o MRT.

→ Azul PSD.

Tabela 5: Segmentação partidária sob a legenda de cores

Ideias \ Nomes	Armando Annes (PTB)	Benoni Rosado (PTB)	César Santos (PTB)	Daniel Dipp (PTB/MRT)	Mário Menegaz (PTB/MRT)	Múcio de Castro (PTB/MRT)	Nicolau Vergueiro (PSD)	Túlio Fontoura (PSD)	Wolmar Salton (PTB)
Des. Urbano (obras públicas)	•	•	•	•	•	•	•		•
Indústria	•	•		•	•				•
Instrução Pública	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Saúde Pública	•		•	•		•	•		•
Sociedade Pró Universidade		•	•	•	•	•			•

Fonte: desenvolvido pela autora.

Daniel Dipp, Mário Menegaz e Múcio de Castro estão marcados com PTB/MTR por terem pertencido ao PTB até 1958 e, posteriormente, migraram para o MTR. Os três mantiveram-se no MTR até 1966, quando se instituiu o bipartidarismo. Já os demais sujeitos dessa elite se mantiveram no mesmo partido também até a instituição bipartidária. Os sujeitos menos ativos, com relação às quatro categorias analisadas, são Nicolau Vergueiro e Túlio Fontoura, pertencentes ao PSD. Esse posicionamento pode ser compreendido se avaliarmos o arranjo do PSD local, que, segundo Benvegnú (2007), era composto, em sua maioria, por políticos profissionais, pertencentes à velha guarda-política.

Tendo à parte essa consideração sobre o PSD, os demais sujeitos constituíram uma cadeia de ideias dominantes. Conforme Thompson (1995), eles compartilhavam valores que pautavam seus atos em uma concepção convencional. Esses padrões possuem significado se o partido político for situado como uma instituição, estipulando posições e trajetórias possíveis para cada indivíduo. Podemos pressupor que a formação ideológica desses indivíduos provém, em parte, da diretriz partidária na “carreira” do indivíduo, como uma designação de trajetória que pode ser percebida na similaridade de ideias que compartilham e defendem.

Os indivíduos envolvidos na produção e recepção de formas simbólicas estão, geralmente, conscientes do fato de que elas podem ser submetidas a processos de valorização, e eles podem empregar estratégias voltadas para o aumento ou a diminuição do valor simbólico [...] (THOMPSON, 1995, p. 206).

Tal tentativa de potencialização de seu valor simbólico é perceptível tanto no *Diário da Manhã* quanto no *O Nacional*, característica verificada em trechos com expressões do tipo “e o povo que julgue”⁶⁸, comumente utilizado em encerramentos de matérias críticas à oposição partidária. Percebe-se a estratégia de convidar o público a interpretar a “informação”

⁶⁸ *Diário da Manhã*, 6 mar. 1959, p. 4: “Atendendo o Repto, o Deputado Nicolau Vergueiro publica o documento”. *O Nacional*, 6 mar. 1959, p. 1, título: “Desmemoriado Nicolau confunde-se com suas verdades de ontem e suas mentiras de hoje”.

passada, mas distribuindo os artifícios de formação opinativa necessários aos leitores. Percebemos a produção de sentido almejado nesses impressos, de forma subentendida, através de frases como a referida, denotando um poder subjetivo de interpretação e julgamento ao receptor do discurso divulgado.

Um fator destacado por Thompson (1995) é o de que esses indivíduos fazem parte de alguma tradição instituída em seu mundo social, ponto que acaba exposto na análise de atuação desses sujeitos, ao compreendermos suas ligações e estruturas, agregando ferramentas para interpretar as ideias que permeiam esse grupo que entendia que a chave do desenvolvimento do município era a educação, industrialização, saúde pública e desenvolvimento urbano. A questão social que analisaremos com relação a essa elite ligava-se à educação – instrução pública e sociedade pró-universidade. As ideias convergem-se de forma que as pautas acabam sendo referências comuns para debate nos impressos analisados e permitem perceber o mecanismo dos laços que uniam os antigos poderes da elite política passo-fundense e os novos poderes na política local. Conforme Rosanvallon (2010, p. 78), esse mecanismo é natural quando se trata do campo político:

A história do político distingue-se então, pelo próprio objeto, da história da política propriamente dita. Além da reconstrução da sucessão cronológica e dos acontecimentos, esta última analisa o funcionamento das instituições, dissecando os mecanismos de tomada de decisões públicas, interpreta os resultados das eleições, lança luz sobre a razão dos atores e o sistema de suas interações, descreve os ritos e símbolos que organizam a vida. A história do político incorpora evidentemente essas diferentes contribuições. Com tudo o que ela acarreta de batalhas subalternas, de rivalidades de pessoas, de confusões intelectuais, de cálculos de curto prazo, a atividade política *stricto sensu* é, de fato, o que ao mesmo tempo limita e permite, na prática, a realização do político. Ela é ao mesmo tempo uma tela e um meio.

Os laços desse grupo estão no campo político, mas não limitados socialmente apenas a esse fator, conforme explicitado no esboço biográfico – seção 2.1 – que demonstra as ligações pessoais de parte desse grupo, bem como a influência para ingresso na vida pública. No entanto, é nesse campo do político, conforme denomina Rosanvallon (2010), que realizamos a coleta dos dados analisados da tabela 1 a 5, com informações coletadas minuciosamente das fontes impressas *O Nacional* e *Diário da Manhã*, tendo por base o período proposto de 1947-1964, mas iniciando as pesquisas no ano marco do retorno do pluripartidarismo, em 1945.

A quantificação nos levou aos nomes de nove políticos mais citados dos impressos locais. Por meio dessa análise, constatamos uma linha de poder estruturada até 1958 por políticos experientes e pertencentes à velha guarda e, a partir de 1959, uma nova ala erguida

pela ruptura da ala rebelde do PTB, constituindo um novo nicho partidário trabalhista, guiado pelos ideais das novas ideias de um grupo recém-chegado ao poder local.

A apresentação desse grupo foi concretizada de forma que expusesse os aspectos da imprensa enquanto uma fonte histórica para o contexto partidário vigente à época. A contagem de temas abordados/defendido por esse grupo nos levou a cinco temas mais recorrentes nos impressos utilizados como fonte de pesquisa. Os temas recorrentes foram categorizados: desenvolvimento urbano e obras públicas, indústria e parque industrial, instrução pública com foco em alfabetização e construção de escolas, saúde pública e ações em prol do Centro de Saúde Hospitalar e, por fim, a Sociedade Pró-Universidade (SPU). Mas não nos limitamos a categorizá-los, afinal:

[...] não é nos refugiando num suposto céu apaziguado de ideias que poderemos compreender verdadeiramente os mecanismos e as dificuldades da instituição da *polis*. Eles só podem ser apreendidos num exame de contingências ordinárias, dado que sempre envolvidos na trama dos acontecimentos. Isso deve ser dito claramente. Mas é necessário ao mesmo tempo deixar claro que, para se resolver o enigma do político, não se pode ficar por aí. Não seria possível, por exemplo, compreender a instabilidade estrutural de um regime conformando-se com o relato das crises ministeriais ocorridas na zona visível da cena. (ROSANVALLON, 2010, p. 68-69).

Cada pauta foi alvo de atenção e debate pelos políticos analisados nos 17 anos que abrangem a pesquisa de forma categorizada, pois, segundo Rosanvallon (2010), não há categorização livre de discussões. Se considerarmos os temas abordados como partes de um objetivo, teríamos a nomeação de uma defesa de ideias. Podemos destacar os seguintes pontos: oito dos nove sujeitos estiveram envolvidos com a pauta de desenvolvimento urbano; cinco deles ligaram-se ao incentivo para instalação de indústrias na cidade; a categoria instrução pública foi unânime para essa elite; por fim, a saúde pública e a Sociedade Pró-Universidade, que contou com o apoio de seis desses nove sujeitos.

Dos sujeitos analisados, apenas um não esteve diretamente ligado à Sociedade Pró-Universidade: Nicolau Araújo Vergueiro. Embora César Santos, Daniel Dipp, Wolmar Salton divergissem em suas trajetórias, foram decisivos no processo de implantação da Sociedade Pró-Universidade. Mário Menegaz, Armando Annes, Benoni Rosado, Túlio Fontoura e Múcio de Castro foram figuras transitórias no processo e divergentes quanto aos grupos de apoio e oposição da sociedade mantenedora, mas favoráveis à implantação da instituição. Contudo, seis expressaram-se diretamente sobre o tema nos jornais analisados: Benoni Rosado, César Santos, Daniel Dipp, Mário Menegaz, Múcio de Castro e Wolmar Salton. Esse é um exemplo

do quanto as pautas categorizadas eram comuns ao grupo. A percepção das trajetórias dessa elite é importante devido à reconfiguração do poder de alguns sujeitos representativos na estrutura político-partidária, bem como pela linha sucessória dos políticos. Como sujeitos integrantes da disputa nessa nova estrutura de poder, podemos destacar Mário Menegaz, Daniel Dipp e César Santos.

Percebemos até aqui as práticas e as representações entrelaçadas no político, colocando a imprensa como uma importante arena para o debate dos temas que envolveram a elite política local, trazendo-nos um importante recurso para entender em que momento ocorre a transição dos instrumentos de poder e como essa elite política atuava e articulava o poder local. No capítulo 3, identificaremos as ideologias que vinculam esses sujeitos às categorias definidas no capítulo 2.

CAPÍTULO 3: ATUAÇÃO POLÍTICA LOCAL

Este capítulo é dedicado às pautas mais abordadas por essa elite na imprensa, bem como o modo de atuação desse grupo frente a esses temas. Antes de prosseguir, faz-se necessário esclarecer que a percepção do que é tratado por novo não são os sujeitos ingressantes no cenário político do recorte, mas sim os que não conseguiram a sua inserção no cenário político pela linha sucessória dos Annes, são eles: Túlio Fontoura e César José Santos. Nessa perspectiva, em que o velho se tornou um ponto de partida comum, podemos citar os nomes de Armando Annes, Daniel Dipp, Mário Menegaz, Múcio de Castro e Wolmar Salton. Há, também, em uma tênue linha dessas divisões, os nomes de Nicolau Vergueiro e Benoni Rosado. Isso porque ambos ingressaram em linha sucessória a um Annes, contudo rompem com a perspectiva do poder estabelecido por essa linhagem ao longo da trajetória política.

Esses sujeitos citados voltaram-se a cinco temas principais, conforme divulgado na imprensa local: instrução pública, desenvolvimento urbano, indústrias, saúde pública e sociedade pró-universidade. Os temas instrução pública e sociedade pro-universidade serão tratados com a titulação de “Educação”. Cada um desses temas será abordado individualmente nas seções seguintes.

3.1 Desenvolvimento urbano

O desenvolvimento urbano gaúcho foi marcado pela veia de expansão científica oriunda do positivismo, retrato da *belle époque* transpassada no século XX. O destaque para o crescente ritmo de progresso urbano de Passo Fundo era reconhecido pelo *Jornal O Nacional*⁶⁹, “o labor construtivo” recebia destaque pelas numerosas residências, comércios e indústrias que se erguiam nas vias limítrofes das ruas Moron, Capitão Jovino e Paissandu. Contudo, o jornal destaca que as iniciativas de progresso se devem a cunho particular provocando o poder público a seguir o mesmo ritmo percebido:

Cabe, portanto, ao poder público municipal, ir observando a ação dos seus comunitários, afim de que possa marchar no mesmo ritmo de progresso, encorajando aos passo-fundenses, dando-lhes apoio e assistência, na construção da obra que está sendo erigida. O impulso do poder público é imprescindível. A obra governamental, a que aludimos, quer dizer: - intensificar melhorias nas vias públicas, calçamentos, ajardinamentos, manter a higiene diária nas ruas, fazer “reviver” a abandonada praça

⁶⁹ *O Nacional*, 2 jun. 1947, p. 3. Título: Tiro ao Alvo.

fronteira ao Hospital de Caridade, hoje transformada em matagal e em petição de decadência...⁷⁰.

A provocação ao poder público vinha ao encontro da necessidade percebida pelo impresso de se elevar esse potencial de obras. Visando atender a essa demanda, em 1947, Armando Annes montou sua plataforma administrativa enfocando o desenvolvimento urbano como uma complementariedade às questões de “Saúde Pública, Instrução e Estradas”⁷¹, alegando ciência das dificuldades e dos problemas que Passo Fundo perpassava gestão pós gestão ao longo dos últimos anos. O discurso foi repetido em todos os comícios e entrevistas realizadas durante a campanha eleitoral de 1947, tratado como ponto básico para o exercício de uma boa administração e justificado com o seguinte argumento:

Porque, sem saúde, o homem quase nada poderá produzir, se tornando um ponto morto para si, para a família e para a própria coletividade. Procurarei portanto dotar este setor com verbas adequadas, para que o habitante menos favorecido da fortuna encontre na hora amarga da doença, um verdadeiro amparo, capaz de reabilitá-lo a luta pela vida. A instrução será também intensificada, para que todos possam usufruir deste bem, e possam avançar pela civilização, melhor preparados para enfrentar esta nossa vida de trabalhos. Cuidarei com zelo das estradas, porque é por elas que circula nossa riqueza, que se veicula os produtos das fontes de produção para os locais de consumo, que se intensifica o comércio, enfim. [...]⁷²

Essas pautas passavam pelo *DM*, com certa discrição, sem dar muita ênfase às diretrizes vislumbradas por Armando Annes. No jornal *Diário da Manhã*⁷³, o destaque não estava nas soluções de desenvolvimento urbano propostas por Armando Annes, mas no problema da energia elétrica como um impeditivo do desenvolvimento urbano passo-fundense. Durante o ano de 1947, reiteraram, por diversas vezes, que o arbítrio para esse problema fora dedicado ao prefeito municipal do período com aval dos elementos mais representativos da cidade. Sobre a pauta energia elétrica, o deputado Nicolau Vergueiro também trouxera seu parecer no mesmo impresso⁷⁴, pois, enquanto o concorrente anunciava os descréditos da situação elétrica a Arthur Ferreira Filho, este creditava a Armando Annes por executar a hipoteca de empréstimo que o município devia à antiga firma Armando Araújo

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ *O Nacional*, 9 jun. 1947, p. 1. Título: “Saúde Pública, Instrução e Estradas” Terei por lema na minha administração, estes três pontos principais!

⁷² *O Nacional*, 11 ago. 1947, p. 1. Título: “Saúde Pública, Instrução e Estradas”. Terei por lema na minha administração, estes três pontos principais!

⁷³ *Diário da Manhã*, 17 ago. 1947, p. 2. Título: O problema da energia elétrica.

⁷⁴ *Diário da Manhã*, 24 set. 1947, p. 4. Título: Em sensacional entrevista ao “Diário da Manhã”, o deputado Nicolau Vergueiro refuta inverdades da coligação PTB.

Annes & Cia, como uma exausta tentativa de desacreditar a plataforma política de Armando Annes.

O Nacional dedicou-se, a partir dessa diretriz da folha concorrente, a rememorar antigos discursos de Nicolau Vergueiro⁷⁵, nos quais tecia vastos elogios à administração de Armando Annes. A estratégia da folha defensora de Armando Annes deu certo, pois, em 1948, foi ele o prefeito eleito de Passo Fundo e era para ele que *O Nacional* trazia suas reivindicações⁷⁶ de melhorias de calçamentos e calçadas nas praças centrais da cidade para que se fizesse jus ao desenvolvimento da “metrópole da serra”. Outro ponto primordial, segundo esse mesmo grupo⁷⁷, era a transferência da estação rodoviária para o Largo Carlos Gomes, fato que otimizaria o trânsito na cidade.

A primeira das solicitações atendidas por Armando Annes foi a convocação extraordinária de um “Plano de Emergência”⁷⁸, para solucionar o problema de energia elétrica, reivindicado ainda em período eleitoral e que foi aprovado unanimemente pela Câmara de Vereadores. A revitalização das praças, ignorada pelas administrações anteriores, o serviço de calçamento⁷⁹, as obras da represa do Capingui⁸⁰, de acordo com *O Nacional*⁸¹, foram importantes feitos no primeiro ano de gestão de Armando Annes. Contudo, nada satisfazia a oposição marcada pelo PSD que trazia críticas⁸² ao motor adquirido para solucionar o caos, em caráter emergencial, na questão da energia elétrica.

Em contrapartida, *O Nacional* declarou⁸³, que foi para isso mesmo que Armando Annes foi eleito pelos passo-fundenses, para fugir das “negociatas” e realizar as “obras e necessidades” do povo, garantindo que “o patrimônio municipal” não sofresse lesão alguma, fazendo jus também à unânime concordata dos vereadores municipais para o plano de emergência de energia elétrica. O jornal interpreta⁸⁴ as críticas como um incômodo por um administrador que realiza ao contrário do PSD que mantinha em seu quadro homens com habilidades políticas e não administrativas. A primeira afronta do PSD é percebida quando

⁷⁵ *O Nacional*, 4 out. 1947, p. 1. Título: Desmemoriado Nicolau confunde-se com suas verdades de ontem e suas mentiras de hoje. *O Nacional*, 6 out. 1947, p. 1. Título: Desmemoriado Nicolau confunde-se com suas verdades de ontem e suas mentiras de hoje.

⁷⁶ *O Nacional*, 17 jan. 1948, p. 3. Título: Tiro ao alvo.

⁷⁷ *O Nacional*, 10 mar. 1948, p. 1. Título: Prossegue a campanha para construção da estação rodoviária, no Boqueirão.

⁷⁸ *O Nacional*, 5 maio 1948, p. 1. Título: Foi aprovado pela Câmara Municipal.

⁷⁹ *O Nacional*, 19 ago. 1948, p. 3. Título: Tiro ao alvo – O serviço de calçamento.

⁸⁰ *O Nacional*, 21 ago. 1948, p. 3. Título: Tiro ao alvo – Adiantadas as obras da represa do Capingui.

⁸¹ *O Nacional*, 18 ago. 1948, p. 3. Título: Tiro ao alvo – A reforma das nossas praças.

⁸² *Diário da Manhã*, 20 set. 1948, p. 4. Título: Câmara Municipal – Críticas ao prefeito Armando Annes.

⁸³ *O Nacional*, 22 dez. 1948, p. 1. Título: Ineditoriais XXX.

⁸⁴ *O Nacional*, 23 dez. 1948, p. 1. Título: Ineditoriais XXX. *O Nacional*, 27 dez. 1948, p. 1. Título: Ineditoriais XXX.

eles rejeitam o veto do prefeito contra a encampação pelo Estado do sistema produtor de energia elétrica de Passo Fundo, fato que o *Diário da Manhã*⁸⁵ narra sob os acalorados debates destacando o brilhante trabalho argumentativo do vereador Pedro dos Santos Pacheco. Contudo, Armando Annes publica seu posicionamento em *O Nacional*⁸⁶:

“Não entregarei a quem quer que seja, o acervo elétrico do município, quaisquer que sejam os convênios ou ajustes que, à minha revelia, venham a ser feitos!” Afirma o prefeito municipal Armando Araújo Annes, em ofício hoje endereçado á Câmara, declarando que, se for promulgada a lei monstro que lesa o patrimônio municipal, S.S. se verá na contingência de recorrer a Assembléia Legislativa do Estado!

Os esforços de Armando Annes não foram suficientes, pois a lei que manda encampar o acervo elétrico de Passo Fundo foi promulgada pelo presidente da Câmara no dia seguinte⁸⁷ à declaração do prefeito. O *Diário da Manhã*⁸⁸ alegou que o município não possuía recursos para gerir esse bem; por isso, a necessidade da encampação. Em resposta à afirmação de que o município não possuía recursos para tal fim, Armando Annes colocou-se à disposição⁸⁹ para esclarecer qualquer dúvida sobre a situação financeira do município, bem como justificativas técnicas para aquisição do criticado gerador. O posicionamento de Armando Annes foi apoiado pelo *O Nacional*⁹⁰, o qual argumentou a necessidade de inserir a população em um debate para decidir sobre a encampação do patrimônio elétrico do município, bem como se encontrava disposto na lei orgânica municipal e exatamente ao contrário do que fez a bancada do PSD na Câmara Municipal, onde estava em maioria. O ato foi visto como um golpe de “dois pesos e duas medidas”⁹¹, deferido pela bancada do PSD local:

A esta hora a bancada do PSD local terá levado a cabo o seu golpe encampacionista, tratando com o Estado as démarches da transação. Até agora os governos municipais que antecederam o sr. Armando Araújo Annes, controlado por meia dúzia de elementos deste partido, podiam auferir dos 600 contos anuais da rede elétrica, deva-se essa venda a propulsora dos seus governos – se bem que mais em matéria política que administrativa. Com todas as belas vantagens auferidas, à custa das nossas urnas fizeram péssimo governo deixando um marco triste e infiel de sua passagem. Sabendo disso e, principalmente, que o sr. Armando Annes iria empregar, como tem empregado os proventos da eletricidade em obras para o município, resolveram

⁸⁵ *Diário da Manhã*, 25 dez. 1948, p. 2. Título: Rejeitado pela Câmara Municipal o veto do prefeito.

⁸⁶ *O Nacional*, 28 dez. 1948, p. 1. Título: “Não entregarei a quem quer que seja o acervo elétrico do município, quaisquer que sejam os convênios ou ajustes que, à minha revelia, venham a ser feitos!”

⁸⁷ *O Nacional*, 30 dez. 1948, p. 1. Título: Promulgada pelo presidente da Câmara a lei que manda encampar o acervo elétrico de Passo Fundo.

⁸⁸ *Diário da Manhã*, 4 jan. 1949, p. 2. Título: A derrota dos demagogos.

⁸⁹ *Diário da Manhã*, 6 jan. 1949, p. 2. Título: O problema da luz – Um ofício do sr. Prefeito Municipal.

⁹⁰ *O Nacional*, 8 jan. 1949, p. 3. Título: A encampação do Patrimônio Elétrico Municipal exige um estudo mais acurado do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do próprio povo!

⁹¹ *O Nacional*, 12 jan. 1949, p. 5. Título: Dois pesos e duas medidas!

cortar de vez esse auxílio, temendo que s.s., viesse, com sua obra progressista, deslustrar os feitos dos seus antecessores pessedistas. São manobras que todos compreendem bem. Sabe-se também, como o ilustre Petrus Augustos explicou tão brilhantemente na Câmara, que esta taxa de luz não é para dar lucros. De tudo isso, o povo está bem informado. O que, entretanto faz suspeito é que estes lucros sejam “legais” e “justos” para os prefeitos do PSD e não para o sr. Armando Annes. Para aqueles, estava tudo muito bem, e o PSD local jamais aventou que os proventos fossem ilegais; agora, porém, que a coisa já não convém para o seu crédito político, lançam-se como lobos famintos contra “legalidade” dos mesmos... E que o PSD nunca agiu em benefício dos seus co-municipes ou da mesma prefeitura mas unicamente usando interesse partidário – esse mesquinho interesse que deveria estar já há muito abolido, nesta época de reformas políticas e sociais. O PSD local segue entretanto, indiferente, a sua trajetória e usa para todos os casos dois pesos e duas medidas... doa-se lá quem se doer...

A discussão seguiu nas edições dos meses seguintes⁹², até que fosse concedida na íntegra a permissão⁹³ para o prefeito adquirir um novo motor, a fim de resolver o problema da energia elétrica, usando de respaldo os argumentos do engenheiro Noé Freitas, especialista contratado para solucionar o problema. Pelas constantes argumentações de *O Nacional* em prol das realizações de Armando Annes, o *Diário da Manhã* levantava a hipótese de ele agir como o proprietário da referida folha. *O Nacional* divertia-se com a suposição através do sarcasmo legendado “Uma por dia”⁹⁴:

O que me dizes da afirmativa do líder “pequeno” segundo a qual “O Nacional” é órgão do sr. Armando? Hora! O pobre é um retardatário: julga que ainda estamos na era “coronelícia” em que o “ditador-mirim” mantinha “argumentadores” baratos, quando não fazia cantar a “lógica do porrete”...

O termo ditador-mirim referia-se a Arthur Ferreira Filho, a quem diziam que se aproveitava do título de coronel para expressar-se no *Diário da Manhã* e para conter a oposição com base na coerção. Por retardatário, tratam Túlio Fontoura, a quem constantemente buscava ressaltar o PSD e as vontades do partido, mesmo que para isso tivesse de demonstrar aspectos denegridores de todos os candidatos que o PTB apresentasse, exceto César Santos com quem possuía amizade. O suposto pertencimento de *O Nacional* a Armando Annes prosseguiu por dias no sarcasmo de “Uma por dia”: “O’ tu és meu correligionário e líder: afirmaste então que “O Nacional” é órgão do sr. Prefeito? Que vou fazer? Se digo que não, vocês dizem que sim; se eu digo que sim, vocês dizem que sim...”⁹⁵.

⁹² *O Nacional*, 12 mar. 1949, p. 1. Título: A encampação do patrimônio elétrico de Passo Fundo.

⁹³ *Diário da Manhã*, 2 jun. 1949, p. 2. Título: Concedida permissão ao prefeito.

⁹⁴ *O Nacional*, 21 set. 1949, p. 1. Título: Uma por dia.

⁹⁵ *O Nacional*, 22 set. 1949, p. 1. Título: Uma por dia.

A continuidade do tema caçoou inclusive do líder da bancada do PSD na Câmara que persistiu na afirmação⁹⁶ de que *O Nacional* era “órgão” de Armando Annes.

Superados os embates acerca do tema, retomou-se a questão da energia elétrica⁹⁷ com a solicitação de urgência por parte de Armando Annes, para a compra do motor diesel elétrico de 1330 HP. O ponto de divergência desse assunto arremetia-se à necessidade de empréstimo financeiro ou não para aquisição. A discussão da Câmara tratava da aprovação do gasto, pois o município possuía a verba necessária para tal investimento em caixa. A aprovação foi dada, mas sem descrição de permissão de empréstimo ou uso do caixa municipal. A pauta energia elétrica prosseguiu até final de 1950⁹⁸ na tentativa de ampliação da capacidade de fornecimento de energia elétrica, buscando a implantação de um gerador elétrico tanto na usina do Capingui quanto na do Jacuí.

Dentre as obras públicas listadas na prestação de contas, em 1950, de Armando Annes, constavam: energia, água, calçamento das ruas, barragem do Capingui e construção da estrada de ferro. O relatório foi publicado pelo *Diário da Manhã*⁹⁹ com extremo descrédito:

Quem disse que não há luz elétrica? O PSD.
 Quem disse que não temos água potável? O PSD.
 Quem disse que as ruas estão imundas, cobertas de capim e de outras ervas daninha?
 O PSD.
 Quem é que disse que a barragem do Capingui, o edifício dos correios e telégrafos, a
 ferrovia Passo Fundo – V. Barreto e o início dos trabalhos da construção da
 barragem do Rio Jacuí são obras do Governo Federal? O PSD.
 Quem é que diz que esta administração não realizou nada em benefício da
 coletividade? O PSD.
 Quem diz que está tudo azul? O PTB.
 Viva, pois o PTB socialmente!

Apesar das dúvidas propagadas pelo PSD nessa matéria divulgada pelo jornal *Diário da Manhã* com relação aos feitos de Armando Annes, também foi possível verificar na publicação do relatório em 1951, ano seguinte à crítica, o qual trouxe as descrições das obras públicas realizadas com fotos pós-execução, conforme figura 11 a seguir, no retrato do galpão construído para armazenamento da britadeira municipal e o asfaltamento da Av. General Neto:

⁹⁶ *O Nacional*, 23 set. 1949, p. 1. Título: Uma por dia.

⁹⁷ *O Nacional*, 27 out. 1949, p. 1. Título: O prefeito pede urgência na aprovação da compra o motor diesel elétrico de 1330 HP - concedida licença prévia de importação pelo Banco do Brasil.

⁹⁸ *Diário da Manhã*, 9 nov. 1950, p. 2. Título: Energia Elétrica.

⁹⁹ *Diário da Manhã*, 4 fev. 1950, p. 2. Título: Realizações de uma administração.

Figura 11: Britadeira Municipal e Asfaltamento Gal. Neto



Fonte: Relatório Apresentado à Câmara de Vereadores pelo Prefeito Annes sobre o exercício de 1951.

No relatório de prestação de contas de 1951, consta ainda o serviço de terraplenagem realizado nas vias do Bairro Boqueirão, demonstrado a seguir na figura 12.

Figura 12: Terraplenagem no Bairro Boqueirão



Fonte: Relatório Apresentado à Câmara de Vereadores pelo Prefeito Annes sobre o exercício de 1951.

O hábito do relatório da gestão acompanhado por fotos das realizações provinha desde 1948, marcando anualmente todo o período da gestão de Armando Annes como administrador municipal. Mesmo com registros, as realizações na gestão de Armando Annes eram questionadas com frequência não só por Túlio Fontoura, mas também por Nicolau Vergueiro, ambos utilizando-se do *Diário da Manhã* como plataforma de crítica. A prática de intervenção ou crítica já era tão costumeiro que, na prévia de inauguração de uma rua na vila Santa Teresinha, a expectativa foi retratada na tirinha “Uma por dia”¹⁰⁰: “Se “são” Nicolau atrapalhou a abertura da rua para a vila Santa Teresinha, como ficou a questão? Não te preocupes. O “profeta” Daniel está “Armando” um trabalho perfeito para inaugurar a nova rua...”

Na tira, o deputado Daniel Dipp e o prefeito Armando Annes demonstravam estar alinhados para contornar a interferência do deputado Nicolau Vergueiro no ato de inauguração. O alinhamento entre os candidatos já era um indicador determinante da sucessão

¹⁰⁰ *O Nacional*, 16 fev. 1950, p. 1. Título: Uma por dia.

municipal pretendida pelo PTB nas eleições de 1951. Para tanto, ainda em 1950, Dipp ingressava na briga entre os “tigres do PTB”¹⁰¹ César Santos e Bittencourt Azambuja, inclusive prevendo o desfecho no PTB nos anos vindouros.

Os candidatos escolhidos do PTB – Daniel Dipp renunciou ao cargo de Sec. Da Comissão Executiva do PSD de Passo Fundo sob alegação de que jamais poderia tolerar Bittencourt Azambuja na agremiação. Mas Dipp, ingressa no PTB e é recebido pelo Bittencourt Azambuja. Como vai o tigre, prof. César Santos? É que na fauna do trabalhismo indígena de Passo Fundo, dois tigres disputam a mesma morada, enquanto que um terceiro procura abrigo numa choupana modesta, nas proximidades da fuma onde dentro em breve se travará a mais cruel e desumana das lutas entre os dois reis da selva de maior porte.

Intrigas político-partidárias à parte, Dipp uniu-se à Salton em julho de 1950¹⁰² por acharem injusta a determinação de aumento na conta de água, a preocupação de ambos também atingia a questão empresarial, como no caso dos hotéis locais. O assunto de ampla abordagem n’*O Nacional* também ganhou espaço no *Diário da Manhã*¹⁰³, mas de forma a desmerecer os iniciantes na política, pois quem conseguiu intervir na suspensão da cobrança da taxa na água foi Nicolau Araújo Vergueiro, através de um telegrama do governador do Estado para o gerente da hidráulica solicitando imediata suspensão da abusiva tarifa.

Embora as demandas de obras públicas evoluíssem ao passar dos anos, *O Nacional* jamais deixava de arremeter as mazelas e dificuldades encontradas na década de 1950 ao período em que Arthur Ferreira Filho estivera à frente da administração do município: “Na era “coronelícia”, a sessão de obras da prefeitura acostumou a presentear terrenos aos “afilhados” até que um dia anunciou não haver mais um palmo de terreno para dar...”¹⁰⁴. Outro item dado a julgamento da imprensa foi a questão do saneamento básico¹⁰⁵, situação sobre a qual a prefeitura arcou com as despesas para que o serviço de saneamento prosseguisse. A questão do saneamento básico surgiu como demanda ainda em 1945, fato que abriu espaço para uma publicação a pedido¹⁰⁶, assinada por um “pessedeísta autonomista” que se declarava liberto das diretrizes do PSD:

¹⁰¹ *O Nacional*, 2 jul. 1950, p. 2. Título: Os tigres do PTB.

¹⁰² *O Nacional*, 8 jul. 1950, p. 4. Título: Não se pagará água!

¹⁰³ *Diário da Manhã*, 1 ago. 1950, p. 2. Título: Os brotinhos da política.

¹⁰⁴ *O Nacional*, 9 jan. 1951, p. 1. Título: Uma por dia.

¹⁰⁵ *O Nacional*, 28 mar. 1951, p. 2. Título: Prefeitura custeará as despesas, para que o serviço de esgotos não venha suspender-se, conforme determinação do serviço de saneamento.

¹⁰⁶ *O Nacional*, 18 maio 1951, p. 1. Título: Aqui jaz o PSD.

Passo Fundo, no dia treze do corrente, teve sua curiosidade voltada para uma cruz de madeira, simples mas expressiva, em que se viu o seguinte epitáfio: aqui jaz o PSD., nascido a 3-10-945, falecido a 3-10-50, delicada e estrategicamente colocado num monte de terras, onde se processam as obras do esgoto do município “questão de local”. (escrito por um possedeísta autonomista – que se libertou do julgo do PSD)

Quanto às obras das estradas de rodagem¹⁰⁷, também visada na plataforma administrativa de Armando Annes, a dependência na conquista de verbas por parte de deputados aliados, como Daniel Dipp, era muito maior. Além de despender de um projeto, ainda havia necessidade de maquinários para construção das referidas estradas, mais a verba de 650 mil cruzeiros, que tornaria possível a construção da estrada de rodagem de Passo Fundo – Nonoai – Iraí. Por isso as constantes alegações no *Diário da Manhã*, por parte do PSD, de que as obras realizadas provinham do Governo Federal e não deveriam constar na prestação de contas de Armando Annes.

A situação era a mesma no que se referia às estradas de ferro. Contudo, ao contrário do que ocorria com relação a Armando Annes, o *Diário da Manhã*¹⁰⁸ reconhecia os esforços do vereador Wolmar Salton e do Ministro da Viação Aníbal de Primio para prosseguimento das obras da estrada de ferro de Passo Fundo. O sucessor de Armando Annes, Daniel Dipp, demonstrava eficácia já nos primeiros 38 dias de governo, de acordo com *O Nacional*¹⁰⁹, “prossequindo, valentemente, na obra fecunda de Armando Araújo Annes”.

Com a chegada de uma nova patron, que já foi paga á vista, graças às bases sólidas com que encontrou o tesouro municipal, s.s. já instalou a primeira residência rodoviária municipal, com jurisdição sobre Marau e Ernestina, conforme prometera em sua plataforma de governo, se apresentar-se às eleições de 1 novembro.

A pavimentação das ruas iniciada na gestão de Annes já estava pronta para ser prosseguida com a compra dos tambores de asfalto necessário para a pavimentação, tudo em busca da otimização do tráfego na cidade. As pedras para a manipulação asfáltica já estavam sendo preparadas pela britadeira adquirida por Armando Annes que almejava o barateamento do processo de pavimentação. Quase todas as obras que haviam sido iniciadas na gestão do antecessor de Dipp rumavam à conclusão.

¹⁰⁷ *O Nacional*, 28 jul. 1951, p. 1. Título: Verba de 650 mil cruzeiros e uma nova máquina para a construção da estrada de rodagem P. Fundo – Nonoai – Iraí.

¹⁰⁸ *Diário da Manhã*, 21 set. 1951, p. 2. Título: Ressaltada a importância da estrada de ferro de Passo Fundo.

¹⁰⁹ *O Nacional*, 7 fev. 1952, p. 2. Título: Tiro ao alvo – 38 dias.

Nas discussões travadas sobre obras públicas, Nicolau Vergueiro inseriu-se em uma amplitude nacional, embora abordasse os mesmos temas, a exemplo da questão energética¹¹⁰ em que reivindicava uma mudança na atuação da presidência da República com relação aos recursos energéticos nacionais. Percebemos que a atuação de Vergueiro, quando se tratava desse nível de abrangência, apenas era noticiada pelo *Diário da Manhã*, gerando notável omissão n’*O Nacional*, exceto quando havia possibilidade de humor com a proeminente figura para inserção na sessão “Uma por dia”.

A legalização das tendas foi uma das pautas mais reivindicadas em 1953¹¹¹, gerando contínuas e extensas reuniões na prefeitura municipal, bem como constante insatisfação do comércio local. A definição de Dipp clamou para a construção de mais mercados públicos, eliminando, dentro do possível, as tendas não regulamentadas. Contudo, o *Diário da Manhã*¹¹² clamava por uma providência imediata, já que era uma concorrência desleal com o comércio local que pagava corretamente os impostos. Entre a construção de um mercado público para alocá-los e a mera legalização, clamavam a legalização.

O funcionamento das <<tendas>>

[...] Não atinamos ainda, com as razões dessa passividade do comércio de Passo Fundo, face ao negócio do prefeito.

Sempre entendemos que as <<tendas>> estão funcionando ilegalmente, burlando o fisco, causando concorrência dispendiosa, trabalhistas fanáticos vivem do lucro dos sem Lei. Somos contrários à prática dessa ilegalidade amparada pelo poder público, que deveria ser o primeiro a cumprir a Lei. E contra esta ilegalidade é que nos insurgimos.

Porque motivo o sr. Prefeito não organiza uma sociedade de economia mista para manter estas <<tendas>>?

Seria a maneira de se cumprir as Leis, o código comercial, o fisco, etc...

Sem dúvida alguma, o sr. Prefeito prefere essa situação ilegal, cômoda, econômica, para melhor <<guerrear>> o comércio varejista.

Vamos ver se o comércio coxilhense, no movimento que está fazendo, consegue obrigar o prefeito a legalizar, perante as leis do país, o funcionamento dos seus <<botecos>>¹¹³.

Outro assunto de grande repercussão que contou inclusive com a intervenção¹¹⁴ do deputado da base do PSD, Odalgiro Corrêa, foi a questão da construção da rodovia Passo Fundo – Nonoai – Passo Goio-en, além da estrada de rodagem de Carazinho a Sarandi. A crítica pela não execução, de acordo com o deputado, deve-se à má vontade do diretor do DAER para com o prefeito Daniel Dipp; afinal, a obra não era de cunho municipal, mas fazia

¹¹⁰ *Diário da Manhã*, 14 abr. 1953, p. 2. Título: A margem de uma entrevista.

¹¹¹ *O Nacional*, 8 maio 1953, p. 1. Título: Procurando resolver a questão dos mercados públicos.

¹¹² *Diário da Manhã*, 6 nov. 1953, p. 2. Título: O funcionamento das tendas.

¹¹³ Idem 113.

¹¹⁴ *Diário da Manhã*, 4 jun. 1953, p. 2. Título: O que há com Passo Fundo.

parte da plataforma administrativa do PTB há algumas candidaturas. A pavimentação das estradas de rodagem não fluiu nem com o apoio da base adversária na Câmara federal, o convênio entre o município e o Estado foi rescindido e a crítica direcionou-se a ambos, pois nenhum deles teve capacidade de executar o trabalho “triste histeria desta calamitosa administração”¹¹⁵, nas palavras do *DM*.

A última pauta debatida no referido ano foi sobre a construção em praças, que contou com a manifestação de Nicolau Vergueiro, presidente do diretório municipal do PSD, contrário ao pronunciamento da bancada do seu partido, no legislativo municipal, no caso das concessões de praças públicas a empresas privadas, mesmo que fossem colégios. De acordo com Vergueiro, seu posicionamento se devia ao fato de considerá-las “logradouros públicos, para gozo e uso dos habitantes da cidade”¹¹⁶. Assim como Vergueiro, a bancada do PTB também compartilhava do mesmo posicionamento com relação às praças públicas, o que foi um posicionamento comum a ambos.

<<Nunca FUI CONSULTADO por um só dos membros da Câmara de Vereadores>>

Declara a O NACIONAL o dr. Nicolau Vergueiro, presidente do diretório municipal do PSD, manifestando-se contrário ao pronunciamento da bancada do seu partido, no legislativo municipal, no caso das concessões em PRAÇAS PÚBLICAS

<<Sou contra as construções nas praças>> - <<São logradouros públicos, para gozo e uso dos HABITANTES DA CIDADE>>.

<<NÃO TEM EXPLICAÇÕES>>

Como se sabe, é o Dr. Nicolau Vergueiro Presidente do Diretório Municipal do Partido Social Democrático e, portanto, orientador partidário, cuja voz, no seio do partido deve ser acatada ou, pelo menos, ouvida em consulta. Como as declarações do ilustre prócer político foi em sentido diverso do pronunciamento dos vereadores do PSD, nesta questão, com exceção feita ao Dr. Pedro Pacheco que, como presidente, não tem voto, formulamos a seguinte pergunta ao Dr. Nicolau Vergueiro: - Como explica V.S. a atitude da bancada do PSD, votando favoravelmente às concessões em praças públicas?

A pergunta foi, sem dúvida, indiscreta, mas o Dr. Vergueiro não teve um instante sequer de hesitação, respondendo prontamente e veementemente:

- <<Não tenho explicações a dar, tanto mais que nunca fui consultado por um só dos membros da Câmara de Vereadores do meu partido, a respeito deste ou daquele assunto, desde aquele de menor importância ao de maior relevância>.

<<SOU UMA FIGURA DECORATIVA>>

O repórter ficou fortemente impressionado com a franqueza do entrevistado e mais ficou ainda, diante dessa confissão que deve ter explodido amargamente de uma pessoa que tem sofrido longamente em silêncio.

-<<Sou, em face da Câmara de Vereadores, nada mais, nada menos, do que uma figura decorativa...>>¹¹⁷.

¹¹⁵ *Diário da Manhã*, 12 jan. 1955, p. 4. Título: Rescindido o convênio entre o município e o Estado para o asfaltamento da via Passo Fundo – Marau – Vila Maria.

¹¹⁶ *O Nacional*, 27 dez. 1954, p. 1. Título: “Nunca fui consultado por um só dos membros das Câmara de Vereadores”.

¹¹⁷ *Idem*.

Apesar de Nicolau Vergueiro ser contra, parte da bancada do PSD era favorável, o que dificultou o alinhamento interno do PSD, mas uniu a posição de Vergueiro à defendida pelo PTB. Em 1954¹¹⁸, a energia elétrica permanecia um problema constante no encaço da prefeitura municipal. Armando Annes opinou n’*O Nacional* sugerindo a aceitação do engenheiro Noé Freitas de comprar a energia necessitada, já que não havia a possibilidade de fornecer todo o recurso necessário com o que o município possuía. Annes e Dipp apresentaram o problema como um dos mais cruciantes no Brasil, não apenas em Passo Fundo, era o “problema dos problemas” e receberam apoio do jornal *O Nacional* em seus argumentos na sessão “Tiro ao alvo”.

TIRO AO ALVO

O problema da energia elétrica é dos mais cruciantes no Brasil. É para muitos, considerado o <<problema dos problemas>> - se é que não há exagero nisso.

[...] Há o nosso problemazinho passo-fundense. Esse é dos mais <<bicudos>>. Escorregadio e perigoso. A solução está na mão. Não é tão grave quanto o problema brasileiro, porquanto Passo Fundo é um dos municípios mais ricos do país na produção de energia elétrica, havendo, no seu território, potencial hidroelétrico suficiente para alimentar cinco, seis e até dez dos municípios regionais. Pelo menos, de primeiro arranco... Mas o apêto está na maneira como devemos proceder: dar ou não dar o acervo elétrico do município á Comissão Estadual de Energia Elétrica; ou ficar sem energia alguma. Uma quarta hipótese ainda: comprar a energia elétrica de que necessitamos á citada comissão, sem venda do acervo municipal.

Sem dúvida alguma, esta última ideia, partilhada pelo sr. Armando Annes e muito outros cidadãos, apresenta-se a melhor possível. Mas tem que ser examinada, antes, com o engenheiro Dr. Noé Freitas, porque, como argumenta o Dr. Verdi de César, não vá acontecer que a Comissão dê preferência em Carazinho, Getúlio Vargas, etc. que foram encaminhados pelo Estado (e nisso terá razão), deixando Passo Fundo, como freguês aleatório que seria, para quando houver energia de sobra... E, como não sobrar energia no Capingui, esperaremos a nossa vez para quando estiver pronta a usina de Ernestina... Eis a dificuldade. Precisamos falar com o Dr. Noé Freitas, como bem sugeriu o Dr. Daniel Dipp, esforçado chefe do executivo municipal, que já encaminhou convite ao citado engenheiro. [...] ¹¹⁹.

Além da questão elétrica, Dipp também possuía outros projetos em andamento, um deles ligado à emissora de rádio, que não contou com o mesmo apoio dos adversários. Conforme a crítica publicada pelo *Diário da Manhã*¹²⁰, a população precisava de outros itens mais básicos do que uma emissora de rádio e esperava que a Câmara de Vereadoras negasse unanimemente a solicitação para instalação da emissora de rádio do prefeito. Os atos de acusação em ambos os jornais demonstravam ter seus alvos pré-determinados, pois de forma alguma os candidatos do PSD eram elogiados no *ON* ou os do PTB no *DM*. Durante a gestão

¹¹⁸ *O Nacional*, 13 mar. 1954, p. 6. Título: “Devemos aceitar a oferta do dr. Noé Freitas”.

¹¹⁹ *O Nacional*, 15 mar. 1954, p. 3. Título: Tiro ao alvo – O problema elétrico em Passo Fundo.

¹²⁰ *Diário da Manhã*, 8 ago. 1953, p. 2. Título: Com a emissora do prefeito.

municipal dos candidatos adversários, as diretrizes dos discursos utilizados se assimilavam muito com as realizadas quanto aos atos de Dipp em prol da emissora de rádio local, que foram considerados “fome de austeridade”, acusando-o inclusive de desviar recursos de obras públicas para investir na construção da emissora.

“Fome de Austeridade”

[...]

O exemplo de austeridade que vem dar o sr. Prefeito de Passo Fundo relegando a plano inferior os problemas que afligem as classes produtoras e o próprio povo, para colocar em equação o problema radiofônico, é manifestação positiva de ausência completa de austeridade no rato dos negócios públicos.

Deixando de lado o problema da comunicação, vital para o desenvolvimento agrícola da comuna; o problema educacional, assistencial e de fomento a produção dos bens e riqueza, o sr. Prefeito lutou e obteve, por processos condenáveis, recursos financeiros para aquisição do material indispensável para fazer funcionar a sua emissora. Para isso, foram retirados, ilegalmente, dos cofres da prefeitura a apreciável soma de quinhentos mil cruzeiros, bem poderia ter sido aplicada na ampliação e conservação da rede rodoviária, na melhoria da instrução pública, em benefício do fomento agro-pecuário ou no reajustamento dos proventos de antigos servidores do município que percebem vencimentos irrisórios e desumanos.

Como o povo brasileiro, na feliz expressão do governador pernambucano, os passo-fundenses estão com “fome física e com fome de austeridade” ansiosos pela oportunidade de se livrarem de flagelo que vem causando toda a sorte de prejuízos ao nosso Município e ao seu progresso tão necessário para o reestabelecimento da felicidade do povo¹²¹.

A acusação não foi comprovada, por isso o processo de implantação correu naturalmente pelas vias legais. Em 1955, a notícia que mais desagradou *O Nacional*¹²² foi a do corte de verba para construção do aeroporto municipal, a redução de verba também impôs a “mutilação da pista” que passava a programar 1.600 metros de construção ao invés dos 2.200 metros inicialmente projetados. A informação foi encaminhada via telegrama aos passo-fundenses pelo deputado Daniel Dipp e o desagrado foi imediato para os leitores, de acordo com o jornal impresso. No mesmo período, Múcio de Castro atuava como deputado estadual e destacava¹²³, entre suas propostas, outras pautas em prol do crescimento municipal, como o veto ao aumento das tarifas ferroviárias, a viabilidade do transporte de adubo para os tricultores da região de Passo Fundo e, ainda, a construção de um novo presídio na região.

Já o sucessor de Daniel Dipp na administração municipal, Mário Menegaz, seguiu a diretriz¹²⁴ de seus antecessores, fomentando a assistência agrícola, dando prosseguimento às obras da rádio municipal e instituindo a diretoria da instrução pública nas escolas concluídas

¹²¹ *Diário da Manhã*, 17 dez. 1953, p. 2.

¹²² *O Nacional*, 19 mar. 1955, p. 1. Título: Primeiro golpe contra Passo Fundo!

¹²³ *O Nacional*, 12 maio 1955, p. 1. Título: O deputado Múcio de Castro debate problemas do povo.

¹²⁴ *O Nacional*, 19 jun. 1955, p. 3. Título: Administração Municipal de Passo Fundo.

no primeiro semestre de 1955. Em suma, os projetos de Armando Annes renderam resultados na administração de Daniel Dipp e, posteriormente, na de Mário Menegaz.

A Administração Municipal de Passo Fundo

A diretriz previdente e sábia imprimida pelo prefeito sr. Mário Menegaz – Uma administração que se caracteriza pela produtividade, visando o maior progresso e expressão de Passo Fundo – Os vários setores da administração pública – Preparativos para comemorações do Primeiro Centenário de Passo Fundo.

[...] O atual prefeito de Passo Fundo, Sr. Mário Menegaz, que em janeiro do corrente ano assumiu a direção da Administração Municipal, em substituição ao dr. Daniel Dipp. Depois de haver prestado uma eficiente elaboração ao seu antecessor na qualidade de vice-prefeito, s.s. agora está a testa do Governo do Município, em cujo posto vem se revelando um administrador zeloso, inteligente e conhecedor dos magnos problemas da comuna.

No mesmo período, enquanto Menegaz assumiu a direção do município, o deputado Dipp anunciava¹²⁵ a aprovação de seu projeto na Câmara Federal, a canalização do arroio independência recebia uma verba consignada de 2 milhões de cruzeiros. Era a concretização de mais uma obra de urbanização da cidade. Em vista das constantes críticas realizadas de 1947 até 1955, direcionada nos discursos de seu impresso a todos os gestores municipais eleitos pelo PTB, no qual podemos perceber a intenção apenas após a aposentadoria de Armando Annes do cenário político, o *DM* refaz o discurso opinativo sobre as realizações enquanto Annes esteve à frente da gestão municipal. O ato se deu em 1955, em pleno fervor da campanha eleitoral, o *Diário da Manhã* passava por conta própria uma borracha nas críticas publicadas em 4 de fevereiro de 1950, sob o título “Realizações de uma administração” e negavam as acusações da folha adversária de que atacavam a administração de Armando Annes publicando¹²⁶ um extenso discurso, mas do qual podemos destacar o trecho abaixo:

Referem-se certos oradores, por falta de argumentos, que o *Diário da Manhã* atacava a administração de Armando Araújo Annes. Grande mentira. Infame expediente!

Ainda teremos oportunidade de demonstrar aos leitores desta folha, como ao povo de Passo Fundo em geral, que, si combatemos Armando Araújo Annes quando de sua candidatura eleitoral, em seguida nos primeiros passos de sua eficiente e inigualável administração – fomos nós, os do *Diário da Manhã*, os primeiros a exaltar, com justiça, o seu trabalho, a sua honradez, a sua energia e imparcialidade à frente das rédeas governativas deste município. O espaço hoje não nos permite transcrever editoriais e notas que este órgão publicou quando claramente concluiu que Armando Araújo Annes governava sem partidos, tal como Gervásio Annes fará, si eleito à suprema autoridade desta comuna, nas urnas de três de outubro.

¹²⁵ *O Nacional*, 27 out. 1955, p. 1. Título: Será canalizado o arroio independência aprovado pela câmara federal, o projeto do deputado Daniel Dipp, consignado à verba de 2 milhões de cruzeiros para essa importante obra de urbanização da cidade.

¹²⁶ *Diário da Manhã*, 18 set. 1955, p. 2. Título: Mistificações e mentiras do PTB.

Para provar a contumaz norma empregada pelo PTB, alicerçada em golpes infames e mentirosos, em próximas edições estaremos, para rememorar a coletividade passo-fundense, o que, de fato, inserimos em nossas colunas a respeito da administração proba, ímpolita, econômica, sensata, enérgica e justiceira deste ilustre conterrâneo, que nós desejaríamos retornasse à curul municipal. Mas que abdica, pelo justo descanso que merece, em favor de seu digno, inteligente e capacitado irmão a prosseguir, na municipalidade, a linha firme, econômica, mas realizadora, dentro dos princípios do maior respeito ao crédito e á moral de nossa terra, como município que deve desfrutar o mais alto conceito, como um dos municípios vanguardeiros do Rio Grande do Sul.

Todo o combate nas páginas do *Diário da Manhã* foi justificado como impessoal, apenas de representatividade partidária, pois eram impulsionadores do candidato do PSD e, sendo Armando Annes do PTB, tiveram de posicionar-se contra, em campanha. A declaração deixa explícita a posição e a defesa de valores partidários por parte do jornal *Diário da Manhã*. Quanto às acusações de maldizer a administração de Armando Annes, ficou por mentira plantada do PTB, mas deixaram a promessa de demonstrar a prova dos fatos publicados nas próximas edições. Já conforme *O Nacional*, esse traço mais administrador e menos político partidário era um diferencial dos candidatos petebistas Daniel Dipp, Armando Annes, Mário Menegaz e Wolmar Salton, outro discurso direcionado que favorece os candidatos e o partido apoiado pelo *ON* até o período.

TIRO AO ALVO

A administração municipal trabalhista

Queremos nestas notas de hoje focalizar um assunto partidário, e isso não visando <<fazer política>>, mas, pelo contrário, encarecer a situação daqueles que, na administração, não fazem política, pelo menos partidária.

Não há quem desconheça que a menos política da administração foi a do sr. Armando Araujo Annes, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, que não opôs qualquer obstáculo é a orientação imparcial do ilustre passo-fundenses, e essa orientação foi do completo agrado do citado partido.

A administração Daniel Dipp que, para alguns foi política, o que em parte admitimos, não o foi, entretanto, de <<política partidária>>. Registrou-se, isso sim, muita habilidade de parte do ilustre advogado e administrador passo-fundense, ao contornar os problemas. Mas foi uma habilidade sua, visando, notadamente, o bem público realizando, como o seu antecessor, uma administração operosa, dinâmica e benéfica.

Por outro lado, vemos o que tem sido a atuação do sr. Mário Menegaz ainda do mesmo partido. A sua atividade tem sido intensiva, calçando quase todas as ruas da cidade, e isso em menos de um ano de administração, sem falar em todos os demais setores. Está completando tudo o que tem sido feito pelos seus antecessores, eleitos pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Na última sessão da Câmara Municipal foi prestada significativa homenagem ao sr. Wolmar Salton, prefeito eleito do município, do mesmo partido político. [...] Recebeu o sr. Wolmar Salton, por isso mesmo, as provas mais eloquentes de apreço e consideração de seus pares, não só por parte da bancada trabalhista, mas, notadamente, das bancadas de oposição, [...].

Esse mérito cabe, por inteiro, ao Partido Trabalhista. Inaugurou ele uma nova área de trabalho e progresso. Merece, efetivamente, os aplausos de todos os passo-fundenses¹²⁷.

Em 1956¹²⁸, Salton ingressava na prefeitura municipal e seu objetivo em prol da questão elétrica estava em estendê-la para todos os bairros da cidade. Contudo, parte do andamento dependia da proposta estabelecida com a CEEE. Além dessa pauta, em seu discurso de posse, Salton comprometeu-se a traçar sua administração com “princípios lineares” aos de Armando Annes, seu discurso de posse causou boa impressão até aos opositores tradicionais do PTB, o *Diário da Manhã*.

Wolmar Salton na prefeitura

Causou a melhor das impressões discurso de posse pronunciado pelo sr. Wolmar Salton, eleito por expressiva votação no pleito de 3 de outubro do ano transato. Observa-se, nitidamente, que é opinião unânime do povo passo-fundense, de que S.S. á frente do Governo do Município fará uma administração digna, proba, fecunda e sobretudo norteada pelos princípios básicos da Justiça.

[...] Fazemos votos, todavia, que a crítica ou a lembrança não se façam necessárias, porque confiamos no juramento proferido pelo sr. Wolmar Salton, de que:

<<PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, AS LEIS DA UNIÃO E DO ESTADO, SOB A INSPIRAÇÃO DE PATRIOTISMO, LEALDADE E HONRA>>¹²⁹.

*O Nacional*¹³⁰ aprofundou-se um pouco mais nos detalhes do discurso, ressaltou que não houve promessas por parte de Wolmar Salton antes de se conhecer as possibilidades financeiras nas quais se encontravam o município, pois os impostos, por exemplo, só fluíam com as arrecadações a partir de março. O primeiro ato reconhecido de Salton pelo *Diário da Manhã*¹³¹ foi a iniciativa de regulamentação das feiras livres, que também ficaram conhecidas como tendas na gestão de Dipp, solicitação esta de longa data dos comerciantes locais e do próprio impresso. Dentre as preocupações apresentadas pelo prefeito ao longo de 1956, estavam: Monografia sobre o município para a comemoração dos 100 anos¹³², execução do ajardinamento da Praça do Hospital de Caridade¹³³, planejamento e reforma tributária para

¹²⁷ *O Nacional*, 22 dez. 1955, p. 3. Título: Tiro ao alvo – A administração Municipal Trabalhista.

¹²⁸ *O Nacional*, 18 jan. 1956, p. 4. Título: Iluminação elétrica para todos os bairros.

¹²⁹ *Diário da Manhã*, 4 jan. 1956, p. 2. Título: Wolmar Salton na prefeitura.

¹³⁰ *O Nacional*, 25 jan. 1956, p. 3. Título: Tiro ao alvo – Administração equilibrada.

¹³¹ *Diário da Manhã*, 4 jul. 1956, p. 4. Título: Louvável iniciativa do prefeito Wolmar Salton.

¹³² *O Nacional*, 15 ago. 1956, p. 4. Título: Monografia sobre o município de Passo Fundo.

¹³³ *O Nacional*, 30 ago. 1956, p. 1. Título: Aplausos ao prefeito Wolmar Salton pelo magnífico plano e execução do ajardinamento da praça Caridade.

1957¹³⁴ - ideia que contou com o pronto apoio da Câmara de Vereadores¹³⁵ -, análise da viabilidade do aumento dos impostos municipais¹³⁶ e um Ginásio para o povo sertaniense¹³⁷.

Já Múcio de Castro, demonstrando-se ativo em seu período como deputado estadual, levava à Assembléia Legislativa questionamentos acerca do problema do esgoto em Passo Fundo¹³⁸, as consequências que adviriam à triticultura gaúcha caso ocorressem os aumentos das tarifas da viação férrea¹³⁹ e os prejuízos do salário-mínimo instituído¹⁴⁰, tendo em vista a realidade da classe média e dos pequenos empresários.

Resultado da política do salário mínimo:

“Crise tremenda ameaça de ruína a classe média”

O deputado Múcio de Castro, da tribuna da Assembléia Legislativa, focaliza graves aspectos com que se defrontam os elementos da classe média, empregados, pequenos industriais e pequenos comerciantes.

[...] Quero, portanto, deixar registrado em nossos anais que se está prenunciando uma crise tremenda, não só em nosso Estado, mas em todo o Brasil. Não sabemos se é consequência da instituição do salário mínimo, que vem onerar, naturalmente, as folhas de pagamento e pesar bastante, principalmente sobre os estabelecimentos industriais de pequeno capital e sobre os pequenos comerciantes.

[...] quero dizer que a chamada classe média está defrontando os problemas mais sérios de sua vida e faz lembrar, aqui, aquela imagem de um velho amigo meu, de nome Savinhone Marques, já falecido. Dizia ele que considerava a classe média nestas condições: existe um grande coqueiro. Lá em cima estão as classes potentadas, embaixo os trabalhadores, as classes humildes, os desprotegidos. No meio está a classe média que não pode subir porque não tem força, mas não pode descer porque sente-se envergonhada de cair e ir até o chão. [...] ¹⁴¹.

O impacto do salário-mínimo instituído atingiria diretamente a classe média, que gerava a maioria dos empregos, eram os pequenos empresários, por isso a anedota do coqueiro colocando a classe média no meio do caminho entre os trabalhadores e a alta classe detentora da riqueza. Uma consciência de autopreservação por parte de Múcio de Castro.

¹³⁴ *O Nacional*, 22 set. 1956, p. 1. Título: Reforma Tributária: O prefeito Wolmar Salton convida os vereadores para uma reunião, segunda-feira.

¹³⁵ *O Nacional*, 25 set. 1956, p. 1. Título: Reforma Tributária: os vereadores apoiaram a ideia explanada pelo prefeito Wolmar Salton, em sua reunião, ontem, na prefeitura.

¹³⁶ *Diário da Manhã*, 29 set. 1956, p. 2. Título: Aumento dos impostos municipais; *Diário da Manhã* 7 out. 1956, p. 2. Título: Impostos excessivos.

¹³⁷ *O Nacional*, 29 mar. 1957, p. 1. Título: Um ginásio para Sertão.

¹³⁸ *O Nacional*, 8 abr. 1956, p. 2. Título: Passo Fundo está ameaçada de uma calamidade, caso não for solucionado o problema do esgoto.

¹³⁹ *O Nacional*, 3 dez. 1956, p. 2. Título: O deputado Múcio de Castro alerta o Rio Grande sobre as graves consequências que advirão à triticultura gaúcha, caso se verifique uma majoração das atuais tarifas da viação férrea.

¹⁴⁰ *O Nacional*, 14 jan. 1959, p. 1. Título: Os prejuízos do salário-mínimo.

¹⁴¹ *O Nacional*, 29 jan. 1959, p. 1. Título: Resultado da política do salário-mínimo “crise tremenda ameaça de ruína a classe média”.

Enquanto Múcio ligava-se a essas pautas mais globais, Salton, em 1957, estava em plena luta contra o racionamento imposto pela CEEE¹⁴², numa tentativa de mobilizar os intelectuais passo-fundenses e a Comissão Estadual de Energia Elétrica. A luta do prefeito¹⁴³ era pelo cumprimento do contrato estabelecido com a empresa de energia elétrica para manter o fornecimento de energia ao parque industrial e às residências. O ex-prefeito Armando Annes foi chamado pelo *Diário da Manhã*¹⁴⁴ para opinar sobre o assunto. Segundo Annes, já era previsto o não cumprimento do contrato por parte da Comissão Estadual de Energia Elétrica, o fato não lhe causou surpresa. Wolmar Salton solicitou apoio para intervenção e obteve sucesso. Houve a necessidade de intervenção do governador do Estado, para que o racionamento fosse suspenso na mesma semana.

Suspensão o racionamento da luz e energia elétrica para Passo Fundo.
Tal decisão merece, porém, certos reparos e algumas considerações.
Cogita, ainda, o governador do Estado em determinar a ligação da rede de G. Vargas à represa do Capingui. [...] ¹⁴⁵.

Quanto às obras públicas, a programação de 1958¹⁴⁶ da administração Wolmar Salton foi vasta, abrangia obras no plano rodoviário, abertura de unidades escolares, expansão da energia elétrica e da rede telefônica, canalizações de riachos, calçamento e asfaltamento, iluminação pública e de praças, remodelação da britadeira do Hospital Municipal, calçamento das principais ruas dos bairros da cidade, instalação de telefones públicos nos bairros e novas unidades de transporte de lixo. O programa recebeu congratulações¹⁴⁷ do deputado Múcio de Castro, além de extenso reconhecimento no jornal *O Nacional*¹⁴⁸ com destaque à resenha das realizações do governo municipal em 1957. Em contrapartida, a oposição intrapartidária rompia-se em denúncias¹⁴⁹ contra o prefeito municipal, por parte de Romeu Martinelli, Arthur Canfield e Junqueira Rocha. Dessa forma, os antagonismos dentro do PTB ficavam cada vez

¹⁴² *Diário da Manhã*, 5 jan. 1957, p. 4. Título: Contra o racionamento imposto pela CEEE.

¹⁴³ *Diário da Manhã*, 6 jan. 1957, p. 1. Título: Declara o prefeito Wolmar Salton: Quanto mais reflito, mais sinto a injustiça.

¹⁴⁴ *Diário da Manhã*, 10 jan. 1957, p. 4. Título: Diz à reportagem o sr. Armando Annes.

¹⁴⁵ *Diário da Manhã*, 11 jan. 1957, p. 4. Título: Suspensão o racionamento de luz e energia elétrica para Passo Fundo.

¹⁴⁶ *O Nacional*, 2 abr. 1958, p. 1. Título: Vasto programa de realizações públicas em Passo Fundo.

¹⁴⁷ *O Nacional*, 8 maio 1958, p. 1. Título: O deputado Múcio de Castro focaliza aspectos da administração Passo-fundense.

¹⁴⁸ *O Nacional*, 19 jun. 1958, p. 49. Título: Dinamismo e patriotismo – orientação da obra administrativa do prefeito Wolmar Antonio Salton.

¹⁴⁹ *O Nacional*, 3 set. 1958, p. 1. Título: Vereadores trabalhistas formulam graves denúncias contra o prefeito municipal!

mais latentes¹⁵⁰. A denúncia acerca de Wolmar Salton dizia respeito ao uso dos equipamentos da prefeitura para fins particulares e foi refutada na Câmara Municipal.

Refutada, na Câmara Municipal, uma crítica á Administração

[...] O primeiro orador a ocupar a tribuna foi o líder petebista Romeu Martinelli, que contestou <<críticas maliciosas>> proferidas pelo sr. Odilon Soares de Lima, funcionário da Municipalidade, ora licenciado de suas funções, em face de um electrocardiograma do consultório do dr. César Santos. Aquele servido público afirmou, através de uma emissora local que o vereador Martinelli ou pessoa de sua família havia sido beneficiado com serviço de terraplanagem de um terreno de sua propriedade, pela administração municipal, havendo pago somente o combustível necessário para aquele fim.

O orador, depois de uma série de considerações, refutando aquela afirmativa de Soares Lima, contestou formalmente a sua declaração pelo rádio, dizendo: <<... Tal crítica envolvendo meu nome, do sr. prefeito municipal, do sr. Gonovan Guedes e do sr. Mário Menegaz, não passa de uma infâmia, desprovida de qualquer resquício de verdade>>. [...]

<<...Esses políticos, em decadência, sem coragem suficiente, para virem a público, na pregação de suas manobras maquiavélicas e desonestas, utilizam até um humilde funcionário municipal para tentar macular a administração de Passo Fundo e seus principais responsáveis>>¹⁵¹.

Ao contrário da ruptura ocorrida no enfrentamento entre Dipp e Santos, internamente no PTB, os opositores de Salton não tiveram força para permanecerem instigando na imprensa a idoneidade do prefeito. Foram poucas as pautas relativas às acusações do grupo do vereador Martinelli contra Salton e, também, por pouco tempo. Quando o mandato de Salton encerrou, cessaram as intrigas internas desse grupo liderado por Martinelli no PTB. Por parte de Salton, o assunto também não teve repercussão alimentada.

Em 1961¹⁵², as reivindicações de Daniel Dipp voltavam-se para a construção da Ferrovia Caí-Porto Alegre e da ponte no Goio-en. O círculo de relacionamento no cenário estadual e federal de Dipp estava bem alicerçado, as solicitações relativas à ferrovia e a ponte foram repassadas ao Ministro Clóvis Pestana, que atendeu¹⁵³ à solicitação do deputado, em determinação do governo federal. Em 1962¹⁵⁴, quem liderou a abertura das propostas para a construção da ponte do Goio-en foi Benoni Rosado em alinhamento direto com o governador do Estado, Leonel Brizola.

¹⁵⁰ *O Nacional*, 23 set. 1958, p. 2. Título: Do Diário de Notícias “Inconciliáveis os antagonismo que lavram no PTB de Passo Fundo”.

¹⁵¹ *O Nacional*, 24 set. 1958, p. 1. Título: Refutada, na Câmara Municipal, uma crítica à administração.

¹⁵² *O Nacional*, 6 fev. 1961, p. 1. Título: Dipp falou com Clóvis Pestana.

¹⁵³ *O Nacional*, 1 mar. 1961, p. 1. Título: A ponte sairá mesmo no Goio-en!

¹⁵⁴ *Diário da Manhã*, 1 maio 1962, p. 6. Título: Amanhã em Porto Alegre.

Em 1964, na gestão de Mário Menegaz, constavam as seguintes obras públicas executadas/programadas: drenagem das ruas asfaltadas¹⁵⁵, asfaltamento, calçamento¹⁵⁶ e estradas perimetrais¹⁵⁷. As obras públicas foram pautas comuns aos sujeitos que abordamos nesta pesquisa. O tema esteve no plano administrativo ou na plataforma de campanha de oito dos nove candidatos, por mais que cada um deles direcionasse suas ações em alinhamento com as coordenadas partidárias e, muitas vezes, dependessem do governo Estadual ou Federal para fomentar as verbas de investimento em grandes obras. Apenas Túlio Fontoura não possuía divulgação de ideias direcionadas para o desenvolvimento urbano ou obras públicas, especificamente. De todos os oito, apenas um foi criticado por deixar o caixa municipal no vermelho: Daniel Dipp. Os demais finalizaram a gestão com a prestação das contas em dia, fossem nos caixas municipais, fossem nas prestações de contas das verbas estaduais ou federais enquanto deputados.

As inferências do discurso sobre obras públicas nos levaram à percepção quanto à mudança na postura do PTB local com relação às obras realizadas pelo grupo composto por Daniel Dipp, Mário Menegaz, Múcio de Castro e, em menor escala, Wolmar Salton. A partir de 1958, não se tratava mais apenas de exposições de posições diferentes quanto à mesma categoria de conteúdo por parte dos jornais concorrentes. Não se tratava mais apenas do *Diário da Manhã* agindo em prol do PSD e *O Nacional* pelo PTB. Com o desligamento da ala rebelde do PTB, o *DM* passou a posicionar-se em prol da ala executiva liderada por César Santos e mudou suas diretrizes com relação a Armando Annes, que antes era visto como adversário, enquanto o *ON* optou pela diretriz da ala rebelde que se alocava no MTR a partir de então.

3.2 Indústrias

O desenvolvimento industrial nacional iniciou ainda em meados de 1930, em plena ditadura getuliana, com a perspectiva de evitar dependência externa. Contudo, os polos tecnológicos engrenaram apenas a partir da década de 1950, com mais força na região sudeste do país, mas também, conforme destaca Delgado (1985), houve no norte do Rio Grande do

¹⁵⁵ *O Nacional*, 15 maio 1964, p. 4. Título: As ruas asfaltadas de Passo Fundo serão drenadas.

¹⁵⁶ *O Nacional*, 13 jul. 1964, p. 1. Título: (Dr. Eloy Moreira Novo engenheiro da prefeitura): Asfalto e calçamento é o programa.

¹⁵⁷ *O Nacional*, 18 jul. 1964, p. 1. Título: As estradas perimetrais para serem iniciadas, em Passo Fundo, só dependem de um proprietário local.

Sul o desenvolvimento da industrialização agrícola. Para potencializar o desenvolvimento industrial, havia a necessidade de viabilização de crédito bancário, o que, de certa forma, restringia a ação municipal de incentivo ao desenvolvimento privado. Algumas articulações se faziam necessárias para viabilizar o desenvolvimento industrial e, em Passo Fundo, a situação não foi diferente, por isso a expansão industrial engrenou com mais força a partir da década de 1960 nessa região.

Benoni Rosado foi o primeiro prefeito da lista a voltar-se explicitamente a projetos de viabilidade para indústrias locais; contudo, sua margem de atuação viabilizou muito mais as maiores indústrias do que as pequenas no que diz respeito aos créditos bancários negociados para fins de expansão. Em negociação com a Caixa Econômica Federal em seu último ano de gestão (1963), Benoni solicitou a redução de crédito para as indústrias, mas o benefício atingia as pequenas indústrias em curta escala, fato que ocasionou um ofício de prestação de contas para resposta às críticas pelas páginas d'*O Nacional*.

Prefeito responde críticas da PEQUENA INDÚSTRIA

Ofício do sr. BENONI ROSADO a <<O NACIONAL>>

[...] Com o objetivo de esclarecer o assunto, dadas às críticas formuladas, a este Executivo e à Exa. o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, declaro:

1. Atendendo à solicitação deste Executivo, o Dr. Rafael Perez Borges, D.D. Presidente da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul, concedeu um crédito de dez milhões de cruzeiros para financiamento a pequenas indústrias em Passo Fundo;
2. O assunto ficou público quando S. Exa. visitou nossa cidade e promoveu mesa redonda com os interessados, no Salão nobre da Prefeitura; na referida reunião foram explicadas as providências que deveriam todos os interessados tomar, através da Associação, para se habilitarem aos financiamentos que pretendiam;
3. Surgindo dificuldades por parte de alguns, para preencher às exigências da Caixa, apelei, pessoalmente, à Seção de Crédito da Instituição na Capital, para que as mesmas fossem dispensadas. Foi-me dito que apesar de serem normas da Caixa, iriam estudar a possibilidade. Sugerí então, que, aqueles que preenchessem as exigências, formariam processos normais e, quanto aos outros, fosse excepcionalmente concedido um crédito de até cem mil cruzeiros. Posteriormente deveriam proceder normalmente e de conformidade com as exigências para se habilitarem a novos financiamentos;
4. Sobre o item 3 comuniquei por fonograma com ao Presidente da Instituição. Recebi em Porto Alegre ainda o aviso de que estava retido por desconhecer o endereço do destinatário.
5. Em 23 de março, documento 2057, foi pago 30 mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00) à Associação, na pessoa do sr. João Puerari, para que pudesse uma Comissão ir à Capital tratar do assunto de Associação, junto à Caixa Econômica Federal;
6. Não mais teve reconhecimento do andamento das providências da Associação, para habilitação de seus integrantes aos financiamentos;
7. Presto estes esclarecimentos, porque considero injustas as referências feitas, especialmente, à Presidência da Caixa Econômica Federal no Estado, à qual estou enviando a referida publicação e solicitando que esclareça os motivos que a teriam levado a reduzir o crédito, conforme diz a notícia.

Tão logo tenha a minha resposta, encaminharei à O NACIONAL, para ser publicada.

Agradeço a publicação deste.
Atenciosamente
Benoni Rosado
Prefeito¹⁵⁸.

O desenvolvimento industrial não recebeu a mesma atenção das obras públicas, ou mesmo da SPU, durante o período, mas foi um meio de desvio de atenções enquanto os escândalos dos irmãos Santos eram divulgados nos discursos do *ON*. Foi a estratégia mais buscada pelo *DM* para redirecionar as críticas que fluíam contra do amigo César Santos. A exemplo dessa perspectiva, no ano de 1964, enquanto *O Nacional* fluía em denúncias direcionadas a César Santos e os problemas da Sociedade Pró-Universidade, o *Diário da Manhã*¹⁵⁹ empenhava-se em apontar as falhas da administração municipal, questionando o repasse do Estado referente às arrecadações de impostos e à falta de recursos para execução de obras necessárias na cidade, como as estradas e vias municipais que se encontravam em péssimas condições¹⁶⁰. Nesse período, Mário Menegaz era quem estava à frente da gestão do município e apoiou-se no espaço cedido pelo amigo Múcio de Castro no *ON*, para debater todas as acusações de falha administrativa.

Mário Menegaz voltou-se ao uso d'*O Nacional* para propagar o plano de investimento para a verba¹⁶¹ que estava programada para repasse pelo Estado ao município de Passo Fundo. Dentre os propósitos estavam: construção de casas populares, construção do prédio da Faculdade de Agronomia, nova estação meteorológica, convênio sobre sementes e inseticidas, construção do novo fórum e modernização da cadeia civil de Passo Fundo¹⁶². Apesar de todas as críticas recebidas em sua administração iniciada em 1964, Mário Menegaz mantinha em sua plataforma administrativa o incentivo às indústrias e ao comércio local, pois em seu discurso esses fatores tornavam Passo Fundo um importante núcleo de desenvolvimento regional, ideal para os projetos futuros de uma cidade universitária.

MENEGAZ: NOVA TAXA CRIA 2 MIL EMPREGOS

[...] Em exposição que durou uma hora, o Prefeito deu ênfase ao fato de que só na Prefeitura estão catalogados 2 mil desempregados, inclusive 500 mulheres que necessitam trabalhar para suplementar os ganhos de família, sendo urgente que o poder público intervenha imediatamente, pelos meios mais adequados, com medidas tendentes a criar e ampliar as indústrias, aumentando o número de empregos. Disse que o problema social é muito grave e o que mais preocupa sua administração, pois

¹⁵⁸ *O Nacional*, 3 ago. 1963, p. 1. Título: Prefeito responde críticas da pequena indústria.

¹⁵⁹ *Diário da Manhã*, 23 ago. 1964, p. 2. Título: "Administradores" comunais.

¹⁶⁰ *Diário da Manhã*, 10 set. 1964, p. 2. Título: Cidade Abandonada.

¹⁶¹ *O Nacional*, 4 nov. 1964, p. 1. Título: Menegaz anuncia: Passo Fundo vai receber C\$ 50 milhões do Estado.

¹⁶² *O Nacional*, 23 nov. 1964, p. 1. Título: Menegaz: Governador apoia odonto.

só obras administrativas, como calçamento, empedramento de ruas e outras, não resolverão o problema do desenvolvimento.

Em consequência, propôs o sr. Mário Menegaz: criação de uma <<Fundação da Pequena Indústria>>, com recursos de financiamento da ordem de Cr\$ 50 milhões, sendo Cr\$ 10 milhões da prefeitura, Cr\$ 20 milhões arrecadados mediante criação de uma taxa de financiamento, incidindo sobre todos os impostos municipais; doação de terrenos à Secretaria de Trabalho e Habitação do Estado, para construção de 300 casas populares em 3 anos, sendo 40 ainda em 1964; e cessão de 60 m² do corredor, no trecho interrompido da Avenida General Neto, abaixo do Altar da Pátria, à Companhia Cervejaria Brahma, para ampliar sua fábrica e criar 50 novos empregos, sendo o município indenizado com área de terra em outro local.

EXPOSIÇÃO

O chefe do Executivo ilustrou sua exposição com uma série de exemplos. Quanto à pequena indústria, mostrou que uma fábrica de manilhas está paralisada nesta cidade, por falta de um financiamento de Cr\$ 2 milhões, enquanto Passo Fundo importa manilhas até de Curitiba, pagando o triplo do preço.

Quanto à Brahma, disse que sua folha de pagamento (Cr\$ 23 milhões mensais) é a maior da cidade, além da contribuição com impostos e taxas e empregos para mais de 200 operários.

[...] Lembrou, a propósito, que Passo Fundo tem um orçamento de Cr\$ 700 milhões para 1965, o que é pouco em comparação com Novo Hamburgo (Cr\$ 1 bilhão) e Caxias do Sul (Cr\$ 2 bilhões), cidades mais industrializadas¹⁶³.

Wolmar Salton, assim como Menegaz, também provinha do setor industrial e em sua gestão fomentou o capital local, a fim de expandir as possibilidades na *Metrópole* da Serra, enfocando em sua diretriz administrativa a indústria e a agricultura. Nesse ponto, os discursos alinhavam-se às ações propagadas pela imprensa; contudo, apenas Wolmar Salton foi bem visto pelo *DM* em suas ações a favor da industrialização, mas sempre que possível lhe lembravam junto ao vínculo familiar com Armando Annes, como pré-requisito moral para justificativa das boas ações.

<<Mercê do trabalho perseverante de seus filhos, Passo Fundo tornou-se um dos mais importantes municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil>>

A expressiva e brilhante oração do prefeito Wolmar Salton, por ocasião da comemoração do Centenário da Lei Nº. 340, que emancipou este município.

[...] Hoje, decorrido um século de sua criação, apesar de reduzido em sua extensão territorial – 4.109 Km² – em razão de seus constantes desmembramentos, é entretanto pujante na sua supressão econômica e cultural, dentro do Rio Grande do Sul.

Desenvolveu-se a produção agrícola e industrial, tomando vulto e intercâmbio comercial. [...]

Diz-nos a estatística que no ano de 1955 a população do Município era de 76.880 habitantes, dos quais 27.350 na cidade, com o que se enquadra dentro as 10 cidades mais importantes do Estado.

O número de estabelecimentos industriais atingiu a mais de 500, e a produção foi avaliada em Cr\$ 385.665.088,00 empregando 1.749 trabalhadores¹⁶⁴.

¹⁶³ *O Nacional*, 15 out. 1964, p. 4. Título: Menegaz: Nova taxa cria 2 mil empregos.

¹⁶⁴ *O Nacional*, 4 fev. 1957, p. 2. Título: Mercê do trabalho perseverante dos seus filhos, Passo Fundo tornou-se um dos mais importantes municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A estimativa de indústrias e trabalhadores de indústrias fornecidas no ano do centenário Passo-Fundense (1957) é importante delineador do crescimento e da dedicação do executivo municipal. Sobre a pauta “Indústrias”, cinco dos nove sujeitos analisados possuíam ações direcionadas em incentivo à industrialização. Além de Mário Menegaz, Benoni Rosado e Wolmar Salton, também fizeram parte desse movimento industrial Armando Annes e Daniel Dipp. Dentre as indústrias instaladas no período do recorte, podemos destacar a cervejaria Brahma, o frigorífico Z. D. Costi, Moinhos de trigo e indústria de implementos agrícolas¹⁶⁵. Percebemos que o grau de desenvolvimento proporcionado no setor industrial da cidade foi de equivalente proporção na gestão de Menegaz, Salton e Rosado. No entanto, apenas Menegaz foi criticado a cada passo de suas decisões publicizadas no *ON* pelo jornal adversário *DM*.

3.3 Saúde Pública

Assim como ocorreu com a questão industrial, o fomento a ações de saúde foi em meados de 1950, mas a ideia de um sistema de saúde que atendesse ao direito de usufruto de todos os cidadãos apenas se iniciou na década de 1960. Nesse aspecto, ao contrário do que ocorreu no cenário nacional, Passo Fundo esteve à frente das ações em prol da saúde pública e seu desenvolvimento foi motivado, principalmente, pelas ações de Nicolau Araújo Vergueiro e César José Santos que, além de médicos, eram políticos ativos e atuaram em projetos voltados para a área da saúde pública durante o exercício dos cargos de deputados estadual e federal.

César Santos, por sua formação na área da saúde, foi o que mais se destacou na expressão de ideias no campo da saúde pública¹⁶⁶, com enfoque especial ao projeto apresentado à Câmara Federal para calmetização obrigatória em recém-nascidos. O objetivo da medida era o combate à tuberculose, de acordo com o discurso do deputado trabalhista para o *Diário da Manhã*¹⁶⁷. Um pouco mais de um ano depois¹⁶⁸, a folha comemorou o índice de 100% de calmetização em Passo Fundo e o dia do BCG, um marco na luta contra a tuberculose graças ao “tisiólogo passo-fundense prof. César Santos”.

COMEMORA-SE HOJE O DIA DO BCG

¹⁶⁵ Ver sobre em: KNACK C.R.J. Industrialização e urbanização no centenário de Passo Fundo. *História Questões e Debates*, Curitiba, v. 64, n. 1, p. 251-276, jan./jun. 2016.

¹⁶⁶ A saúde pública foi uma preocupação nascente ainda em 1985, fruto da filosofia positivista.

¹⁶⁷ *Diário da Manhã*, 4 maio 1947, p. 4. Título: Causa repercussão em todo o Estado.

¹⁶⁸ *Diário da Manhã*, 1 jul. 1948, p. 2. Título: Comemora-se hoje o dia do BCG.

A importância da efeméride em relação à luta contra a tuberculose – Passo Fundo, cidade onde o índice de calmetização chega a atingir 100 por cento! – O Bacilo de Calmette e Guérin face à ciência – Fatos que comprovam a eficiência da vacinação – Fala à reportagem o tisiólogo passo-fundense prof. César Santos.

[...] “Em nossa cidade o índice de calmetização é assaz honroso à cultura da nossa classe média, pois não conheceremos nenhuma outra cidade onde se tenha ministrado a vacina numa proporção de 98 a 100 por cento, como está ocorrendo aqui, graças, principalmente, à compreensão do nosso corpo médico e à dedicação do chefe do Posto de Higiene local e de seus auxiliares.

[...] “Outro fato também honroso para nós é que a Constituição do Estado talvez seja a primeira do mundo em que o BCG conquistou lugar, integrando um dos seus artigos e reafirmando os nossos propósitos na luta contra o mal de Koch”¹⁶⁹.

Além de César Santos, que colocou o Estado como o primeiro a inserir a calmetização obrigatória na Constituição, outro sujeito político também atuou em prol desse segmento: Daniel Dipp. Durante sua gestão em 1952, Dipp lutou pela construção de um Centro de Saúde Municipal em Passo Fundo. Daniel Dipp deslocou-se algumas vezes até a capital federal para buscar recursos para a construção:

O PREFEITO DANIEL DIPP no Rio, tratará da imediata construção do Centro de Saúde de Passo Fundo

Como é do domínio geral, desde 1950, Passo Fundo vem se debatendo com o propósito de construir um Centro de Saúde, levando em conta que o atual Posto de Higiene não mais corresponde às necessidades locais, devido à extraordinária ampliação de seus serviços assistenciais. [...]

Como decorrência dessas providências, o Governo Federal já votou e pôs a disposição deste município uma verba de Cr\$ 1.600.000,00, destinada a construção do moderno Centro de Saúde. Levando avante essa iniciativa, o Governo de Passo Fundo, doou um magnífico terreno, situado à rua Paissandu, esquina Fagundes dos Reis. [...]

O prefeito Daniel Dipp, ao que colheu O NACIONAL, na próxima viagem que fará ao Rio de Janeiro, tratará diretamente do assunto, empenhando-se no sentido de trazer o numerário votado e, conseqüentemente, dando grande impulso para que se concretize a grande obra. [...]¹⁷⁰.

César Santos também intermediava essa batalha utilizando seus méritos de deputado, portando-se como uma referência nas lutas pelo desenvolvimento local e nacional na área da saúde:

O deputado César Santos batalha pelo Centro de Saúde

[...] Todos devem se esforçar para que, dentro do mais breve possível, seja concretizada essa ideia e o Centro de Saúde se consume numa realidade – afirmou o conhecido parlamentar, informando-nos:

--<<A propósito, as autoridades competentes dedicam já especiais estudos para a constituição da equipe de médicos que comporá o novo Centro de Saúde, selecionando figuras da medicina, bem como funcionários que atingem a mais de

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ *O Nacional*, 14 abr. 1952, p. 1. Título: O Prefeito Daniel Dipp.

uma dezena, os quais integrarão os respectivos departamentos, muitos já a postos para ocupar lugares, para os quais foram designados>>. [...]

-Ainda hoje o deputado César Santos e o prefeito Daniel Dipp tiveram um encontro assentando importantes medidas, em conjunto, do modo a intensificar a campanha pró-Centro de Saúde de Passo Fundo¹⁷¹.

Em 1956, as obras do Centro de Saúde ainda se encontravam em lenta execução, fato que levou Múcio de Castro a apelar na tribuna, na Assembléia Legislativa, para que os recursos continuassem a ser repassados e solicitou apoio das autoridades estaduais para disponibilizarem mais recursos e enviarem um técnico à cidade, a fim de garantir a aceleração da obra. A partir desse momento, além de César Santos e Daniel Dipp, Múcio de Castro comprava o embate em prol da captação de verbas para a área da saúde na região norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Tudo indica que não sofrerão interrupção as obras de construção do Centro de Saúde de Passo Fundo

O Deputado Múcio de Castro apelou, de sua tribuna, na Assembleia Legislativa, para que as autoridades estaduais não deixem faltar recursos para o término do importante empreendimento – Conferência com o dr. Alfredo Holfmeister, diretor do DES, que prometeu interessar-se vivamente pelo assunto, solicitando crédito ao Executivo e enviando um técnico para Passo Fundo, a fim de acelerar a obra.

[...] Teme-se que, desmoranando novos recursos, para o prosseguimento da obra, venham os trabalhos sofrer paralisação, o que constituiria um prejuízo de vulto ao empreendimento, privando Passo Fundo de ver em funcionamento, no tempo previsto, o moderno Centro de Saúde. [...]¹⁷².

A obra do Centro de Saúde (Hospital Municipal) iniciada na Gestão de Daniel Dipp teve sua inauguração somente em 1959, na gestão de Wolmar Salton, período em que os discursos referentes a Dipp e Santos já não se vinculavam mais pelo mesmo jornal. As adversidades já eram expressas e de conhecimento público e, como apenas Daniel Dipp e Wolmar Salton eram bem vistos no jornal *ON*, César Santos foi omitido da matéria sobre a inauguração do hospital municipal.

Inaugura-se hoje o HOSPITAL MUNICIPAL

Assunto de grande relevância é o que está sendo realizado hoje, tendo início às 17 horas, com a inauguração oficial do Hospital Municipal, importante obra, iniciada há alguns anos, durante a gestão do então prefeito Daniel Dipp.

O referido nosocômio, cujas obras mereceram as mais delicadas atenções dos prefeitos passo-fundenses desde aquela época, é um dos verdadeiros esteios da assistência social que vem a ser erguido, nesta cidade, a fim de prestar os mais relevantes serviços à comunidade.

¹⁷¹ *O Nacional*, 19 abr. 1952, p. 1. Título: O deputado César Santos batalha pelo Centro de Saúde.

¹⁷² *O Nacional*, 5 jun. 1956, p. 2. Título: Tudo indica que não sofrerão interrupções as obras de construção do Centro de Saúde de Passo Fundo.

Comparecem ao ato autoridades civis, militares e religiosas e figuras exponenciais, notadamente o prefeito Wolmar Salton, a quem coube a tarefa de concluir a magnífica obra, coroando, assim a sua administração com um autêntico marco evolutivo para Passo Fundo¹⁷³.

A referida unidade hospitalar hoje é nominada como Hospital Beneficente Dr. César Santos. A nomeação foi um reconhecimento dos esforços angariados em prol de verbas federais e de ações pela saúde pública, fatores que foram marcantes na atuação de César Santos. Dipp também não mediu esforços na construção do hospital municipal, mas sua citação no feito limitou-se ao reconhecimento de tal esforço pelos impressos locais e pelos companheiros políticos do período. O reconhecimento municipal chegou posteriormente, mas no *ON* permaneceu omissa a informação sobre os esforços de César Santos para viabilização da obra.

Enquanto se sucedia a busca pelo Centro de Saúde, a população contava com os serviços escassos do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (Samdu), que recebia uma contribuição de 400 mil cruzeiros mensais, mas a Samdu não cumpria a contrapartida, implantando burocracia no processo, segundo o *Diário da Manhã*¹⁷⁴. A solução proposta por Dipp ao conflito foi encampar o serviço para não deixar a população na mão, mas o jornal alegou que a promessa não saiu do papel. O *Diário da Manhã*¹⁷⁵ prosseguiu com as críticas, lembrando inclusive do tempo em que o compatriota Sabino Arias comandava a saúde municipal, pois naquela época o Samdu não oferecia apenas atendimento, mas também os medicamentos para o completo tratamento da população necessitada. Pelo trabalho limitado e burocrático, conforme descreveram, já consideravam o Samdu como extinta.

A extinção do SAMDU

[...]

Em face da situação difícil em que se encontra o SAMDU, por falta de amparo do governo federal, o município deve denunciar o convênio que firmou com o serviço assistencial, restabelecendo as praxes antigas, isto é, restaurando a Assistência Municipal, com os mesmos quatrocentos mil cruzeiros a serem empregados em medicamentos aos pobres.

Se a Prefeitura continuar pagando o auxílio anual ao SAMDU, a importância não dará para atender o programa dos seus médicos e demais empregados, e os enfermos deserdados da fortuna continuarão privados dos benefícios do poder público¹⁷⁶.

¹⁷³ *O Nacional*, 30 dez. 1959, p. 1. Título: Inaugura-se hoje o Hospital Municipal.

¹⁷⁴ *Diário da Manhã*, 15 jan. 1955, p. 4. Título: O pobre só pode adoecer daqui a dois dias para poder receber assistência.

¹⁷⁵ *Diário da Manhã*, 18 jan. 1955, p. 2. Título: A extinção do Samdu.

¹⁷⁶ *Idem*.

Em suma, a culpa pela extinção do Samdu, segundo o *DM*, era por falta de competência administrativa, não por uma questão de falta de verba, mas sim por incapacidade de articulação do governo local com a instância federal. Apesar das divergências e omissões quanto às realizações em prol de um centro de saúde e, principalmente, um hospital municipal, os esforços de César Santos são reconhecidos, juntamente a Vergueiro. A preocupação com a saúde pública foi uma constante na plataforma administrativa de César José Santos e Nicolau de Araujo Vergueiro, possivelmente proveniente da formação e do campo de atuação de ambos. A ação mais proeminente de César Santos nessa área foi a obrigatoriedade nacional da BCG; já Nicolau Vergueiro foi acentuado pelo desempenho enquanto gestor do setor de Higiene Municipal, anterior à década de 1930. Daniel Dipp, enquanto deputado, buscou recursos para investimento na construção do Hospital Municipal e demais estabelecimentos de saúde pública, bem como Wolmar Salton que concluiu os esforços dedicados por Dipp no Hospital Municipal. Logo, Armando Annes teve sua atuação em prol da saúde pública fornecendo recursos públicos para manutenção do Samdu, período no qual o serviço teve seu melhor histórico de funcionamento de acordo com o jornal *O Nacional*.

Nicolau Vergueiro, César Santos, Daniel Dipp e Armando Annes foram os mais atuantes no âmbito do tema saúde pública; contudo, outros dois sujeitos atuaram em prol desse segmento: Wolmar Salton e Múcio de Castro. Salton atuou na esfera municipal enquanto gestor do município; já Castro se demonstrou empático ao tema na esfera estadual enquanto deputado. Os discursos propagados nos levaram a perceber os atritos que, novamente, denotaram um posicionamento partidário de ambos os impressos, deixando explícitas as preferências pessoais de seus proprietários.

3.4 Educação

No tópico “Educação”, consideramos as pautas instrução pública e sociedade pró-universidade. Iniciaremos pela instrução pública, pois é um tema abordado e defendido pelos nove sujeitos analisados. A alfabetização e a construção de escolas municipais e estaduais foram unânimes nas abordagens, mas as questões relativas à sociedade pró-universidade estiveram mais latentes nos discursos de Benoni Rosado, César José Santos, Daniel Dipp, Mário Menegaz, Múcio de Castro e Wolmar Salton.

A atenção ao ensino começou a ser fomentada ainda no século XIX, na capital do estado do Rio Grande do Sul. A educação estava dividida em três etapas: primária, secundária e superior. O governo era responsável pelo ensino “livre, leigo e gratuito, no grau primário”, mas o “ensino de grau secundário e superior não constitui dever do Estado, mas direito da comunidade, que deve promovê-lo livremente, de acordo com a natureza das diversas confissões religiosas que desejarem exercê-lo.” (SOARES, 1998, p. 158). Podemos perceber esses ideários nos processos formadores da maior parte dos sujeitos desse grupo. Parte desses sujeitos constituiu sua formação no cerne do fomento dos ideários positivistas na capital gaúcha. Embora viessem a inserir-se politicamente em Passo Fundo, constatamos que, pelo menos, a metade dessas figuras se projetou no cenário estadual e nacional.

Armando Annes foi a exceção, teve sua inserção extra-acadêmica, conheceu os ideários do progresso em sua estadia na Europa, onde permaneceu por dois anos. Quanto à questão norteadora da instrução pública, constatamos que foi uma preocupação declarada de Armando Annes em sua gestão, em 1948, já que, também, em nível nacional, o governo possuía uma meta de alfabetização de 70% da população. Armando Annes contou com a colaboração de Arlindo Luis Osório, diretor do Ensino Municipal para abrir novas escolas em setores diferentes do município como exemplo primário da demanda de letramento às crianças na vila Vera Cruz.

TIRO AO ALVO

Um dos problemas que mais preocupam atualmente a sábia administração municipal, é o que trata de instrução pública, tendo-se como certo que o Brasil precisa alfabetizar setenta por cento de sua população para bem entrar no rol da nações mais adiantadas culturalmente, o que deve ser um dos nossos objetivos primordiais, pois é instruindo-se que o povo se preserva dos males de toda ordem e está capacitado para desempenhar o seu papel civilizatório.

Por isso mesmo, na compreensão da magnitude do assunto, o sr. Armando Araujo Annes, contando com a colaboração inteligente e profícua o sr. Arlindo Luiz Osorio, digno Diretor do Ensino Municipal, tem levado avante, com galhardia, a obra benemérita do desenvolvimento do ensino e nosso município.

Há bem pouco, nesse louvável intuito de espalhar escolas em todos os quadrantes da nossa comuna, S. S. acaba de fundar mais uma entidade escolar, na Vila Vera Cruz, para atender ao ensino das primeiras letras as crianças daquele próximo arrabalde. O Grupo escolar Pedro Américo, por certo, há de desempenhar um importante papel, arrancando do analfabetismo um bom número de brasileiros.

Bem haja o esforço do nosso executivo municipal a bem de instrução pública, pois é do esforço conjugado de todos os administradores do Brasil que poderemos completar a dignificante obra de alfabetização das crianças brasileiras¹⁷⁷.

¹⁷⁷ *O Nacional*, 16 jul. 1948, p. 3. Título: Tiro ao alvo.

Esse era apenas um dos aspectos proeminentes¹⁷⁸ na atuação de Armando Annes enquanto administrador do município, fato destacado para o saldo positivo que conseguia deixar nas contas do município, mesmo realizando as importantes obras demandadas. O destaque dado às realizações de Armando Annes, na gestão iniciada em 1948, devia-se, segundo *O Nacional*, a “trabalho e não política”.

TIRO AO ALVO

Em nossas edições anteriores tivemos oportunidade de falar da operosa administração atual do município, informando aos nossos leitores dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos para a montagem do motor de 350HP na velha usina do Capingui, e a transferência do motor de 150HP para a queda do Jacuí, bem como dando ciência aos nossos co-municipes sobre as ótimas condições em que se acha a fazenda municipal, com um saldo de Cr\$ 1 246.709,44 acusado no balancete de Julho próximo passado, fazendo ressaltar a importância desse fato, em vista já do curto espaço de tempo em que se exercita a presente gestão.

Trabalho e não política!

Notificamos, também, que o sr. Prefeito já havia pago a metade da importância do motor adquirido da firma Dreher & Cia. Ltda., sem ter recorrido á autorização de empréstimo, cedida pela colenda Câmara Municipal.

Interessante é salientarmos que apesar das ótimas condições do tesouro municipal, apesar da economia e previdência do atual prefeito, as obras de reconstrução de estradas, calçamento, feitura de pontes e pontilhões, não foram relaxadas. Muito pelo contrário. Essas obras prosseguem agora em maior vulto. Nada menos de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos contos) são gastos mensalmente para atender a todas estas despesas, juntamente com as oriundas de assistência pia e com o professorado.

O município está se reformando, gradativamente, mercê do acurado esforço da atual administração, renunciando tempos melhores, em demanda do futuro promissor e glorioso da velha Metrópole da Serra.

É que tudo se consegue com trabalho e boa vontade, longe das malhas desastrosas da política...¹⁷⁹

Em 1951, Armando Annes continuava a executar¹⁸⁰ sua promessa de campanha no âmbito da instrução pública, através de escolas rurais em Sertão e Água Santa, com apoio do deputado Daniel Dipp e do diretório do PTB local, na tentativa de liberação de verba estatal, na função que cabia ao deputado. Durante os primeiros 38 dias¹⁸¹ da gestão de Daniel Dipp, em 1952, como prefeito e com o auxílio de Armando Araújo Annes, Aparício Lângaro e Arthur Lângaro, foi possível tirar do papel a promessa das obras escolares municipais na região da vila Santa Maria e também do Hospital de Caridade para atender à crescente demanda de crianças em idade escolar nas referidas regiões. Ao final do mesmo ano, a Câmara de Vereadores tentou regulamentar a instrução primária municipal, ato que recebeu

¹⁷⁸ *O Nacional*, 13 ago. 1948, p. 3. Título: Tiro ao alvo – A honesta administração de Armando A. Annes.

¹⁷⁹ *O Nacional*, 16 ago. 1948, p. 3. Título: Tiro ao alvo – Trabalho e não política.

¹⁸⁰ *O Nacional*, 27 jul. 1951, p. 1. Título: Serão construídas, ainda este ano, as escolas rurais de Sertão e Água Santa.

¹⁸¹ *O Nacional*, 7 fev. 1952, p. 2. Título: Tiro ao alvo – 38 dias.

veto imediato de Daniel Dipp¹⁸², sob a alegação de que havia conflito de competências, afinal considerava a regulamentação um ato de alçada exclusivo do executivo municipal.

Enquanto deputado federal, em 1955, Daniel Dipp impulsionou um projeto de difusão do ensino agrícola especializado como fator de aprimoramento das populações rurais. A escola agrícola, idealizada em uma estação experimental do engenheiro Englert, foi levada à Câmara Federal apresentada¹⁸³ como projeto de lei pelo deputado Dipp. Um ano depois, Dipp anunciou que Juscelino Kubitschek enviou o referido Projeto ao Congresso para criar a “Escola Agrícola de Passo Fundo”.

Juscelino enviou ao Congresso projeto de lei, criando a “ESCOLA AGRÍCOLA DE PASSO FUNDO”

Uma comunicação telegráfica do deputado Daniel Dipp ao prof. dr. César Santos Desde quando prefeito, e ainda enquanto o sr. João Cleofas estava no Ministério da Agricultura, o deputado Daniel Dipp interessou-se pela criação, em Passo Fundo, de uma Escola Agrícola, graças também as sugestões do dr. Paulo Luis Pereira da Silva, diretor da Estação Experimental do Trigo deste município.

A medida de tão alta relevância acaba de ser solicitada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, ao Congresso Nacional para gaudio da população passo-fundense, vindo, assim, o ilustre primeiro mandatário cumprir mais uma promessa feita ao nosso povo, quando candidato, ao falar no Altar da Pátria. A primeira promessa cumprida foi, sem dúvida, a oficialização da Faculdade de Direito local.

A proposito de tão auspiciosa notícia, queremos publicar o telegrama enviado pelo deputado Daniel Dipp, ao dr. Prof. César Santos, presidente do Diretório local do PTB e presidente da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo:

<<Dr. César Santos – Passo Fundo – Tenho a satisfação de comunicar o prezado amigo que o Presidente da República, cumprindo promessa feita durante a campanha eleitoral e atendendo ao apelo que lhe fiz, em nome do Diretório do PTB de Passo Fundo, encaminhou hoje ao Congresso mensagem, acompanhada de projeto de lei, criando a Escola Agrícola de Passo Fundo, e abrindo para sua instalação o crédito especial de oito milhões de cruzeiros – Cordiais saudações – Abraços – Daniel Dipp¹⁸⁴.

O projeto da escola agrícola para a região, proposto por Dipp, foi aprovado pelo senado somente em 1957 e foi comunicado via telegrama por João Goulart a Wolmar Salton, prefeito no respectivo ano da aprovação.

O senado aprovou o projeto da Escola Agrícola de Passo Fundo
Telegrama do sr. João Goulart ao PREFEITO WOLMAR SALTON
Tivemos a oportunidade de anunciar a aprovação, pela Câmara Federal, do projeto de lei do deputado Daniel Dipp, criando a Escola Agrícola de Passo Fundo, o que

¹⁸² *O Nacional*, 2 dez. 1952, p. 4. Título: O prefeito Dipp veta o “Regulamento da Instrução Primária Municipal”.

¹⁸³ *O Nacional*, 26 mar. 1955, p. 1. Título: Criação de uma escola agrícola na estação experimental do eng. Englert apresentado um projeto de lei pelo deputado Daniel Dipp na Câmara Federal.

¹⁸⁴ *O Nacional*, 18 jul. 1956, p. 1. Título: Juscelino enviou ao Congresso Projeto e Lei criando a “Escola agrícola de Passo Fundo”

determinou a vinda a esta cidade de um engenheiro do Ministério da Agricultura, há poucas semanas, estudando a localização da referida escola.

Agora, entretanto o projeto, indo ao Senado, sofreu emenda, a cujo proposito o sr. João Goulart, presidente do Senado e Vice-Presidente da República, acaba de telegrafar ao prefeito Wolmar Salton, nos seguintes termos:

Tenho o prazer de comunicar que o Senado aprovou ontem em virtude de emenda recebida, voltará à Câmara dos Deputados. Saudações cordiais – João Goulart.

Dessa forma, espera-se que a emenda do Senado seja desde logo aceita, conforme tudo o indica, subindo logo em forma de lei ao Presidente da República, que o deverá sancionar em seguida¹⁸⁵.

Nicolau Vergueiro, anteriormente à década de 1940, fomentou o ensino municipal de nível fundamental cobrindo, inclusive, o salário dos professores com verba pessoal por falta de repasse do Estado ao município. César José Santos fomentou o ensino superior, juntamente com Daniel Dipp, que também esteve diretamente ligado à construção de novas instituições de ensino e implantação de escolas rurais e técnicas, bem como Wolmar Salton, Mário Menegaz, Benoni Rosado, Armando Araújo Annes, Múcio de Castro e Túlio Fontoura. Os dois últimos foram grandes incentivadores das obras em prol do ensino, fomentando essa categoria de pauta nos jornais impressos. No que diz respeito à sociedade pró-universidade, destacamos especialmente a figura de César Santos, que esteve à frente da SPU em 1950 e 1951.

Eleita Nova Diretoria da Sociedade Pró-Universidade de P. Fundo

Na presidência, o Dr. César Santos e na vice-presidência, o Dr. Celso da Cunha Fiori. Realizou-se nas dependências do Clube Comercial, gentilmente cedido para este fim, na noite de quinta-feira última, mais uma reunião da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. A reunião contou com a presença de um elevado número de pessoas, tendo sua principal finalidade, a eleição da nova diretoria da Sociedade.

Antes do início dos trabalhos, todos os presentes registraram seus nomes, sendo a sessão a seguinte, iniciada sob a presidência do dr. César Santos, e secretaria do dr. Frederico Morsch.

Por indicação do dr. Mario Daniel Hoppe, ficou resolvido que todos os presentes passassem a ser considerados sócios.

A seguir, procedeu-se a eleição da nova diretoria da Sociedade, a qual ficou assim constituída:

Presidente – dr. César Santos; vice presidente – dr. Celso da Cunha Fiori; secretario – prof. Sabino Santos; tesoureiro – sr. Wolmar Salton.[...]¹⁸⁶

Wolmar Salton participou ativamente como tesoureiro na então sociedade mantenedora das faculdades instituídas em Passo Fundo. O intuito do grupo era formar um patrimônio que futuramente permitisse a constituição da Universidade de Passo Fundo. O

¹⁸⁵ *O Nacional*, 3 jun. 1957, p. 1. Título: O senado aprovou o projeto escola.

¹⁸⁶ *Diário da Manhã*, 18 ago. 1951, p. 2. Título: Eleita nova diretoria da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.

pedido havia sido direcionado por César Santos ainda em 1951, sob a cessão de apólices pelos órgãos competentes e aval do governo do Estado, bem como do Ministério da Educação. César Santos usou todos os recursos que a posição de deputado federal lhe trouxera, recebendo o apoio de Ernesto Dornelles, que, na época, era o Governador do Estado, para reforçar a comunicação com os órgãos competentes.

Formação do patrimônio da Universidade de Passo Fundo

Por solicitação do deputado César Santos, o Governador do Estado determinou o estudo da cessão de apólices pelos órgãos competentes

O assunto da criação da Universidade de Passo Fundo, que parece ter adormecido em águas profundas, torna a subir à superfície, impondo-se à atenção de todos. Na realidade ele nunca esteve fora das cogitações. Enquanto a imprensa silenciava, os meios interessados, inclusive as autoridades estaduais e federais estavam ocupadas em estudar e examinar a sua viabilidade.

O deputado federal, dr. César Santos, quando da sua recente estadia na Capital Federal, entrou em contato com as autoridades do Ministério da Educação, sendo-lhe alvitado que o governo gaúcho podia tomar a iniciativa de cessão de apólices para a constituição do patrimônio da Universidade a ser criada.

Essa sugestão foi logo aproveitada pelo ilustre parlamento conterrâneo, que logo a transmitiu ao Governador Ernesto Dornelles, em expressivo telegrama, a conveniência da adoção desta medida, para levar a cabo o grande empreendimento, que é a concretização da Universidade de Passo Fundo.

Em resposta, ao Dr. César Santos, o governador do Rio Grande do Sul enviou-lhe o seguinte telegrama:

<<Deputado César Santos

Palacio Tiradentes

Rio de Janeiro

Dispensei a melhor atenção ao assunto do seu telegrama de 11 do corrente, relativo a cessão de apólices para formação do patrimônio da Universidade de Passo Fundo, tendo determinado urgente exame da matéria pelos órgãos competentes.

Atenciosas Saudações,

Ernesto Dorneles

Governador do Estado¹⁸⁷.

Em 1953¹⁸⁸, a discussão em prol da futura Universidade era com relação à sua localização. Em torno das discussões e possibilidades, não houve maiores definições, mas *O Nacional* e a Sociedade Amigos do Boqueirão já se consideraram vitoriosos por conseguirem abrir o tema para debate. Em 1954¹⁸⁹, a comemoração veio pela afirmação da certeza de Regulamentação da Faculdade de Direito por parte das autoridades federais a César Santos. Nesse ano, somente contamos com o posicionamento apresentado pelo *O Nacional*, pois, com a morte de Getúlio e orientação editorial como oposição declarada por parte do *Diário da Manhã*, gerou-se uma revolta instantânea da população que causou a depredação das edições

¹⁸⁷ *O Nacional*, 21 nov. 1951, p. 2. Título: Formação do patrimônio da Universidade de Passo Fundo.

¹⁸⁸ *O Nacional*, 4 nov. 1953, p. 4. Título: A futura Universidade e sua localização.

¹⁸⁹ *O Nacional*, 22 abr. 1954, p. 1. Título: Expressiva vitória do povo de Passo Fundo.

de 1954, conforme descrito na seção 1.2.1. Assim, até as declarações e debates entre as folhas concorrentes foram impossibilitados.

Em 1955¹⁹⁰, Múcio de Castro debateu na Assembleia Legislativa do Estado a necessidade do funcionamento imediato da Faculdade de Direito, na posição de deputado estadual, e não apenas proprietário do jornal, solicitando a colaboração dos integrantes da assembleia para concretizar o ideal do povo passo-fundense. No ano seguinte, 1956, o assunto evoluía para a possibilidade de desenvolvimento de uma Cidade Universitária, notícia proveniente de César Santos, deputado e presidente da SPU. No referido ano, já estava fundada a Faculdade de Direito, encontrava-se pendente apenas de organização, a Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Economia, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Agronomia. Reissoly Santos era o nome citado à frente do projeto de instituição dessas faculdades, buscando a oficialização junto ao governo federal.

TIRO AO ALVO

Continua repercutindo na cidade, de modo jubiloso, a oficialização da Faculdade de Direito de Passo Fundo, primeira etapa para instalação, em Passo Fundo, de uma Universidade.

É com prazer que registramos a noticia dada pelo dr. Professor César Santos, na sua alocução de domingo último, na Faculdade de Direito, de que a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo já tinha fundado, faltando apenas sua organização, mais quatro escolas superiores, , como sejam: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Economia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Agronomia.

Creemos que o passo mais difícil já foi dado, com o reconhecimento pelo governo federal e conseqüente oficialização da Faculdade de Direito, em que se revelou autêntico campeão o Dr. Reissoly José dos Santos que contou com a colaboração de elementos decididos nesta cidade e no Rio de Janeiro.

Os próximos passos serão mais fáceis, tudo dependendo da organização das novas escolas de ensino superior, notadamente o esteio econômico em que deverão elas pousar.

No que respeita ao corpo docente, isso será tarefa relativamente menos dificultosa, sabendo-se dos elementos em que conta Passo Fundo e a região serrana, elementos de alto saber e cultura, especializados nas várias disciplinas, contando não só com seu diploma acadêmico, senão também com a autoridade de mestres, pelos trabalhos publicados, versando sobre a matéria de seu curso.

Creemos, todavia, que a necessidade mais permanente é a de uma Faculdade de Agronomia, tendo-se em vista o surto avassalador que vai tomando a agricultura neste município e região, notadamente quanto á triticultura.

A formação de agrônomos, por isso mesmo, se impõe, pelas condições econômicas locais, pela maturação do próprio meio, que vem reclamando uma assistência maior a esse importante campo do cultivo científico.

De qualquer forma, é com grande satisfação que registramos a notícia dada pelo Dr. professor César Santos, demonstrando que há efetivamente o firme propósito de transformar Passo Fundo em cidade universitária.

¹⁹⁰ *O Nacional*, 5 set. 1955, p. 1. Título: Múcio de Castro debate a necessidade do imediato funcionamento da Faculdade de Direito.

E, assim sendo, tendo em vista a esplêndida realidade da Faculdade de Direito, estamos certos de que essa grande aspiração de todos nós terá sua breve concretização¹⁹¹.

Com a organização das novas escolas, estimava-se conseguir um aporte econômico e, quanto ao corpo docente, havia certa tranquilidade na estima expressa pelo *O Nacional*, pois, além do diploma, possuíam trabalhos publicados sobre as matérias nas quais lecionavam e possuíam “autoridade de mestres”. A faculdade que gerava mais expectativa aos populares era a de agronomia, tendo em vista o vasto desenvolvimento da triticultura na região, “a formação de agrônomos, por isso mesmo, se impõem, pelas condições econômicas locais, pela maturação do próprio meio, que vem reclamando uma assistência maior a esse importante campo do cultivo científico”¹⁹². O retorno social mais enfático no discurso dessa imprensa estava nos benefícios da faculdade de agronomia para o município que estava entre os líderes tritícolas do Rio Grande do Sul.

Em 1957, Dipp atuou ativamente em prol da aprovação da campanha no campo da iniciativa privada a favor do ensino superior na região, com o Projeto n. 2456 – 1957, que visava ao auxílio de 10 milhões à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Até esse ano, os grupos em prol da educação atuavam de forma conjunta, cada um promovendo o progresso pela causa com os recursos que possuíam.

Auxílio de 10 milhões à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo
Projeto do deputado Daniel Dipp – Nº 2.456-1957

[...]

Visa o presente projeto amparar uma das mais arrojadas e meritórias campanhas, o campo da iniciativa privada, em prol do ensino superior, já realizadas no Rio Grande do Sul.

Criada por um pugilo de idealistas, há pouco mais de um lustro, constitui hoje esplêndida e magnífica realidade a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Mercê da compreensão e do apoio de uma numerosa coletividade, essa entidade civil, com personalidade jurídica, pôde, em apenas cinco anos de atividade, concretizar parte de seus altos e patrióticos objetivos, que eram e são os de dotar escolas, superiores a Região norte do Rio Grande do Sul, a mais próspera e populosa daquela progressista unidade da Federação.

[...]

O auxílio constante da presente proposição justifica-se não apenas pelo mérito do empreendimento, como também pelos inúmeros precedentes legislativos, em que obras da mesma natureza, algumas, porém, de menor parte e significação, têm sido contempladas com vultosas subvenções, através de créditos especiais votados pelo Congresso Nacional. [...]

Nessas condições e face ao exposto, merecerá, por certo, o presente projeto a acolhida favorável do Congresso Nacional.

¹⁹¹ *O Nacional*, 27 mar. 1956, p. 3. Título: Cidade Universitária.

¹⁹² *Idem anterior*.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1957 – Daniel Dipp¹⁹³.

Em 1959, o jogo virou, com a ruptura partidária, o posicionamento de Dipp também sofreu mudanças quanto às reivindicações em prol da Sociedade Pró-Universidade. A partir daí, na Câmara Federal, Dipp denunciou a existência de entidades fantasmas que estariam recebendo auxílios do governo federal em Passo Fundo. Desse ano em diante, as ações realizadas eram sempre discursadas tratando os irmãos Santos como adversários e empecilhos para a causa da SPU no *ON*, o mesmo ocorria com relação a Dipp, Castro e Menegaz no *DM*. A luta era a mesma, mas os vilões dependiam do veículo que operava a informação.

[...]

Tenho em meu poder para comprovar minha afirmativa, um documento firmado pelo Centro de Saúde, daquela cidade, que passo ler agora para que seu texto conste dos anais desta Casa. É o seguinte: <<Atestado – Atesto, para os devidos fins e a pedido da parte interessada, dr. Daniel Dipp, em ofício datado de 10 de 4 de 59, que não existe neste município a instituição denominada de <<Dr. César Santos Ortiz>>. Passo Fundo, em 10 de abril de 1959 (Assinado) Dr. Mario Flores Lopes, Médico-Chefe do Centro de Saúde nº 13>>.

Verifica-se, assim, sr. Presidente, que a despeito da consignação orçamentária não há em P. Fundo o chamado <<Hospital Dr. César Santos <<Ortiz>>, nem o hospital, nem a pessoa com nome, a menos que se trate, simplesmente, dum médico que lá vive – dr. César Santos – presidente do diretório municipal do PTB, ex-deputado federal, cuja passagem por esta Casa notabilizou-se, apenas, pela assinatura que após ao projeto que institui o divórcio e por tê-lo negado mais tarde, lá no Rio Grande do Sul, quando publicamente interpelado por um eminente bispo da Igreja, S. Exa. revdma. Dom Cláudio Colling.

A segunda dotação na importância de 300 mil cruzeiros, destina-se à <<Clínica do Dr. César Santos>>. Esta, realmente, existe, mas apenas no nome, pois não possui internamento de doentes nem ambulatório para tratamento de indigentes. Trata-se, apenas, do pomposo rótulo dado ao consultório médico particular do referido dr. César Santos. Tenho em mãos dois atestados, nesse sentido, do Centro de Saúde de Passo Fundo, redigidos nos seguintes termos:

<<Atestado – Atesto para os devidos fins e a pedido da parte interessada, dr. Daniel Dipp em ofício datado de 10.4.59, que: 1º - a Clínica César Santos não possui internamento para doentes, bem como não se encontra registrada neste Centro de Saúde ambulatório para tratamento gratuito de indigentes; 2º - a Clínica dr. César Santos é, efetivamente, o nome dado ao seu consultório particular. Passo Fundo, 10 de abril de 1959. (assinado) Dr. Mario Flores Lopes, Médico-Chefe do Centro de Saúde nº 13>>.

Ao denunciar este fato, que reputo sumamente grave e mesmo indecoroso, que compromete tanto quem pretendeu dar, como quem pretendia receber, desejo fazer um apelo ao sr. Ministro da Saúde, no sentido de que não ermitã nem o processamento, nem o pagamento destas dotações. Não é admissível sejam tais verbas, que se deveriam destinar a instituições realmente uteis ao povo, criminosamente desviadas em benefício de políticos, que fazem da política apenas uma profissão, uma indústria, um meio de enriquecimento ilícito>>¹⁹⁴.

¹⁹³ *O Nacional*, 20 abr. 1957, p. 1. Título: Auxílio de 10 milhões à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.

¹⁹⁴ *O Nacional*, 22 abr. 1959, p. 1. Título: “Entidades fantasmas, em Passo Fundo, estão recebendo auxílios e subvenções do governo federal”.

A denúncia realizada por Dipp e repassada pelo jornal *O Nacional* foi levada também ao parlamento nacional¹⁹⁵ e César Santos foi desafiado a comprovar que as alegações realizadas eram de fato maldosas.

A pedido
 DESAFIO AO SR. CÉSAR SANTOS
 <<MALDOSAS INSINUAÇÕES PRÓPRIAS DE UMA SINUOSA
 PERSONALIDADE>>
 Não vou hoje renovar acusações ao Dr. César Santos.
 Vou apenas fazer-lhe um desafio.
 Não podendo defender-se dos crimes que lhe imputei, fundamentado em documentos irrespondíveis, limitou-se s.s., no seu pobre arrazoado divulgado na imprensa local, a fazer, contra mim, maldosas insinuações, próprias da sua sinuosa personalidade.
 Assim é que, pisando como gato em brasa, fez ligeiras alusões ao <<Projeto do Pinho>> e à <<Comissão do Trigo>>.
 É evidente a insinuação que pretendeu fazer, nesta alusão sem sentido a um Projeto que apresentei a uma Comissão que presidi na Câmara Federal.
 Efetivamente, apresentei, na legislatura passada, um Projeto proibindo a exportação de madeira pinho, porque estava, como ainda estou, convencido que é um crime contra a economia nacional a devastação impiedosa que se está praticando nas já reduzidas reservas florestais do País. Obtive, para esse Projeto, o apoio da quase unanime Bancada Gaúcha, inclusive do atual Governador do Estado, o então deputado Leonel Brizola. [...]
 Efetivamente, também, presidi, com muita honra para mim, na legislatura passada, uma importante Comissão Parlamentar, destinada a estudar a economia tritícola no País. [...] O referido Projeto, visando incrementar a produção e disciplinar a comercialização do trigo nacional, está, infelizmente, até hoje, por desinteresse da Maioria Governamental, dormindo nas gavetas da Comissão de Constituição de Justiça da Câmara, embora já com parecer favorável do relator, o eminente Deputado Nestor Duarte, da Baía.
 Pois bem, é em torno deste Projeto e desta Comissão que giram as insinuações do Dr. César Santos.
 [...] Quero, por isso, que ele saia do campo das insinuações e entre no terreno das afirmações. É um apelo que faço aos seus brios de homem, se é que ele é digno deste nome.
 Desafiando, pois, o Dr. César Santos a que comprove qualquer procedimento menos digno de minha parte, no exercício do meu mandato, eu quero, desde já, assumir, publicamente, um compromisso com o povo de Passo Fundo:
 Se ele provar o mínimo deslize, comprometendo minha honorabilidade, renunciarei imediatamente o meu mandato e a vida pública, porque já não mais serei digno da confiança do povo.
 Se ele, entretanto, nada provar, irei processá-lo e tentar metê-lo na cadeia – lugar, aliás, em que já deveria estar, depois das tentativas de assalto que fez às verbas do Ministério da Saúde.
 Passo Fundo, 6 de Maio de 1.959
 Daniel Dipp¹⁹⁶.

Ainda sob questionamentos da gestão dos irmãos Santos, a Sociedade Pró-Universidade recebeu, em 1961, como doação por parte do prefeito municipal, o Hospital e a

¹⁹⁵ *O Nacional*, 27 abr. 1959, p. 2. Título: A pedido – Denúncia do deputado Daniel Dipp no parlamento nacional.

¹⁹⁶ *O Nacional*, 6-9 maio 1959, p. 1. Título: Pedido – Desafio ao sr. César Santos.

Rádio Municipal. O projeto foi encabeçado pelo prefeito Benoni Rosado e levado à votação na Câmara de Vereadores. A partir dessa ação, em particular, Rosado passou a compor a lista de adversários do *ON*. *O Nacional* alegou na época que apenas a doação do Hospital foi amplamente discutida pela população, o inverso do que ocorreu quando se levantou a possibilidade de doação da rádio¹⁹⁷.

A transferência do Hospital Municipal à Sociedade Pró-Universidade
O Prefeito voltará a reunir-se às 20 horas de hoje, no salão nobre da Prefeitura, com os vereadores situacionistas no Legislativo.
Adianta-se que já está redigido o projeto de lei que o Executivo enviará à Câmara Municipal, transferindo o Hospital Municipal para a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.
Esse projeto será amplamente discutido em seus vários pormenores.
Entre os detalhes mais importantes figuram-se os que se referem à manutenção dos funcionários e prestação de assistência social¹⁹⁸.

Dipp alegou não estar surpreso, mas optou por “continuar na posição de expectador”¹⁹⁹, enquanto Benoni seguia com as doações da rádio e do hospital. O pronunciamento do prefeito foi apenas para posicionar-se favorável à doação da rádio, que deveria ter ocorrido em caráter sigiloso²⁰⁰. Em julho do mesmo ano, a rádio foi entregue à Sociedade Pró-Universidade.

A Rádio Municipal já foi entregue à Soc. Pró-Universidade
Constava, anteontem, que a Rádio Municipal ia ser entregue, naquele dia, à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, do que, entretanto, não tínhamos certeza.
Agora, confirma-se que, efetivamente, a Rádio Municipal foi mesmo entregue, anteontem, à referida sociedade, com base na lei 936, ato municipal que originou tanta celeuma em Passo Fundo.
Prefeito Benoni Rosado, que fez o discurso de entrega; Dr. César Santos, que agradeceu a doação; vereador Wilson Garay, que também discursou; vereador Odylon Soares de Luna e Delmo Xavier; Jacques Ribas, Secretário do Prefeito; Prof. Sabino Santos, Secretário da Sociedade Pró-Universidade; Carlos Annes, chefe da Agência Estatística do Município; Antônio de Moraes Gentil e João Schapke Júnior, do comércio local; professor Guido Goellner, e Major Manoel Cordeiro; e os esforçados cooperadores da emissora, srs. Bem-Hur da Silva, Meirelles Duarte, Terres Pillar, Alady Berlese de Lima e Guilherme Boor²⁰¹.

¹⁹⁷ *O Nacional*, 13 jul. 1961, p. 1. Título: Doado o Hospital Municipal à Sociedade Pró-Universidade.

¹⁹⁸ *O Nacional*, 20 jun. 1961, p. 1. Título: A transferência do Hospital Municipal à Sociedade Pró-Universidade.

¹⁹⁹ *O Nacional*, 14 jul. 1961, p. 1. Título: Deputado Daniel Dipp, no caso das doações: “Isto não me surpreende, apenas me entristece”.

²⁰⁰ *O Nacional*, 17 jul. 1961, p. 4. Título: A Votação para doação da rádio devia ser secreta.

²⁰¹ *O Nacional*, 22 jul. 1961, p. 1. Título: A rádio Municipal já foi entregue à Sociedade Pró-Universidade.

Essa atitude de Benoni, que repartiu opiniões entre diferentes partidos, fazia parte de sua plataforma administrativa²⁰², contendo o foco de estimular a iniciativa privada. A indignação de César Santos não tardou a ser manifestada no *Diário da Manhã*, argumentando que as insinuações faziam parte de politicagem, situação na qual não conseguiram envolver o ensino superior local e, assim, tratando a imposição da busca pela federalização, encabeçada pelos adversários: “O problema de federalização das escolas de ensino superior é de exclusiva competência dos dirigentes da sua sociedade e dos que sempre lutaram pela descentralização do ensino, até agora privilégio dos afortunados”.

AS ARREMETIDAS DOS DEMAGOGOS não conseguiram envolver na politicagem os altos interesses do Ensino Superior em P. Fundo. Oportuno pronunciamento do Presidente da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo – O problema da Federalização das Escolas do Ensino Superior é de exclusiva competência dos dirigentes da sua Sociedade e dos que sempre lutarem pela descentralização do ensino, até agora privilégio dos afortunados. [...] passados esses amplos esclarecimentos a respeito da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, o professor César Santos passou a fazer comentários em torno dos boatos e pregações demagógicas de politiquero que pretendem que pretendem envolver a classe acadêmica nas malhas da politicagem municipal. A respeito desta campanha realmente impatriótica, o professor César Santos afirmou: “As conversas e o barulho que certas e determinadas pessoas procuram fazer em torno da federalização da universidade não passam de sórdida demagogia, de verdadeira chantagem. Como se sabe, não é preciso muita inteligência, para se compreender isso. A Sociedade Pró-Universidade é uma instituição particular, como vimos; [...] Não haverá esplendor de universidade que possa leva-los a compreender coisas sublimes e belas”²⁰³.

Surge aqui a primeira e única tentativa de federalização das faculdades mantidas pela SPU, contrariando o princípio da privatização desejado pelo grupo que disputava o controle do núcleo universitário. A federalização acabou saindo para a Universidade de Santa Maria em 1960 e, em Passo Fundo, não se resgatou mais a pauta na imprensa local. Interessava ao grupo em disputa o controle da SPU. Portanto, para se esquivar dos equívocos quanto à função da Sociedade Pró-Universidade, justificou-a como instituição particular, “com personalidade jurídica” composta de estatuto, diretoria e conselho administrativo. “Sua finalidade é criar e manter escolas de ensino superior até se constituírem em Universidade”²⁰⁴, oportunizando para jovens o ingresso no concorrido ensino superior, descentralizando o ensino universitário da capital do Estado. César Santos prossegue em sua argumentação:

²⁰² *Diário da Manhã*, 28 nov. 1961, p. 3. Título: Administração Municipal está pelo desenvolvimento econômico de Passo Fundo.

²⁰³ *Diário da Manhã*, 29 set. 1963, p. 8. Título: A arremetidas dos demagogos.

²⁰⁴ *Diário da Manhã*, 29 set. 1963, p. 8. Título: A arremetidas dos demagogos.

Para satisfação e orgulho dos que estão lutando em prol do ensino universitário, as nossas faculdades possuem mais de um milhar de alunos, muitos dos quais jamais teriam tido a oportunidade de se sentar num banco acadêmico, senão fosse essa obra que vem se projetando, no tempo, com os aplausos e o reconhecimento das pessoas de bem.

A grande dificuldade tem sido a falta de recursos, o que vem obrigando a entidade à adoção de medidas de economia, para assegurar-se do desenvolvimento das faculdades ora em funcionamento.

Mesmo dentro desse critério de economia no emprego dos recursos financeiros, mais de cem jovens sem recursos, estudam sem qualquer ônus para si.

Nenhuma pessoa reconhecidamente pobre deixou de se matricular por falta de recursos, sendo necessário, entre tanto, como é natural, que faça sua matrícula.

A Sociedade Pró-Universidade conta, atualmente com um patrimônio de um bilhão de cruzeiros, e os recursos que recebeu dos governos não atingiram a 10% do seu patrimônio.

A diretoria e o conselho formularam uma proposta para desenvolvimento de um parque industrial para que se pudessem manter as obras iniciadas, já que previam e executavam um grande número de construção em prol do objetivo de concretizar a tão sonhada Universidade. Adquiriram uma olaria, com o recurso gerado custearam a mão de obra e, posteriormente, utilizaram o mesmo método quando adquiriram a pedreira, o areial, carpintaria, a marcenaria, a ferraria, o caminhão de transporte, o restaurante universitário, a padaria, a horta, entre outros. Também justificaram os recursos assistenciais gerados e realizados no Hospital das Clínicas, com atendimento de indigentes, pessoas internadas sem recursos, além de equipar a instituição com padrões avançados para atendimento e prática da Faculdade de Medicina.

É oportuno esclarecer, aqui, que ao receber, como doação, o então Hospital Municipal à Sociedade Pró-Universidade pagou dívidas num total de seis milhões de cruzeiros. Instalamos, em todos os quartos do Hospital das Clínicas, sistema de oxigênio e já estamos providenciando para a construção de um necrotério, para as faculdades de medicina e odontologia. Devemos esclarecer que vem funcionando no Hospital das Clínicas, parte da faculdade de odontologia, dando assistência gratuita aos indigentes.

De acordo com César Santos, as construções para as demais faculdades estavam também em andamento, a contabilidade era mecanizada, moderna e minuciosa, deixando disponível para quem desejasse examinar e contribuir com melhorias. Afinal, “todas as importâncias recebidas, de quem quer que seja, são registradas e recolhidas aos bancos diariamente e os pagamentos são feitos através de cheque”. Qualquer argumento dedicado à imprensa pelos irmãos Santos era refutado negativamente pelos seus opositores. *O Nacional* replicava as críticas direcionadas por jornais de outras localidades a respeito do assunto, na tentativa de demonstrar que seu discurso não era motivado por cunho pessoal ou partidário, a

exemplo do jornal *Última Hora* de Porto Alegre, no qual uma matéria sobre a “Universidade fantasma” que era considerada tão fria como a dupla que a fundou.

A pedido

Universidade Fantasma

<É um crime contra o ensino, contra juventude e até contra uma cidade e toda uma região o que se pretende perpetrar em Passo Fundo com a criação de uma <<universidade-particular-fantasma>>. As vésperas de as faculdades ali existentes serem, ou encampadas pelo governo do Estado, ou federalizadas pelo governo da União.

A universidade criada pela dupla César-Reissoly dos Santos é tão <<fria>> como <<frios>> são os 15 estabelecimentos de ensino superior de que, dizem em ata publicada no Diário Oficial, a <<Universidade de Passo Fundo se compõe>>. Funcionando encontram-se somente três das faculdades citadas (e todas elas sem o mínimo de condições para ministrar um ensino apenas regular). As demais não existem.

[...] Como se vê, há muitas coisas estranhas na pretenciosa <<Universidade de Passo Fundo>>. O melhor mesmo, é o governador Meneghetti cumprir a promessa que fez ao prefeito-eleito, Mário Menegaz e intervir ou encampar todas as faculdades já existentes. Ou então o Congresso Nacional aprovar o projeto Lauro Leitão (já aprovado na Comissão de Justiça da Câmara) passando para a União os bens da SPU (esta existe) a UPF é que é <<fria>>. Sem, entretanto, endossar a manobra de encampar também a Rádio Universitária e Hospital das Clínicas, que estes foram doados pela Prefeitura e a ela devem reverter antes de serem federalizados, pois pertencem ao patrimônio do povo. Outra alternativa será a da fraude e vigarice...>> (Mandado transcrever pelos estudantes de Agronomia de Passo Fundo)²⁰⁵

No discurso²⁰⁶ do Governador do Estado Ildo Meneghetti, a faculdade de Agronomia era assegurada para Passo Fundo, apesar dos controversos problemas apresentados por alunos e professores a respeito dos recursos disponíveis para sua efetividade. De acordo com a matéria de Alfredo Viveiros para *O Nacional*, incluindo o patrimônio que a faculdade de Agronomia deveria ter, mas que foi hipotecado para aquisição de maquinários que não estavam em uso pela faculdade, tem aula se tem sala, se não tem sala não tem aula graças aos “Bons Santos”, mas segundo Viveiros, “ninguém acredita muito na ‘Santidade’ dessa história”²⁰⁷.

De acordo com Ary Caldeira, assessor do governo do Estado, em entrevista para *O Nacional*²⁰⁸, a faculdade de Agronomia foi fechada pela congregação de professores e alunos, não pela SPU, causando prejuízos ao ensino em toda a região. A situação da faculdade de

²⁰⁵ *O Nacional*, 26 dez. 1963, p. 3. Título: A pedido – Universidade Fantasma.

²⁰⁶ *O Nacional*, 21 fev. 1964, p. 1. Título: Governador Meneghetti assegura em Erechim: Passo Fundo terá Faculdade de Agronomia.

²⁰⁷ *O Nacional*, 24 abr. 1964, p. 2. Título: Os Bons Santos.

²⁰⁸ *O Nacional*, 21 maio 1964, p. 1. Título: “Explicações que não expressam a verdade”.

Agronomia despertou o ato de intervenção do Estado na SPU, mas César Santos alegou²⁰⁹ que o Ministério da Educação desconhecia tal medida. César Santos direcionou graves acusações²¹⁰ a Murilo Annes²¹¹ com relação ao processo de dilapidação dos bens da Sociedade Pró-Universidade, considerando a destruição do ensino superior de Passo Fundo, um cumprimento de meta dos comunistas, principalmente pela doação do Hospital e da Rádio para prefeitura, vendendo todo o resto que puderam sob a justificativa de zerar a dívida da Sociedade Pró-Universidade. A reivindicação de César Santos era de que o relatório do interventor fosse apresentado para justificar o inquérito que levou à liberação da liquidação dos bens da SPU.

Na versão apresentada pelo *O Nacional*, O “‘Parque industrial’ deficitário consumia parte dos recursos e verbas destinadas ao Ensino Superior”²¹², dificultando os melhoramentos que deveriam ter sido realizados no ensino e outros recursos que permitiriam a instalação das Faculdades. Outra mudança imediata foi a integração dos professores do corpo docente das Faculdades como sócios da SPU. *O Diário da Manhã*²¹³ alegava que o interventor havia feito seu relatório com informações “surreais” e reivindicavam uma atitude do governador do Estado. Os irmãos Santos ameaçaram abrir queixa crime, fato que rendeu o tradicional sarcasmo da sessão “Uma por dia” na mesma semana: “Os ‘Santos’ estão ‘fabricando’ uma queixa-crime e vão mover processo... – ‘Ave, César!’ Mas tua guarda pretoriana já caiu do galho!...”²¹⁴.

Murilo Annes, interventor nomeado pelo Estado, sustou o fechamento da Faculdade de Agronomia²¹⁵ e acusou a ex-direção da SPU de desvio de verbas e negligência nas condições materiais necessárias para funcionamento da escola. César Santos utilizou-se de *O Nacional* para defender-se das alegações de Murilo Annes chamando-as de “maledizentes”²¹⁶. O ex-administrador do Parque Industrial da SPU foi convidado a prestar esclarecimentos sobre sua atuação, além de emitir reparos às manifestações do “ex-ditador da instituição”²¹⁷ César

²⁰⁹ *Diário da Manhã*, 20 jul. 1964, p. 8. Título: O Conselho de Ensino Superior desconhece o ato de intervenção na SPU.

²¹⁰ *Diário da Manhã*, 23 jul. 1964, p. 4. Título: O Ex-Presidente da SPU faz graves acusações ao interventor da entidade.

²¹¹ Murilo Annes era sobrinho de Armando Araújo Annes.

²¹² *O Nacional*, 30 jul. 1964, p. 1. Título: “Parque industrial” deficitário consumia parte dos recursos e verbas destinadas ao Ensino Superior.

²¹³ *Diário da Manhã*, 2 ago. 1964, p. 2. Título: E agora sr. Governador?

²¹⁴ *O Nacional*, 31 jul. 1964, p. 1. Título: Uma por dia.

²¹⁵ *O Nacional*, 3 ago. 1964, p. 1. Título: Sustado fechamento da Agronomia.

²¹⁶ *O Nacional*, 19 ago. 1964, p. 1. Título: A pedido – Desfazendo as maledizentes alegações de César Santos.

²¹⁷ *O Nacional*, 10 ago. 1964, p. 1. Título: Floriani presta esclarecimento ao público sobre a sua atuação como administrador do Parque Industrial da SPU!

Santos. A clássica agitação sarcástica da sessão “Uma por dia” não tardou n’*O Nacional*: “- Porque César Santos se agita tanto, depois da queda do seu “Império”?!... -Ora, é o ciclo do “animus-esperniandi”, “post-mortem”... política...”²¹⁸.

O Nacional permaneceu preenchendo suas lacunas com novas denúncias²¹⁹, alegaram repulsas do Partido Trabalhista Brasileiro quanto aos atos colaboracionistas de César Santos pelas acusações encaminhadas ao CGI, denominando de comunistas, subversivos e agitadores o prefeito Mário Menegaz, vereadores, dirigentes partidários e personalidades locais, numa tentativa, segundo o jornal, desesperada de mudar o foco do problema, “cometeu uma traição simultânea contra a sua agremiação”. No mês seguinte, conforme solicitado pelos acusados, *O Nacional* publicou uma matéria com o relatório encaminhado ao Ministério da Educação no qual afirmavam conter as respectivas provas sobre o arrendamento das terras da Sociedade Pró-Universidade, além da acusação de Amaral de Souza contra Reissoly Santos sobre o desvio da verba para construção de uma casa particular na praia.

AMARAL DE SOUZA: IRMÃOS SANTOS DESVIARAM DINHEIRO E MATERIAIS

P.Alegre, 2 (ON) – Falando na Assembleia Legislativa, o deputado Amaral de Souza, do PSD, acusou os srs. Reissoly José dos Santos e César José Santos, ex-dirigentes da Sociedade Pró-Universidade, de Passo Fundo, de terem desviado dinheiro destinado ao ensino superior, material das faculdades e feito contrabando de vidro.

O parlamentar pessedista, durante a exposição que fez aos demais deputados esclareceu que tinha conhecimento da existência de um relatório mais completo sobre o assunto, o qual já teria sido encaminhado ao Ministério da Educação com as respectivas provas.

Desvios

Analisando mais detidamente os fatos que denunciou à Assembleia, o deputado Amaral de Souza afirmou que o material pertence à sociedade foi desviado para a construção de uma casa que o sr. Reissoly José dos Santos mandou construir na praia para seu uso particular.

Já fazendo referência as irregularidades administrativas esclareceram o parlamentar que até agora não foi comprovada, pelos irmãos Santos, a aplicação de uma verba que receberam do Governo do Estado ao tempo da administração Leonel Brizola. Referiu-se também a existência de terras da Sociedade Pró-Universidade que foram arrendadas pela administração existente antes da intervenção sem qualquer vantagem para a entidade.

Tomaram

Ao fazer um histórico da SPU o deputado Amaral de Souza disse que os idealizadores das obras em favor do ensino superior em Passo Fundo foram alijados dos trabalhos pela ação dos irmãos Santos, os quais passaram a administrar a entidade – que já estava criada – de maneira <<arbitrária e discricionária, excluindo aqueles que não lessem pela cartilha de ambos>>²²⁰.

²¹⁸ *O Nacional*, 20 ago. 1964, p. 1. Título: Uma por dia.

²¹⁹ *O Nacional*, 18 set. 1964, p. 1. Título: O colaboracionismo mercenário de César Santos provoca repulsa dentro do próprio PTB.

²²⁰ *O Nacional*, 2 out. 1964, p. 1. Título: Amaral de Souza: Irmãos Santos desviaram dinheiro e materiais.

Não localizamos documentos com provas dos desvios, mas, de acordo com a linha de notícias seguidas pelo *O Nacional*, o cerco se fechava cada vez mais para os irmãos Santos. A intervenção era considerada ato legítimo e necessário em conclusão ao inquérito feito e recebia apoio do Terceiro Exército²²¹. Outra testemunha próxima, Genipe Gabriel da Silva, ex-motorista da SPU e ex-homem de confiança de Reissoly dos Santos, acusou os irmãos de desvio²²². Para completar a parcialidade e o posicionamento que possuía, Cafruni alegou que não procurou mais os irmãos Santos para reportagem desde que eles se assumiram como os únicos criadores da Universidade, deixando de lado todos os demais envolvidos²²³.

Enquanto *O Nacional* argumentava legalidade no ato de intervenção, o *Diário da Manhã* apresentava as justificativas de César Santos mediante apresentação de cinco documentos²²⁴:

- a) o documento n. 1, que dizia respeito ao resultado da inspeção do MEC, no qual a Sociedade Pró-Universidade é parabenizada por ministrar um ensino honesto, eficiente e de alto gabarito científico, conforme o Inspetor Federal de Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura que, por fim, completa com a citação das Leis e dos Artigos em que os irmãos Santos se embasaram para tal resultado;
- b) o documento n. 2, que se referia ao ofício do Governador ao Ministro solicitando a suspensão da autonomia da Universidade de Passo Fundo por infringência das Leis dos estatutos e do reitor por tempore, alegando que a única Faculdade legalizada é a de Direito, as demais estão sem fornecer o título validador do grau;
- c) o documento n. 3, que tratava da resposta do Ministro ao Governador, na qual o Ministro da Educação, por um lado, dá aval para o Estado administrar a SPU, permitindo sanar as irregularidades constatadas na Intervenção;
- d) o documento n. 4, no qual o Ministro Flávio Supplicity pede o levantamento da intervenção por julgá-la iníqua, por isso o governador Ildo Meneghetti enviou um fiscal para verificar a situação real. A Intervenção foi aprovada nas Faculdades isoladas, pois não há a constituição de uma universidade, não interferindo na entidade

²²¹ *O Nacional*, 14 out. 1964, p. 1. Título: IPM do Terceiro Exército: Irmãos Santos não devem receber a SPU de volta.

²²² *O Nacional*, 15 out. 1964, p. 1. Título: Testemunha acusa irmãos Santos: - Houve desvio, sim.

²²³ *O Nacional*, 31 out. 1964, p. 5. Título: Ineditoriais – Nos bastidores da SPU.

²²⁴ *Diário da Manhã*, 25 out. 1964, p. 8. Título: O caso da Sociedade Pró-Universidade visto à luz dos documentos e dos fatos.

mantenedora (a SPU). Com isso, César Santos é reintegrado à presidência da SPU, mas as Faculdades permanecem investigadas;

- e) o documento n. 5, no qual o governador suspende a intervenção mantendo o ato ilícito nulo e dispensa Murilo Annes da função agradecendo-o por ter sido fiel e criterioso na avaliação da entidade mantenedora.

O argumento para o documento n. 1 foi o de que todas as Faculdades oficializadas eram fiscalizadas permanentemente pelo inspetor Antonio Carlos Moreira, ligado ao Ministério da Educação, datando sua última visita em 17 de outubro de 1963. Sobre o documento n. 2, a justificativa era de que não se tratava da Universidade de Passo Fundo, mas da Sociedade Pró-Universidade, entidade mantenedora de Faculdades. A Faculdade de Direito não era a única legalizada, a de Contabilidade também operava nas condições que eram exigidas na época. Já as demais estavam com o pedido de legalização encaminhado. Ao referido documento n. 3, o argumento utilizado pelo Ministro já era suficiente, portanto foi repetido. O documento n. 4 trouxe a constatação ao Ministro de que a intervenção na SPU era absurda, portanto ele solicitou imediata suspensão da intervenção. Quanto ao último documento, o n. 5, coube apresentar o reposicionamento do Governador em suspender a intervenção consagrando o ato ilícito nulo. Reposicionando a intervenção da SPU para as Faculdades e direcionando-as à outra Sociedade criada, constituída por outros sócios com o mesmo nome.

A sede das faculdades possuía em sua fachada o nome de Universidade de Passo Fundo, quando, na verdade, ainda não o era. Não possuía os requisitos legais para funcionar como tal. Com base nas documentações e nos discursos parciais de *O Nacional*, os Santos usaram de má fé da posição de gestão que possuíam com relação à SPU. De acordo com o discurso do *Diário da Manhã*, tratava-se de uma tomada de poder, levando em conta a representatividade que a SPU representava, ou seja, a velha guarda do poder tentava manter em suas mãos o controle dos núcleos de expansão do município a qualquer custo.

Dos sujeitos analisados, apenas um não esteve diretamente ligado à Sociedade Pró-Universidade: Nicolau Araújo Vergueiro. César Santos, Daniel Dipp, Wolmar Salton e Mário Menegaz, embora divergissem em suas trajetórias, foram extremamente decisivos no processo de implantação da Sociedade Pró-Universidade. Armando Annes, Benoni Rosado, Túlio Fontoura e Múcio de Castro foram figuras transitórias no processo e divergentes quanto aos grupos de apoio e oposição da sociedade mantenedora, mas favoráveis à implantação da

instituição. Contudo, apenas seis se expressaram diretamente sobre o tema: Benoni Rosado, César Santos, Daniel Dipp, Mário Menegaz, Múcio de Castro e Wolmar Salton.

CAPÍTULO 4: ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO DA ELITE POLÍTICA

Neste capítulo, buscamos compreender a forma de atuação dessa elite política, explorando os meios e os grupos aos quais costumavam se dedicar para alcançarem a concretização de suas ideias propagadas na imprensa, conforme apresentado no capítulo 3. Dos sujeitos analisados, localizamos arquivos pessoais disponibilizados de apenas três: Nicolau Araújo Vergueiro, Cesar José Santos e Mário Menegaz. O acervo de Vergueiro encontra-se disponível no Arquivo Histórico Regional (AHR); o de César Santos, na Biblioteca da Universidade de Passo Fundo e, por fim, o de Mário Menegaz, no Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

Nos arquivos de Nicolau Vergueiro, localizamos livros e arquivos ligados às suas preferências literárias e histórias profissionais, como a exemplo de suas memórias exploradas pela pesquisadora Marinês Dors (2016) em sua tese nominada “Repositório de Memórias: O arquivo de Nicolau Araújo Vergueiro”. Os registros de Vergueiro foram elucidadores no que diz respeito à história local, mas são datados anteriormente ao nosso recorte devido ao auge político de Vergueiro – limitado à década de 1950 –, decênio de falecimento do político citado. Constatamos, também, que muitos livros foram adicionados ao acervo original, pois datam lançamento posterior à morte de Vergueiro.

No que diz respeito ao acervo de César Santos, localizamos inúmeras obras de diversos gêneros: literatura juvenil, filosofia, artes, medicina, história global, ocultismo, religiões, estatutos da Câmara, entre outros. Dessa exploração podemos destacar duas descobertas: a coleção sobre o positivismo em francês e em inglês e a coletânea de estatutos e arquivos de jornal encadernados no formato de livro pelo próprio César Santos. O único livro com anotações em diversas páginas era sobre a política positivista, em idioma francês, e apenas a Tomo I. Nos livros de recortes, encontramos o estatuto da Academia Passo-Fundense de Letras, da fundação da Sociedade Pró-Universidade e do Instituto da Liberdade de Conhecer, grupos sobre os quais trataremos mais adiante.

No acervo de Mário Menegaz, localizamos fotos de sua atuação política, recortes de páginas de jornal sobre sua gestão enquanto prefeito municipal, além de uma apostila, com índice, sobre as ocorrências do quadriênio de 1964-1967. Assuntos polêmicos como a tentativa de reversão da doação da rádio e do hospital municipal, municipalização do ensino primário, a retomada de poder da SPU, o ataque dos irmãos Santos, apoio ao governo estadual,

reorganização partidária da Arena passo-fundense e obstruções do MDB, estão todos lá relatados pelo ponto de vista do então prefeito no período, Mário Menegaz.

Sobre as arenas, além da imprensa, onde esse grupo articulava, localizamos três espaços de atuação: Instituto Liberdade de Conhecer, Sociedade Pró-Universidade e Academia Passo-fundense de Letras. Para facilitar a visualização na Tabela 6, destacamos em amarelo os sujeitos da pesquisa.

Tabela 6: Grupos de atuação dos sujeitos

Grupos de atuação		
Instituto Liberdade de Conhecer (1961)	Sociedade Pró-Universidade (1959)	Academia Passo-fundense de Letras (1961)
Aurélio Amaral	César Santos	Arthur Sussebach
Benoni Rosado	Romulo C. Teixeira	Aurélio Amaral
Celso Fiori	Sabino Santos	Carlos de Danilo Quadros
Centenário do Amaral	Mauro Braga Jr.	Celso da Cunha Fiori
César Santos	Celso Fiori	César José Santos
Danilo de Quadros	Conego José Gomes	Gomercindo dos Reis
Dorival Guedes	Verdi de Cesaro	Jorge Cafruni
Diogenes Pinto	Paulo Giongo	José Gomes
Eurípedes Facchini	Ney Menna Barreto	Jurandyr Algarve
Flávio Annes	Paulo Ferreira Leite	Mário Braga Jr.
Ítalo Goron	Wolmar Salton	Mário Daniel Hoppe
Jairo Kristie	José L.Porto	Mário Lopes Flores
Jofre Tomatis	Murilo Annes	Paulo Giongo
Jacques Ribas	Salim Buaes	Píndaro Annes
José Gomes	Armando Annes	Reissoly J. Santos
João W. Nothen	Daniel Dipp	Romulo C. Teixeira
Luiz Spalding	Reissoly J. Santos	Sabino Santos
Mario Sperry	Gonorvan Guedes	Saul Sperry César
Mario Frediani	Italo Goron	Túlio Fontoura
Moises Salte	Francisco A. Xavier	Verdi de César
Ney Menna Barreto	Alberto Lago	
Reissoly J. Santos	Saul S. César	
Romulo C. Teixeira	Wilson Lopes	
Ruy Centeno	Túlio Fontoura	

Salim Buaes	Jorge Cafruni	
Sabino Machado	Jacques Ribas	
Saul Sperry	Dorival Guedes	
Túlio Fontoura	Guaracy Marinho	
Vitor Rech	Dino Langaro	
Wilson Assis	Henrique Gaiser	
Wolmar Salton	Victorio Dinardo	
Ilo Albuquerque	Moises Salti	
Alcides Genero	Victorino Reveilleau	
Edgar Huff	Basilio Rambo	
Miguel I. Guedes		

Dados compilados pela autora com base nas listas dos estatutos.

Os nomes listados são referentes aos sujeitos presentes no ato de desenvolvimento do estatuto dos respectivos grupos. Em vista disso, podemos observar que Túlio Fontoura e César Santos são atuantes nos três grupos, Wolmar Salton em dois, Daniel Dipp, Armando Annes e Benoni Rosado em apenas um. Também podemos perceber outros nomes que se repetem, mas que não possuíram a mesma representatividade constituída nos impressos pesquisados, a exemplo de Celso Fiori, Rômulo Teixeira e Reissoly Santos – irmão de César Santos.

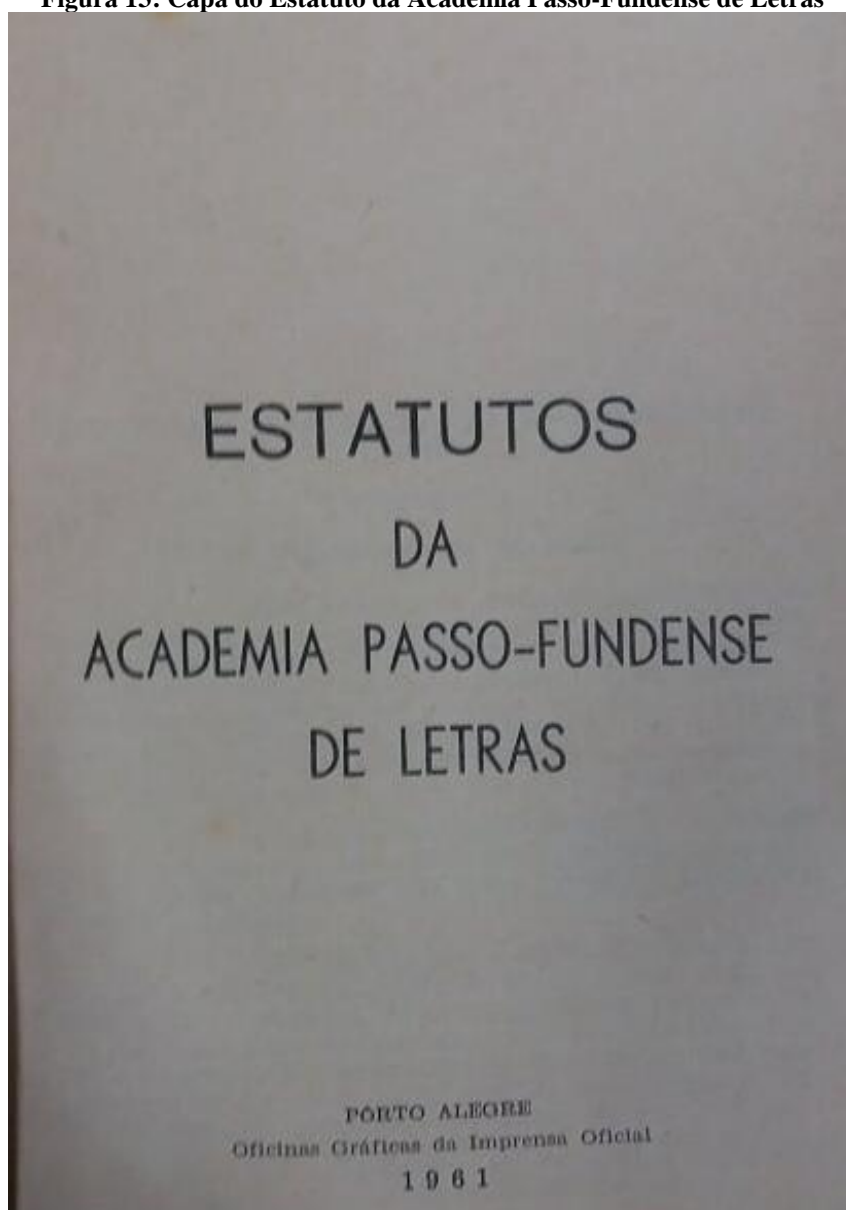
Para compreender a disputa pelo poder e as rupturas ressaltadas nos dois primeiros capítulos, precisamos entender o papel do Instituto da Liberdade de Conhecer e a função da Sociedade Pró-Universidade; afinal, estes foram os espaços onde o discurso político em função do núcleo de ensino superior esteve tão presente como na imprensa. Dentre esses espaços de articulação, também incluiremos a Academia Passo-Fundense de Letras, que era um espaço no qual essas elites transitavam, bem como o Consórcio Universitário Católico (CUC) que, por sua vez, facilita a compreensão de como a CUC e a SPU se fundiram para a formação da Fundação Universidade de Passo Fundo.

4.1 Academia Passo-Fundense de Letras

O estatuto da Academia Passo-Fundense de Letras foi publicado no ano de 1961, após a deliberação ocorrida em 1960, que alterava o nome de Grêmio Passo-Fundense de Letras para Academia Passo-Fundense de Letras. A academia possuía uma lei orgânica própria,

constituída pelo estatuto e complementada pelo regimento interno, sua sede estava situada na Avenida Brasil, 792. No referido estatuto, destacado na figura 13, constavam como objetivos: cultivar a memória de escritores locais, regionais e nacionais; cooperar para impulsionar os escritores locais para nível nacional; realizar congressos e eventos para divulgação dos acadêmicos à comunidade; comemorar datas; estimular as letras, artes e ciências; contribuir para o aprimoramento da língua portuguesa; promover intercâmbio cultural; defender os direitos autorais; incentivar a criação de academias em outras cidades; divulgar os trabalhos literários dos acadêmicos.

Figura 13: Capa do Estatuto da Academia Passo-Fundense de Letras



Fonte: Acervo César Santos.

A academia era composta de trinta membros efetivos atuantes, o mesmo número de cadeiras e ilimitados membros licenciados efetivos. Para permanecer como membro efetivo, era necessário que comparecesse a todas as reuniões. Caso reduzissem as participações ou se mudassem de cidade, eram alocados na categoria de membros licenciados. Há, ainda, as categorias compostas por correspondentes, beneméritos e de honra. Para tornar-se membro efetivo, era necessário que o candidato tivesse publicado um trabalho de devido merecimento, de qualquer gênero e era indispensável estar morando há, pelo menos, três anos em Passo Fundo. As trinta cadeiras de membros atuantes possuíam como patrono o nome de alguma ilustre figura brasileira, além de serem perpétuas.

Para se candidatar à academia, era necessário inscrever-se por ofício direcionado ao presidente da Academia Passo-Fundense de Letras, submetendo a proposta a, pelo menos, cinco membros, além de identificar a cadeira do patrono que pretendesse se candidatar. As eleições ocorriam de maneira secreta, de forma que, para ser eleito, era necessário contar com o voto de mais da metade dos acadêmicos presentes. Caso fosse eleito, o acadêmico tinha 90 dias corridos para assumir a cadeira; do contrário, ela era colocada novamente para concorrência de outros candidatos. Os cargos administrativos constantes não eram remunerados, fossem eles presidente, vice-presidente, tesoureiro ou diretores, mas a academia poderia instituir alguma mensalidade dos membros caso julgasse necessário para sua subsistência.

A Academia foi fundada em 7 de abril de 1938, na época nominada como Grêmio Passo-Fundense de Letras, e teve proeminentes nomes²²⁵ entre seus membros fundadores, como Nicolau Vergueiro. Dos sujeitos constantes na elite política, três compunham o grupo de fundadores da Academia Passo-Fundense de Letras: Daniel Dipp, Nicolau Araújo Vergueiro e Túlio Fontoura. Contudo, na data de definição do estatuto, em 1960, apenas César Santos estava presente como membro da diretoria da academia com um mandato vigente até 1961, ou seja, vigorando por um ano. Em súpula, quatro nomes que compuseram a elite política estiveram envolvidos na Academia Passo-Fundense de Letras, um espaço caracterizado como um nicho de articulação e atuação de uma elite intelectual, conforme Benvegnú (2006) caracterizou alguns integrantes da política passo-fundense em sua dissertação de mestrado.

²²⁵ Armando de Souza Kanters, Arthur Ferreira Filho, Athos Branco da Rosa, Aurélio Amaral, Celso Fiori, Daniel Dipp, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Gabriel Bastos, Gomercindo dos Reis, Heitor Pinto da Silveira, Herculano Araújo Annes, J. J. Boeira Guedes, Lucilla Vieira Schleder, Nicolau Araújo Vergueiro, Odette O. Barbieri, Onilde Gomide, Oscar Kneipp, Pedro Silveira Avancini, Píndaro Annes, Sabino Santos, Santo Umberto Barbieri, Tristão Feijó Ferreira, Túlio Fontoura, Verdi de César e Waldemar Camilo Ruas.

Iniciamos pela Academia Passo-Fundense de Letras, mas destacamos que, dos espaços de articulação, foi o menos representativo para a elite política local, pois percebemos que esse espaço acabou ficando secundarizado pelo grupo.

4.2 O Instituto da Liberdade de Conhecer

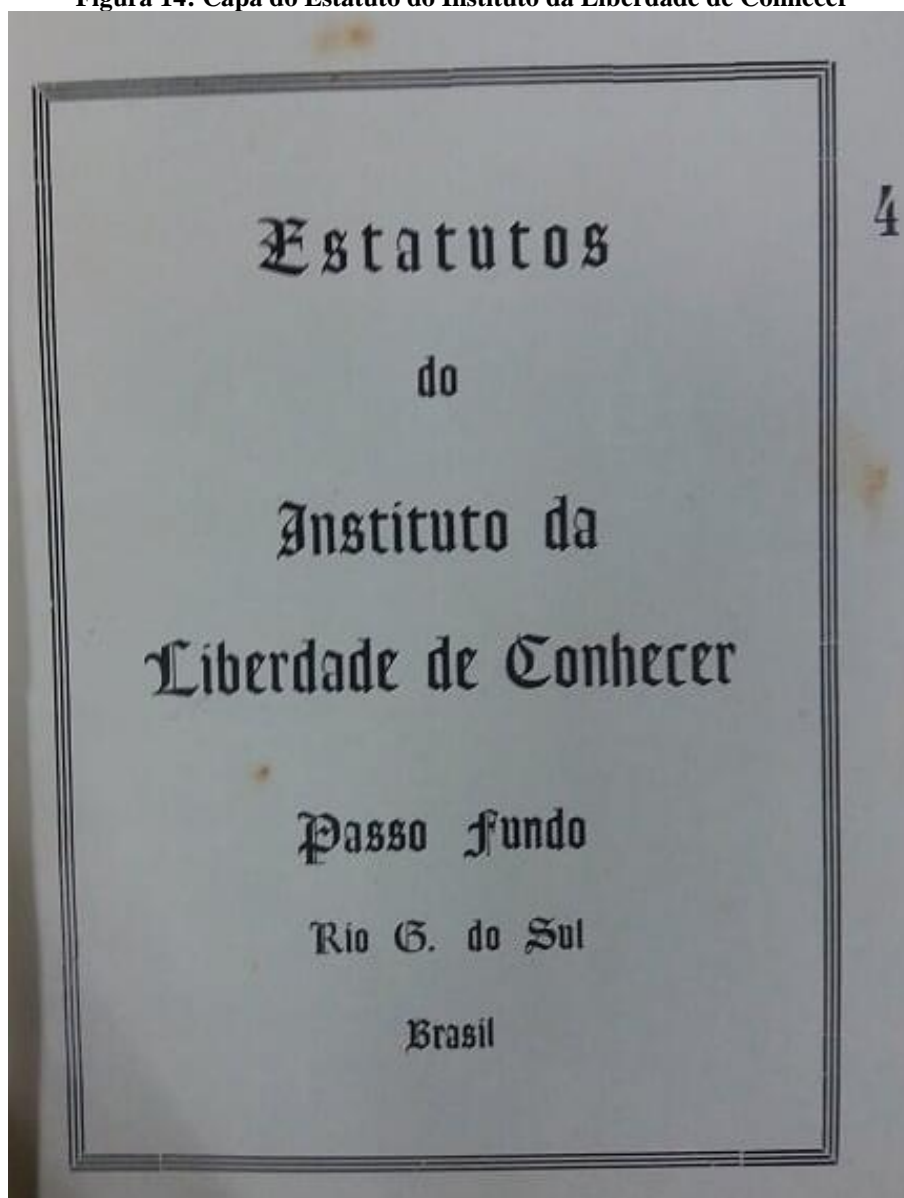
Quando o Instituto da Liberdade de Conhecer foi fundado, em 14 de julho de 1961, Verdi de César e Carlos Galves²²⁶, na época professores da Faculdade de Direito, expuseram os princípios sobre a Liberdade de Conhecer em uma dissertação na sessão plenária de inauguração. Na data, em consonância com o grupo presente, propuseram-se lidar com duas das quatro²²⁷ dimensões espirituais do saber: latitude e elevação. Sob essa perspectiva, declararam que buscariam disponibilizar o acesso a todos os graus do saber, fossem filosóficas, fossem religiosas, a toda população local.

As perspectivas apresentadas desse movimento dirigiam-se a ampliar a área dedicada aos institutos de ensino superior e introduzir reformas na legislação escolar, tudo para proporcionar o ingresso a todos que desejassem angariar um espaço no ensino superior no interior do país. Esse discurso nos aproximou de uma perspectiva da democratização do ensino superior, antes restrito aos grandes centros urbanos como as capitais estaduais, uma máscara de utilização que se caracterizou como um artifício comum à época, principalmente se nos respaldarmos no modelo de análise de discurso de Charaudeau (2009).

O grupo instituiu o Instituto da Liberdade de Conhecer como o lugar do debate das ideias exclusivamente voltadas para a democratização do ensino, de sua descentralização e do fomento das novas práticas para legislar a educação escolar. O ILC não funcionava de forma dissociada da Sociedade Pró-Universidade, dividia inclusive o mesmo espaço pertencente à SPU, compartilhando até a maior parte dos membros componentes. No estatuto, destacado na figura 14, conta-se inclusive com uma cláusula expressa de que, caso se dissolva o Instituto da Liberdade de Conhecer, seu patrimônio passaria à Sociedade Pró-Universidade.

²²⁶ Carlos Nicolau Galves foi jurista brasileiro, co-fundador da Faculdade de Direito de Passo Fundo, redigiu os estatutos do Instituto da Liberdade de Conhecer e da Universidade de Passo Fundo. É patrono da faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo.

²²⁷ Infelizmente, os autores não citam quais são as outras duas dimensões.

Figura 14: Capa do Estatuto do Instituto da Liberdade de Conhecer

Fonte: Acervo César Santos.

O objetivo do Instituto da Liberdade de Conhecer voltava-se, assim, para um movimento que defendia a descentralização do ensino superior das capitais do país para expansão em cidades-polo do interior do Estado. Contudo, o postulado fundamental é a ênfase na Liberdade, ou seja, a liberdade do cultivo de todas as ciências. O grupo destacou que a criação desses institutos superiores no interior do país possuía oposição de alguns grupos não nominados, mas não dos governos estaduais e federais.

O movimento de progresso do ensino superior para o hinterland nada mais é do que um outro momento, necessário e atual, da mesma dinâmica que trouxe esse ensino do Reino para a Colônia, e dos centros iniciais de Recife e São Paulo para as demais

capitais dos Estados. Porque haveria o movimento de deter-se aí? (CÉSARO; GALVES, 1961, p. 4).

Não localizamos as alusões de quem eram as tais “forças ocultas” em nenhuma das fontes, pois, em momento algum, há referência a nomes específicos. Contudo, existem outros fatores utilizados favoravelmente na abordagem da questão que suprimem esse ponto negativo, por exemplo, a expansão das cidades e o crescimento demográfico, que são algumas das justificativas do grupo para a interiorização do ensino superior, o que, segundo eles, bastaria para eliminar o posicionamento dos opositores com relação à Liberdade de Conhecer objetivada com a formação do ILC.

Grupos conservadores são citados como tais opositores, na dissertação, conforme o grupo nomina o Estatuto. São nomeados como “espíritos do conservantismo e os espíritos de fronteira”, pois, “para o conservador, não há necessidade de mudar, porque ele não vê a situação nova. Mas, se no mundo há ideias, valores, formas, realidades novas, então o rotineiro não tem razão e não deve, não merece ser ouvido.” (CÉSARO; GALVES, 1961, p. 5). No texto anterior, podemos perceber a decisão em omitir os nomes que compõem o grupo de conservadores, como se o espaço da omissão representasse a legitimação da causa ao mesmo tempo que insere o grupo na “vergonha” do conservantismo, por isso merecem ter seus nomes e vozes ocultos.

A possibilidade de fundar mais escolas de ensino superior no interior do estado era defendida pelo grupo como um rompimento de fronteiras em favor das ideias, mas, para isso, era necessário democratizar e, para tal, era necessário que a legislação evoluísse. A evolução focava-se também na possibilidade de livre acesso ao curso superior sem a necessidade de exames (hoje conhecidos como vestibulares), da mesma forma com que ocorria quando o aluno passava do curso primário para o secundário.

O questionamento-chave desse grupo era: se o aluno concluiu as etapas necessárias e demonstrou competência para concluir os graus anteriores, por que não lhe dar livre acesso ao grau seguinte? Segundo a reflexão dos integrantes do Instituto da Liberdade de Conhecer, a resposta era que o vestibular ocasionava a rejeição de muitos jovens postulantes ao ensino superior, caracterizando, inclusive, duplicação de testes. A duplicação do teste era um ponto de vista argumentativo, pois a conclusão do ensino secundário era novamente posta à prova com o vestibular, ou seja, não passava de “acessório do velho sistema do ensino superior, que o conservacionismo manteve [...], concepção retrógrada, que entende que ele deve ficar

reservado a uns poucos, quase no desejo da constituição de uma casta, fechada como toda casta.” (CÉSARO; GALVES, 1961, p. 6).

Constatamos, pelo discurso expreso, que a perspectiva do grupo prezava a democracia, percebendo nela uma forma de sustentar um novo ponto de vista, colocando-se além de sistemas de governo e modelos econômicos. Essa busca se dava através da defesa da iniciativa e da criatividade de uma sociedade ativa e aberta. A sociedade aberta era o norte para o progresso e o que asseguraria a liberdade do indivíduo. A educação era citada como a melhor forma de se “eivar o indivíduo em pessoa” (CÉSARO; GALVES, 1961, p. 6), capacitando-o para decisões, convivência e soluções que a sociedade demanda.

Nesse sentido, as novas ideias se propunham ao convívio democrático aliado à expansão do saber. Em vista desses valores propagados, verificamos que o Instituto da Liberdade de Conhecer trouxe para si a tarefa de disseminação do saber, sobretudo no ensino superior, sob a argumentação de melhorar a capacidade humana com relação à coexistência democrática social. Apesar de aparentemente coeso em opiniões, o grupo vinculado ao Instituto da Liberdade de Conhecer possuía divergências explicitadas por César Santos ainda mesmo no ano de 1961. César Santos, em 6 de abril, três meses antes da dissertação²²⁸ apresentada no lançamento do Instituto, em uma entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, abordando a luta pela interiorização do ensino superior e a liberdade de conhecer, declarou que a história do ensino superior vinha sendo escrita em dois livros separados, um branco e outro negro.

No livro Branco estão fatos e nomes daqueles que realmente têm contribuído para o desenvolvimento e o progresso da nossa cultura inclusive de pessoas humildes e modestas. No livro Negro, os que foram e têm sido responsáveis pelo atraso cultural de nossa gente. Dentre eles alguns atuam sem pejo e outros, dignas personagens dos “Miseráveis” de Victor Hugo, usam “testa de ferro” enquanto, certos, agem por pusilanimidade. (LUTA PELA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, Porto Alegre: Fabril, 1961, p. 1).

Sobre os discordantes, há uma citação específica de César Santos, focada desde 1950, quando se instituiu a Sociedade Pró-Universidade. Nela, ressalta o objetivo da Fundação e do Instituto de criarem uma grande e modelar Universidade, para o aprimoramento cultural da população da região. A preocupação em formar profissões é secundária, o objetivo voltava-se a melhorar o nível intelectual da sociedade e sem restrição de vagas.

²²⁸ Tratava-se do discurso do autor que nominava extensos argumentos como dissertações.

O movimento iniciado em 1950 com a Sociedade Pró-Universidade, visa criar nesta cidade de Passo Fundo uma grande e modelar Universidade, destinada a prestar concurso no aprimoramento do nível cultural da nossa população. [...] Pessoas houve, principalmente de outros lugares, que reclamaram contra o aumento de vagas desta Faculdade para cem candidatos, e nossa resposta foi duplica-las, passando para 198. Quando estas estiverem lotadas, prometemos àqueles que desejarem melhorar o nível cultural de nossa terra aumenta-las, porque assim estaremos realizando obra de são patriotismo. O que importa à Pátria é instruir o maior número de pessoas. (LUTA PELA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, Porto Alegre: Fabril, 1961, p. 2-3).

O exemplo de um início vigoroso, segundo César Santos, foi com relação à Faculdade de Direito, com condições de funcionamento bem acima de todas as expectativas, principalmente em seu quadro docente constituído por juízes, promotores e por profissionais liberais, que abraçaram a causa recebendo meio salário-mínimo.

O corpo docente se revelou acima de todas as expectativas. Constituídos por Juízes e Promotores ilustres, por profissionais liberais idealistas, livres, independentes e responsáveis, que, no trato do Magistério recebem apenas meio salário mínimo. Realizam o sublime trabalho, como bem se vê, não por dinheiro, mas no cumprimento de uma função superior. (LUTA PELA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, Porto Alegre: Fabril, 1961, p. 2).

Notamos que a ênfase dada à atuação profissional dos docentes por consideração à causa e não pelo dinheiro foi, para César Santos, determinante para o sucesso da faculdade. Para o grupo, ativo também no ILC, era uma questão de patriotismo contribuir com o crescimento do nível cultural e de instrução para o maior número de pessoas possíveis. Nas citações, observamos que a faculdade era percebida como um ambiente de idealismo, austeridade, cooperação e justiça. Situa-la em Passo Fundo, que na época já era uma região estratégica para receber os jovens estudantes, foi uma tática para potencializar o crescimento da região norte do estado. Em relação à região na época, destacamos os seguintes dados comentados pela imprensa local:

Estamos num planalto excepcionalmente privilegiado, com altitude de 700 metros acima do nível do mar, dotado de um clima sub-tropical temperado, de condições ótimas para viver. Além disso, ocupamos o centro de uma das mais ricas e prósperas regiões do Brasil. Basta dizer-se que no ano passado, a arrecadação do imposto de renda do município foi a maior do interior do Estado. Ainda, obtivemos o primeiro lugar em população estudantil. Nenhum outro município do interior tem maior número de veículos que o município de Passo Fundo, o maior centro Rodoviário do interior do Estado²²⁹.

²²⁹ Idem.

Com a justificativa sobre a riqueza da região, almejou-se a implementação de uma Cidade Universitária em Passo Fundo e, para isso, dedicava-se o Instituto da Liberdade de Conhecer, atuando em prol do livre acesso ao ensino superior, sem restrições de vagas, destacando o progresso e a dignidade pela Liberdade de Conhecer, descentralizando e difundindo o ensino superior pelo interior do país. No estatuto do Instituto, consta como fins, além da descentralização e difusão do ensino superior, o intercâmbio com instituições e organismos internacionais²³⁰, bem como a luta pela adesão aos ideais do Instituto.

A sede do Instituto era na Sociedade Pró-Universidade, em Passo Fundo, mas o âmbito declarado de atuação era internacional²³¹, sem restrição a um espaço físico ou geográfico. Havia quatro categorias específicas de sócios instituídas no estatuto do ILC: efetivos, aderentes, beneméritos e honorários²³².

Quanto à direção do Instituto, esta era composta por presidente, vice-presidente, secretário correspondente, secretário de sessão, tesoureiro e, ainda, três suplentes da diretoria. A composição da estrutura da diretoria apenas podia ser votada pelos sócios da categoria efetivos. O estatuto foi publicado no jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, em 14 de abril de 1961.

4.3 Consórcio Universitário Católico

Aproveitando o fomento às instituições de ensino superior no interior do estado, ainda na década de 1950, surgiu a ideia da criação de uma Faculdade de Filosofia. Inicialmente, era uma demanda para entrar na pauta da Sociedade Pró-Universidade, mas, de acordo com Guareschi²³³ (2001), o cônego José Gomes declarou a iniciativa de constituir o Consórcio Universitário Católico, ação que não excluía os esforços do grupo em prol da formação da almejada universidade local, mas sim como uma forma integrada, pois seria criada com a possibilidade de junção futura com os cursos da SPU para concepção da sonhada Universidade de Passo Fundo. A criação do Consórcio Universitário Católico foi confirmada pelo bispo Dom Cláudio Colling, em 6 de julho de 1956.

²³⁰ Não foram explicitados que tipos de intercâmbios eram realizados com essas instituições internacionais.

²³¹ Segundo relatos, havia parcerias com outras instituições, mas até então não havia listas para referências.

²³² Os efetivos eram responsáveis pelos trabalhos ativos do grupo, os demais sócios eram considerados aderentes. “Beneméritos são os que prestaram serviços relevantes ou que fizeram contribuição especial. Honorários, os que por méritos fizeram jus à distinção.” (ESTATUTOS DO INSTITUTO DA LIBERDADE DE CONHECER, 1961, p. 4).

²³³ Guareschi também foi um dos fundadores da Universidade de Passo Fundo, participou ativamente da fusão das entidades mantenedoras que originaram a Fundação Universidade de Passo Fundo.

A iniciativa de organização da Faculdade de Filosofia partiu do bispo dom Cláudio Colling. Em 29 de junho de 1956, no Colégio Notre Dame, reuniram-se representantes legais das entidades católicas tradicionalmente ligadas à educação: além da diocese de Passo Fundo, a Congregação de Nossa Senhora, a Sociedade Meridional de Educação, a Associação Educacional e Caritativa e a Sociedade Brasileira dos Missionários da Sagrada Família. (GUARESCHI, 2001, p. 23-24).

A proposta inicial do Consórcio Universitário Católico era de que seria um modelo de “consórcio de entidades destinado a organizar e manter estabelecimentos de ensino superior” (GUARESCHI, 2001, p. 24), muito semelhante à ideia de uma entidade mantenedora como a SPU, mas seu foco eram os cursos voltados à educação: Filosofia, Pedagogia, História, Geografia e Letras Anglo-Germânicas. Para a constituição do projeto da CUC e das Faculdades, o grupo recebeu o apoio da Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Porto Alegre, a capital do Estado.

Uma comissão, integrada pelo cônego José Gomes, pelo irmão Gelásio Maria e padre João Patalon, foi encarregada de selecionar os professores e organizar a documentação para o pedido de autorização de funcionamento dos cursos. Também foi definido que a sede provisória da faculdade seria o Colégio Nossa Senhora da Conceição, dos Irmãos Maristas, que tinha espaços ociosos do turno da tarde. Em 26 de outubro, chegou a Passo Fundo o representante do Ministério da Educação, doutor Franklin Olivé Leite, para fazer a verificação in loco das condições de funcionamento da faculdade. (GUARESCHI, 2001, p. 24).

O responsável por auxiliar no processo foi Daniel Dipp, que, na época, era deputado federal pelo PTB. Foi Dipp quem levou a documentação com o pedido de legalização da faculdade ao doutor Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior. A aprovação foi alçada ainda em 1956 no parecer 466/56, do Conselho Nacional de Educação, para funcionamento da “Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, com três cursos superiores: Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas. O decreto federal de autorização foi assinado em 4 de dezembro de 1956.” (GUARESCHI, 2001, p. 24). Os dois primeiros prédios para funcionamento das faculdades foram inaugurados ainda em 1956. As entidades administradoras da CUC assumiram as primeiras despesas geradas pelas faculdades, pois o convênio com a Secretaria da Educação para verbas acadêmicas, voltadas para bolsas de estudos, saiu apenas no ano de 1958.

Para a construção do prédio próprio da faculdade, obtive do prefeito municipal Wolmar Salton um auxílio de Cr\$ 500 000,00, utilizados na aquisição de uma área do antigo Ginásio Conceição, no qual vinha funcionando o Grupo Escolar Fagundes dos Reis, na rua Teixeira Soares. Ainda dom Cláudio taxou as paróquias da diocese

em Cr\$ 800 000,00. Outros recursos importantes foram obtidos do orçamento do MEC, graças à ação de deputados federais da região. (GUARESCHI, 2001, p. 25).

Os esforços da CUC não ficaram concentrados apenas nos próprios cursos, como podemos perceber no relato de Guareschi (2001), pois, em 1961, ofereceram os espaços do Hospital São Vicente de Paulo para que a SPU pudesse criar a Faculdade de Medicina, curso considerado fundamental para consolidar o sonho da universidade local compartilhado pelas entidades. Um processo natural, se considerarmos que a fusão entre a CUC e a SPU já estava prevista desde a fundação da primeira entidade, conforme Guareschi (2001) relembrou, César Santos e Dom Cláudio Colling já possuíam acordo assinado para tal fim desde 1962 para convergirem na Universidade de Passo Fundo. O convênio reconhecido pelas duas entidades não foi veiculado na imprensa local, nada saiu com relação a essa pauta durante o mês de dezembro de 1961.

No documento de convênio (Anexo I - Convênio firmado entre Sociedade Pró-Universidade e consórcio universitário católico) encontrado no acervo de César Santos, localizamos uma cópia do documento supracitado assinado por César Santos e Cláudio Colling. O documento está datado em 21 de dezembro de 1961, com a assinatura dos presidentes da Sociedade Pró-Universidade e Consórcio Universitário Católico e descreve o seguinte:

A Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico, ambos com sede nesta cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, por seus presidentes, deliberaram a criação da UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, tendo convencionado o seguinte:

1º - A UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO deverá reger-se pelos Estatutos aprovados pelas Entidades mantenedoras da UNIVERSIDADE e de acordo com a Legislação em vigor.

2º - A Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico permanecerão com a autonomia didática, pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial, subsistindo a autonomia do Consórcio Universitário Católico no caso de Federalização da Universidade.

3º - Das verbas globais destinadas à UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO caberá a mesma porcentagem a cada uma das Faculdades das Entidades Mantenedoras.

4º - Da renda Líquida das Entidades que compõem a UNIVERSIDADE será destinado anualmente, pelo menos cinco por cento para integração do patrimônio inalienável.

Este convênio é assinado pelos Presidentes de ambas as Entidades Mantenedoras da UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. (CONVÊNIO, 21 dez. 1961).

A acessibilidade concedida à CUC pela SPU, para negociar a integração das entidades para formação da universidade, foi facilitada por contar com dom Cláudio Colling à frente da organização, mesmo que o processo de negociação tenha ocorrido efetivamente pelas mãos

dos professores João Patalon e Alcides Guareschi. Guareschi (2001) esclarece que o processo de negociação nesse período foi bastante tumultuado devido às crises que vinham ocorrendo na SPU, que vinha sendo uma ferramenta de articulação de poder e por tal refletia uma intensa crise política. Para a CUC, a preocupação relativa condizia apenas à questão ideológica; afinal, a fusão “iria assegurar os princípios cristãos que haviam inspirado a criação do Consórcio Universitário Católico?” (GUARESCHI, 2001, p. 27). Para essa questão, não possuíam resposta. Entendiam apenas sobre o processo de fusão, que poderia levá-los à perda de autonomia sobre a Faculdade de Filosofia e das demais que viessem a integrar-se. Individualmente, nenhuma delas poderia encabeçar a universidade, pois não possuíam cursos e recursos suficientes. A CUC concluía que seria necessário correr esse risco de perder o poder de uma Faculdade pelo bem maior de constituir uma universidade na região e, de certa forma, continuar integrada no processo. Quando a SPU sofreu intervenção, o acordo assinado em 1962 foi posto de lado por mais alguns anos.

O acordo, contudo, não evoluiu por causa da crise política na Sociedade Pró-Universidade, que sofreu uma intervenção federal. Em meio à crise local, o trabalho de dom Cláudio exigiu muita diplomacia. Após a intervenção federal, ele rejeitou a proposta do governador do estado de entregar ao CUC a condução do ensino superior em Passo Fundo. Interessava a dom Cláudio evitar qualquer desconfiança com relação aos propósitos do consórcio. Nessas alturas dos acontecimentos, a posição do CUC, registrada em ata, defendia um denominador comum dos interesses de ambas as sociedades. (GUARESCHI, 2001, p. 26).

Estava claro, a essa altura, que as crises na SPU se tratavam de uma disputa de poder local e nela estavam inseridos importantes nomes da elite política, contra os quais não convinham a Dom Cláudio Colling posicionar-se de maneira alguma. Embora não houvesse sido divulgado para a imprensa local, conforme o convênio firmado entre a CUC e a SPU sob autonomia de César Santos em 1961, em casos específicos seriam naturalmente a entidade mantenedora da universidade local. Aceitar conduzir a SPU o colocaria ao lado de seus opositores; seguir sem sua integração acompanhando o processo, o colocaria à frente da consolidação de seus interesses.

Essas declarações de dom Cláudio sobre a disposição de integrar a nova fundação mantenedora do ensino superior tiveram uma repercussão altamente positiva junto à comunidade. De fato, propiciaram os entendimentos definitivos que levaram à integração das duas entidades na nova fundação educacional. (GUARESCHI, 2001, p. 27).

O jornal *O Nacional*²³⁴, intitulado “Agora vai sair a Fundação Universitária, Está liquidada a disputa na SPU”, não falava sobre a Fundação Universidade de Passo Fundo, e sim sobre a Fundação Universitária do Planalto. Essa titulação como Fundação Universitária do Planalto é o maior indício de que grande parte dos envolvidos desconhecia o acordo firmado entre César Santos e Cláudio Colling, em 1961, para unificação das mantenedoras e formação da Fundação Universidade de Passo Fundo. A matéria trazia informações sobre a decisão da Justiça:

Agora não há mais dúvidas e a SPU vai partir imediatamente para a sua transformação em Fundação Universitária do Planalto, com a imediata regularização da Faculdade de Agronomia e as condições para a criação da Universidade, declarou o Padre Alcides Guareschi, Presidente da Sociedade Pró-Universidade, após a decisão do Tribunal de Justiça do Estado, ontem, liquidando a disputa em torno da direção da Sociedade. [...] O Tribunal de Justiça do Estado julgou ontem dois mandatos de segurança impetrados pelos srs. César Santos, ex-presidente, e Reissoly Santos, ex-administrador da SPU. Numa primeira decisão, o Tribunal de Justiça julgou-se incompetente para apreciar mandado de segurança dos ex-dirigentes contra o ato de intervenção na SPU, em 1964, sendo o seu aspecto mais importante o fato de que o TJ decidiu não caber apreciação do ato de intervenção, feito com base no Ato Institucional, porque o artigo 178 da nova Constituição dispôs que ficavam aprovados e não sujeitos a apreciação do Judiciário os atos praticados com base nos atos institucionais. O TJ também decidiu que o foro para apreciar o mandado era o Supremo Tribunal Federal, por ter sido a intervenção mandada pelo então Ministro da Educação; que os irmãos César e Reissoly Santos já tinham perdido mandado no Tribunal Federal de Recursos; e que já tinham, assim, reconhecido o foro do STF para apreciar a disputa. A decisão do TJ praticamente encerrou a acidentada disputada em torno da direção a SPU, que chegou a ser acontecimento nacional em fevereiro deste ano, quando a Sociedade foi ocupada pelos irmãos Santos, posteriormente afastados por um cerco ordenado pelo Prefeito Mário Menegaz, com máquinas e veículos. [...] Na outra decisão, o Tribunal de Justiça decidiu que os irmãos César e Reissoly Santos não eram parte legítima para impetrar mandado de segurança contra a criação da Fundação Universidade do Planalto.

No *DM* de mesma data, apenas se informou a decisão do Tribunal de Justiça do Estado. Apesar da preparação prévia e a declaração de comum acordo instituída entre as partes diretivas das entidades mantenedoras das faculdades locais – CUC e SPU –, a fusão dos patrimônios somente ocorreu em 26 de junho de 1967. Na data, a recém-constituída Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) recebeu os bens da Faculdade de Filosofia e da SPU através de registro oficializado em cartório, uma ação que demarcou a extinção da CUC e também da SPU para formação da universidade local. Por parte do Consórcio Universitário Católico, todo o processo de formação e posterior fusão foram naturais e, de certa forma,

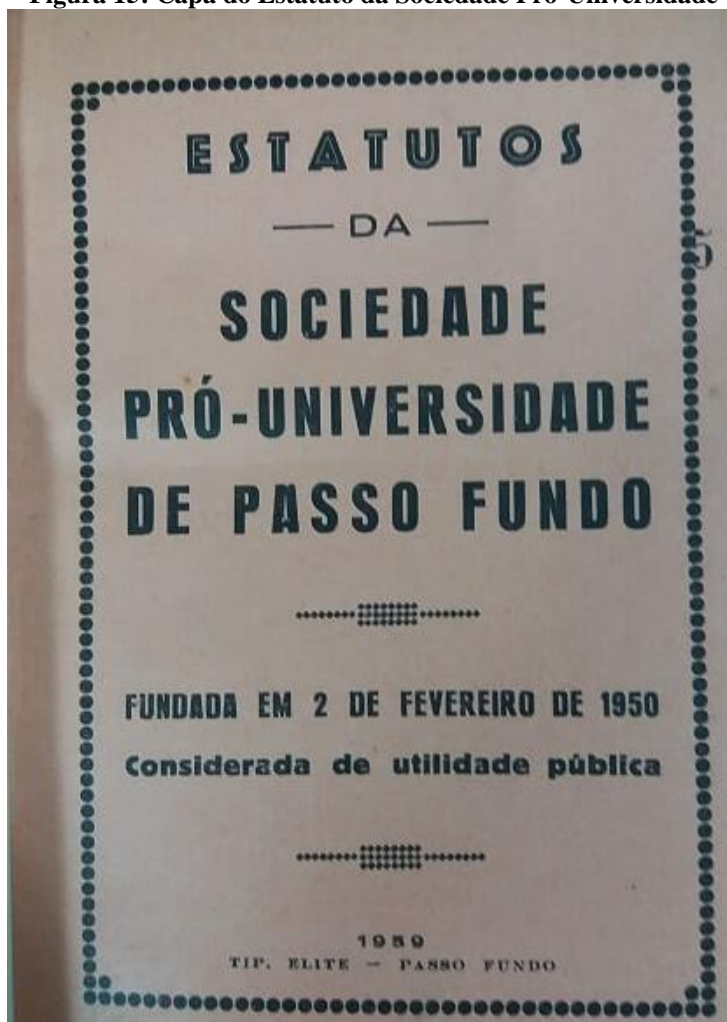
²³⁴ *O Nacional*, 11 abr. 1967.

pacíficos, bem ao inverso do que aconteceu com a Sociedade Pró-Universidade até sua extinção em 1967. Essa disputa, apresentamos na seção a seguir.

4.4 Sociedade Pró-Universidade

Apesar de ter sido fundada em 2 de fevereiro de 1950, o estatuto da Sociedade Pró-Universidade foi publicado apenas em 1959 e, na capa do estatuto, demonstrado na figura 15, consta a consideração de se tratar de uma publicação de utilidade pública.

Figura 15: Capa do Estatuto da Sociedade Pró-Universidade



Fonte: Acervo César Santos.

No estatuto, previa-se a formação de conselhos, assembleias sociais, incumbências da diretoria, do conselho e dos sócios. Sobre sua composição do quadro societário, constituía-os em cinco categorias: fundadores, beneméritos, honorários, efetivos e ativos. No entanto,

somente os sócios ativos possuíam o direito de voto, os sócios das demais categorias ficavam à disposição para compor conselhos e comitês relativos, para dedicarem possíveis apoios aos diretores eleitos. Entre os direitos do presidente, estavam o de “admitir, recusar, observar, suspender, excluir e classificar os sócios” alocados nas cinco categorias citadas.

O estatuto foi registrado em cartório de pessoa jurídica em 8 de julho de 1950²³⁵ e reformado em 11 de novembro de 1957, por isso sua publicação tardia em 1959. Na Tabela 6, no início do capítulo, citamos apenas os sócios ativos da Sociedade Pró-Universidade, os sócios das outras quatro categorias citadas não constavam no estatuto divulgado.

O primeiro curso oficializado pelo MEC e administrado pela SPU foi o de Direito, cuja liberação ocorreu apenas em 1956, seis anos após a fundação da entidade mantenedora. Em 1962²³⁶, César Santos cogitou lançar-se candidato a governador do Estado, mas retirou sua candidatura na última hora e direcionou seus eleitores a votarem em Egídio Michaelsen, igualmente petebista, desconhecendo-se suas motivações até o momento.

Quanto à atuação na Sociedade Pró-Universidade, Costamilan (2005) destacou César Santos como o responsável pela estruturação acadêmica dos primeiros cursos, ficando o irmão Reyssoli com a parte administrativa, coordenando as obras, captando recursos e buscando parcerias. César Santos envolvia-se com contatos que exigiam maior influência para o crescimento da Universidade. Um exemplo disso é o contato estabelecido com Leonel de Moura Brizola visando construir novos prédios para a instituição.

É importante salientar que a questão da implantação do ensino superior em Passo Fundo não foi pacífica e harmoniosa. Houve momentos de crise, disputas e rivalidades. Os inimigos políticos de César Santos começaram a articular-se com as autoridades estaduais e nacionais de partidos opostos, aproveitando o contexto político ditatorial, para conseguir o afastamento do mesmo, através de intervenção do Ministério da Educação na Sociedade Pró-Universidade. Essa ação foi mediada pelo governador Ildo Meneghetti, que nomeou interventor o advogado e professor Murilo Coutinho Annes. (COSTAMILAN, 2005, p. 59).

No que dependia do poder político e econômico dos envolvidos na Sociedade Pró-Universidade, a luta estava encaminhada para a vitória. No entanto, os opositores estavam desagradados do poder exercido pelos irmãos Santos, surgindo denúncias de desvio de verbas seguidas de tentativas de substituição de César Santos na direção da Sociedade. Os primeiros

²³⁵ Sob n. 89, fls. 13 e 14 do livro A1, conforme declarado no estatuto.

²³⁶ *Diário da Manhã*, 6 maio 1962, p. 4. Título: Retira sua candidatura, ao Governo do Estado, o prof. César Santos, um dos mais destacados líderes do PTB Riograndense.

cursos foram ministrados a partir de 1957, o pioneiro foi a Faculdade de Direito, mas com César Santos afastado da presidência.

Em 1960, já se levantavam alegações de gestão fraudulenta por parte de César Santos e Reissoly Santos, ou os irmãos Santos como a imprensa nominava²³⁷, mas foi somente em 1964 que *O Nacional* acusou diretamente os irmãos Santos por contrabandos e falcatruas, enquanto anunciava efetivamente a intervenção da SPU, que se encontrava a partir daí sob a autonomia do interventor Murilo Annes²³⁸. A ordem de intervenção, em 1964, partiu do Estado, como um fechamento de todo o torpor gerado em 1963 com as notícias da criação de uma “Universidade Fantasma” em Passo Fundo. A divulgação tratava dos estabelecimentos de ensino superior criados pelos irmãos Santos que, na ata do *Diário Oficial*, contavam 15 faculdades enquanto, na verdade, apenas três estavam em funcionamento.

Cafruni, um dos sócios ativos da SPU, jornalista atuante no jornal *O Nacional* e responsável pelo relatório do governo de Mário Menegaz da gestão de 1964 a 1967²³⁹, cita Mário Menegaz como uma figura atuante pelo progresso das escolas superiores, apesar de não estar ligado ao quadro societário da SPU. A aproximação de Menegaz com o governador Ildo Meneghetti foi o ponto de culminância para a rápida interferência e derrubada do domínio dos irmãos Santos, que representavam o novo poder local à frente da interiorização do ensino superior. A intervenção só não foi mais efetiva porque Túlio Fontoura também era próximo de Ildo Meneghetti, o que limitou o posicionamento do governador do Estado em favorecer mais um lado do que o outro.

Cafruni declara ter-se posicionado pela vertente de Menegaz, em favor do processo de intervenção, não somente após as denúncias contra os irmãos Santos, mas, também, por eles terem afirmado que eram os únicos fundadores da SPU, deixando de lado todo o quadro societário declarado no estatuto. Na parcialidade assumida de Cafruni, ficou o legado do desenvolvimento do relatório que nominou de “registros cronológicos”²⁴⁰ da gestão de Menegaz, com base nos arquivos documentais que acumulou no período e nos fatos citados pela imprensa, declarando que estes eram os “fatos” e o “outro lado”²⁴¹ dessa história, o que não permitia visões ambíguas.

²³⁷ Todo o embate ocorrido foi apresentado na seção 3.4.

²³⁸ Filho de Herculano Araújo Annes – primeiro sociofundador do jornal *O Nacional* – e neto de Gervásio Lucas Annes, que marcou a primeira etapa de poder em Passo Fundo pelo PRR.

²³⁹ Material disponível no acervo de Cafruni, no Instituto Histórico de Passo Fundo.

²⁴⁰ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p. 16.

Título: Palavras Iniciais.

²⁴¹ Idem.

As matérias destacadas por Cafruni estavam ligadas efetivamente ao jornal *O Nacional*, não porque pertenceu ao corpo editorial desse veículo por quinze anos, mas, segundo ele, por estar inserido nas lutas ocorridas no período de nosso recorte. Essa diretriz fica mais clara na própria declaração de Cafruni, que afirmou ter utilizado um critério na seleção dos assuntos constantes no relatório, “ordenação, escolhas, rejeições, complementações e interpretações”²⁴², sem ter se interessado em olhar para o lado dos adversários de Mário Menegaz, mas negou a parcialidade, nomeou como um subsídio, um depoimento, para servir de “complementação”²⁴³ para quem futuramente, de fato, fosse escrever a história sobre aqueles dias.

Por essas razões, aceitou escrever os “fatos”²⁴⁴ da administração de Mário Menegaz, pois também sofreu ataques e críticas pelas ações acometidas no período e, ainda, por apoiar as ações do regime militar, utilizando dos recursos que possuía como aliado para intervir na política local e na administração da SPU. De acordo com a prática estabelecida na lei, poderia ter intervindo nas faculdades, mas não na entidade administradora particular composta por sócios, justificada pela “anarquia”²⁴⁵ existente no município naquele momento sob a alçada petebista, fazendo o necessário para diminuir o poder do partido e de seus integrantes no governo local e nas instituições mais representativas da região.

Para o grupo opositor a César Santos e ao PTB, Passo Fundo estava exposto à anarquia e confusão. Destacava-se que, durante os quinze anos em que a cidade esteve nas mãos do referido líder petebista, também líder da SPU, a entidade foi sempre exposta a disputas acirradas. Passo Fundo era citado como o maior reduto petebista do norte do Estado, por isso era o partido mais representativo no governo Jango-Brizola. Menegaz não negava sua raiz petebista, mas exaltava a mudança para o MTR, partido que ajudou a fundar como o marco do princípio da perda de poder do PTB na região.

[...] Durante quinze anos, o município esteve às mãos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a presidência continuada do Dr. César José Santos que era, ao mesmo tempo, presidente da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, entidade que foi sempre estopim, fazendo o estouro de lutas encarniçadas. Era então este município o mais forte e aguerrido baluarte do PTB, em todo o norte do Estado. E sua influência, por isso mesmo, das mais poderosas no governo Jango x Brizola.

²⁴² CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p. 17.

Título: Palavras Iniciais.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p. 7.

Título: Palavras Iniciais.

²⁴⁵ Idem.

O ambiente local espelhava, pois, em seu todo, o que ia pelo País.

Mário Menegaz, que fôra trabalhista, cedo formou na ala de Fernando Ferrari, sendo um dos fundadores do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que nasceu em Passo Fundo. Sob a legenda desse partido sagrou-se vencedor, nas urnas de 3 de outubro de 1963, como Prefeito do Município, com o apoio das pequenas agremiações políticas de então: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Libertador (PL), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Social Progressista (PSP), e Partido Democrata Cristão (PDC). Sua vitória teve a significação, aqui, de uma derrubada da bastilha²⁴⁶.

Uma das lutas de Menegaz foi para a reversão da doação da rádio e do hospital municipal, como patrimônios da SPU, ambos construídos na gestão de Daniel Dipp (1952-1954) e doados na gestão de Benoni Rosado (1960-1963) sob a alegação de que não propiciavam lucros à municipalidade. Apenas o *Jornal O Nacional* postou-se contra na época, mas não foi suficiente para impedir o processo. Em 18 de abril de 1964, Menegaz conseguiu reverter as doações sob a alegação de que haviam sido construídos com verba do povo, por isso para o povo deveriam retornar. As reversões ocorreram sob o mesmo critério de quando foram doadas, através de votação na Câmara de Vereadores. Quando a rádio foi inaugurada em 1954, Daniel Dipp estava à frente da prefeitura, recebeu apoio de Wolmar Salton e outros trabalhistas, além de Túlio Fontoura. Contudo, logo após a criação, Túlio Fontoura entrou com embargos judiciais e quem defendeu a causa municipal foi o consultor jurídico do município à época, Carlos Galves. Quando houve a possibilidade de doação para a SPU, solicitada por César Santos a Benoni Rosado, com o apoio da Câmara de Vereadores, Túlio Fontoura apoiou veementemente, pois já alegava naquela época que a rádio vinha sendo fruto de uso particular por Daniel Dipp.

As reversões não agradaram de forma alguma à oposição, especialmente Túlio Fontoura e César Santos, bem como a queda dos petebistas locais, o “ardor combativo”, segundo Cafruni, se sucedeu através da imprensa, nas páginas do *DM*. Reconhecia-se uma luta em andamento, mas uma luta sem violência entre Menegaz de um lado e César Santos à frente da oposição para retomar o poder que havia perdido em 31 de março de 1964. A reversão da rádio e do hospital para a municipalidade foi considerada a primeira vitória do grupo de Menegaz contra a SPU, o próximo passo seria a intervenção. Todos os lados estavam engajados pela mesma causa desde 1956, de acordo com Cafruni, com as ideias fomentadas pelos jornalistas Antonio Donin e Múcio de Castro em 1949. Donin e Castro procuraram na época o César José Santos, presidente do PTB local, sendo todos pertencentes

²⁴⁶ Idem.

à mesma agremiação – o PTB – e apelando aos recursos que o líder possuía enquanto deputado federal.

Toda a articulação para formação de um grupo focado no objetivo de trazer o ensino superior para o interior do Estado foi realizada pelos jornalistas Múcio de Castro e Antonio Donin e, desde o início, percebeu-se a necessidade de criação de uma sociedade mantenedora das Faculdades que seriam trazidas para Passo Fundo. Assim, em 1950, o grupo fundou a Sociedade Pró-Universidade e registrou-a no cartório de pessoas jurídicas em 8 de julho do referido ano²⁴⁷. No entanto, se avaliarmos os nomes listados na Tabela 6, perceberemos que não constam os nomes dos jornalistas Donin e Castro, pois estavam ausentes na data do registro em cartório.

Em 1956, o grupo conseguiu o registro da Faculdade de Direito e a prefeitura doou o primeiro patrimônio à SPU, bem como as verbas assistenciais necessárias. Todo o mérito foi devidamente citado por Cafruni relatando as gestões municipais envolvidas: Armando Annes, Daniel Dipp, Benoni Rosado, Wolmar Salton e Mário Menegaz. Celso Fiori foi o responsável por adaptar o prédio da faculdade de Direito e, posteriormente, particulares forneceram doações para constituição de uma biblioteca no mesmo local. Tudo fluía bem até 1964, quando ocorreu a “Revolução Democrática”²⁴⁸. Conforme denominou Cafruni²⁴⁹, as acusações começaram a surgir contra os irmãos Santos que continuavam à frente da direção da SPU.

Mário Menegaz foi procurado pelos demais integrantes da SPU para conseguir uma intervenção na entidade junto ao Governo Estadual²⁵⁰. No período, o *ON* noticiou que Menegaz e Martinelli deslocaram-se para a capital do estado e, em seguida, à Brasília para interceder da forma como fosse possível na SPU. Conseguiram em 22 de abril que o

²⁴⁷ Estatutos registrados sob n. 89, fls. 13 e 14, do livro A-1.

²⁴⁸ Caio Navarro de Toledo, no artigo “1964: o golpe contra as reformas e democracias, nos traz à discussão crítica sobre as nuances das terminologias utilizadas para definir o golpe ocorrido em 1964”. Segundo Toledo, autores como F. Fernandes, J. Gorender e D. Ribeiro, tratou-se de uma contrarrevolução para derrubada de um governo reformista e progressista, com potencial para ser o estopim anticapitalista, o que qualificava o golpe como tendo um caráter “contrarrevolucionário preventivo”. Por outro lado, o autor cita que o termo “Revolução” é o mais utilizado pelos militares e cita M. Celina D' Araujo, Gláucio Soares e Celso Castro como pesquisadores desse termo, mas não necessariamente apoiadores. Ainda há a expressão “regime autoritário” utilizado por Elio Gaspari em seus livros: *A ditadura envergonhada*, *A ditadura escancarada* e *A ditadura derrotada*. Na reflexão do próprio Toledo, o termo apropriado é golpe de 1964, um golpe contra nossa democracia, contra as reformas sociais, contra a politização das organizações dos trabalhadores, contra o debate ideológico e cultural. TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext&tlng=pt#nt05>. Acesso em: 15 set. 2019.

²⁴⁹ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p. 23-24. Título: Palavras Iniciais.

²⁵⁰ *O Nacional*, 27 abr. 1964.

governador do estado emitisse a intervenção da SPU e das faculdades mantidas por ela, deixando Murilo Annes como interventor nomeado até que o Ministério da Educação direcionasse a solução para a normalização institucional. Nesse ano, a Sociedade possuía sob administração as Faculdades de Direito, Economia, Agronomia e o Instituto de Belas Artes. A Faculdade de Filosofia só não entrou no processo de intervenção por estar sob a responsabilidade administrativa do Consórcio Universitário Católico, dirigida pelo padre Alcides Guareschi.

Toda essa ação de Menegaz, no primeiro semestre de 1964, rendeu-lhe o título de cidadão passo-fundense, com direito à presença do governador do estado na data da homenagem realizada pela Câmara de Vereadores. Apenas em outubro de 1964 foi levantada a intervenção da SPU, ocorrendo a convocação dos sócios e a eleição de um novo presidente para a entidade. Alcides Guareschi, que já administrava a Faculdade de Filosofia, foi eleito para a presidência da Sociedade Pró-Universidade.

Com a adoção do bipartidarismo em 1966, César Santos aderiu ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), candidatando-se e elegendando-se prefeito de Passo Fundo para a gestão de 1969 a 1973, falecendo durante o mandato. “Seu mandato foi interrompido por sua morte, acometido de câncer, doença em cujo combate e prevenção se engajara durante toda a sua vida profissional.” (COSTAMILAN, 2005, p. 42). De modo geral, César Santos manteve-se por vinte anos como liderança político-partidária em Passo Fundo, período que, segundo relata a imprensa local²⁵¹, foi de grande progresso para o município, mas também de intenso conflito e disputa pelo poder local.

As lutas internas do PTB completaram uma década, findando apenas em 1967. Segundo Luiz Juarez Nogueira de Azevedo, a luta de Castro na Sociedade Pró-Universidade (SPU) foi retratada frequentemente como denúncia nas páginas de *O Nacional*, resultando em diversos processos contra Múcio e o jornal. Múcio de Castro articulou ativamente na SPU e suas denúncias colaboraram para o desfecho da causa apoiada inclusive pelo governador Ildo Meneghetti. Suas lutas não se limitaram às questões sociais e políticas, mas sua firmeza atuante causou-lhe transtorno no período do regime militar, quando foi punido por recusar-se a manter-se nos moldes da censura, sendo afetado financeiramente pelo corte no orçamento publicitário do governo para com seu jornal. Apesar da ruptura publicitária, e de ser marcado por não apoiar o governo militar, apoiava o governo de Mário Menegaz, constante apoiador do regime vigente em 1964, apontando um ato contraditório, mas que pode ser justificado

²⁵¹ *Diário da Manhã*, 31 maio 1997, p. 25.

pela perspectiva de que ainda se nominava independente, não neutro com relação às pautas trazidas no impresso.

Em 2 de fevereiro de 1967, os irmãos Santos retornaram a reivindicar a direção da SPU, com o apoio do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar. Alegando respaldo legal no Código Civil, tomaram posse dos bens e da direção da SPU, destituindo também a maioria do quadro docente em exercício. A direção eleita da SPU encontrava-se em viagem, retornando apenas quatro dias depois da tomada de poder pelos irmãos Santos, reorientando o comandante da Brigada Militar local e restituindo novamente os eleitos de 1964. A ordem de retirada para os irmãos Santos partiu do delegado local, havendo recusa por parte destes. No jornal *ON*, os irmãos Santos foram citados como invasores e julgados por utilizar indevidamente o nome das autoridades do estado como apoiadores do ato, além do desacato ao prefeito municipal.

Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade PF

Em Nota Oficial, o Prefeito Mário Menegaz expõe ocorrências

O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, SR. MÁRIO MENEGAZ, EXPEDIU A SEGUINTE NOTA OFICIAL, RELATIVAMENTE AOS ACONTECIMENTOS ONTEM REGISTRADOS NA SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO:

<<Ontem , cerca de 17 horas, fui informado de que César José dos Santos, bem como o dr. Mário Hoppe e dr. Wilson Lopes, haviam invadido a sede da SPU>>.

<<Efetivamente, como verificamos depois, César José dos Santos e mais elementos haviam requisitado forças da Brigada Militar, através de ofício, como <<presidente da SPU>>, inclusive do uso indébito do nome do Exmo. Senhor Governador do Estado e do Chefe da Casa Civil, dr. João Dêntice>>.

[...] <<É de estarrecer tudo o que houve. O povo e as mesmas autoridades de Passo Fundo e do Estado ficaram chocadas diante de tanto atrevimento desses elementos, hoje configurados como autores de um ato escandaloso>>²⁵².

No *DM*²⁵³, foi publicada uma nota dos irmãos Santos alegando esclarecimento à opinião pública, na qual informavam que a SPU era uma entidade mantenedora particular, administrada por sócios ativos e que a intervenção apenas dilapidou os bens da Sociedade, que foram vendidos sob a alegação de pagar dívidas que não existiam, além de criarem dívidas que prejudicavam os acadêmicos que passavam a ter de arcar com o preço do ensino afundado. Na retomada, os irmãos alegavam possuir três mandados²⁵⁴ de segurança e uma ação de nulidade da intervenção e decidiram não aguardar por mais meses uma resposta da

²⁵² *O Nacional*, 3 fev. 1967. S/página. Título: Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade de PF.

²⁵³ *Diário da Manhã*, 3 fev. 1967.

²⁵⁴ Não localizamos nenhum dos documentos de mandado informados. Conseguimos localizar a carta (Anexo II) do delegado regional, Atualpa de Freitas Marques, que atendeu à solicitação dos irmãos Santos que se justificava informando que a decisão teria vindo do governo do Estado e que apenas atendeu à orientação para manter a ordem.

justiça. Assim, justificou-se a cooptação das forças policiais locais. O período foi tenso com relação às acusações pessoais de ambos os lados, mas pode-se destacar que, do todo, apenas Reissoly havia sido expulso do quadro societário da SPU pelos próprios sócios integrantes da entidade, os demais haviam sido apenas destituídos de suas funções na direção da Sociedade. A ação mais intensa contra Reissoly foi devido às acusações de desvios²⁵⁵ durante o período em que esteve à frente da gestão burocrática da SPU. O ponto de acusação que mais pesou no momento foi a ligação dos irmãos Santos ao governo deposto em 1964, Brizola e Jango.

<<César Santos, como se sabe, é ex-presidente do PTB e elemento ligado ao Brizolismo gaúcho, elemento subversivo que, no dia 31 de março de 64, foi ao quartel do I/20º R.C. do Exército, solicitar forças para tomarem conta da Prefeitura, e na lista dos que deviam ser sacrificados, em primeiro lugar, estava Dom Claudio Colling, D.D. Bispo Diocesano>>.

<<Reissoly José dos Santos é brizolista, ex-deputado do PTB, e para eleger-se demoliu a camionete da SPU, consumiu a gasolina da mesma entidade, aproveitou-se das verbas federais da SPU em favor de sua campanha, e agora vive desesperado e alucinado, por ter sido expulso da SPU, sem poder mais locupletar-se nos bens da mesma, por ter perdido o emprego>>²⁵⁶.

Até que a retomada fosse efetivada, Menegaz²⁵⁷ declarou luto oficial no município enquanto persistisse a situação de interdição imposta pelos irmãos Santos. Houve a interdição de ruas próximas à sede da SPU, a prefeitura e os serviços oferecidos ao povo foram suspensos e o Governo Estadual foi acionado pelo prefeito.

Para entender o posicionamento do *DM*, é importante compreender que Túlio Fontoura, apesar de defender os irmãos Santos e ter seu apreço pelo trabalhismo, graças à proximidade com estes, também era achegado do recém-instituído governador do estado, Perachi Barcelos. Em vista dos posicionamentos conhecidos, o governador optava por deixar fluir pela justiça essa definição, sem interferir no processo, não cedia autonomia aos irmãos Santos nem ao prefeito. Túlio Fontoura e César Santos não se posicionaram, mas, depois de serem acusados de conluio com os comunistas por fazerem parte do PTB – César Santos por estar nessa bandeira partidária e Fontoura por apoiá-lo em seu jornal –, mantiveram-se fora da oposição direta ao governo militar.

A intervenção esperada veio pelo delegado regional de polícia²⁵⁸, através do acordo entre as partes para que a decisão sobre a SPU fosse através dos juristas, por meio legal.

²⁵⁵ Não localizamos registros que comprovassem esses desvios, apenas acusações dos adversários na carta de solicitação da intervenção à SPU.

²⁵⁶ *O Nacional*, 3 fev. 1967. S/página. Título: Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade de PF.

²⁵⁷ Mais detalhes no Anexo III.

²⁵⁸ Conforme pode ser conferido no Anexo IV.

Segundo *O Nacional*²⁵⁹, pelas informações noticiadas pelo jornal adversário, o governador do Estado não intercedeu nem por um lado, nem por outro, tanto é que não recebeu Menegaz em seu gabinete, mesmo que tivesse esperado por horas para uma audiência. Foi orientado a procurar as medidas cabíveis com o secretário de Segurança Pública e pelas vias judiciais, pois a SPU era uma entidade mantenedora privada, não cabendo à interferência pública estadual. Contudo, Menegaz alegou²⁶⁰ ainda assim ter sido recebido pessoalmente, junto ao governador e seus assessores, para a orientação do procedimento. Perspectivas como a supracitada sobre um mesmo incidente são pontos comuns nessa análise de discurso, a realidade não é omissa, mas sim um jogo, que, conforme Charaudeau (2009, p. 7-9), permite ser interpretado pelo contexto e emitido com base na identidade dos sujeitos, “em outros termos, no que é dito, há sempre o que é dito e o que não o é, um não dito que, entretanto, também se diz.” A imprensa e os meios da arena política são os lugares comuns para esse jogo de máscaras.

Seguindo a diretriz do grupo liderado por Menegaz, em 6 de fevereiro, os prefeitos²⁶¹ da região reuniram-se para discutir o interesse compartilhado pela restituição das Faculdades, somavam-se ao todo 75 prefeitos de municípios da região. A convocação coletiva devia-se à preocupação declarada com a dificuldade que ocasionaria nos vestibulares que se encontravam próximos. Essas estratégias foram motivadas pelo reposicionamento do poder local em 1966.

É importante ressaltar que, no referido ano, foi instituído o Ato Institucional n. 2²⁶² (AI2) que determinou a extinção dos partidos e a formação de apenas duas agremiações: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o bipartidarismo instituído, as forças políticas estaduais e locais se realocaram. Walter Perachi Barcelos, da Arena, assumiu o governo do estado. Daniel Dipp, César Santos, Wolmar Salton e Múcio de Castro realocaram-se no MDB, partido de oposição. Mário Menegaz vinculou-se à Arena, partido este de situação.

A Arena, partido ao qual Mário Menegaz pertencia, emitiu uma nota contra os apoiadores dos irmãos Santos, Wilson de Assis Pereira Lopes e Mário Daniel Hoppe, em que

²⁵⁹ *O Nacional*, 7 fev. 1967.

²⁶⁰ Conforme descrito no Anexo V.

²⁶¹ Lista disponível no Anexo VI.

²⁶² Essa medida também aprovava as eleições indiretas para presidente e vice-presidente, bem como ampliava o poder do presidente para executar decretos-leis dentro dos estendidos limites de segurança nacional, conforme Fausto (2002, p. 261-262).

declararam ter decidido por destituir os dois membros e desautorizá-los pelas deliberações tomadas com relação à SPU, que, por sua vez, favoreceram César Santos e Reissoly Santos.

A ARENA E O CASO DA SPU

“O Nacional” de 9 de fevereiro publicava o seguinte:

-“Informações colhidas pela reportagem revelam que os membros do diretório local da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em reunião que há pouco realizaram, teriam resolvido destituir dos cargos que ocupavam os srs. Wilson de Assis Pereira Lopes e Mário Daniel Hoppe, presidente e secretário, respectivamente”.

“Após essa iniciativa – diz a nota – os conselheiros e vogais do diretório arenista, endereçaram ao deputado Francisco Solano Borges, presidente da ARENA no Estado, cientificando-o da medida”.

“Além da destituição dos dois membros, o Diretório desautorizou as providências por estes tomadas, juntamente com os srs. César Santos e Reissoly José dos Santos, no que se relaciona com o rumoroso caso da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, cujos bens foram violentamente retomados, sob o “alto comando” dos irmãos Santos”.

Era um rebate prematuramente lançado...

A destituição do presidente e secretário ficou, entretanto, nem efeito. Os elementos desgostosos não exerciam nenhum poder para se arrisquem a tanto.

A nota no jornal apenas interessa por trazer a vinculação da ARENA, aos srs. César e Reissoly Santos, cabeças da intentona contra o SPU²⁶³.

Em meio ao regime militar, pertencer ao partido de situação – Arena – deu a Mário Menegaz todos os recursos necessários para retirar das mãos dos irmãos Santos qualquer possibilidade de retomada da SPU. Sendo assim, pela definição obtida judicialmente, o vestibular estaria mantido no dia 23 de fevereiro daquele ano. A decisão definitiva saiu apenas no dia 10 de abril de 1967, dando causa perdida aos irmãos Santos. No dia 11 de abril, Guareschi divulgava no jornal *O Nacional*²⁶⁴ que a disputa pela SPU estava liquidada. Um pouco mais de um mês depois, em 16 de maio do mesmo ano, o Consórcio Universitário Católico e a Sociedade Pró-Universidade fundiram seus patrimônios, formando a Fundação Universidade de Passo Fundo, colocando um fim definitivo às inconstâncias societárias que rondavam a SPU intensamente nos seus últimos anos como instituição mantenedora das Faculdades. Os processos movidos pelos irmãos Santos contra Múcio de Castro e Mário Menegaz, com base na Lei de Imprensa, foram arquivados em 18 de agosto de 1967. Até a referida data, o poder do núcleo universitário estava garantido no grupo de apoio de Menegaz, Dipp, Castro e Annes.

²⁶³ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p. 142. Título: A Arena e o Caso da SPU.

²⁶⁴ *O Nacional*, 11 abr. 1967. Título: Agora vai sair a fundação universitária.

A criação da Fundação Universidade de Passo Fundo representou o desfecho de apenas uma das disputas políticas entre a elite passo-fundense e o último passo para a criação de uma universidade local. Mas não era somente a resolução de uma disputa.

Basicamente, duas ideias estavam subjacentes às discussões dos professores universitários e das lideranças da sociedade local: a necessidade de uma integração das forças e dos recursos das duas entidades existentes para propiciar as condições necessárias à criação da universidade e a decisão política dos professores de assumir os destinos do ensino superior, tornando a instituição independente das pressões e interferências político-partidárias, vistas como causadoras da crise da SPU e das suas consequências desastrosas para o ensino superior. (GUARESCHI, 2001, p. 28).

A estratégia de nomear o diretor da Faculdade de Filosofia, Elydo Alcides Guareschi, para a presidência da SPU após o afastamento de César Santos, pode ter contribuído ativamente no aceite pela fusão das entidades. A fusão já estava nos planos desde a fundação das entidades, mas sua intensão foi firmada efetivamente em 1962, junto a uma série de esforços pela tomada da direção da SPU por ação do grupo de Mário Menegaz. Dom Claudio Colling foi o primeiro a relembrar a intensão de fusão em 1967 e, a partir disso, *O Nacional* e os demais políticos envolvidos no processo adotaram a perspectiva inserida.

Foram apontados os princípios básicos para a organização dessa nova instituição universitária: um Conselho Diretor, a ser constituído, inicialmente, por membros indicados pelas duas entidades instituidoras. A universidade, nos moldes da Universidade de Brasília, seria integrada por institutos responsáveis pelo ensino básico e por faculdades especializadas e profissionalizantes. O governo da universidade seria exercido por um Conselho Universitário e por uma Reitoria, constituída por um reitor, um vice-reitor acadêmico e um vice-reitor administrativo. Esses princípios foram contemplados no Estatuto da fundação. (GUARESCHI, 2001, p. 29).

Sob a expectativa de um progresso, a FUPF foi tão bem recebida que recebeu apoio do deputado federal Tarso Dutra²⁶⁵ para reforma universitária necessária para criação da universidade. Para desenvolvimento do Estatuto da Fundação Universidade de Passo Fundo, foram indicados 10 membros da antiga SPU e 10 membros do extinto CUC. Com essa composição, o “Estatuto foi aprovado na Assembleia dos professores em 13 de julho de 1967. Em 18 de julho, foi eleita a primeira diretoria, bem como os representantes titulares do Conselho Diretor” (GUARESCHI, 2001, p. 29). A escolha de nominar como fundação foi

²⁶⁵ Paulo de Tarso de Moraes Dutra era advogado e político, foi Ministro da Educação de 1967 a 1969, período ao qual pertenceu à Arena. Anteriormente a esse período, Tarso Dutra pertenceu ao PSD.

orientada por Tarso Dutra²⁶⁶, pois assim seria possível angariar recursos do MEC. No dia 27 do mesmo mês, o Estatuto foi publicado, dia seguinte da transferência de bens das extintas administradoras (CUC e SPU).

O Conselho Diretor foi eleito pelos professores, através de eleições diretas, um avanço para o modelo da época, colocando à frente da Fundação Universidade de Passo Fundo, como presidente, Murilo Coutinho Annes e, como vice-presidente, Celso da Cunha Fiori. Com atribuições bem divididas na FUPF, as Faculdades fluindo na captação de alunos e o apoio recebido do governo federal, em 1968, criou-se a Universidade de Passo Fundo, mas isso já é outra história.

4.5 A articulação do poder na imprensa

O “sistema simbólico”, nominado por Thompson (1995), pode ser percebido na cadeia de ideias expressas na imprensa local, através da qual essa elite política compartilhou seus valores e expôs suas contradições e rupturas. As crises, expostas na arena de debates dos impressos, geravam, com frequência, o questionamento da ordem vigente no poder local.

Independentemente do lado a que nos determos, há crédito quanto à notoriedade do informador, como sugere Charaudeau (2009), os nove nomes citados na pesquisa possuíam representatividade, posição social de destaque, papel estratégico no cenário político ou midiático, todos os fatores que nos levam à notoriedade do promotor do discurso propagado na imprensa. Se avaliarmos os atores do processo, daremos destaque a Armando Annes, Nicolau Vergueiro, César Santos, Daniel Dipp e Mário Menegaz. A base de apoio de Vergueiro e Santos centrava-se em Túlio Fontoura. Já para Annes, Dipp e Menegaz, o suporte provinha de Múcio de Castro. Quanto a Wolmar Salton e Benoni Rosado, não coube papel de atores centrais nos embates políticos. Por mais que possuíssem notoriedade, não se posicionaram à frente das disputas pelo poder local, nem situaram o estopim para rupturas partidárias.

Nesses casos, a imprensa foi uma ferramenta de expressão do poder difundindo posições, trajetórias e formações ideológicas. Por conta da notoriedade que esses sujeitos

²⁶⁶ A escolha pela nomeação de Fundação não está vinculada à questão de Passo Fundo ter perdido a federalização para Santa Maria no mesmo período. Não localizamos nada que tenha colocado essa questão em discussão, exceto o registro no acordo assinado entre Cláudio Colling (CUC) e César Santos (SPU) em 1961 relatando a possibilidade de que a CUC poderia ter o controle da Universidade de Passo Fundo caso esta entrasse em federalização, mas isso apenas após a unificação das duas entidades mantenedoras das faculdades locais prevista no acordo.

representavam, podemos atribuir-lhes “intenções manipuladoras” utilizando-se da designação como determinação da legitimidade do que pronunciavam. Exemplo disso é o posicionamento de Dipp ao acusar César Santos dos desvios da SPU no *ON* e César Santos justificando e questionando os atos dos opositores de sua gestão na SPU no *DM*. Em uma perspectiva de avaliação do que era o novo referido nessa tese, chegamos ao entendimento de que a perspectiva trabalhista era essa resposta. Contudo, podemos afirmar que houve duas representações desse prisma do que é o novo a partir de 1958: a primeira com Dipp que representava o vínculo com o trabalhismo visto como positivo, enquanto César Santos acabou por ser vinculado ao trabalhismo negativo, aliado à ideia de extremismo a que Brizola representava para essa ala do partido. Quanto à forma com que percebemos essa informação, tomamos consciência de que a imprensa local traçou esta perspectiva:

Com relação ao tratamento da informação, há o problema da extensão, uma vez resolvidas as questões precedentes. O tratamento é a maneira de fazer, o modo pelo qual o sujeito informador decide transpor em linguagem (e também iconicamente, caso possa recorrer à imagem) os fatos selecionados, em função do alvo predeterminado, com o efeito que escolheu produzir. Nesse processo, está em jogo a inteligibilidade da informação transmitida, e como não há inteligibilidade em si, esta depende de escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador. Ora, toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra. [...] (CHARAUDEAU, 2009, p. 38).

A escolha do que expor, do que enunciar, tem sua determinação com relação ao que se pretende impactar no alvo político. A escolha está implícita na tradição de poder na qual esse grupo se vinculava, possui ideias enraizadas na vertente do “velho” poder, vinculado aos Annes, mas que também é reconhecido no “novo” poder ingressando na vertente paralela de César Santos. De todos os enfrentamentos analisados, a questão mais cara, percebida na disputa desse grupo, é com relação ao ensino superior, tendo no controle da SPU uma ferramenta da máxima expressão de domínio. Ao nos pautarmos nas questões ideológicas como fatores de influência, como descreveria Thompson (1995), temos de nos atentar para as questões que se inserem no “processo de transação” desses sujeitos enquanto emissores de informação para os impressos, como sugere Charaudeau (2009, p. 41). O processo é subjetivo e nos leva a dar uma significação mediante a análise da trajetória e dos meios nos quais esses indivíduos se inserem, ou seja:

O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a *identidade* do outro, o

destinatário-receptor, quanto a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc.; o *efeito* que pretende produzir nesse outro; o tipo de *relação* que pretende instaurar com esse outro e o tipo de *regulação* que prevê em função dos parâmetros precedentes. O ato de informar participa desse processo de transação, fazendo circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio, um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento. (CHARAUDEAU, 2009, p. 41).

Ao absorvermos essas diretrizes subjetivas com relação às ideias apresentadas pelo *O Nacional* e o *Diário da Manhã*, entendemo-las como pautas comuns de debates, mas com um ensejo que expõe a disputa pela legitimidade do poder que cada grupo representa. Esse fator fica ainda mais explícito quando analisamos as vinculações desses sujeitos; afinal, “todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 42). Nessa questão, pode-se perceber que os assuntos pautados pelos proprietários dos jornais levavam-nos a constantes enfrentamentos políticos.

Seja através do *O Nacional*, de Múcio de Castro, seja pelo *Diário da Manhã*, de Túlio Fontoura, a imprensa foi essencial no processo de difusão e amparo dos atos políticos locais, pois foi um dos meios da prática política. O fato de esses jornais fornecerem imagens parciais e subjetivas torna ricos os recursos para uma análise comparativa das atuações e ações dos sujeitos políticos, pois é necessário reconhecer a inutilidade de se desejar colocar a neutralidade como o problema da informação, pois “nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 42). A informação e sua construção é uma escolha não apenas de conteúdo, da forma, do efeito, do sentido de influência, por isso os discursos nesses impressos eram demarcados como a melhor forma de ser visto na “arena de poder”, fosse por motivo de ataque ou defesa, desde que exercendo a notoriedade no cenário político vigente nesse período.

Nas análises do discurso desse grupo nas mídias, percebido enquanto uma arena de exposição, conforme Charaudeau (2009), consideramos a avaliação pela perspectiva do emissor da informação e sua motivação, origem da informação, destinatário, relação entre o receptor e o informante e efeito da informação. A partir disso, constatamos a articulação realizada através do Instituto da Liberdade de Conhecer, a Sociedade Pró-Universidade e os jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*. Interpretamos a tríade ILC, SPU e Imprensa como a base do *Modus Operandi* dessa elite política.

Quem emite a informação de ambos os impressos faz parte da elite política por dois prismas: o primeiro, por estar vinculado aos grupos em disputa pela direção da entidade mantenedora das faculdades locais; o segundo por estar oficialmente vinculado aos partidos que recebiam espaço mais destacado em seus jornais. Tais fatores deixam-nos as motivações das informações explícitas.

No segundo questionamento, temos a origem das informações partindo dos grupos de interesse, de natureza tendenciosa. Esse fator pode ser percebido quando a intervenção é instituída à SPU e Murilo Annes nomeado interventor. Após a nomeação, Murilo Annes emite um relatório para publicação no *ON* observando a situação da entidade mantenedora das faculdades e emitindo seu parecer sobre os administradores. Mas quem era Murilo Annes nesse contexto? Murilo Annes era sobrinho de Armando Annes, apoiador de Daniel Dipp e Mário Menegaz, que reivindicavam a saída dos irmãos Santos da SPU. O grupo pode não ter interferido na nomeação, mas o resultado foi favorável para o grupo de Dipp e Menegaz, pois tanto Dipp quanto Menegaz já demonstravam a busca por meios para retomada da direção das faculdades desde que foram expulsos do PTB, em 1958. A disputa de forças se intensificou a partir da expulsão, levando o grupo a gerir todo o esforço necessário para enfraquecer o PTB local e, conseqüentemente, seu líder executivo César Santos. Do outro lado, César Santos, enquanto amigo de Túlio Fontoura, recebeu todo o espaço e apoio de que necessitou para articular na arena do *DM* em oposição ao grupo que o atacava.

As informações expostas não estavam destinadas apenas aos eleitores e leitores, estava também destinada ao grupo opositor. Esses aspetos são transparecidos quando as informações são divulgadas com críticas, questionamentos e/ou acusações, mas com a cobrança de uma réplica. Nossa percepção, com relação a isso, recebe subsídio nas acusações contra César Santos divulgadas no *ON*, a fim de justificar a intervenção da SPU, na qual, ao final da matéria, declaram aguardar a explicação de César Santos aos cinco tópicos citados pelo informante. A resposta vem no *DM*, dias depois, mas numerando cada um dos cinco apontamentos realizados pelos opositores, debatendo ponto a ponto e desafiando a divulgação de prova quanto às alegações emitidas sobre a SPU e acusando o grupo de estar interferindo na entidade mantenedora que é privada, não nas faculdades. Na réplica, César Santos, por sua vez, desafia o jornal dos seus opositores a comprovar a legalidade do ato de intervenção e as acusações de cunho pessoal.

O resultado da informação divulgada por essas mídias impressas, *O Nacional* e *Diário da Manhã*, dirigidas respectivamente por Múcio de Castro e Túlio Fontoura, divulgava o

constante atrito pelo poder e as disputas que envolviam o cenário político local. Esse aspecto determinava os tons de articulação dessas elites políticas estabelecendo um *modus operandi* no qual a imprensa era uma arena de disputa do poder; o ILC, uma arena de articulação teórica e a SPU, o meio que se legitimava como uma ferramenta para os grupos políticos que ambicionavam o poder que certamente adviria do controle do recente núcleo de ensino superior local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a compreensão de que as lutas pela interiorização do ensino superior revelaram um aspecto muito importante das disputas políticas locais, em meados de 1950 até 1967, em Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul. Buscamos em *O Nacional* e *Diário da Manhã*, fontes principais da pesquisa, os indícios sobre os temas políticos mais divulgados durante o período de 1950 a 1967 e, a partir disso, conseguimos separá-los em categorias, a saber, indústrias, saúde pública, desenvolvimento urbano e sociedade pró-universidade. A partir daí, tentamos vincular as respectivas categorias aos grupos locais que integravam os partidos da época, PSD, PTB e MTR. Passo Fundo tinha certo reconhecimento econômico e político no contexto regional da época, tanto que era conhecida como “*metrópole da Serra*”, alcunha que recebera da imprensa local. Sem dúvida, uma das pautas mais importantes a movimentar o cenário político-partidário foi referente ao ensino superior, o qual se revestiu de eixo para longo debate entre a elite local. Nessa perspectiva, reveste-se de significado a atenção que dedicamos à análise da Sociedade Pró-Universidade (SPU), entidade mantenedora das faculdades locais, a qual se converteu, em diferente medida para cada momento, um símbolo de poder.

Ao discorrer sobre os resultados deste trabalho, compreendemos o que despertou o ensejo por implantar o ensino superior em Passo Fundo, a articulação do meio político com a imprensa durante a discussão sobre a instalação, o papel da imprensa enquanto uma arena de debates nesse jogo de poder, bem como destaque dado a determinadas pautas que direcionaram os meios nos quais esse grupo se articulou para disputar a administração do núcleo de ensino superior.

O ensejo de implantar o ensino superior em Passo Fundo surgiu em meados de 1950, junto a um movimento de tendência nacional que visava descentralizar o ensino superior das capitais, que eram os grandes centros educacionais até então. O processo de implantação evoluiu rapidamente entre 1950 e 1960, período em que as primeiras faculdades locais foram instaladas na cidade de Passo Fundo. Para entendermos essa rápida evolução, analisamos as lutas políticas que movimentaram as lideranças locais com relação ao tema, os indivíduos que compunham a elite política local e, também, suas vinculações partidárias. Para tal, utilizamos a imprensa - jornal *Diário da Manhã* e jornal *O Nacional* - como fonte para reconstituirmos o cenário político a partir das notícias publicadas no período, levantando percentuais de incidência de determinados temas, os quais denominamos de categorias. À frente da causa da

interiorização do ensino superior, localizamos dois nomes principais na deputação estadual: César Santos e Daniel Dipp.

Procuramos compreender como funcionou a articulação do meio político com a imprensa durante a discussão sobre a instalação, direcionando-nos a pesquisar os discursos de políticos locais sobre a interiorização do ensino superior e da criação de uma universidade. Conhecer esses discursos nos levou à reflexão crítica das relações de poder no cenário político passo-fundense deixando às claras o jogo de ideias e interesses contidos, bem como margem para interpretação das ideologias marcadas pelas experiências partidárias ao longo da jornada dos indivíduos, os quais classificamos como elite política. Nessa perspectiva de poder, chegamos ao nome de dois indivíduos usados como referência pelos sujeitos políticos analisados: Armando Annes e Nicolau Vergueiro.

Observamos que as fontes impressas também possuíram um papel nesse jogo de poder, funcionando como uma arena de debates, o que justifica o fato de abordarmos a história nos periódicos. Além disso, relacionamos os interesses dos proprietários dos respectivos jornais com os da elite local, conectando a própria história de fundação do *ON* e do *DM*. O *ON*, dirigido por Múcio de Castro, que mantinha suas diretrizes vinculadas aos seus ideais partidários petebistas até 1958 e, a partir daí, ao MTR, deixando seu apoio explícito ao grupo de Armando Annes, Benoni Rosado, Daniel Dipp, Mário Menegaz e Wolmar Salton. O *DM*, de propriedade de Túlio Fontoura, apoiava Nicolau Vergueiro até 1956 e seguia as diretrizes pessedeístas até 1958, mas migrou seu apoio para o amigo César Santos a partir de então para dar suporte às acusações da ala rebelde de Daniel Dipp que eram retratadas no jornal adversário.

As disputas em questão nos levaram à compreensão das razões de determinadas pautas serem enfatizadas em detrimento de outras. A imparcialidade é um requisito para o jornalismo, sim, mas não recebia aplicabilidade à imprensa passo-fundense. O direcionamento partidário era explícito, a preferência dos proprietários estava direcionada pelo envolvimento de ambos nas disputas políticas, permanecendo praticamente uma imprensa de opinião, indo na contramão da grande imprensa nacional que se transformava em empresa. A partir dessa constatação, analisamos como esses órgãos passaram a divulgar questões relacionadas à instalação do ensino superior em Passo Fundo.

Outra percepção também foi possível através dos questionamentos propostos, pois localizamos outros dois espaços utilizados para articulação da disputa pela administração do núcleo de ensino superior: o Instituto da Liberdade de Conhecer e a Sociedade Pró-

Universidade. Nesse aspecto, percebemos que O Instituto da Liberdade de Conhecer foi utilizado como um espaço de articulação para fomentar as ideias de interiorização do ensino superior em Passo Fundo. Já a Sociedade Pró-Universidade funcionou como uma ferramenta para gestão do poder desse novo núcleo integrado à *metrópole* passo-fundense. Assim, constituiu-se o *modus operandi* do grupo, em uma tríade para o jogo de poder que via na imprensa a arena de debates; na ILC, o espaço do fomento de ideias e na SPU, a ferramenta de gestão do poder local.

Para compreendermos esses sujeitos políticos que integraram a elite política apresentada, utilizamos a análise das representações, selecionando as informações básicas sobre as origens pessoais, familiares e políticas desses sujeitos, bem como o partido pelo qual ingressaram na política, suas formações educacionais e, por fim, a migração partidária desses sujeitos ao longo do período de recorte estudado. Essas informações nos guiaram à percepção de que esses sujeitos pertenciam a uma elite política, necessariamente segmentada em dois grupos distintos: um sob a bandeira partidária do PSD, representado na primeira etapa por Nicolau Vergueiro e Túlio Fontoura; na segunda etapa, sob bandeira partidária do PTB, por César Santos e Túlio Fontoura; o outro, inicialmente sob bandeira partidária do PTB com os nomes de Armando Annes, César Santos, Daniel Dipp, Mário Menegaz, Múcio de Castro, Benoni Rosado e Wolmar Salton e, posteriormente, sob bandeira partidária do MTR restringindo o grupo de apoio em Armando Annes, Daniel Dipp, Mário Menegaz e Múcio de Castro, excluindo o nome de César Santos e deixando Benoni Rosado e Wolmar Salton na neutralidade das pautas, pois esses dois últimos não integraram o novo partido com o restante do grupo.

Quanto aos assuntos mais abordados por esses sujeitos nos jornais, utilizamos a opção de uma análise categorial para segmentar esses temas. Constatamos que quatro dentre os dezessete temas mais abordados por esse grupo nos jornais impressos *ON* e *DM* foram os mais representativos nas transformações sociais e nas diretrizes políticas passo-fundenses. São eles: desenvolvimento urbano, indústrias, saúde pública e educação. Na categoria desenvolvimento urbano, consideramos os discursos em prol de obras públicas e da expansão urbana. Na categoria indústrias, a seleção de pautas foi realizada considerando as ideias em defesa de um núcleo industrial ou de viabilização de investimentos para abertura de filiais de grandes empresas nacionais. Na categoria saúde pública, segmentamos questões relacionadas ao desenvolvimento de um centro médico, manutenção do serviço da Samdu e, sobretudo, dos esforços relacionados à viabilização da obra de um hospital municipal em Passo Fundo. Por

fim, na categoria educação, unificamos as pautas relativas à instrução pública, Sociedade Pró-Universidade, interiorização do ensino superior e viabilização de uma cidade universitária.

Com as categorias bem delimitadas, aprofundamo-nos nas inferências contidas na análise do discurso dessa imprensa, para podermos observar as especificidades, restrições, modo de organização e as inferências que estão além do conteúdo divulgado pela mídia. Essa análise viabilizou a percepção de que, embora esse grupo político fosse apresentado como adversários político-partidários, eles convergiram em muitas situações, principalmente no que dizia respeito ao objetivo da implantação do ensino superior no interior do estado, mas divergiram quanto ao controle do poder desse futuro núcleo universitário através da disputa da administração das entidades mantenedoras das faculdades locais. Essa disputa foi muito bem demarcada entre os irmãos Santos e o prefeito municipal de 1963, Mário Menegaz.

Por esse limiar, constatamos que a imprensa se inseria como o lugar da reflexão política, uma arena dos debates, ressignificando os acontecimentos, como um norteador para a reflexão da história política para relacionarmos os aspectos da vida coletiva desses sujeitos em sua exterioridade política com seus meios de prática. Nesse sentido, esta pesquisa viabilizou-se pela constituição de uma história através da imprensa para análise das relações desses indivíduos em um complexo quadro de disputa pelo poder local. Tais fatores nos levaram a abordar como esses grupos atuavam em outros espaços de poder, a exemplo do Instituto da Liberdade de Conhecer – criado com o objetivo de fomentar as ideias de interiorização do ensino superior – e da Sociedade Pró-Universidade – fundada com o objetivo de viabilizar a implantação e manutenção das faculdades locais como mantenedora do núcleo de ensino superior. Conhecendo e analisando esses dois espaços, percebemos como funcionava a operacionalização da articulação dessa elite na arena da imprensa.

Aspectos como a formação da Universidade de Passo Fundo em 1968 e o cenário pós-unificação da SPU e CUC para administração das faculdades locais em 1967, por opção, não fizeram parte da abordagem de pesquisa. As possibilidades quanto às abordagens aos aspectos citados deixam margens a outras pesquisas, constituindo-se em uma possível problemática a análise de até onde chegou a articulação do grupo que permaneceu no poder da SPU em 1967. Independentemente da perspectiva a que se determinarem os futuros estudos, a pesquisa de tese tenderá a ser uma base exploratória essencial para compreender o contexto que levou o poder local a tais diretrizes, analiticamente tão complexas como as que optamos realizar.

A perspectiva de análise dos sujeitos políticos que atuaram na viabilização da instituição de polo de educação superior, no norte do Rio Grande do Sul, permitiu-nos

cumprir o objetivo de compreender como ocorreram as lutas políticas em prol do objetivo da interiorização do ensino superior. A reconstituição das ideias a respeito dessa pauta que circulou na imprensa local – *Diário da Manhã* e *O Nacional* – guiou-nos para a constatação de que os grupos políticos locais, estabelecidos sob as bandeiras partidárias do PSD, PTB e MTR, convergiram a favor da interiorização do ensino superior, mas divergiram com relação às ideologias político-partidárias que forneciam a base para a disputa do poder local representado no novo núcleo que se instituía em Passo Fundo. A cidade já reconhecida como uma *metrópole* do norte gaúcho era referência como um polo industrial, agrícola e firmava-se como um polo de saúde; portanto, possuir o poder desse novo polo que se formava – o núcleo de ensino superior – era uma prioridade tão cara a essa elite.

Através dos laços identitários do grupo envolvido na base da análise desta pesquisa, vislumbramos suas ligações com as tradicionais vertentes políticas passo-fundenses, fatores que demarcaram o legitimador constituidor das forças que disputaram a administração da sociedade mantenedora das faculdades durante o período de 1950 a 1967. Por meio da análise do discurso dessa imprensa, pudemos compreender como o objetivo de constituir a futura universidade influenciou nas disputas de poder local pelo domínio do núcleo de ensino superior passo-fundense. Interpretar os limiares do poder local no cenário político nos levou à constatação de que a imprensa cumpriu seu papel enquanto arena de exposições dessas disputas políticas, de que a SPU foi uma ferramenta para os grupos que disputaram o poder local e, sobretudo, que a ILC foi o palco de exposição das ideias que fomentaram todo o processo de implantação do núcleo de ensino superior em Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA PASSO-FUNDENSE DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.apletras.com.br/site/>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

AMARAL, Sandra Maria do. *O Teatro do Poder – As Elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2013.

ANNES, Alceu Oliveira. *Genealogia Lucas Annes: Compêndio Ilustrado*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012.

ARIAS, Sabino. *Academia Passo-fundense de Letras*. Passo Fundo: [s.n.], abr. 1965.

ARQUIVO Histórico Regional. Disponível em: <<http://www.upf.br/ahr/>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Prisioneiros do Campo: a epopeia dos trigais de Passo Fundo*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTELA, Alessandro (Org.). *O Golpe Civil-Militar de 1964 no Sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. O PTB e a nova configuração do poder em Passo Fundo. In: BASTITELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

BOTTOMORE, Tom. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

- BRAUN, Claudio Damião. “*Todos contra o PTB*”: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961/1964). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.
- CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, 215 p.
- CAMARGO, Helena Rotta de; BRENNER, Valesca Oliveira. Escola Estadual Nicolau de Araujo Vergueiro – EENAV. In: LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 186-187.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro das sombras: a política imperial. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CÉSARO, Verdi; GALVES, Carlos. Exposição dos princípios sobre a Liberdade de Conhecer na solenidade da instalação do Instituto da Liberdade de Conhecer. In: SANTOS, César. *História e Cultura de Passo Fundo*, 1961.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2013.
- COSTAMILAN, Selma Gandini. *César Santos: a trajetória de um pioneiro*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.
- DAMIAN, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010. 172 p.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partido políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-153.
- DIEHL, Astor Antônio. *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1998.
- DORS, Marinês. *Repositório de Memórias: O arquivo de Nicolau Araújo Vergueiro*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2016.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201 p.
- ESTATUTO DA ACADEMIA PASSO-FUNDENSE DE LETRAS. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961.
- ESTATUTO DO INSTITUTO DA LIBERDADE DE CONHECER. Porto Alegre: Fabril, 1961.

ESTATUTO DA SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Passo Fundo: Tip. Elite, 1959.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 261-262.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERRETTO, Diego. *Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha*. 176 f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A Razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010*. Disponível em:
<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>>. Acesso em 21 jun. 2019.

GATTI, Isaura de Moura. *Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)*. 141 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1984. v. 2.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

GOULART, Gabriela Tosta. *“Independente, não neutro”*: Poder e Imprensa no Norte do RS (1916-1930). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

GUARESCHI, Elydo Alcides. *O processo de construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

HEXSEL, Conrado Augusto; GÁRATE, Héctor Eduardo. *Comércio Século XX Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2002.

IBGE. *Estatísticas do século XX*. 29 set. 2003. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.sht>>. Acesso em: 8 out. 2014.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 1 jan. 1947 a 30 dez. 1964. Localização Jornal Diário da Manhã.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 17 set. 1981. Suplemento Especial a Túlio Fontoura. Localização Jornal Diário da Manhã.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 3-4 dez. 2005. Especial 70 anos Diário da Manhã – Memórias Túlio Fontoura. Localização Jornal Diário da Manhã.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 6 abr. 1961. Luta pela interiorização do ensino superior e pela liberdade de conhecer.

JORNAL O NACIONAL. Passo Fundo, 2 jan. 1947 a 30 dez. 1964. Diário Independente. Localização Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

JUNGBECK, Benhur; BENVIGNÚ, Sandra Mara (Org.) *Catálogo do Arquivo Histórico Regional Acervos Privados: Fundo Nicolau Araujo Vergueiro*. Passo Fundo: 298 AHR-UPF, maio 2013. Disponível em: <<http://www.upf.br/ahr/images/stories/acervonicolau-araujo-vergueiro.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Entre coronéis e doutores – A afirmação política de Nicolau de Araujo Vergueiro em Passo Fundo/RS (1916-1920). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre: Edipucrs, v. 1, n. 6, p. 105-125, jan./jun. 2013.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Industrialização e urbanização no centenário de Passo Fundo. *História Questões e Debates*, Curitiba, v. 64, n. 1, p. 251-276, jan./jun. 2016.

LECH, Osvandré. Nicolau de Araujo Vergueiro. In: LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 110-111.

LUCCA, Tânia Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.

MEYRER, Marlise Regina. *Fundação Universidade de Passo Fundo: 50 anos*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2017.

MOSCA, Gaetano. *The Rulling Class*. Nova York: McGraw-Hill, 1939.

NASCIMENTO, Welci. *Um sonho: 1954-2014*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014. p. 104

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. 2. ed. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2012.

NOSSA história. Disponível em: <<http://www.hcpf.com.br/page/is/sobre/ver/3>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PARETO, Vilfredo. *Sociological Writings*. Nova York: Frederick A. Praeger, 1966.

PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araujo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 256 f. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

PREFEITURA Municipal de Passo Fundo. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

PROGRAMA de Pós-Graduação em História UPF. Disponível em:
<<http://www.upf.br/ppgh/index.php/sobre-o-ppgh>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PROJETO Passo Fundo. Disponível em: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Coord.). *República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 17-37. v. 4. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A região como protagonista nas relações internacionais. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *América de Múltiplas Regiões*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2016. p. 114-127.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSSO, Miriam Marachin; SIQUEIRA, Rosimar Serena. Formação educacional e cultural em Passo Fundo. In: DIEHL, Astor Antonio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1998. p. 89-100.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Mozart Pereira. *O Positivismo no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

SPALDING, Jandira Maria Cecchet. Quadro da evolução distrital do município de Passo Fundo – RS – 1857- 1990. In: OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo: Aspecto histórico*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1990. p. 52-53.

THOMPSON, John Brookshire. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext&tlng=pt#nt05>. Acesso em: 15 set. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. *Resultados Eleições Municipais 1959*. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-passo-fundo>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas – Algumas reminiscências clínicas*. Manuscrito. v. 1: iniciado em 11 jul. 1935, encerrado em 6 ago. 1935. Rio de Janeiro. 200 p.

Arquivo privado Nicolau Araújo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 2: iniciado em 7 ago. 1935, encerrado em 4 set. 1935. Rio de Janeiro. 200 p. Arquivo privado Nicolau Araujo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 3: iniciado em 5 set. 1935, encerrado em 19 out. 1935. Rio de Janeiro/Passo Fundo. 200 p. Arquivo privado Nicolau Araujo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 4: iniciado em 20 out. 1935, encerrado em 6 nov. 1935. Passo Fundo. 200 p. Arquivo privado Nicolau Araujo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 5: iniciado em 7 nov. 1935, encerrado em 8 dez. 1935. Passo Fundo. 200 p. Arquivo privado Nicolau Araujo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 6: iniciado em 9 dez. 1935, encerrado em 5 mar. 1936. Passo Fundo. 200 p. Arquivo privado Nicolau Araujo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

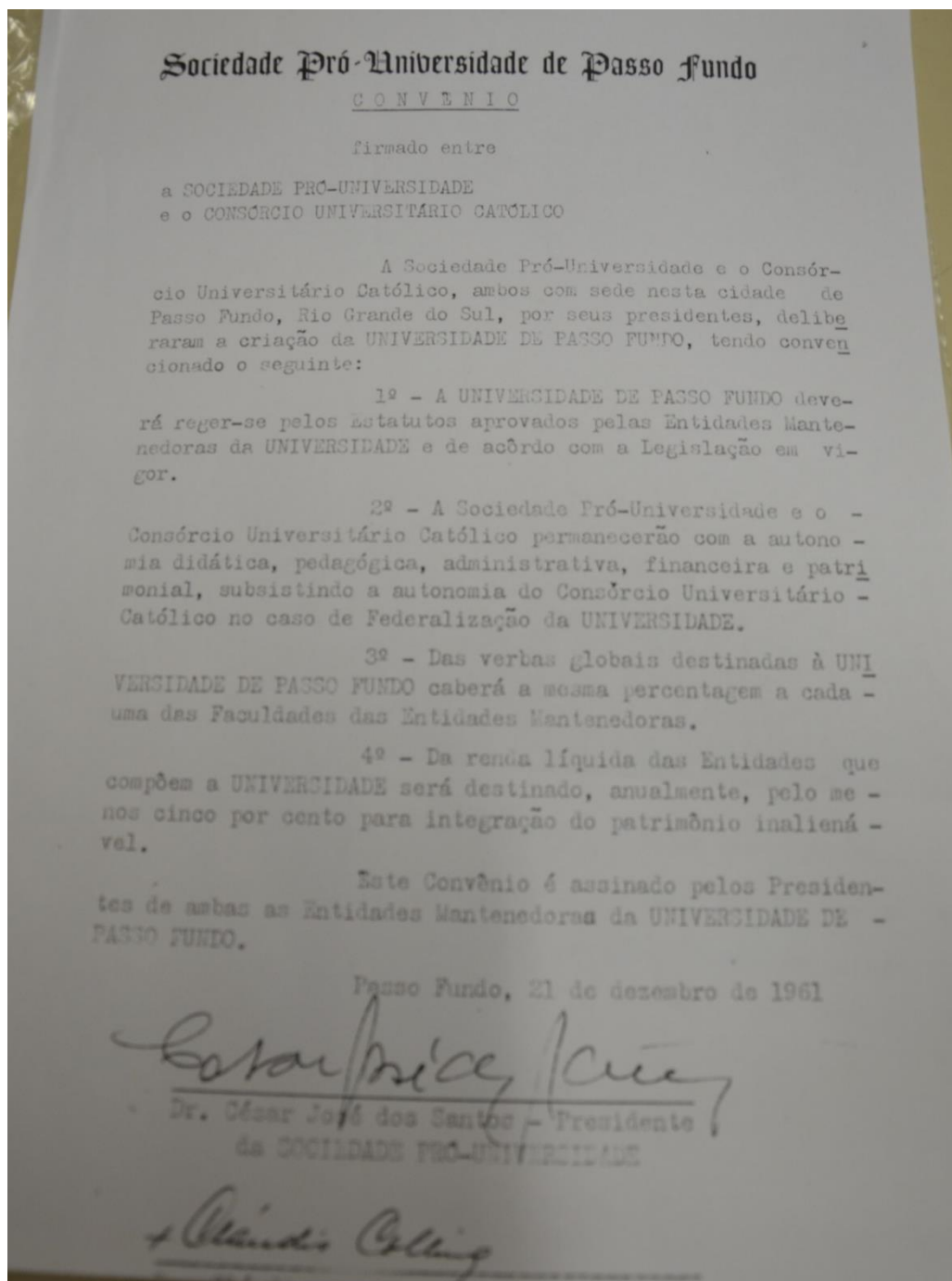
VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 7: iniciado em 7 mar. 1936, encerrado em 20 nov. 1936. Passo Fundo. 200 p. Arquivo privado Nicolau Araujo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. v. 8: iniciado em 21 nov. 1936, encerrado em 3 nov. 1937. Passo Fundo/Rio de Janeiro. 200 p. Arquivo privado Nicolau Araujo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: A transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Deferal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.


ANEXOS

ANEXO I – CONVÊNIO FIRMADO ENTRE SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE E CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO



**ANEXO II - NOTA DO DELEGADO REGIONAL JUSTIFICANDO
AÇÃO DE APOIO PARA O JUIZ DE CARAZINHO**

Delegado Regional


 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL
 6ª. Região Policial
 Delegacia Regional em Passo Fundo, 13 de fevereiro de 1967

D. João \$5
Recebu. nos autos
em 19/fev/1967
Juiz de Dir. subst.

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de
CARAZINHO

ATAMÉLIA DE FREITAS MARQUES, Delegado Regional da 6ª. Região Policial deste Estado, em atendimento ao respeitável despacho de V.Ex.^a vem prestar as seguintes informações, nos autos do mandado de segurança que o Dr. Celso da Cunha Flori e outros impetram contra ato do signatário, no exercício de suas funções públicas, na cidade de Passo Fundo.

1 - Que, realmente, em data de 4 (quatro) de fevereiro corrente, pelas 15 horas calculadamente, o signatário interditou os prédios onde funcionam os institutos de Ensino Superior filiados a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, no exclusivo interesse de manter a ordem e evitar a eclosão de graves violências que se prenunciavam iminente, eis que a súbita tomada da direção da S.F.U. pelos Srs. César e Reyssoly dos Santos, Wilson Lopes e Mário Hoppe, na tarde do dia (dois) do mês em curso, provocara a reação do sr. Prefeito Municipal, que, cercando no dia 4 a quadra em que se localizam os Estabelecimentos do Ensino Superior com máquinas e veículos da municipalidade, impedia o livre acesso de terceiros aos citados estabelecimentos.

2 - Face ao estado de tensão a que chegou a população desta cidade, com a posição assumida pelas facções em disputa, é evidente que a evolução dos acontecimentos dar-se-ia no sentido de violência pessoal, tanto que grupo de pessoas, formadas de nas imediações do prédio da S.F.U., chegando ao conhecimento desta autoridade que alguns dos mesmos portavam arma e já houvera sido iniciado o envolvimento de Dr. Reyssoly dos Santos, e Vereador Flávio Francisco de Souza, Conflicto que teria começado atingindo...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

(fls. 27.....)

Diante disto, o signatário, por sua exclusiva deliberação, resolveu ocupar a área externa dos prédios em que funcionam os institutos de ensino, com força da Brigada Militar, interditando e proibindo a entrada de qualquer pessoa ao interior dos / prédios, até que a Justiça deliberasse sobre a legitimidade das facções litigantes.

3 - Feito isto, o signatário deu conhecimento das medidas tomadas, ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado, Gal. Iba Ilha Moreira, o qual entendeu acertadas tais providências acauteladoras, eis que era pensamento do Governo do Estado deixar a decisão do assunto à alçada da Justiça, limitando-se o Poder Executivo através da sua Secretaria da Segurança, a manter a ordem na cidade de Passo Fundo, como era de seu dever.

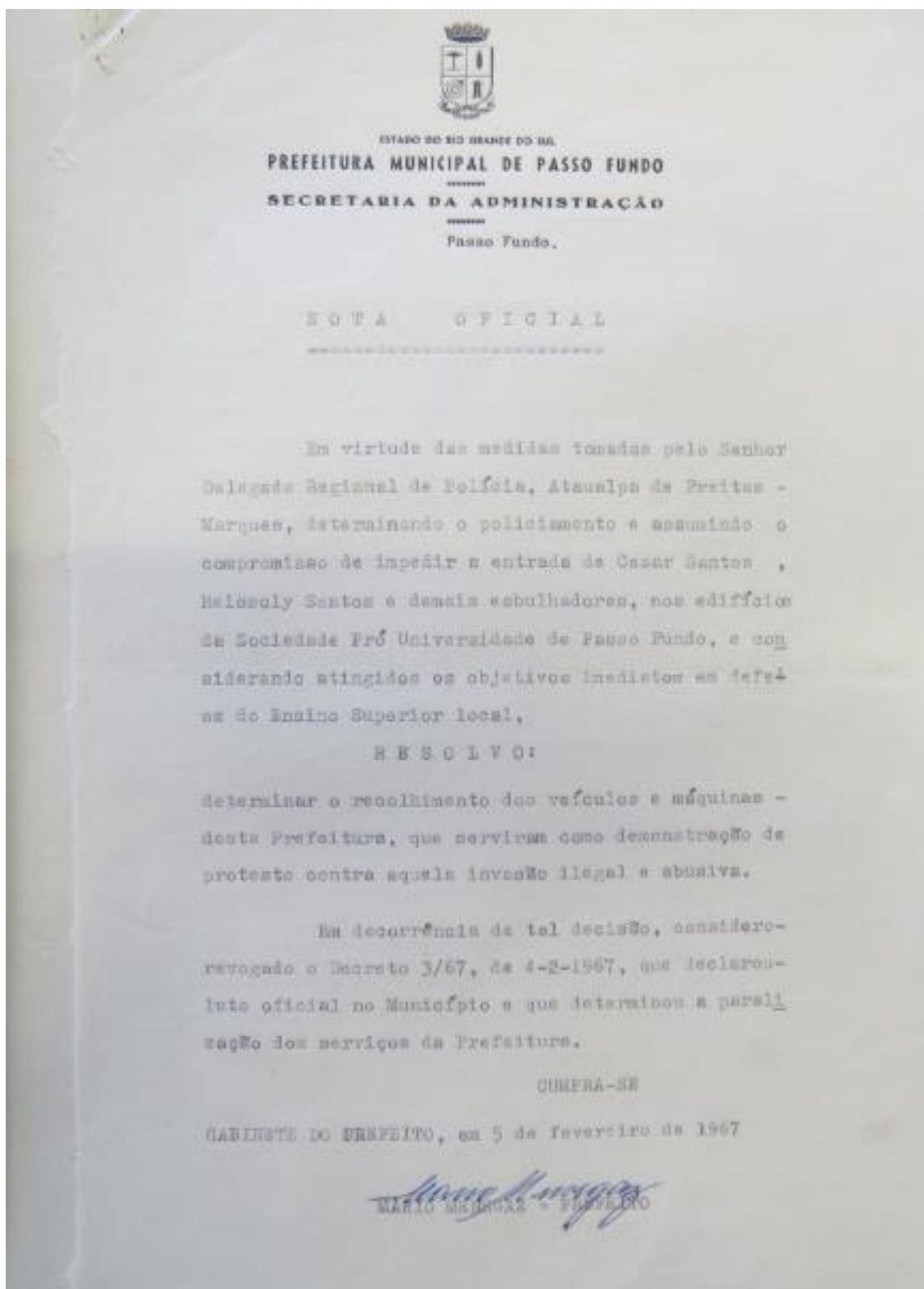
4 - Nessa situação permaneceram os próprios da S.P.U. até à noite de 10 e 11 do corrente, quando, em obediência a decisão de V. Ex.^a concedendo medida liminar requerida por uma das / partes, este titular retirou a força que guarnecia o local, liberando inteiramente as instituições de ensino desta cidade.

Eram estas, Senhor Juiz as informações que, a bem da verdade podemos presta, a V. Ex.^a, permanecendo ao inteiro dispor do Egrégio Poder Judiciário para quaisquer outros complementos.

Respeitosas Saudações

Ataulfo de F. Marques
(Ataulfo de Freitas Marques)
Delegado Regional de Polícia

**ANEXO III - NOTA OFICIAL DO PREFEITO MUNICIPAL CONTRA A
INVASÃO DOS IRMÃOS SANTOS NA SPU**



**ANEXO IV – NOTA OFICIAL DO DELEGADO DE POLÍCIA EM
CONCORDÂNCIA COM O PREFEITO**

DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA

FALSO FUNDO


NOTA OFICIAL

- Esta Delegacia Regional de Polícia, referenciamente ao caso que envolve a Sociedade Pró Universitária - de Falso Fundo, em decorrência dos últimos acontecimentos havidos, cumpre informar à população:

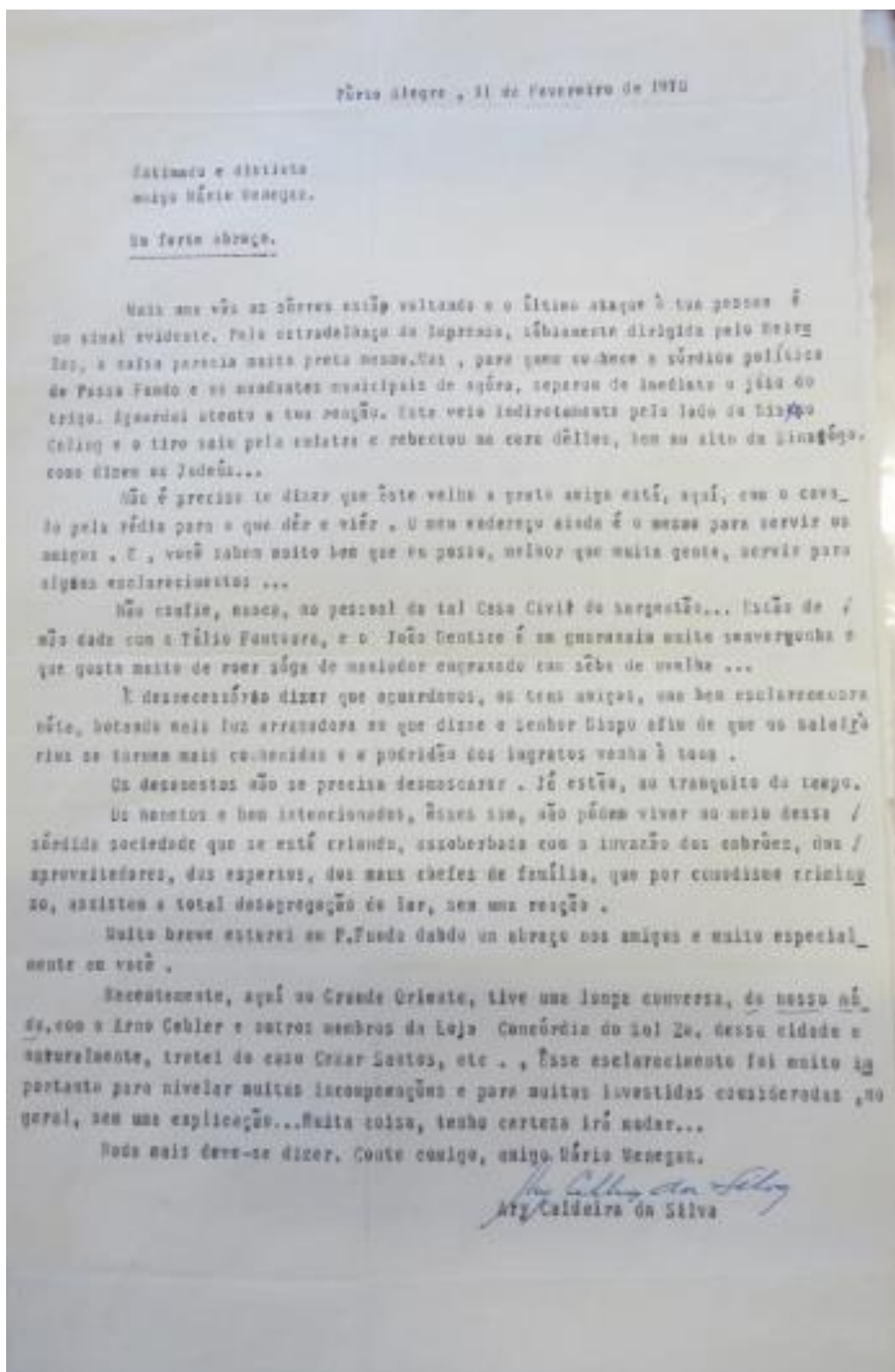
Como ação preventiva, visando manter a ordem e assegurar a tranquilidade pública, após entendimentos com o sr. Prefeito Municipal e com os órgãos superiores, esta Autoridade decidiu:

- 1º) - Interditar os edifícios da SFU;
- 2º) - Determinar o necessário e indispensável policiamento dos referidos edifícios, impedindo o ingresso de qualquer pessoa, até posterior decisão.

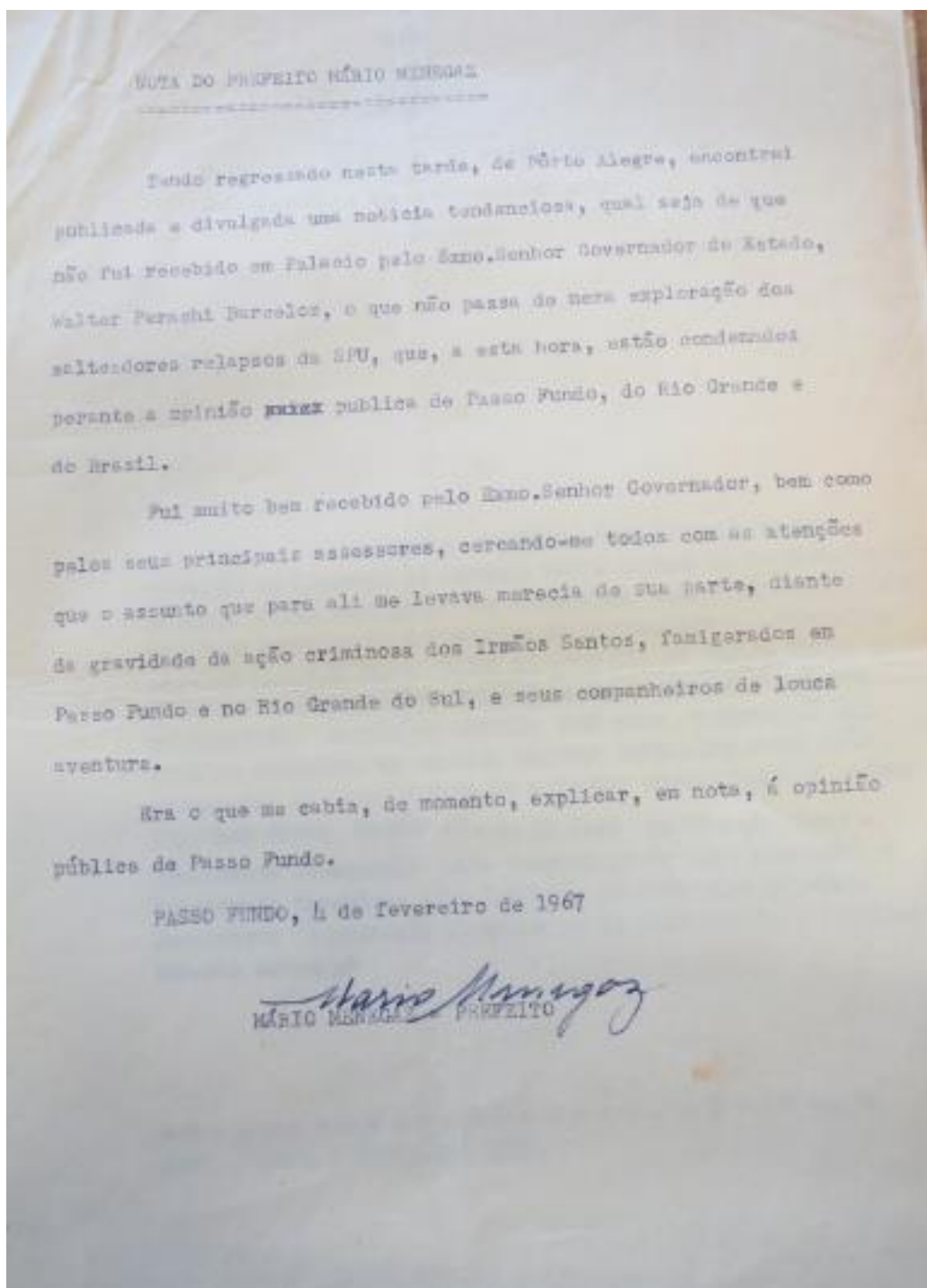
FALSO FUNDO, 5 de fevereiro de 1967


ATAUALPA DE FREITAS MARQUES
Delegado Regional de Polícia

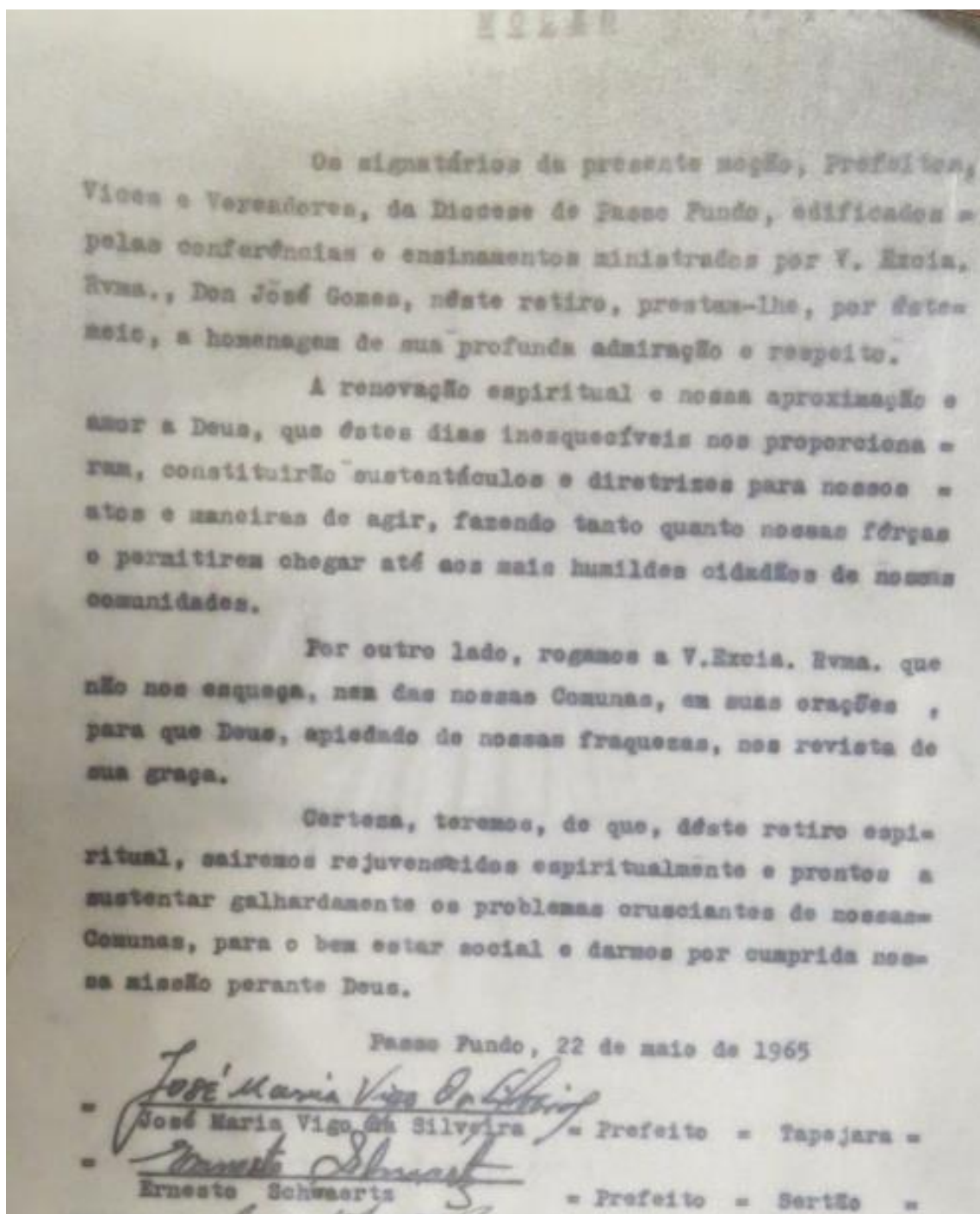
ANEXO IV – CARTA DE ARY CALDEIRA EM APOIO AO PREFEITO MENEGAZ CONTRA TÚLIO FONTOURA E CÉSAR SANTOS



ANEXO V – NOTA DO PREFEITO MÁRIO MENEGAZ SOBRE A VISITA AO GOVERNADOR PRÓ INTERVENÇÃO SPU



**ANEXO VI – MANIFESTO DOS PREFEITOS DA REGIÃO EM FAVOR
DE MENEGAZ NO CASO DA SPU**



<u>Mandado</u> Orlando Mattia	= Prefeito = Sertão =
<u>Laurindo Meneghel</u> Laurindo Meneghel	= Prefeito = S. Almeida =
<u>Antônio Angelo Russo</u> Antônio Angelo Russo	= Prefeito = Cotegipe =
<u>Rubi Wolff</u> Rubi Wolff	= Prefeito = Itatiba =
<u>Jacomo Saffari</u> Jacomo Saffari	= Prefeito = Gaurama =
<u>Benedito A. Massolini</u> Benedito A. Massolini	= Prefeito = S. Valentim =
<u>Jovelino Montanari</u> Jovelino Montanari	= Prefeito = S. Corrêia =
<u>Nadir A. J. Faresin</u> Nadir A. J. Faresin	= Vereador = S. Corrêia =
<u>Augustin Tapes Sanchez</u> Augustin Tapes Sanchez	= Prefeito = Casca =
<u>Eleuterio José Kaun</u> Eleuterio José Kaun	= Prefeito = Viadutos =
<u>Mário Mangas</u> Mário Mangas	= Vereador = Viadutos =
<u>Ricardo Anacleto Rebechi</u> Ricardo Anacleto Rebechi	= Prefeito = P. Fundo =
<u>Romeu Martinelli</u> Romeu Martinelli	= Vereador = P. Fundo =
<u>Silvio Fioreze</u> Silvio Fioreze	= Vereador = P. Fundo =
<u>Silvio Fioreze</u> Silvio Fioreze	= Prefeito = Colorado =

